

Passados recompostos: campos e canteiros da História, coleânea dirigida por Jean Boutier e Dominique Julia, se inscreve na urgência de uma retomada da reflexão sobre a profissão do historiador. Ela pretende primeiramente destacar a longa marcha das pesquisas históricas dos últimos cinquenta anos.

Este novo balanço surge motivado por um tempo de dúvidas e interrogações, buscando compreender, de maneira múltipla, as possibilidades contemporâneas da razão histórica, inclusive os seus erros e acertos. A obra reúne vinte e quatro autores, incluídos os organizadores, procurando inventariar o que designam como *os campos e canteiros da História*.

Jean Boutier e
Dominique Julia

Jean Boutier e Dominique Julia
organizadores

PASSADOS RECOMPOSTOS

PASSADOS RECOMPOSTOS

campos e canteiros da História

EDITORA UFRJ / EDITORA FGV



ISBN 85-2188-289-X

9 788571 082090

930.1
P285

ex. 3

036850



L0000043796

UFRJ / EDITORA FGV



PASSADOS RECOMPOSTOS

CAMPOS E CANTEIROS DA HISTÓRIA

Organização

Jean Boutier
Dominique Julia

Participam

Philippe Boutry
Jacques Revel
Patrick Nèret
Pascal Engel
Claude Langlois
Dominique Borne
François Bédarida
Étienne François
Olivier Guyotjeannin
Jean-Louis Gaurin
Jean-Yves Grenier
François Hartog
Heinz-Gerhard Haupt
Dominique Julia
Simona Cerutti
Olwen Hufson
Marc Lazer
Henry Galizié
Manuel Royo
Pierre Viller
Arundhati Virmani
Timothy Tackett
Antoine de Bazeque

UFRJ

Reitor Paulo Alcantara Gomes
Vice-reitor José Henrique Vilhena de Paiva
Coordenadora do Fórum
de Ciência e Cultura Myrian Dauelsberg

EDITORA UFRJ

Diretora Heloisa Buarque de Holanda
Editora Executiva Lucia Canedo
Coordenadora de Produção Ana Carreiro
Conselho Editorial Heloisa Buarque de Holanda (Presidente),
Carlos Lessa, Fernando Lobo Carneiro,
Flora Süssekind, Gilberto Velho,
Margarida de Souza Neves

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Presidente Jorge Oscar de Mello Flôres

EDITORA FGV

Editora Executiva Alzira Alves de Abreu
Coordenadora Editorial Cristina Mary Paes da Cunha

Editora UFRJ
Editora FGV
1998

950.1
V285
200.3

Copyright © by Jean Boutier e Dominique Julia

Título do original: *Passés recomposés*

Ficha Catalográfica elaborada pela Divisão de
Processamento Técnico-SIBI/UFRJ

P285 Passados recompostos; campos e canteiros da história / organização Jean Boutier [e] Dominique Julia: tradução de Marcella Mortara [e] Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

352 p., 16 x 23 cm.

1. Boutier, Jean 2. Julia, Dominique 3. Mortara, Marcella, trad. 4. França-História.

CDD 900 44

ISBN 85-7108-199-9

Capa

Tita Nigri

Revisão

Cecília Moreira

Josette Babo

Maria Beatriz Guimarães

Projeto Gráfico

Ana Carreiro

Editoração Eletrônica

Cadu Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Forum de Ciência e Cultura

Editora UFRJ

Av. Pasteur 250/sala 107

Rio de Janeiro — RJ

CEP: 22295-900

Tel.: (021) 295 1595 r.: 124 a 127

Tel./Fax: (021) 542 3899 e (021) 295 1397

E-mail: editora@forum.ufrj.br

Editora Fundação Getúlio Vargas

Praia de Botafogo, 190 — 6º andar

22253-900 — Rio de Janeiro — Brasil

Tel.: (021) 536-9110 — Fax: (021) 536-9155

e-mail: editora@fgv.br

http://www.fgv.br/fgv/publicacao/livros.htm

Apoio



Fundação Universitária
José Bonifácio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

INTRODUÇÃO

Em que Pensam os Historiadores? 21

Jean Boutier e Dominique Julia

1 QUESTÕES

Certezas e Descaminhos da Razão Histórica 65

Philippe Boutry

História e Ciências Sociais: Uma Confrontação Instável 79

Jacques Revel

No Princípio Era o Direito... 91

Patrick Nèrbot

Pode a Filosofia Escapar da História? 105

Pascal Engel

Os Efeitos Retroativos da Edição Sobre a Pesquisa 121

Claude Langlois

Comunidade de Memória e Rigor Crítico 133

Dominique Borne

2 COMPETÊNCIAS

As Responsabilidades do Historiador Expert 145

François Bédarida

Os "Tesouros da Stasi" ou a Miragem dos Arquivos 155

Étienne François

A Erudição Transfigurada 163

Olivier Guyotjeannin

A Ascese do Texto ou o Retorno às Fontes 173

Jean-Louis Gaulin

A História Quantitativa Ainda É Necessária? 183

Jean-Yves Grenic

A Arte da Narrativa Histórica 193
François Hartog

3 MUTAÇÕES

O Lento Surgimento de uma História Comparada 205
Heinz-Gerhard Haupt

A Violência das Multidões: É Possível Elucidar o Desumano? 217
Dominique Julia

A Construção das Categorias Sociais 233
Simona Cerutti

Mulheres / Homens: uma Questão Subversiva 243
Olwen Hufton

Depois de 1989, Esse Estranho Comunismo... 251
Marc Lazar

A Arqueologia na Conquista da Cidade 261
Henri Galinié e Manuel Royo

4 TESTEMUNHO

A Memória Viva dos Historiadores 271
Entrevista com Pierre Vilar

5 FRONTEIRAS

Os Caminhos da Polifonia 301
Jean Boutier e Arundhati Virmani

A Comunidade Científica Americana: um Risco de Desintegração? 311
Timothy Tackett

Um Mercado Mundial das Idéias: o "Bicentenário" da Revolução 321
Antoine de Baecque

BIBLIOGRAFIAS 335

BIOGRAFIA DOS AUTORES 346

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

FRANCISCO JOSÉ CALAZANS FALCON

Passados recompostos: Campos e canteiros da História, obra coletiva dirigida por Jean Boutier e Dominique Julia, apresenta ao leitor algumas das preocupações de mais de duas dezenas de historiadores, franceses em sua maioria, acerca de questões hoje na ordem do dia da *Oficina da História*. Tem seqüência assim um movimento historiográfico responsável pela publicação, nestes últimos anos, de obras deste mesmo gênero em diversos países e tendo em comum certas preocupações quanto aos rumos e tendências observáveis na historiografia contemporânea. Da percepção de tais rumos e tendências deriva-se uma certa percepção, algo generalizada por sinal, de se estar, provavelmente, em face de uma *crise da história*. No âmago desta percepção encontra-se uma compreensão aguda das implicações epistemológicas dessa *crise*, vale dizer-se, do que significa para as concepções dominantes acerca da natureza do discurso histórico e de seu valor de verdade, ou seja, ao fim e ao cabo, é a possibilidade mesma de um discurso histórico enquanto *conhecimento de História* que estaria ameaçada.

A partir de uma perspectiva mais abrangente, pode-se situar esta obra ao lado de inúmeras outras editadas neste final de milênio nos mais diversos semelhantes: avaliar os resultados até agora alcançados e tentar oferecer algumas respostas a novas indagações.

No caso específico da historiografia, vem se tornando cada vez mais necessário afirmar de maneira incisiva e incessante os valores destacados por Eduardo Lourenço num de seus últimos ensaios: o valor da racionalidade, a importância do sentido, a existência de inteligibilidade e do conceito.¹ Assim, contra os apóstolos do caos e da desordem epistemológica comprometidos com o *desespero da razão*, cabe ao historiador retomar com decisão os princípios fundamentais de sua própria disciplina. A emergência e disseminação do irracionalismo e do ceticismo relativista, justamente ironizados por Eco ao tratar do Irracional, misterioso e enigmático,² e denunciados entre nós por alguns historiadores, como Cardoso,³ constituem o horizonte principal de referência dos artigos desta coletânea.

Uma das questões subjacentes aos ensaios presentes neste livro é a demanda cada vez mais forte que se exerce sobre a atividade historiadora em

tempos como estes que estamos vivendo. Tidos como *senhores do passado, ou donos da memória*, sofrem os profissionais de História duas solicitações opostas: a solicitação daqueles que desejam conhecer/compreender o *passado*, e a dos que sonham com antever o *futuro*. Confundidos com os “futurólogos”, os historiadores vêem-se instados pela *mídia* a delinear os rumos mais prováveis da História, a partir da suposição algo ingênua de que o seu conhecimento do passado constitui passaporte garantido rumo às incertezas do futuro.⁴ Como se verá em alguns ensaios desta coletânea, a tendência a resgatar, na atualidade, a *história do tempo presente*⁵ não significa, do ponto de vista dos historiadores que a praticam, qualquer compromisso com especulações futurológicas.

No entanto, bem mais até que o futuro, é certamente o próprio passado que se tornou um sério problema para seus tradicionais *senhores*. *Passado*, vale frisar, aqui entendido quer como *realidade* em si mesma, quer como o objeto por definição da prática historiadora que a respeito dele produz seu próprio *discurso*. Um discurso, é bom notar, que se quer como conhecimento verdadeiro da *realidade passada*. Assim, se a noção mesma de *passado* é passível de interpretações as mais diversas, cabe recorrer à conhecida frase de Pierre Vilar – *a história fala da História*⁶ – a fim de nos interrogarmos sobre a validade ou não, ainda hoje, do que nela se afirma de essencial: a “história – disciplina” e a “História – matéria” pressupõem-se mutuamente. Com efeito, ante a tão repetida declaração de falência da concepção hegeliana de *História*⁷ e os estragos causados à *história-disciplina* pelas análises críticas associadas ao *linguistic turn*, ao *narrativismo*, e à *crise da grande teoria*,⁸ é extremamente bem-vinda esta publicação de trabalhos sérios e oportunos escritos por autênticos especialistas *do ramo*, isto é, familiarizados com as verdadeiras dificuldades do processo de escrever textos de *história*.

Tal como outras coletâneas do mesmo gênero, *Passados recompostos* constitui mais uma tentativa de articular uma espécie de *estado atual das questões*, à maneira das conhecidas coleções *Clio* e *Nouvelle Clio*, mas com uma diferença essencial: agora, os balanços e perspectivas visam principalmente os problemas gerais da disciplina e cada autor busca indicar caminhos e soluções sempre do ponto de vista *do historiador*. Quaisquer semelhanças com aqueles antigos manuais ficam na verdade um tanto esmaecidas quando se busca compreender o título e subtítulo deste livro:

Passados recompostos: passados (plural), e não simplesmente o passado; *recompostos*, vale dizer: refeitos mas não exatamente “reconstituídos” ou simplesmente “revelados”. Em ambos os casos, título e subtítulo, tanto a

realidade quanto a *objetividade* do conhecimento histórico são propostas ao leitor sob a capa de alusões indiretas a questões que estão na primeira linha dos debates atuais. De fato, referir-se a *passados* é sinalizar-se, simultaneamente, tanto no sentido do problema da *realidade histórica*, enquanto sinônima de *passado*, como do discurso que se produz sobre este mesmo passado. Ao se propor o caráter *recomposto* desses passados, convoca-se para a frente do palco a figura do historiador enquanto subjetividade decisiva para o trabalho artesanal de a seu modo, segundo sua *leitura*, recompor um certo passado. Difícil não se pensar, imediatamente, nas interpretações que postulam a inexistência, ou a “irrealidade”, da História, e sua inacessibilidade a todo e qualquer conhecimento.⁹

Os autores de *Passados recompostos* procuram fazer uma espécie de contraponto aos vários descaminhos da razão historiadora que o título da obra parece, num primeiro momento, incorporar ou, quem sabe, insinuar. Contra os fatores que favoreceram e ainda favorecem tais descaminhos, sublinham eles os aspectos do *ofício* capazes de frear os excessos de subjetividade típicos da cultura contemporânea: o *estudo da documentação*, os *lugares sócio-institucionais de produção do discurso histórico* e as indispensáveis *premissas teórico-metodológicas* de toda pesquisa histórica que se preze. Fica também muito evidente, na maior parte destes ensaios, uma certa ênfase em direção à hermenêutica, a qual parece derivar como que naturalmente do caráter essencialmente *interpretativo* do trabalho historiador que aparentemente admitem.¹⁰

Já o subtítulo, se também inova, permite no entanto que se perceba com muito mais clareza uma evidente intenção de retificar as eventuais derrapagens ou exageros a que o título possa ter conduzido o leitor menos atento.

A referência aos *campos da História* serve para quebrar a tradicional rigidez associada às delimitações baseadas em especializações disciplinares que se ignoram às outras. Ao mesmo tempo, a idéia de campos vale como afirmação da pluralidade dos espaços postos à disposição do conhecimento histórico, o sem sentido das fronteiras rígidas e as possibilidades infinitas das trocas com os campos vizinhos – das ciências humanas e sociais.

A alusão a *canteiros*, certamente disseminados pelos diferentes campos, contém uma outra mensagem: escrever história, como trabalho de um tipo específico de profissional, é atividade que possui exigência e servidões inevitáveis – formação específica, familiaridade com uma certa prática, obediência a regras ditadas pelo *ofício*. Cabe à comunidade historiadora, hoje cada vez mais internacionalizada, reconhecer ou não como de história os textos que assim se auto-intitulam.

Não gostaria de concluir esta parte sem fazer o elogio de mais uma característica extremamente positiva deste livro: apesar de produzido por historiadores franceses, não espere o leitor nele encontrar mais uma daquelas coletâneas triunfalistas já tão conhecidas. Bem ao contrário da tradição das *Annales*, reconhece-se, sim, que existem graves e importantes problemas a enfrentar, evidencia-se muito bem a tomada de consciência quanto às relações realmente existentes entre tais problemas e os assim chamados *desafios* dirigidos à história por um verdadeiro exército de filósofos, linguistas e especialistas em teoria da literatura.

Enfim, registro meu próprio alívio ao perceber que não mais me encontro diante de outra antologia voltada para aquelas nossas já conhecidas e desgastadas questões: *objetos* – novos ou antigos? *abordagens*: inovadoras/progressistas ou tradicionais/conservadoras? *métodos*: quantitativos (*empiristas*) ou qualitativos (*teoricamente embasados*)? a diferença/oposição entre *história événementielle*, *historizante*, e *história conceitual*, fundada em pressupostos teóricos de viés *estrutural*, é passada em revista, sim, mas como parte do processo histórico da própria escrita da História.

A coletânea está dividida em quatro blocos temáticos intitulados: Questões, Competências, Mutações e Fronteiras; há, ainda, uma Introdução e um Testemunho.

Elaborada pelos organizadores da obra, a Introdução sintetiza os objetivos e preocupações que norteiam o conjunto das intervenções e ostenta um título sintomático: Em que pensam os historiadores? É como se já soubessem da *resposta* mais provável: Quem afirma que os historiadores pensam? A prova desta suposição vem logo a seguir: “é por demais conhecida a pouca inclinação dos historiadores pelas questões de natureza reflexiva respeitantes à sua disciplina”; os historiadores que se preocupam com a análise dos pressupostos teóricos de seu próprio *fazer* sempre foram e ainda são uma espécie de *avis rara*. Afinal, não vem a ser isto exatamente o que um historiador como Elton¹¹ afirmou e defendeu, ainda recentemente, sem meias palavras, ao denunciar e mandar às urtigas as *teorias* dos cientistas sociais e as *filosofias* dos não-historiadores (filósofos, linguistas, literatos) precisamente porque todos eles desconhecem a prática do historiador, pois, jamais tendo pesquisado e muito menos produzido *história*, como podem pretender agora dizer algo sobre o *ofício*?

Boutier e Julia não pactuam, é claro, com o radicalismo de Elton, embora tratem, até certo ponto, de problemas idênticos; apenas entendem eles que a melhor política não é a do avestruz; a auto-reflexão historiadora é quem deve proceder ao reconhecimento e análise crítica dessas incursões

procedentes do exterior da *oficina*, sem apelar, *a priori*, para sua desqualificação pura e simples.

Nesse mesmo ensaio, outra surpresa, um quase-espanto do leitor, ao ler: “Não que a “escola histórica francesa” constitua ainda um modelo: se ela mantém um real dinamismo, há muito tempo não possui mais o monopólio da inovação metodológica”. Eis aqui uma constatação que chega em muito boa hora sobretudo quando se sabe o quão é ainda rara entre nós a consciência efetiva de um fato na verdade tão simples que Boutier e Julia se limitam a constatar-lo: a consciência de que existem diversos *universos historiográficos* na atualidade, ou seja, a historiografia contemporânea não se resume à das *Annales*! Há mais, porém: as aspas para “a escola histórica francesa” exprimem uma certa reserva acerca da própria *realidade* dessa *escola*; uma reserva no mínimo curiosa em termos de Brasil, se nos lembrarmos de algumas tendências voltadas precisamente para a *identificação* de uma ou várias *escolas historiográficas* entre nós.

A seguir, breve síntese dos caminhos da historiografia francesa desde 1945, seus sucessos e ambigüidades. É como voltar no tempo e rever aquelas grandes coleções dos anos 50/60, tais como a *História Geral das Civilizações*, dirigida por Maurice Crouzet, e a coletânea *L'Histoire et ses Méthodes*, organizada por Charles Samaran!

Enfim, o *tournant* decisivo: os três volumes de *Faire de l'histoire*, sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora,¹² espécie de referência obrigatória para todos interessados em travar conhecimento com a *Nouvelle Histoire: Novos Objetos, Novas Abordagens e Novos Problemas*. Apesar de Veyne¹³ e de Foucault,¹⁴ a Nova História, no Brasil, àquela mesma época, foi também, em geral, apenas uma questão de objetos, métodos e abordagens. Em 1978, com a publicação da Enciclopédia da Nova História, organizada por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel,¹⁵ o triunfo da Nouvelle Histoire parecia estar definitivamente fora de questão.

Vinte anos depois, já não é mais possível continuar-se fiel às certezas e ao otimismo dos anos 70, pois, muito ou quase tudo daquilo que parecia então adquirido definitivamente tornou-se objeto de discussão: a realidade das *estruturas*; a noção de temporalidades imanentes; a euforia da quantificação, ou *cliometria*, a unidade e sentido da História. A fragmentação da disciplina fez-se acompanhar da crítica aos seus tradicionais pressupostos *realistas*; a objetividade, ou verdade, do conhecimento histórico passou a ser mediada pelo *conflito das interpretações*, e, por último, resgatados do limbo ao qual tinham sido relegados, os agentes sociais foram trazidos para a frente

do palco e suas ações e representações, coletivas ou/e individuais, passaram a ocupar lugar de destaque na historiografia.

O primeiro bloco, Questões, inicia-se com o ensaio de Boutry – Certezas e Descaminhos da Razão Histórica. Talvez com o objetivo de apresentar em cores fortes a essência do problema que tem em mira, ele principia pelo fim: a chamada História Experimental, ou História Lúdica. A mera existência da tal *História* demonstra que não se deve desprezar as inquietações e o ceticismo atuais de alguns bons historiadores em relação aos métodos, valores e tradições de uma disciplina talvez por demais acadêmica como parece ser ainda a história. Trata-se, segundo ele, dos resultados *lógicos* de uma tendência secular que hipertrofiou cada vez mais o sujeito do conhecimento, uma tendência que afunda suas raízes no solo nietzscheano e se desenvolve, na França, graças aos cuidados de Aron e de Marrou, desabrochando, finalmente, com Veyne, Ricoeur e, sobretudo, Foucault e de Certeau. Um longo percurso, uma genealogia que não me cumpre aqui discutir, mas que, segundo Boutry, marca a *passagem da objetividade à subjetividade, da crítica das fontes à das categorias e formas de escrita da história*, ou, como seria bem mais claro talvez: *o questionamento da verdade da história enquanto forma de conhecimento*.

No intuito de demonstrar a validade de seu argumento, Boutry examina alguns dos momentos e efeitos do processo geral acima descrito sobre a historiografia contemporânea: o prestígio e as ilusões do *quantitativo* (cabe aqui pensar-se em Furet, Chavnu, Mauro, e tantos outros, *papas* da euforia quantitativista que grassou também entre nós, nos anos 60/70); o declínio da razão geográfica (impossível não se pensar em Vidal de La Blache, Mare Bloch, ou, principalmente, Braudel e seus epígonos, adeptos de uma *geohistória* que chegou a fazer parte do *currículo mínimo* oficial dos cursos de graduação em História e Geografia em nosso país...); a crise de inteligibilidade que tende a transformar a história num jogo ou sucessão de experiências, no qual as hipóteses e interpretações são eternamente *revisitadas* e a obra de história vale ou significa bem mais em termos do conhecimento do respectivo historiador e sua época que da história propriamente dita (seria aqui a brecha para introduzir, entre outros, o nome de Hayden-White).

Depois de tantos perigos e ameaças, será que a história pode ainda superar todos esses contratempos? Sim, afirma Boutry, e ela o vem fazendo a partir de três atitudes básicas dos historiadores: a *redescoberta do arquivo*, isto é, do *documento bruto*, graças, entre outras coisas, ao fascínio hoje exercido

pelo *texto*; segundo, a tomada de consciência das especificidades da *narrativa histórica*; e, por último, a recuperação sistemática da noção de *sentido*.

Outros ensaios deste mesmo *bloco*, também interessantes, são os de Jacques Revel – História e Ciências Sociais: Uma Confrontação Instável – no qual se analisa o curso sinuoso da história das *Annales* do ponto de vista de suas relações um tanto ambíguas com a Sociologia e a Antropologia; de Patrick Nerhot – No Princípio Era o Direito – a respeito da questão muito atual das afinidades discursivas da história com o direito; de Pascal Engel – Pode a Filosofia Escapar da História? – abordando uma das questões mais *quentes*, hoje em dia, no campo da história das idéias e da história intelectual – a da necessidade e possibilidade da chamada *contextualização*.

Do bloco a seguir, Competências, destaco três trabalhos mais gerais, ou menos *técnicos*: F. Bédarida – As Responsabilidades do Historiador Expert – que critica duramente, apoiando-se sobretudo em Michel de Certeau, os vários *revisionismos* da atualidade, lamentável *abdicação da razão* contra a qual se faz mais urgente do que nunca, segundo ele, afirmar (o historiador) o *princípio de verdade*, princípio essencial e em *nada* incompatível, ao contrário do que alguns possam supor, com o fato de *que toda pesquisa histórica inscreve-se num lugar social*. O ensaio a seguir, de Jean-Yves Grenier – A História Quantitativa Ainda É Necessária? – retoma e desenvolve alguns pontos já tocados por Boutry e indaga sobretudo dos novos usos possíveis de uma *história quantitativa* em tempos como os que vivemos hoje aparentemente muito mais favoráveis à narrativa e à análise antropológica. Em terceiro lugar, François Hartog, com A Arte da Narrativa Histórica, oferece-nos uma síntese precisa e inteligente das últimas discussões havidas na historiografia ocidental a respeito de um real ou apenas *suposto retorno da narrativa*; mais importante, no entanto, é a crítica consistente que faz às chamadas *teses narrativistas* ao sublinhar que a narrativa histórica mantém, por definição, uma relação específica com a verdade pelo simples fato de que ela *remete sempre a um passado que realmente existiu*.

Após as Questões e Competências, o terceiro bloco sublinha as Mutações. Entramos então na leitura de temas os mais diversos, inclusive alguns um tanto pontuais, cabendo de fato ao leitor, conforme seus interesses e preferências, escolher entre O Lento Surgimento de Uma História Comparada, de Heinz Gerhard Haupt, A Violência das Multidões: É Possível Elucidar o Desumano?, de Dominique Julia, ou, ainda, A Construção das Categorias Sociais, de Simone Cerutti, e Mulheres/Homens: uma Questão Subversiva, de Olwen Hufton. A tônica aqui recai nas temáticas mais atuais, aquelas

precisamente que concentram uma parte significativa das pesquisas e dos debates históricos mais polêmicos.

Diferentes da lógica seletiva presente nos blocos anteriores, os temas de Fronteiras nada possuem em comum, salvo o fato de contribuírem, cada qual a seu modo, para a melhor compreensão do panorama atual da historiografia. Em *Os Caminhos da Polifonia*, J. Boutier e A. Virmani buscam desenhando as linhas mestras da *comunidade mundial de historiadores*, em função tanto de seus progressos evidentes, como dos dilemas que ainda persistem. Ao analisar *A Comunidade Científica Americana: Um Risco de Desintegração?*, Timothy Tackett oferece-nos um quadro realista, algo pessimista quem sabe, da estrutura e funcionamento de uma comunidade historiadora ainda bem pouco conhecida entre nós. Muito interessante, enfim, a exposição crítica de Antoine de Baecque acerca do Bicentenário da Revolução, pois, se os números são impressionantes, mais ainda o são as estratégias e mecanismos postos em prática a pretexto daquela *comemoração* visando, de fato, afirmar uma presença cultural em crise – a francesa – à sombra do poder simbólico inerente à *memória* da Revolução Francesa.

Antes desse último bloco, inseriu-se um documento da maior importância – uma entrevista com Pierre Vilar – sob o título *A Memória Viva dos Historiadores*. A escolha merece todos os elogios. Afinal, Vilar é o mais antigo dentre os historiadores franceses vivos mas é também o menos procurado pela *mídia*, provavelmente por não ter sido nunca um *analista* ortodoxo e por ter sido sempre um historiador identificado com posições teóricas marxistas. Escolha curiosa também, se se tem presente a ressonância atual de perspectivas ditas *pós-marxistas* no contexto do chamado *pós-moderno*! Estão portanto de parabéns os organizadores, pois, ousaram apresentar-nos Pierre Vilar de corpo inteiro, vivo e lúcido como de hábito; um historiador competente, sério e coerente.

Antes de terminar, creio que são oportunas duas observações finais – sobre o caráter inovador da obra e a visão da *crise da História* que dela podemos deduzir.

Inovadora, esta coletânea assim se caracteriza de duas formas pelo menos: por ser francesa e apesar disto não se apresentar como uma obra *fechada*, do ponto de vista metodológico; pela juventude relativa de seus colaboradores e assim não incluir, como é de hábito, os famosos nomes consagrados e quase obrigatórios da historiografia gauluesa.

Francesa, esta obra não somente inova como surpreende pelas perspectivas que seus autores assumem em face da tradição historiográfica das *Annales* – reconhecimento genérico, muitas dúvidas, algumas críticas e

principalmente um certo cuidado com a marcação das próprias distâncias em relação àquela *tradição*. Metodologicamente aberta, ela assim se define quer pelo que inclui, quer por tudo que exclui. Inclui, por exemplo, sem as costumeiras ironias e restrições, referências a trabalhos de historiadores de outras nacionalidades sobre temas tipicamente *franceses*, a começar, pasme-se, por historiadores dedicados ao estudo da Revolução Francesa! Do lado das exclusões, vale sublinhar-se a ausência de qualquer tipo de abordagem que signifique a valorização unilateral de tal ou qual visão teórica.

A juventude se deduz tanto das próprias posições assumidas como também das datas de publicação dos trabalhos mais importantes de quase todos os participantes da coletânea – a década de 80. Naturalmente, poder-se-ia lamentar a ausência daqueles nomes nossos velhos conhecidos... Não penso que se deva realmente cobrar essas chamadas *presenças obrigatórias*. Como logo o leitor irá perceber, a injeção de perspectivas diferentes elaboradas por historiadores relativamente novos pode ser extremamente positiva.

Abertura, juventude, tudo enfim se condensa num certo padrão diante da *crise* que hoje parece estar na cabeça de todos os historiadores, padrão este que incorpora alguns pontos consensuais: 1 – Chamemos ou não de *crise* a atual situação da historiografia, o fato é que problemas existem na *oficina da história*, embora a natureza e alcance de cada um deles e a das respostas e/ou soluções dos historiadores seja algo ainda muito problemático; 2 – A existência de tais problemas não significa necessariamente uma *ameaça* ou anúncio de *desintegração* próxima, mas, antes, um verdadeiro desafio, no sentido positivo, principalmente se daí resultar, para o historiador, o abandono definitivo de sua indiferença e/ou sectarismo *teóricos* e a aceitação da necessidade de refletir seriamente sobre a natureza de seu próprio *fazer*. 3 – Não há lugar, na história-disciplina, para o ceticismo ou o relativismo radical. O historiador continua a ser, por definição, um *realista*: a matéria do conhecimento histórico é sempre a História, o *singular coletivo* no sentido utilizado por Koselleck; quer designemos a História como a *realidade* ou o *passado*, o fato aqui essencial é sua existência real, e sua acessibilidade ao tipo de conhecimento específico e verdadeiro que chamamos de *conhecimento histórico*. As dúvidas existem, não são de pequena monta, e têm muito a ver com o descrédito em que caíram as tradicionais ambições empiristas e teorizantes embasadas no pressuposto da apreensão/explicação da totalidade histórica. Ao proporem a pluralidade dos passados recompostos pela atividade dos historiadores, os colaboradores deste livro não pretenderam com isto abrir mão do mais essencial: que a história seja uma *escrita*, que

sua forma intrínseca seja a *narrativa*, que o discurso histórico tenha tudo a ver com a *retórica*. Trata-se de aquisições importantes sem dúvida alguma. O decisivo, porém, é que não se perca de vista a capacidade desse discurso de dizer algo verdadeiro a respeito de uma realidade *passada* que constitui seu *referente* extradiscursivo. Logo, por mais que se pretenda o inverso, o historiador não é nem pode ser um autor de ficção pois não é livre para inventar, imaginar e interpretar – o exercício das suas faculdades criativas e interpretativas está limitado pelas evidências documentais disponíveis no seu próprio *tempo e lugar*. É a partir de *protocolos de verdade* que se identificam, em derradeira instância, a história e o historiador como tais.

Notas

- ¹ Os "Tempos" do Século, ou o Crepúsculo da Consciência Histórica, in Gil, Fernando (Org.), *Balanço do Século*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, pp. 237/250.
- ² O Irracional, o Misterioso, o Enigmático, in Gil, Fernando (Org.), *op. cit.*, pp. 105/117.
- ³ Cardoso, Ciro F. S., *Ensaio Racionalista*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- ⁴ Dumoulin, J. et Moise, Dominique (Org.), *L'historien, entre l'ethnologue et le futurologue*. Paris, Mouton, 1972.
- ⁵ Diversos autores – *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS, 1993.
- ⁶ Vilar, Pierre, *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona, Crítica/Grijalbo, 1980.
- ⁷ Anderson, Perry, *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.
- ⁸ Chartier, R., *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990; Skinner, Quentin, *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*. Cambridge, University Press, 1991.
- ⁹ Zaidan Filho, Michel, *A crise da razão histórica*. Campinas, Papirus, 1989.
- ¹⁰ Dosse, François, *Le tournant interprétatif et pragmatique de l'historiographie française*. Recife, Simpósio da ANPUH, 1995, texto mimeo.
- ¹¹ Elton, G. R., *Return to Essentials. Some reflections on the present state of historical study*. Cambridge, University Press, 1991.
- ¹² Paris, Gallimard, 1974, 3 vols.; trad. bras.: Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 3 vols.
- ¹³ Veyne, Paul, *Comment on écrit l'histoire. Essai d'epistemologie*. Paris, Seuil, 1971.
- ¹⁴ Foucault, Michel, *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard, 1969; Idem, *L'Ordre du Discours*. Paris, Gallimard, 1971.
- ¹⁵ Retz – CEPL, Paris, 1978.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em que Pensam os Historiadores?

JEAN BOUTIER E DOMINIQUE JULIA

Quando, no silêncio da abjeção,
só se ouve o retinir da corrente do escravo e a voz
do delator; quando tudo treme diante do tirano e é tão
perigoso estar em suas graças ou merecer sua desgraça,
aparece o historiador, encarregado da vingança dos povos.
Nero prospera em vão, Tácito já está no Império.

Chateaubriand
Le Mercure de France
4 de julho de 1807.

Em que pensam os historiadores? A questão parecerá a muitos uma piada pois, ao contrário do que ocorre com os filósofos, não se espera dos historiadores que sejam virtuosos do conceito, nem que elaborem complexas arquiteturas teóricas. Tanto mais que, à exceção de alguns textos híbridos entre biografia e discurso do método, eles não são dados à auto-análise. É verdade que, desde os anos 60, surgiu o hábito de elaborar, episodicamente, espécies de inventários, consequência da expansão sem precedentes que o conhecimento histórico conheceu a partir do fim da última Guerra Mundial. Com a conquista de novos objetos e de novos territórios, a acumulação de trabalhos eruditos, o aprofundamento dos métodos, o avanço da informática, a prática do historiador foi grandemente renovada. A aceleração das mudanças nos últimos anos chegou a levar certos historiadores a falar, na França e fora dela, de incertezas, de dúvidas, de crises.

A presente coletânea se inscreve assim na urgência de uma retomada da reflexão sobre a profissão de historiador. Suas ambições são, todavia, modestas: nem balanço sistemático, nem manifesto de uma nova "nova história", ela pretende primeiramente destacar a "longa marcha" das pesquisas históricas de cinquenta anos para cá. A empresa é difícil: a extraordinária internacionalização da pesquisa histórica, a diversidade

das abordagens, a massa das publicações tornam impossível um panorama exaustivo, mesmo restrito à escala francesa. Precisaremos então nos contentar em esboçar as grandes “linhas de fuga” de uma historiografia abordada principalmente a partir do ponto de vista francês. Não que a “escola histórica francesa” constitua ainda um modelo: se ela mantém um real dinamismo, há muito tempo não possui mais o monopólio da inovação metodológica. Tanto quanto possível, portanto, conduziremos nosso olhar para além das fronteiras.

Não procuraremos aqui defender um conjunto coerente de proposições. Nem por isso cairemos em uma pseudo-imparcialidade insípida e enganosa. Engajados em trabalhos e discussões, compartilhamos com vigor de certas convicções: seria desonesto dar a ilusão de calá-las. Ao contrário, esta coletânea pretende participar, no mesmo plano, de alguns dos debates reais da atualidade.

O exame periódico de consciência

Não é de ontem que os historiadores se interrogam sobre o estatuto de sua própria disciplina. Às impaciências de uma geração emergente frente às certezas da historiografia instalada, às inquietações de uma corporação ciosa na defesa de seu território, vêm por vezes se misturar as reflexões de solitários, cujo lúcido diagnóstico é mal recebido por estar nas antípodas das correntes dominantes de uma profissão satisfeita com seus pressupostos e com seu patrimônio. Apenas a partir dos anos 1960, entretanto, surgem as primeiras tentativas sistemáticas e coletivas de reflexão sobre a atividade do historiador, de questionamento de alguns de seus aspectos. Tais tentativas resultaram, provavelmente, de três séries de fenômenos, independentes umas das outras.

A primeira está ligada às transformações rápidas do ensino secundário, tornado ensino de massa: num momento em que as matemáticas – e particularmente a matemática moderna – substituíam o latim como critério de classificação das inteligências, a cultura histórica seria fundamentalmente necessária à formação do homem moderno? Os historiadores travaram duras batalhas para manter o lugar da história nos programas diante da invasão das ciências exatas, consideradas mais “úteis”, para sublinhar seu valor “existencial” e cívico, seu antigo papel, insubstituível, de *magistra vitae*.¹ Fernand Braudel ou Jacques Le Goff, introduzindo no ensino secundário a história das civilizações, tal como ela se desenvolvia então em torno da revista *Annales*, tiveram aqui um papel decisivo.

A segunda série de questões veio do divórcio flagrante e sentido como intolerável entre a história universitária por um lado e a vulgarização histórica tal como era praticada – mediocrementemente – por historiadores amadores pouco informados das renovações da historiografia, por outro. Mudança de geração? Sentimento de um dever a ser cumprido como já havia sugerido Henri-Irénée Marrou em *De la connaissance historique* [Do conhecimento histórico]?² Ou simplesmente pressão de uma demanda social crescente, satisfeita por editores dinâmicos? O fato é que os historiadores profissionais continuam aceitando a tarefa de escrever livros destinados ao grande público instruído. A partir dos anos 50, Lucien Febvre concebera uma nova coleção, “Destins du Monde”, que apresentava amplas sínteses realizadas por historiadores profissionais.³ “Les grandes civilisations” (Arthaud), coleção dirigida por Raymond Bloch – alguns volumes conheceram uma difusão sem precedentes, como a *Civilisation de l'occident médiéval* [Civilização do Ocidente Medieval], de Jacques Le Goff – responde, de uma forma mais sistemática, às mesmas preocupações: “Esta coleção – esclarece o editor – corresponde a uma necessidade nova. Ao desejo de uma leitura agradável, à necessidade da síntese e das amplas visões de conjunto se acrescentam agora, entre todos os leitores, o gosto pela precisão, a exigência de um contato direto com os documentos e os monumentos, a necessidade ainda de um guia que treine o leitor para a análise e o oriente para pesquisas mais especializadas. Assim, nos esforçamos por resolver esse problema dirigindo-nos a alguns eruditos cujo talento de escritor, cuja ampla cultura, a prática de um longo ensino designavam para levar a bom termo um problema tão complexo”. A vulgarização repousa sobre as mesmas exigências de cientificidade das publicações eruditas, o que, por vezes, confunde suas fronteiras: A Revolução Francesa de François Furet e Denis Richet, que suscitou um debate importante, aparece em dois volumes luxuosamente ilustrados da editora Hachette (1965-1966).

A partir de agora, o “belo” livro vale tanto por seu texto quanto pela qualidade de suas imagens. Aqui nasceu um diálogo regular – que não era fácil – entre a pesquisa de ponta e um público cada vez mais amplo (renovado, de resto, pela explosão dos efetivos universitários). Cada grande casa editora tem, doravante, o dever de possuir a sua ou as suas grandes coleções históricas. Trata-se de vastas sínteses, com a coleção “Arts, Idées, Histoire” [Artes, idéias, histórias], criada em 1964 por Albert Skira, com os três volumes de Georges Duby, *Adolescence de la chrétienté occidentale*

[Adolescência da cristandade ocidental] (1967), *L'Europe des Cathédrales* [A Europa das catedrais] (1966), *Fondements d'un nouvel humanisme* [Fundamentos de um novo humanismo] (1966), ou as diferentes séries da *Histoire de France* [História da França] das Éditions du Seuil, inauguradas pela *Histoire de la France Rurale* [História da França rural] (1975). Os editores se lançam ainda a uma larga difusão de trabalhos originais. No momento em que F. Braudel lança uma ambiciosa coleção interdisciplinar – a “Nouvelle Bibliothèque scientifique” [Nova Biblioteca Científica] (Flammarion) –, a coleção “Histoire sans frontières” [História sem fronteiras] (Fayard; 1966), dirigida por François Furet e Denis Richet, pretende ocupar o vazio que existe “entre o jornalismo histórico fundado sobre a anedota e as tjes inéditas ou dificilmente acessíveis”, cobrir o espaço “entre a curiosidade de ontem, muito comumente limitada ao passado nacional, e a de hoje, extensiva à Europa e ao mundo”, restabelecer uma continuidade “entre as grandes obras estrangeiras inéditas em francês e as pesquisas novas que amadurecem na França e fora dela”: daí o apelo a grandes nomes – é aí que Pierre Goubert publica, em 1968, seu *Louis XIV et 20 millions de français* [Luís XIV e 20 milhões de franceses], um dos primeiros *best-sellers* da edição histórica – e uma política inteligente de tradução de obras de peso como as de Eugénio Garin, *L'Éducation de l'homme moderne* [A educação do homem moderno] (1968) ou de Eric J. Hobsbawm, *Les Primitifs de la révolution dans l'Europe moderne* [Os primitivos da revolta na Europa moderna] (1966). Numa perspectiva similar, os primeiros títulos da “Bibliothèque des Histoires” [Biblioteca das histórias] (Gallimard), sob a direção de Pierre Nora, surgem em 1971, quase ao mesmo tempo em que os da coleção “Universe historique” [Universo histórico] (Seuil), dirigida por Jacques Julliard e Michel Winock. A própria escrita da história sentiu os efeitos dessa abertura⁴.

Sobretudo – é a última série de questões, certamente a mais importante – a história é levada a redefinir problemáticas, métodos e objetos face às ciências sociais e humanas – basta pensar no impulso da sociologia ou da psicanálise – no momento em que a impressionante expansão de seu questionário e de suas curiosidades alarga continuamente seu “território”, o que suscita, desde a década de 1960, numerosas publicações. Algumas delas conservam um aspecto muito tradicional, tal como o volume coletivo da *Encyclopédie de la Pléiade* [Enciclopédia da pléiade], *L'Histoire et ses méthodes* [A história e seus métodos] (1961), dirigida por Charles Samaran, antigo diretor dos Archives de France: após

haver consagrado algumas páginas à definição da história, ao tempo e ao espaço, o volume se desdobra seguindo uma arquitetura clássica, onde a parte reservada às técnicas (as famosas ciências ditas “auxiliares”) é primordial: “pesquisa metódica dos testemunhos”, “conservação e apresentação dos testemunhos”, “exploração crítica dos testemunhos”⁵.

No mesmo momento, vários colóquios e números especiais de revistas inauguram uma reflexão mais exigente: “A carência de reflexão sobre o que fazem, de lucidez de seu sentido, entre os historiadores profissionais – nota Alphonse Dupront – tem algo de estarrecedor. [...] Se a conversa girou sobre métodos, e ainda assim muito pouco, já é mais do que tempo de nos perguntarmos, como homens de boa fé, quanto à clareza do que fazemos e para que servimos”⁶. A discussão prossegue nos anos 1970, desde *Aujourd'hui l'histoire* [A história hoje] que, no auge da vaga estruturalista, pretende reafirmar a fecundidade de um retorno de Marx,⁷ até ao vasto balanço da *Nouvelle Histoire* [Nova história] (Paris, Retz, 1978), dirigida por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, prolongada pelo *Dictionnaire des sciences historiques* [Dicionário das ciências históricas] (Paris, PUF, 1986), dirigida por André Burguière⁸. Mas essas duas obras, na órbita das *Annales* e da École des Hautes Études en Sciences Sociales [Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais], já ratificaram a explosão da historiografia em múltiplas direções; sobretudo, passando-se do balanço sistemático ao arbitrário de classificação alfabética, o instrumento de trabalho sobrepeja uma encenação fundamentada do método. Por isso é que o ambicioso *Faire de l'histoire* [Fazer história], publicado em três volumes em 1974 e tornado rapidamente um clássico, constitui o balanço mais revelador de um verdadeiro momento historiográfico, que ele permite por isso mesmo apreender⁹.

1974: o momento “*Faire de l'histoire*” – vinte anos depois, como lemos essa “obra coletiva e diversa” que pretendia “ilustrar e promover” os “caminhos da pesquisa histórica hoje” – um “novo tipo de história” – para “esclarecer a história a ser feita”, sem ser entretanto explicitamente programático?

Os subtítulos de cada um dos volumes manifestam esse interesse pelas mutações recentes da profissão: “Novos problemas”, que repensam a definição da história sob a “provocação” das outras ciências humanas; “Novas abordagens”, que modificam os recortes tradicionais em diferentes setores bem balizados; “Novos objetos”, que em sua bulimia devorante a história apropria e que se desenrolam, segundo uma lista à Prévert, do

clima à festa, passando pelo inconsciente, o corpo doente, os jovens e a cozinha. Uma breve sociologia dos autores destaca três traços fundamentais. Quase todos são “parisienses”, 30 em 33, e apenas um é “provinciano” (muito especial, já que se trata de Paul Veyne, futuro professor do Collège de France e dois “estrangeiros” (Jean Starobinski, professor em Genebra, e H. Zereker, professor em Harvard). Em segundo lugar, um terço dos autores (11) vêm da sexta seção da École Pratique des Hautes Études, presidida então por J. Le Goff; um outro terço (12 autores) reparte-se entre as diferentes universidades parisienses nascidas da fragmentação que se seguiu aos acontecimentos de maio de 68: Paris-I (4), Paris-IV (2), Paris-VII (3), Paris-VIII (3). Os restantes pertencem aos grandes estabelecimentos científicos: Collège de France (3), CNRS (3), Institut d'études politiques (1). A maioria dos autores atingiu a casa dos quarenta: poucos jovens, ainda menos “grandes antigos”, as exceções sendo A. Dupront, A. Leroi-Gourhan e P. Vilar. A ausência mais espantosa é a de Fernand Braudel; mas ele poderia aceitar não ser o mestre-de-obras? Caberia notar outras ausências, entre os “inovadores” recentes, como Maurice Agulhon ou Michel Vovelle. No essencial, trata-se de uma geração formada no período imediatamente pós-guerra, que dá a ver senão um “panorama da história atual” – o termo é explicitamente recusado –, ao menos as arestas mais vivas da disciplina e seus desenvolvimentos mais recentes.

A proximidade dos autores com a última geração de responsáveis pela revista *Annales* explica em boa parte a especificidade do livro. Ele ignora, desse modo, uma história diplomática e política, muito tempo dominada pela figura de P. Renouvin, e marginaliza uma história econômica e social construída sobre o modelo elaborado por C.-E. Labrousse. F. Furet convida a nos voltarmos para a análise “político-ideológica” das sociedades do passado e contesta a evidência segundo a qual o “dinamismo da história da França” seria de natureza econômica: “O investimento escolar, cultural no sentido amplo, e oficial (através dos serviços públicos), pode ter tido aí um papel mais fundamental que o aumento do produto nacional”¹⁰. Para Pierre Chaunu, encarregado todavia de tratar da história econômica, a história serial e, “ontem, econômica e social”, deve se lançar “de assalto sobre o terceiro nível, a saber o essencial, o afetivo, o mental, o psíquico coletivo... melhor dizendo, os sistemas de civilização”. Não apenas tratar da civilização escrita ou da imagem, mas estudar o sexo, a vida e a morte, para atingir, a exemplo do livro “pioneiro” de

M. Vovelle, “um lado capital de uma história do essencial”¹¹. Quanto a Georges Duby, se ele afirma de saída que “a história das sociedades deve fundar-se em uma análise das estruturas materiais”, é para acrescentar, imediatamente, que os progressos feitos pela pesquisa histórica nos domínios da economia, da demografia e da ecologia no curso dos anos 1940-1970 obrigam à “elaboração de novos questionários” e particularmente ao estudo dos sistemas de representações, de valores e de crenças a partir dos quais os homens modelam seus comportamentos.

Enfim, *Faire de l'histoire* [Fazer história] acompanha – e ao mesmo tempo anuncia – a passagem de uma paradigma onde a análise macro-econômica era primordial para uma história que focaliza os sistemas culturais compreendidos em um sentido muito amplo. Nem por isso o livro se prende a terminologias em moda: Jacques Le Goff critica a imprecisão e a maleabilidade do termo “mentalidades”; mas não se trata de abandonar o terreno, mesmo se os instrumentos conceituais e os métodos aptos para o seu esquadramento ainda faltam.

Em segundo lugar, *Faire de l'histoire* preludia uma fragmentação da disciplina. E. Le Roy Ladurie, ao afirmar em seu prefácio a *Paysans du Languedoc* [Camponeses do Languedoc] (1966) ter-se lançado à aventura de uma história “total”, suscitara violentas críticas. Pierre Vilar, apoiando-se em um retorno teórico a Marx sensivelmente diverso da leitura operada então por Louis Althusser e seus discípulos, é quase o único a defender, apesar dos “sarcasmos”, a ambição de uma história *total*. Com malícia, Pierre Vilar recusa-se a deixar a presa pela sombra, a totalidade pela novidade: “Toda história ‘nova’, privada de ambição totalizante, é uma história previamente envelhecida”. Ao contrário, para F. Furet, a “apreensão do global” não é mais que “o horizonte da história”: “A historiografia contemporânea só progride na medida em que ela delimita seu projeto [...]”. Mas a análise global do ‘sistema dos sistemas’ hoje provavelmente está fora de seus meios”¹². Michel Serres é ainda mais categórico: “Os sistemas de totalidade sem exterior, de explicação ou compreensão universais e sem lacunas, estruturados por diferenças, leis seriais e quadros sinóticos, hierarquizados por referências e funcionando a motor, ou de planos escalonados como camadas ou estratos, são *dessuets* tanto quanto seus modelos mecânicos de funcionamento, como variações ortogonais a uma ciência morta”¹³. O ecumenismo de *Faire de l'histoire* desemboca numa forte contradição entre os autores, pouco ciosos de uma coerência de conjunto em suas proposições.

A dispersão das referências teóricas é, de resto, proporcional às divergências que separam os autores em sua concepção da história. Os grandes ancestrais, Marx e Freud, não estão ausentes. Mona Ozouf sublinha, a propósito da historiografia acadêmica da festa, o “grande ausente das interpretações”, a saber, a “necessidade coletiva [...], a necessidade pulsional da festa”¹⁴. A psicologia das profundezas está presente na contribuição de A. Dupront sobre a antropologia religiosa, ainda que beba mais em Jung do que em Freud. A contribuição mais aberta às interrogações da psicanálise é, sem sombra de dúvida, a de Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, que sublinham que o corpo, em sua alteridade, é “o limite onde tropeça e pára” um saber “agressivo e devorador”, que deseja abolir a diferença: a história não deve mascarar muito rapidamente as falhas que atravessam os “textos” de ontem com hipóteses redutoras, mas dar lugar aos silêncios, atenta ao infortúnio, ao sofrimento que só se diz indiretamente¹⁵.

Quanto ao retorno a Marx, ainda que a obra pretenda romper com o modelo dominante de história econômica, ele surge em vários níveis. O objeto principal do debate é, no entanto, a leitura filosófica que Louis Althusser acaba de propor em *Pour Marx* [Por Marx] e *Lire le Capital* [Ler o Capital]; toda a demonstração de Pierre Vilar se levanta firmemente contra seu dogmatismo teórico, seu hegelianismo, seu desconhecimento abissal da prática histórica contemporânea: “A descoberta de Marx não é essencialmente nem de ordem econômica nem de ordem teórica, mas de ordem sócio-histórica. Ela está no desnudamento da *contradição social* que implica a formação espontânea, livre, da mais-valia (‘acumulação do capital’), no conjunto coerente do modo de produção que a assegura, e que ela caracteriza”.¹⁶ A fidelidade a Marx encontra-se também no texto de Michel de Certeau que, recusando o estatuto “reservado” que Raymond Aron atribua aos intelectuais, sublinha que os cortes epistemológicos são indissociavelmente sociais e intelectuais.

Em verdade, *Faire de l'histoire* é um livro datado em suas referências intelectuais. As obras maiores que, na França, inauguraram novas questões nas ciências humanas, de Georges Dumézil, Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault ou Louis Althusser, subentendem as colaborações de muitos autores. Era o apogeu do período “estruturalista”. Por outro lado, os trabalhos da escola de Frankfurt – então disponíveis apenas em alemão – eram pouco conhecidos: apenas Paul Veyne e sobretudo M. De Certeau fazem referência à sociologia crítica de Jürgen Habermas. O livro é por isso sensível às mutações que afetam o tempo presente? P. Chaunu liga

nitidamente o deslocamento dos interesses dos historiadores à “crise de civilização que afeta, desde 1962, setor a setor, os países que chegam, progressiva e setorialmente, à era pós-industrial. A crise põe em questão as transposições laicas dos valores de civilização de cristandade realizadas no século das Luzes, a transposição escatológica da finalidade cristã sobre um crescimento por muito tempo automotivante”¹⁷. Distinguem-se com muita nitidez aqui as inquietudes do historiador – e um tanto teólogo – diante da perda de sentido em nossas sociedades contemporâneas. O acontecimento – como poderia ter sido diferente depois dos “acontecimentos” de maio de 68? – conquista até o direito a uma colaboração particular, a de P. Nora, enquanto que as *Annales* não lhe reservavam lugar algum. Mas ele é tratado sobretudo sob seu aspecto mediático “de atualidade” e sua projeção espetacular contemporânea; e para além de uma fenomenologia formal, o autor, ao comparar o historiador ao geólogo sobre um vulcão em erupção, designa mais ponto de vista do que os instrumentos para tratar o problema.

Mas é talvez M. De Certeau quem mais lucidamente situa a falha introduzida pelo acontecimento: para ele, o historiador não deve renunciar jamais à relação que as séries, as regularidades percebidas “mantêm com ‘particularidades’ que lhes escapam”, mas deve ocupar-se do particular como “limite do pensável”¹⁸. Assim ele pontua, através do modelo dominante da história serial, o movimento que conduz ao interesse pelos “restos” e pelas “diferenças”: “O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio”¹⁹.

Vinte anos depois. – Forçoso é constatar hoje que a história dos anos 90 difere sensivelmente daquilo que, por um momento, apresentou-se como a “nova história”²⁰. É bem verdade, a mudança operou-se com frequência no sentido diagnosticado ou sugerido por *Faire de l'histoire*. O “território do historiador” prosseguiu sua expansão com a introdução de novos objetos: a história das “atitudes coletivas”, diante da morte (Philippe Ariès, Michel Vovelle), do medo (J. Delumeau) ou da vida (J. Gélis), a história dos gestos (J.-C. Schmitt), das cores (M. Pastoureau), dos prenomes (L. Pérouas, J. Dupâquier) ou dos “dispositivos afetivos” (A. Corbin). Novas abordagens continuaram surgindo, levando vastos setores a uma reformulação das análises, como a análise das formas da sociabilidade no âmago da história social (M. Agulhon), a inscrição no

espaço das relações e das dinâmicas econômicas de longa duração através das “economias-mundos” (I. Wallerstein)²¹, o relacionamento das atividades econômicas, das estruturas demográficas e das configurações sociais segundo o modelo – hoje fortemente discutido – da “proto-indústria”²², ou a construção da memória nacional pelo trabalho com os “lugares de memória”²³. Certos domínios, já definidos, adquiriram visibilidade e legitimidade, como a história das empresas, industriais, comerciais ou financeiras²⁴. Outros constituíram-se, quase que totalmente, como a “história do tempo presente” – que é extremamente difícil de se pensar, considerando-se a função crítica da história frente às reconstruções da memória (ou da amnésia) – que o CNRS institucionalizou ao criar, em 1978, um Instituto de história do tempo presente²⁵.

Entretanto, semelhante criação não era tão simples. Por causa, antes de tudo, da antiga e tenaz crença de que a história se institui sobre a separação entre o passado e o presente – ilusão todavia denunciada desde há muito – para que exista entre o historiador e seu objeto a distância necessária à “objetividade”: só o recuo libertaria das “paixões” do momento e a história “imediate” deveria ser deixada para o jornalista. Em segundo lugar, porque a escola histórica francesa foi fortemente marcada pela onipotência concedida à longa duração em detrimento do acontecimento: F. Braudel disse sua desconfiança frente ao tempo curto, “a mais caprichosa, a mais enganosa das durações”, pois “tal como a sentiram, descreveram e viveram os contemporâneos”, reconhecendo, entretanto, que é a história “mais apaixonante, mais rica em humanidade”²⁶. Pois foi o caráter traumático dos acontecimentos que inauguram nossa contemporaneidade – a Segunda Guerra Mundial e o genocídio nazista – que tornou necessária a emergência da história do tempo presente. François Bédarida recorda aqui mesmo a importância do papel do exame por peritos e a responsabilidade social do historiador frente à impostura dos negacionistas. Está em jogo a relação da história com a verdade assim como de sua função cívica, sem que seja certo que possamos jamais “historicizar” totalmente o fenômeno “nazismo”, tanto o horror dos campos toca os próprios limites de nossa cultura; como escreve F. Furet: “Há um mistério do mal na dinâmica das idéias políticas do século XX”²⁷.

Os vinte anos que nos separam de *Faire de l'histoire* não foram então marcados nem por uma falta de dinamismo – as sínteses coletivas são muito numerosas, como as histórias da França “rural”, “urbana”, mais recentemente “religiosa”, a *L'Histoire de la vie privée* [A história da vida privada]²⁸,

a *L'Histoire économique et sociale du monde* [A história econômica e social do mundo] ou a *L'Histoire de l'édition française* [A história da edição francesa]²⁹, mais recentemente ainda, e sob a iniciativa do editor italiano Laterza, a *L'Histoire des femmes en Occident* [A história das mulheres no ocidente], seguida de uma *L'Histoire des jeunes* [A história dos jovens] e agora de uma *L'Histoire de l'enfance* [A história da infância] – nem pela inércia das práticas historiográficas. A história social e econômica, por muito tempo dominante na França, apagou-se diante do avanço da história cultural, mas também da história política, em história contemporânea³⁰, e mais ainda em história medieval³¹ e moderna, como testemunham, por exemplo, os importantes trabalhos consagrados à “gênese do Estado moderno”³². A rigidez dos quadros “estruturais” (o econômico, depois o social, depois o mental, para retomar a trilogia de E. Labrousse) desgastou-se, a quantificação – uma das “linguagens de descrição do mundo” preferidas pelos historiadores do pós-guerra – perdeu terreno, mesmo que, como explica J.-Y. Grenier, permaneça sendo um instrumento heurístico insubstituível. A realidade histórica é cada vez menos examinada como um objeto dotado de propriedades que preexistam à análise, mas como um “conjunto de inter-relações que se movem no interior de configurações em constante adaptação”³³. Simona Cerutti aqui o demonstra a partir do problema das classificações sociais.

Numa palavra, a passagem das massas às margens, das análises estatísticas aos estudos de casos, dos objetos às práticas e às lógicas sociais (como demonstra Dominique Julia a propósito da multidão) provocou, entre outras coisas, a reintrodução dos agentes nos grandes processos históricos e a diversificação dos instrumentos analíticos. Passar a levar em consideração, por exemplo, a diferenciação social dos papéis sexuais em um número crescente de domínios (cf. o artigo de Olwen Hufton) não foi pequena transformação. Notemos igualmente que a chegada, doravante maciça, de historiadores estrangeiros (americanos, ingleses, mas também italianos ou alemães) como Robert Darnton, E. Weber, R. Paxton ou T. Zeldin, o desenvolvimento das grandes revistas anglófonas como *French Historical Studies* [Estudos históricos franceses] (a partir de 1962), *French History* [História francesa] (a partir de 1987) ou *Modern and Contemporary France* [França moderna e contemporânea], favoreceram a renovação das abordagens.

Por que, apesar da riqueza e da abundância de um tal panorama – que além do mais é necessariamente incompleto – certos historiadores falam não apenas de incertezas, de dúvidas, mas também de crise? A

questão é tanto mais importante por não se restringir à França, mas repetir-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos³⁴. O fenômeno não data de hoje: o primeiro alerta remonta ao fim dos anos 70 – momento de euforia persistente sob o signo da “nova história” –, com o artigo de Lawrence Stone que, à contracorrente de várias décadas de prática histórica, diagnosticava um “retorno ao relato”³⁵. Ele chegaria a se integrar em uma “crise geral das ciências sociais”³⁶. Trata-se simplesmente de uma transformação dos grandes modelos de inteligibilidade que, por longos anos, os historiadores utilizaram no exercício de sua “profissão” (cf. artigo de Philippe Boutry³⁷). Trata-se também dos desafios que outras disciplinas podem lançar à história quando ela se esforça por historicizar o conjunto de realidades sociais, em particular entre os filósofos – trate-se da filosofia analítica, como apresentada aqui por Pascal Engel, ou da filosofia moral e ética – que recusam a historicidade a certas realidades, em nome de um sujeito universal e trans-histórico? Não apenas: é o próprio estatuto da história, enquanto disciplina científica, que a partir de então é posto em jogo.

De um relativo consenso passou-se a uma confrontação ambígua, onde a história, de resto, está longe de se encontrar em uma posição de fraqueza. Sob o choque da “virada lingüística” iniciada nos Estados Unidos no fim dos anos 60³⁸, e de uma crítica literária que, levando a extremos as análises de Paul Ricoeur e, mais recentemente, de Hayden White sobre o relato (cf. o artigo de François Hartog), amalgama “relato”, histórico ou não, e ficção, a história tornar-se-ia um simples gênero literário, e perderia a partir disso toda pretensão a ser também um discurso de verdade. Ora, recentes proposições da epistemologia das ciências sociais reinstalam a história no coração das ciências sociais, não como a ciência-rainha, mas como um modelo geral de cientificidade das ciências sociais: J.-C. Passeron considera a todas como “ciências históricas”, frente às ciências da natureza, as únicas que estariam submetidas ao modelo popperiano de validação experimental³⁹.

Em conjunturas diversas, segundo as disciplinas ou o país, a “crise” se enuncia em termos de sobrevivência – Grã-Bretanha –, de futuro – Estados Unidos – ou de estatuto – França, Estados Unidos – da história. Será necessário, por isso, dramatizar o momento presente pois, como lembrava recentemente a historiadora americana Joan W. Scott, “aqueles que esperam que os momentos de mudança sejam confortáveis e isentos de conflitos não aprenderam história?”⁴⁰.

A profissão de historiador hoje

A história tende a tornar-se um patrimônio comum. Por conseguinte, todo o mundo pode tornar-se historiador, de sua família, de sua cidadezinha, de sua região, de sua profissão, de sua disciplina... Diferentemente da matemática, da biologia, até mesmo da sociologia ou da antropologia, acontece ainda, muitas vezes, com a história como com a música de amadores ou a pintura de domingo. Alguns mesmo, como certos juizes de Versailles em uma sentença famosa ou certo antigo conselheiro do príncipe, se erigem pura e simplesmente em historiadores. Donde um risco, claramente denunciado por Pierre Vilar: no “comércio da história”, as “marcas [...] estão muito mal protegidas. Qualquer um pode se dizer historiador. [...] Contudo, nada mais difícil e raro do que ser historiador...”⁴¹. Vilar acrescentava, é certo, o epíteto “marxista”, mas a observação vale mesmo sem o epíteto. Numerosos textos recentes, que remetem à “profissão de historiador” – às suas “regras”, como lembra aqui mesmo François Bédarida – testemunham a atualidade da questão. Se a paternidade da expressão pertence a Marc Bloch, numa obra importante, ainda que inacabada⁴², ela pertence daí em diante ao domínio público, para englobar a um tempo um método – um conjunto de operações técnicas, com seus instrumentos, seus procedimentos e sua necessária aprendizagem, e critérios de cientificidade – e uma deontologia, não se deve esquecer a dimensão ética do trabalho histórico, como de todo trabalho científico. Certamente foram as exigências da “história do tempo presente” que devolveram a essa antiga questão toda a sua urgência, enquanto que a reflexão metodológica recente tendia a promover o problema da “escritura histórica”, pondo como que entre parênteses a imperiosa exigência de verdade⁴³.

O “pequeno mundo” dos historiadores? – Desde inícios dos anos 70, os efetivos universitários conheceram um crescimento sem precedente. Os historiadores titulares de postos nas universidades francesas passaram de 302 em 1963 para 155 em 1991, ou seja, seu número foi quase quadruplicado, os professores de história nas universidades italianas passaram de 252 em 1951 para 1.115 em 1983, e passaram de 1.300 em 1960 para 1.700 em 1970 nas universidades britânicas, quando eram por volta de 30 em 1900⁴⁴. As conseqüências são numerosas: a pesquisa profissionalizou-se quase completamente, às custas dos ilustres acadêmicos, e, com algumas exceções, implantou-se solidamente. O volume das publicações deu um salto: de acordo com a bibliografia anual internacional de história da França,

contava-se com cerca de 3.000 publicações (livros, artigos, comunicações...) por ano nos anos 1920, 5.000 por volta de 1955, 8.000 em 1960, 9.000 em 1963, 10.000 em 1970; após um decênio de estagnação, o crescimento foi retomado: 11.000 em 1979, 12.000 em 1985, mais de 15.000 em 1991. Enquanto os "catedráticos" dos anos 1960 podiam ainda dominar uma vasta área, a explosão da produção em todos os setores historiográficos levou a uma especialização mais e mais aguda, a despeito da publicação regular de *review articles* ou do desenvolvimento das bibliografias informatizadas. É preciso notar, de resto, que essas últimas operam escolhas drásticas, privilegiando fortemente as publicações em inglês, uma vez que os instrumentos informáticos mais potentes encontram-se nos Estados Unidos. É verdade, como lembra oportunamente T. Tackett, que o tamanho da "comunidade" dos historiadores nos Estados Unidos é sem comparação com a dos outros países do mundo: lá são publicados a cada ano mais de 7.000 livros apenas sobre a história dos Estados Unidos e países da América, contra uns 2.500 na França para todo o conjunto das ciências sociais.

Esses historiadores, mais numerosos que antes, encontram-se também mais freqüentemente para apresentar problemas e resultados em congressos ou seminários, em períodos limitados de ensino em universidades estrangeiras, sobretudo européias (graças aos programas de cooperação como "Erasmus"), mas também americanas. Tal circulação possui evidentemente muitas vantagens: acelera a difusão dos resultados, obriga os pesquisadores à confrontação, nacional e, mais ainda, internacional, o que tende a desclassificar uma historiografia muito estreitamente "hexagonal", em suas questões mais que em seus objetos. Mas o "colóquio", mais dissimuladamente, toca a atividade dos historiadores de dois modos. A prática da comemoração, em escala nacional como na França, em escala mais local como na Itália⁴⁵, tornou-se uma das fontes de financiamento das reuniões científicas; ademais, uma demanda social forte exige a apresentação de resultados da pesquisa, para além dos círculos de especialistas, pelos próprios historiadores. Comemoração e "vulgarização" (sem conotação pejorativa) podem perfeitamente se encontrar e multiplicar os encontros, como foi o caso do Bicentenário da Revolução Francesa. Compreende-se então facilmente o apelo à moderação no uso dos colóquios, apelo lançado recentemente por Jacques Le Goff⁴⁶. A transformação do historiador em *globe-trotter* – um exemplo excepcional mas revelador é apresentado aqui por Antoine de Baecque – é não apenas uma experiência extenuante

para quem a vive, mas tende também a reduzir, até mesmo a fazer desaparecer, o indispensável "tempo de reflexão".

Desde os grandes sucessos editoriais dos anos 70 sobre fundo de nostalgia rural (*Histoire de la France Rurale* [*História da França rural*]), o Montaillou de E. Le Roy Ladurie... – que alguns acreditaram poder interpretar como um açambarcamento da edição de história programado pela "escola das *Annales*" –, o imaginário de muitos historiadores foi povoado de *best-sellers* ou de *Apostrophes*. A celebridade do historiador é uma realidade recente, como o demonstra *a contrario* um panfleto anti-*smita* recente que se opunha ao nome de Marc Bloch para a Universidade de Letras e Ciências Humanas de Strasbourg: um nome "não conhecido pelo grande público"⁴⁷. Ela indubitavelmente modificou a relação entre pesquisa e edição. Não há dúvida, um bom número de livros ainda é submetido a um editor por iniciativa de seu autor (33% dos livros publicados no conjunto do setor de ciências sociais). A novidade – não absoluta – vem sem dúvida da crescente importância da encomenda editorial (22% dos livros publicados⁴⁸): ao lado das grandes coleções e das séries históricas, ou das biografias, redigidas agora por professores universitários titulados, os editores pretendem suscitar obras específicas. Georges Duby, que confessa haver escrito vários de seus livros sob encomenda, lhes reconhece o mérito de sacudir a indolência, de estimular a inteligência⁴⁹. Eles foram particularmente ativos para produzir vastas sínteses, primeiramente em escala nacional, com co-edições "bilaterais" logo a seguir – o editor italiano Laterza fez disso uma especialidade, com a ajuda de historiadores italianos e franceses; os volumes são depois propostos para a tradução em outras línguas –, com coleções agora européias, como a dirigida por Jacques Le Goff.

Esse real sucesso da história como mercado editorial, que mobilizou – desviou? – uma parte – mas qual? – da corporação, influenciou profundamente as dinâmicas da pesquisa recente? alterou o equilíbrio entre a vulgarização e a pesquisa? modificou a própria escritura da história? Claude Langlois propõe aqui uma perspectiva diferente: qual a edição necessária para a pesquisa histórica? Para além das questões clássicas, que tratam da distância entre pesquisa e vulgarização, da necessária publicação, em atenção a um público de especialistas, de pesquisas austeras e difíceis mas fundamentais, é importante refletir sobre o laço essencial que o editor deveria estabelecer entre a pesquisa e a demanda social. A esse respeito, a França, como a Itália ou a Espanha,

encontram-se em uma situação em que a maioria das obras históricas é publicada por editores comerciais, o que assegura uma larga difusão a esse tipo de livros. Na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, ao contrário, o essencial das obras históricas é publicado por editoras universitárias, especialistas do livro “acadêmico”. Não estaria aí uma das razões do aprisionamento dos historiadores ingleses numa torre de marfim cujos perigos acabam de ser denunciados por D. Cannadine? É evidente que se, para retomar uma comparação já utilizada, o editor de história concebe seu produto como uma fábrica de detergente concebe um novo sabão em pó, o historiador fica dependente. Mas a oposição simplista entre lógicas editoriais e lógicas intelectuais negligencia a interpenetração complexa do mundo universitário e do meio editorial, a divisão dos papéis entre diretor de coleção e diretor comercial, os riscos de desclassificação, no campo intelectual, do historiador mercenário... Todavia, que editor atual esperaria quinze anos para que um Marc Bloch lhe entregasse seu manuscrito de *La Société Féodale* [A sociedade feudal]⁵⁰? A oposição dos dois sistemas não deve, de resto, ser levada longe demais: os editores comerciais franceses se beneficiam frequentemente das subvenções do Centro Nacional do Livro (CNL), do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), ou do ministério do Ensino Superior e da Pesquisa, quando se trata de publicações de caráter científico. Não é o caso de se ignorar ou denegrir essa entrada da história no espaço mercadológico, sobretudo enquanto uma avaliação séria e serena de suas consequências não tiver sido realizada.

As regras da profissão

Não há história sem aplicação rigorosa das regras de uma profissão. Essa insistente lembrança – cuja compreensão não é imediata, pois ela remete tanto a princípios formalizados quanto ao *savoir-faire* não expresso, adquirido no trabalho ou na atividade de “oficina” – retira sua origem de inúmeros fenômenos. A “nova história” fundou-se, entre outras coisas, no estudo das massas – a verdade é então assegurada não pela operação crítica mas pela “lei dos grandes números” – e na recusa da divisão entre documentos “verdadeiros” e “falsos” – todo documento é útil para o historiador; desse modo ela colocou entre parênteses por um tempo a crítica histórica mais tradicional, ao mesmo tempo em que elaborava outros métodos adaptados aos novos tipos de documentos mobilizados, como os testes de validamento das séries estatísticas em história econômica ou em demografia

histórica⁵¹. Seus avanços decisivos repousaram na inventividade de seus autores, na importação, mais ou menos selvagem, de noções ou de modelos explicativos vindos das ciências sociais, mais do que na crítica metódica das fontes. À margem da “galáxia Mabillon”, o “novo historiador” encontrou-se desarmado, nos anos 80, face às teses “negacionistas” sobre a não-existência das câmaras de gás e, mais recentemente ainda, diante da abertura dos arquivos das antigas democracias populares.

Em um livro que deve ser meditado, Anthony Grafton nos lembra que o desenvolvimento da crítica na época moderna alimentou-se da sutileza inventiva dos falsários⁵², quer se trate da famosa “doação de Constantino” que deveria legitimar o poder temporal do papado medieval⁵³, ou dos tristemente célebres “protocolos dos sábios de Sion”, texto anti-semita posto em circulação no fim do século passado⁵⁴. Donde, num primeiro momento, uma retomada dos métodos tradicionais da crítica de textos, elaborados no século XVII e sistematizados pela filologia alemã do século XIX, e uma remissão, na falta de coisa melhor, à velha *Introduction aux études historiques* [Introdução aos estudos históricos], publicada em 1898 e recentemente reeditada: C. V. Langlois e C. Seignobos nela assentaram o “método histórico” sobre um tratamento de documentos que combinava uma crítica externa voltada para a autenticidade – a partir da escritura, da língua, das formas ou das fontes do documento – a uma crítica interna atenta ao autor e suas intenções e assim ciosa do verídico. Se essas fórmulas simples podem constituir um poderoso antídoto contra as falsificações de todo tipo em um período de manipulação mediática e de aproximações apressadas⁵⁵, é apenas imperfeitamente que dão conta da erudição crítica, ainda menos das práticas atuais da profissão: esse exercício sistemático de comparação e confrontação é a um tempo uma “arte racional” e uma “arte de fineza”, afastada de toda regra mecânica; M. Bloch já sublinhou suas formas muitas vezes antinômicas e os seus riscos – como o de substituir uma linguagem da probabilidade por outra de evidência comum⁵⁶.

Não nos cabe aqui retomar os grandes elementos da “profissão de historiador” aos quais M. Bloch consagrou, há mais de meio século, reflexões mais do que nunca fundamentais. Não pode haver história senão erudita; a coleta metódica dos dados repousa sobre o recurso, frequente ainda que variável segundo as épocas e os lugares, às técnicas “auxiliares” – ou “ancilares” – cuja longa lista não cessa de se enriquecer, com a introdução, por exemplo, de métodos físico-químicos em arqueologia ou

em História da Arte. Uma arqueologia industrial atenta aos arquivos veio recentemente desmontar o processo da “engenharia criminal”, a partir do estudo da construção dos crematórios de Auschwitz⁵⁷. Neste quadro, os progressos da história repousam essencialmente sobre uma lógica da acumulação: acumulação de instrumentos de trabalho e de dados (repertórios de arquivos e de fontes, bibliografias gerais ou especializadas, dicionários, edições de textos, bancos de dados...), acumulação de trabalhos... Mas não está aí o essencial: a qualidade da produção histórica depende do questionário elaborado pelo historiador; a validade das respostas obtidas remete, para além dos procedimentos empregados, à pertinência da documentação mobilizada em relação às questões propostas.

A demonstração de Étienne François, aqui mesmo, é, a esse respeito, esclarecedora: os relatos dos “informantes não-oficiais” da antiga Stasi descrevem a oposição ao regime ou são, antes, o produto da máquina político-administrativa da antiga RDA e das estratégias complexas de seus agentes? Para retomar a velha expressão de Émile Durkheim, o historiador, como o sociólogo, constrói seu objeto de estudo pela formulação de questões ou hipóteses, pela definição das bases documentais e pela escolha dos procedimentos de análises⁵⁸. Foi neste caminho que a reflexão sobre a “profissão” progrediu recentemente.

Analisando o *Montaillou, village occitan* [Montaillou, aldeia occitana] de E. Le Roy Ladurie (Paris, Gallimard, 1975), Jacques Rancière sublinha o custo da construção historiográfica. A etno-sociologia de uma aldeia “cátara” do século XIV só foi possível pelo descarte da heresia que deu lugar à visita do inquisidor e forneceu o material de arquivos: “O inquisidor suprime a heresia ao erradicá-la. (...). O historiador, ao contrário, a suprime ao enraizá-la. (...) Era necessário que a heresia fosse para que fosse escrito o que não tinha nenhuma razão de ser: a vida de uma aldeia do Ariège no século XIV. É preciso que ela desapareça para que essa vida se reescreva no presente de uma história das mentalidades”⁵⁹. Realidade enviesada, reduzida, mutilada? A operação historiográfica é acompanhada por efeitos diversos: a menos mal conhecida é a ilusão documentária que, como nos lembra Olivier Guyotjeannin, faz tomar por uma mudança nas realidades observadas o que é apenas uma modificação do modo de redigir atos administrativos ou notariais ou a aparição de uma documentação antes inexistente. Mais sutil é a produção de “artefatos” pelos instrumentos utilizados. Há quase vinte anos, J.-C. Perrot havia atraído a atenção para o efeito descoberto pelo economista americano Slutsky: uma série de cifras lançadas ao acaso e substituídas por uma média

móvel toma aspecto de flutuações cíclicas; se se considera que a sucessão das colheitas sob o Ancien Régime é um fenómeno aleatório, como afirmar que os ciclos conjunturais das economias antigas são fenómenos reais? Mais recentemente, os efeitos do uso da média nas estatísticas históricas foram submetidos a avaliação⁶⁰. Restaria ainda examinar a utilização de noções importadas de outras disciplinas, variante do clássico “anacronismo”: as noções elaboradas para descrever, digamos, os bororos ou os nuers podem se aplicar aos aldeões da Borgonha medieval? Muito dificilmente, pois “a disciplina da história é, acima de tudo, a disciplina do contexto”⁶¹. Ao afirmar assim a especificidade disciplinar da história entre as outras ciências sociais, o historiador britânico E. P. Thompson enunciava uma regra fundamental da profissão de historiador: um fato, uma realidade social ou cultural, só pode ser analisado no contexto muito preciso, quase estreito, que o produziu ou fez existir.

Os instrumentos de trabalho – Durante os anos 1960, no apogeu da exploração das grandes fontes seriais, o uso do computador realizou, na França, uma entrada marcante na pesquisa histórica. Ele permitia o domínio sobre *corpus* até então inacessíveis por sua amplitude, permitia transformá-los em quadros de cifras e gráficos: era, antes de tudo, uma fantástica máquina de calcular. Trinta anos mais tarde, a introdução da informática na história parece quase paradoxal: os grandes trabalhos de história quantitativa, de *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle* [Esboço do movimento dos preços e dos lucros na França no século XVIII] de Ernest Labrousse (1933) ao monumental *Seville et l'Atlantique* [Sevilha e o Atlântico] de Pierre Chaunu (1955-1960), foram elaborados com máquinas de calcular “pré-históricas”; as calculadoras de bolso nos anos 1970, sobretudo a microinformática dos anos 1980 colocaram ao alcance de todos um espantoso poder de cálculo no momento em que o “paradigma galileano” deixa de ser central entre os historiadores que se afastam do serial e do quantitativo.

Não é o caso, todavia, de fazer um balanço negativo. As grandes enquetes quantitativas não cessaram da noite para o dia: a possibilidade de trabalhar com populações consideráveis foi banalizada – Christiane Klapisch e David Herlihy estudaram assim os talvez 250.000 toscanos registrados no *catasto* (cadastro fiscal) estabelecido por Florença em 1427, André Zysberg escrutou a totalidade dos 60.000 condenados às galeras da época de Luís XIV, Jean-Pierre Bardet reconstituiu, a partir de amostragens significativas, os comportamentos demográficos dos habitantes de Rouen nos séculos

XVII e XVIII⁶². Onde a informática começa a alterar o trabalho do historiador é na introdução da possibilidade de trabalhar com dados cada vez mais ricos, dotados de um número mais e mais elevado de caracteres ou de variantes. Os anos 80 conheceram ainda, na França, o desenvolvimento da análise factorial, no momento em que os historiadores complexificavam seus modelos explicativos dos processos históricos: apreender as correlações não entre dois ou três elementos, mas re-situar o objeto estudado em um circuito muito mais diversificado. A informática permite, igualmente, o recurso a modelos formais para avaliar a importância de tal ou tal fator num processo histórico⁶³. A econometria faz assim uma entrada tardia, e prudente, na história econômica com a publicação do grande trabalho de Jean Heffer sobre o porto de Nova Iorque, que recorre a modelos econômicos, avaliando a cada etapa sua capacidade explicativa⁶⁴.

Enfim, no momento em que a história retoma o interesse pelos indivíduos e suas trajetórias – as “carreiras”, as genealogias, as redes sociais –, o computador – que não é mais uma calculadora senão secundariamente – torna a ser o gerente zeloso de bancos de dados nominativos: para o estudo de vastas populações – as dezenas de milhares de dossiês de membros da administração espanhola no século XVIII (J.-P. Dedieu), ou as genealogias, abrangendo cerca de vinte gerações, dos habitantes do importante povoado de Manduria, na Puglia (G. Delille) – mas também de amostragens mais restritas, estudadas de maneira mais intensiva. As possibilidades do computador permitem desse modo a identificação de indivíduos descritos por diferentes fontes, e o estabelecimento da lista e o encadeamento das variantes de um texto através de seus diversos manuscritos (cf. o artigo de J.-L. Gaulin), a reconstituição do campo semântico de uma palavra em um *corpus* ou a reconstrução das etapas do trabalho tipográfico em uma casa de impressão do século XV a partir do estudo intensivo de alguns incunábulos. Os resultados – bem mais confiáveis que aqueles obtidos por enquete manual – só dependem agora de uma realidade fundamental: a qualidade das fontes registradas nas bases dos dados. O rigor formal do computador remete pois o historiador à crítica erudita. A enquete prosopográfica sobre a alta administração espanhola em fins do Ancien Régime vem assim obrigar os pesquisadores a retomar o estudo das instituições políticas da Espanha das Luzes, setor que a historiografia tradicional estimava conhecer bem há tempos. Se a utilização “galileana” do computador ameaçava “fetichizar” os resultados “limpos” saídos da impressora, seu uso mais recente relançou a reflexão sobre a constituição da informação e a natureza das fontes.

As transformações dos anos 80 não acarretaram nenhuma perda no domínio dos utensílios fundamentais: a “transfiguração” das técnicas, mais ou menos antigas, da erudição, o uso refletido da cifra e das estatísticas, o aprofundamento da análise cartográfica – uma das originalidades francesas⁶⁵ – enriqueceram e diversificaram a profissão de historiador. Mas ela não poderia ser reduzida a um conjunto de operações técnicas uma vez que é, antes de tudo, orientada para a produção de sentido, trate-se de uma explicação ou de uma interpretação.

Algumas questões atuais, na França e no exterior

A história, enquanto disciplina, não pára de reformular seus próprios problemas, sem dúvida porque a evolução do mundo não pára de modificar a percepção das realidades humanas que nos cercam. É verdade que alguns não hesitam em pensar que nosso mundo pós-industrial, pós-moderno, tende a se destacar da corrente das tradições que o construíram, abolindo a “memória longa” e remetendo os historiadores a seus gabinetes. É verdade que nos Estados Unidos, país de “viajantes sem valises”, a história serviu apenas muito raramente para exaltar a grandeza nacional ou a primazia americana, diferentemente das outras ciências sociais. Mas os historiadores britânicos denunciaram recentemente com vigor os perigos de um profissionalismo cortado de um público mais vasto, ignorante da demanda social exterior. Muitos problemas históricos recentes, sejam eles franceses – em torno de Vichy ou da descolonização –, ou mais amplos – o recrudescimento dos nacionalismos na Europa, o retorno de uma extrema-direita... –, mostram entretanto como o presente não deixa de interrogar a história e obrigam o historiador a retomar suas pesquisas, a reformular suas questões, até a mudar seus métodos. Grandes historiadores de nosso século não pararam de repetir: toda história possui “o caráter de ‘história contemporânea’”, gostava de dizer o filósofo-historiador Benedetto Croce⁶⁶; a pesquisa histórica inscreve-se em um vai-e-vem indispensável que nos faz “compreender o presente pelo passado” e “compreender o passado pelo presente” (M. Bloch), ela é um “diálogo perpétuo entre o passado e o presente”⁶⁷, o que Pierre Vilar nos demonstra mais uma vez aqui mesmo.

Questões sempre novas – Esse diálogo se faz mais insistente quando a irrupção de um presente trágico obriga o historiador a um exame de consciência⁶⁸. “Devemos crer que a história nos enganou?” Essas palavras, murmuradas por um oficial do Estado-Maior recém-saído da Escola de Guerra, perguntando-se, no verão de 1940, no dia seguinte ao desastre de

Flandres, sobre os responsáveis pela derrota, perseguiram por muito tempo o capitão Marc Bloch como uma espécie de censura à sua disciplina⁶⁹. Lucidamente, ele media como as falhas da formação militar, e particularmente um ensino de estratégia que se referia apenas aos exemplos da guerra de 1914-1918, haviam impedido o alto comando de 1940 de realizar a necessária mudança de idéia diante da *Blitzkrieg* dos exércitos hitleristas: esse “feitiço do passado”⁷⁰ não seria a mais terrível acusação contra a legitimidade intelectual e a utilidade pragmática da história? Seria o caso, então, de conformar-se ao dito espiritualoso que escapou a Charles Seignobos: “É muito útil propor-se questões, mas perigosíssimo responder a elas?”⁷¹

A resposta é evidentemente negativa. A experiência da Segunda Guerra mundial, assim como, mais recentemente, a queda do muro de Berlim ou o ressurgir dos nacionalismos na Iugoslávia, obrigam os historiadores, para compreender a opacidade de um presente, a se perguntar sobre a validade dos procedimentos com os quais eles explicam as transformações. Refletindo sobre o sentido dos acontecimentos de maio de 68 e sobre a vontade política de preencher-lhes as falhas, M. de Certeau notou: “A história presente, a que nós vivemos, nos ensina a compreender *de outro modo* a história passada, que se escreve ou se ensina. O *saber* pode mudar com a *experiência*. Aliás, sob o viés desse fenômeno particular – a palavra tomada e retomada –, somos levados a um problema fundamental que provavelmente a estabilidade social e as sistematizações que a acompanhavam ontem haviam obliterado: como pode ocorrer uma mudança? Como nasce um novo dia”⁷²? As crises do presente alteram os paradigmas de ontem e o historiador trabalha sempre no presente, mesmo que, estudando com as regras da mais estrita erudição um objeto do mais remoto passado, o faça de maneira metafórica.

A renovação dos assuntos e das problemáticas não nasce jamais *in abstracto*. Ela associa em uma alquimia complexa a acuidade de questões contemporâneas, a constelação intelectual na qual a história se insere (muito particularmente sua relação com as outras ciências sociais, como o demonstra aqui Jacques Revel), as exigências específicas do campo da própria disciplina, com seu desenvolvimento interno, suas formas particulares de trabalho, os poderes que ali se exercem.

Como qualquer outra disciplina científica, a história possui suas dinâmicas internas: ela conhece os entusiasmos e os desânimos dos pesquisadores, as submissões e as rebeliões, ela possui suas enquetes “normais” e suas “revoluções científicas”, para retornar os termos de T. Kuhn.

Foi assim, no fim dos anos 1960, com o desvio que “deslocou” muitos historiadores franceses, e dos melhores, de uma história econômica e social para uma história das mentalidades coletivas. Para obter um “verdadeiro retrato econômico e social” da França, G. E. Labrousse, professor de história econômica na Sorbonne, havia retomado, a partir dos anos 50, o recorte departamental do país e distribuído a cada um de seus alunos uma circunscrição a ser estudada. As restrições não tardaram⁷³: havia uma “audácia um pouco ingênua” em pensar que a ambição de um tal trabalho coletivo era compatível com o “individualismo feroz” que leva cada doutorando a afirmar a originalidade de seu procedimento; como confessa Maurice Agulhon, cada um desejava escapar “da reputação de ser até o fim de seus dias o historiador da Somme-Inférieure ou do Cher-et-Tendre”⁷⁴. Sobretudo, a história das infra-estruturas havia a partir de então conquistado amplo direito de cidadania e, nesse tempo de rupturas culturais maiores (transformação dos comportamentos demográficos e sexuais, Concílio do Vaticano II, crise de maio de 68 onde a irrupção do simbólico mostrava a fragilidade das convenções sociais...), não surpreende que o olhar dos historiadores se tenha voltado para fenômenos no limite do pensável: crenças populares, feitiçaria, profetismos, messianismos, mas também o sexo ou a morte.⁷⁵

Ao contrário, a história rural conheceu um incontestável eclipse após a floração dos trabalhos de história regional que, do Beauvaisis ao Languedoc, do Hurepoix ao Midi toulousiano haviam sublinhado, nos anos 60, a permanência, até mesmo o conservadorismo de sociedades rurais fortemente contrastadas, e delineado “agrossistemas” plurisseculares. A *Histoire de la France Rurale* [História da França rural] (Le Seuil, 1975-1976), dirigida por Georges Duby e E. Le Roy Ladurie, propusera uma síntese considerada então como definitiva. Neste domínio abandonado, a história rural renasce hoje graças a opções metodológicas novas (como o cruzamento de uma história antropológica das famílias com uma análise econômica precisa da empresa agrícola) e revela, por trás da ilusória imobilidade estrutural, algumas discontinuidades: o belíssimo livro de Jean-Marc Moriceau sobre os fazendeiros da Île-de-France entre os séculos XV e XVIII valoriza assim a ascensão social de um “patronato” agrícola no seio das elites rurais, seu papel motor na concentração e na modernização das explorações, seus investimentos precoces na educação das crianças⁷⁵. A criação, em 1993, de uma associação que agrupa já 500 historiadores, seguida do lançamento da revista *Histoire et sociétés*

rurales [História e sociedades rurais] em 1994, no momento em que os ingleses e sua nova revista *Rural History* [História Rural] (1991) redescobrem também a história dos campos, são um sinal de que uma nova geração garante a continuidade e que a história rural vai retomar nos próximos anos um crescimento promissor.

A história é uma ciência social, quer dizer: “política”. É uma antiga evidência que já foi muitas vezes demonstrada com brio: a historiografia da Revolução Francesa adere estreitamente à evolução política da França, até mesmo do mundo⁷⁶. O vigor da história depende então da liberdade de que dispõem os indivíduos para pensar e agir. Na Alemanha Oriental, a despeito de algumas exceções notáveis, o sistema muito centralizado de controle ideológico e político – o grau de adesão ao partido comunista aumentava em função direta da hierarquia dos postos e a quase totalidade dos professores de história moderna e contemporânea das universidades eram membros do Partido – desembocou o mais das vezes no conformismo de um catecismo conceitual e de uma linguagem ritualizada, que bloquearam ou retardaram as renovações, apesar de alguns espaços de liberdade⁷⁷. Distâncias consideráveis separaram entretanto as historiografias dos diversos países ditos “do Leste” segundo sua resistência à dominação do aparelho do Estado e do Partido.

Na Polônia⁷⁸, as exigências de alinhamento doutrinário e a severidade da censura política puderam acarretar o abandono de certos assuntos de história contemporânea julgados muito explosivos ou a adaptação da história nacional à conjuntura política, mas não encontraram a mesma adesão maciça. A historiografia polonesa foi capaz de se renovar lá onde os objetos em jogo não pareciam decisivos para o poder. Os medievalistas desenvolveram desse modo a metodologia original da cultura material a partir de um programa muito amplo de pesquisas arqueológicas: nesse terreno, com o aval das autoridades, e sem que o controle destas últimas pudesse distorcer os resultados, eles estiveram na ponta da inovação tanto na história da produção agrária e industrial quanto na história das técnicas, do habitat, da alimentação ou do vestuário. Se a isso se acrescentam os estudos sobre os sistemas mitológicos, as culturas populares ou os excluídos, os historiadores poloneses puderam propor modelos de pesquisa aos países “ocidentais”.

Seria conveniente então nos interrogarmos sobre as pressões que afetaram a historiografia dos países ditos “livres” durante a guerra fria, tendo em mente que “todas as questões históricas tendem a ser colocadas simultaneamente como questões políticas”, e não somente na Alemanha⁷⁹.

Foi preciso a morte do general de Gaulle, o declínio do Partido Comunista e sobretudo o desafio que representaram os estudos americanos (particularmente os de Robert Paxton) para que a historiografia francesa estudasse profundamente o regime de Vichy. É evidente que a evolução da historiografia da República Federal está estreitamente ligada ao olhar que ela lançou sobre seu passado. Acabada a última guerra, o historicismo tradicional, saído da escola prussiana do fim do século passado, perdurou até 1960; a partir de uma história centrada sobre a política e a diplomacia, e em uma ótica nacionalista, ele não responsabilizava a Alemanha pela Primeira Guerra Mundial e considerava o terceiro Reich uma aberração na história nacional: em nenhum dos casos a Alemanha era culpada. Só se colocou em questão essa abordagem nos estertores dos anos 1950, com a demonstração dos objetivos imperialistas da política de Guilherme II em 1914, e depois da implicação de amplos setores da sociedade alemã no sucesso do nazismo⁸⁰. Obra de jovens historiadores, essa reviravolta historiográfica se desenvolve com o sucesso político da coalizão social-liberal. Ela instala a história no meio das ciências sociais, afirma a singularidade de uma história alemã a ser reinterpretada desde o século XIX: uma industrialização sem revolução burguesa, um país dominado pela aristocracia proprietária dos Junkers prussianos, um nacional-socialismo como que desembocado de uma “via específica” – o *sonderweg* – na modernidade.

Nos anos 80, esse novo paradigma foi por sua vez criticado pelos defensores de uma corrente historiográfica que, em nome de uma abordagem mais cultural e antropológica das realidades sociais, deseja reapropriar-se da dimensão subjetiva do viver cotidiano, no nível regional, local, até mesmo individual: as macroformulações das ciências sociais – industrialização, modernização... – não podem dar conta da relação que se elabora entre as contradições materiais da vida e os comportamentos dos atores sociais⁸¹. Se o sucesso dessa *Alltagsgeschichte* pode ser posto em paralelo com a subida dos “verdes”, o avanço à direita dos anos 1980 é marcado por uma tentativa de banalização do “nazismo”, considerado como o caso extremo de práticas mais largamente difundidas. Esse “debate dos historiadores” – o *Historikerstreit* – dos anos 1986-1988⁸², fortemente ideológico e político, não desemboca de fato em nenhum grande avanço metodológico ou científico. As reformulações dos historiadores seriam apenas, por vezes, a simples reativação de clivagens antigas?

Os Grandes Paradigmas

As questões renovadas não ganharam sentido senão no seio de modelos de compreensão que tornam sua solução possível. Nos anos 60, um problema devia integrar-se em uma história “global”, que pretendia dar conta da evolução das sociedades em seu conjunto; a resposta era obtida pela serialização de documentos e sua avaliação quantitativa. Mapas, diagramas, quadros estatísticos eram instrumentos indispensáveis para se analisarem relações estáveis que compunham sistemas – estruturas – e as transformações temporais que as afetavam, no próprio seio dessa estrutura – a conjuntura. Tal modelo “estrutura-conjuntura”, caro a C. E. Labrousse, a Pierre Vilar e a um grande número de historiadores franceses, repousava sobre uma representação do universo social vagamente derivada do marxismo, o que P. Chaunu denominava o foguete de três estágios, onde o econômico precedia (ou determinava, segundo as opções) o social, e o social o cultural.

Esse horizonte de referência dos historiadores franceses terminou por desaparecer no decorrer dos anos 70. A crise econômica que dava um fim às Trinta Gloriosas e a suas “grandes esperanças”, ao mesmo tempo abalou as grandes conceitualizações. Os grandes paradigmas – de dupla referência a Marx e a Freud, mas seria necessário provavelmente acrescentar alguns outros, como Malthus – dão lugar a um arsenal diversificado de instrumentos e de abordagens teóricas, tomadas de empréstimo no essencial a outras ciências sociais: as conceitualizações políticas de Tocqueville; a descontinuidade dos “epistemas” e a microfísica do poder de M. Foucault; a “reprodução” social, as “estratégias”, os “campos” ou o “habitus” de P. Bourdieu; o “espaço público” de J. Habermas; a “configuração” ou a “interdependência” de N. Elias... A lista, que se ampliaria se ultrapassássemos as fronteiras, embora revelando pontos comuns – a extraordinária fortuna, quase póstuma, de N. Elias – e divergências – a espantosa ausência da sociologia compreensiva de Max Weber na França —, permite todavia algumas conclusões gerais. Os historiadores não constroem mais do que anteriormente instrumentos teóricos que lhes seriam próprios, o que indica, segundo R. Chartier, um “déficit de pensamento”⁸³; seu “bricolage” tende todavia a se tornar um diálogo mais exigente e mais rigoroso, em que se mesclam a recusa de uma interdisciplinaridade indulgente⁸⁴ e um esforço ativo de “tradução” conceitual. Os trabalhos de Bernard Lepetit sobre história urbana ou de Christophe Charle sobre história social são exemplos

significativos dos novos tipos de relações que os historiadores entretêm com a economia ou a sociologia⁸⁵. Nenhuma dessas formulações tem ambição totalizante, elas correspondem bem às necessidades de uma história especializada, de horizontes limitados; elas concernem, enfim, no essencial, aos dois domínios que se elevaram ao primeiro lugar durante os anos 1980: a história política e a história cultural.

Duas vias se desenham então. Seja reconstruir, em bases diferentes, uma nova ambição de totalidade, seja propor como ponto de partida da análise histórica o que, à margem, resiste freqüentemente à investigação.

Uma nova ambição “totalizante” veio à luz recentemente, a partir do político ou do cultural. No primeiro caso, a reflexão mais avançada foi conduzida em torno da “história crítica” da Revolução Francesa proposta por François Furet. Marcel Gauchet pretende desse modo fazer do político, desembaraçado do “jogo das forças sociais”, uma “nova chave para a arquitetura da totalidade” que permitiria “uma recomposição do desígnio de uma história total” e autorizaria a construção de um novo paradigma. “Longe de se reduzir a essa parte superficial e transparente do funcionamento das sociedades sobre a qual acreditava-se saber tudo, o político constitui o nível mais englobante de sua organização (...). É do ponto de vista da forma política que a coerência hierárquica da ordem social e material do Ancien Régime se revela melhor. Do mesmo modo, é apenas do ponto de vista do poder e de sua história que as fraturas maiores iniciadas por sua lógica, tanto no plano diretamente político como no plano dos fenômenos induzidos, como a separação da economia, se tornam plenamente legíveis”⁸⁶. A outra versão do retorno à totalidade residiria talvez na promoção recente, nos Estados Unidos, dos *cultural studies*, onde o mundo em sua totalidade inscrever-se-ia na esfera das práticas e das produções culturais⁸⁷.

Essas duas tentativas repousam numa lógica semelhante: fundar um novo paradigma buscando a instância ao mesmo tempo mais central e mais englobante. Outras lógicas partem de uma constatação oposta: a construção do objeto histórico, que supõe um recorte específico do real, é incapaz de dar conta de lados inteiros do “continente história”, das asperezas, das singularidades, das “quedas” que resistem à formalização e às categorias nas quais as queremos inserir.

Para responder a esses silêncios, duas estratégias diferentes foram recentemente propostas. A primeira foi desenvolvida pela *microstoria* italiana a partir de Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Trata-se

essencialmente, por um deslocamento de foco da objetiva que aumenta o número e o tipo dos dados possíveis, de fazer emergir *outras* configurações onde aparecem, em toda a sua complexidade, concretamente, as relações sociais e as estratégias individuais e coletivas: considerar as condutas pessoais e os destinos familiares permite, melhor que agregados estatísticos, compreenderem-se as racionalidades específicas que informam os comportamentos de tal ou tal categoria social, muitas vezes nos interstícios de sistemas normativos cuja coerência inexiste⁸⁸. A restrição do campo de observação não é nem retorno à biografia, nem complacência com a monografia local: trata-se, ao contrário, mudança de escala, de fazer surgir modelos de compreensão mais operatórios, que restituem as margens de jogo deixadas aos atores pelas formas de dominação. Para dar conta disso, Edoardo Grendi adiantou a noção de “excepcional normal”, o que pode significar que uma sociedade se lê mais em suas margens que em seu centro; C. Ginzburg, retomando a comparação com o policial investigador, falou do “paradigma do indício”: o historiador começa seu trabalho seguindo um indício, que não é mais do que um “resto” minúsculo significativo⁸⁹.

Ginzburg analisa os mecanismos de troca entre cultura popular e cultura erudita no final do século XVI, a partir do processo da Inquisição contra o moleiro friulano Menocchio, um indivíduo original e evidentemente excepcional que representava o cosmos sob a forma de um queijo comido por vermes⁹⁰. *Le pouvoir au village* [O poder na aldeia], de G. Levi, começa por um relato minucioso da atividade de um padre exorcista de aldeia que revela, aumentando-as, as inquietações de uma população rural submetida às incertezas do tempo; ao longo do texto, ele propõe uma releitura da sociedade rural do Ancien Régime, demonstrando a existência de estratégias ativas na população aldeã através da análise do sistema das alianças, das políticas de transmissão do patrimônio ou do mercado de terras. A sociedade antiga, organizada em torno de amplas “frentes de parentesco” — a família nuclear europeia, cara aos demógrafos ingleses do Cambridge Group, é rejeitada entre as noções inúteis e enganosas, consegue criar, à sua maneira, formas de segurança em face das crises e das guerras⁹¹.

A segunda via divide com a *microstória* o projeto de restrição do campo de observação e a preferência pelas margens como terreno de ação. Ela parte da estranheza muitas vezes ignorada dos documentos que alimentam o trabalho do historiador. São mortos que falam: não podemos ressuscitá-los mas nos ariscamos a “matá-los uma segunda vez” amor-

talhando suas palavras excessivamente sob nossas interpretações, negligenciando a particularidade dessas “vidas encalhadas em arquivos” que dizem a violência, a humilhação ou o prazer⁹². Essas “vidas comuns” colhidas no arquivo judiciário e policial são o pão cotidiano de Arlette Farge. Uma perturbação da ordem social obriga as pessoas a se relatarem diante da autoridade. Daí a surpresa perpétua do historiador à leitura desses textos, e com o manejo dos objetos modestos que a eles foram reunidos — panos, grãos, cartas de baralho — como se os detalhes mais íntimos de uma vida fizessem, para além da morte, uma aparição em nosso mundo. Mas esse real nasce de uma prática de poder que ordena o texto segundo as exigências do interrogatório. Não há então uma “verdadeira” palavra popular a se exumar como um tesouro enterrado.

A partir dessas parcelas de discurso, desses fragmentos de vida, é todavia possível reconstruir os modos de racionalidade que regulam práticas e ações; os códigos que regem as relações sociais no bairro, na oficina ou no botiquim, as relações entre homens e mulheres⁹³. Pois o “populacho” não é esse menino crédulo, irracional e violento que os administradores teimam em ver nele. Seguindo os “maus discursos” transmitidos pelos inspetores de polícia, ele sabe também manifestar sua “opinião”; não a nossa “opinião pública”, mensurável e imbecil, mas “opinões sobre” (tal ato do rei, tal acontecimento, tal ocorrência), móveis e fluidas, saídas de esquemas lógicos com os quais os diferentes atores reconstruíram sua interpretação dos fatos de que não conhecem senão um pedaço. No século XVIII é que se enraíza em cada indivíduo a segurança de que é legítimo julgar e saber. O que faz surgir o arquivo policial é que a opinião popular dos períodos antigos não se forja segundo um processo cumulativo e automático ligado à multiplicação das leituras (libelos, panfletos, cartazes), mas pela separação das idéias confrontadas com uma pluralidade de acontecimentos⁹⁴.

Diferentemente da *microstória*, essa abordagem repousa sobre a importância atribuída ao detalhe quase insignificante e sobre seu tratamento: aqui, não mais modelos formais para dar conta das racionalidades próprias a uma categoria social, mas um retorno voluntário à desordem, às discontinuidades, a tudo o que excede ou rompe a normalidade majoritária. Daí a atenção dada ao trabalho de escrita que participa da inteligência do material: a história permanece fundamentalmente um relato — François Hartog nos lembra — e a *forma* desse relato é consubstancial à compreensão do objeto. “Por ter visitado os limites de sua terra, por ter

sido, como Robinson, 'comovido' pelos traços da ausência marcados nas margens de uma sociedade, escreve M. de Certeau, o historiador retorna *modificado* mas não *silencioso*. O relato põe-se a falar entre contemporâneos. Parece-me que ele *pode* falar do sentido tornado possível pela ausência quando não há mais outro lugar senão o discurso. Ele diz então alguma coisa que se relaciona com toda comunicação, mas ele o narra em forma de lenda – para bom entendedor meia palavra basta – em um discurso que organiza uma presença ausente e que guarda do sonho ou do lapso a possibilidade de ser a marca de uma alteridade alterante”.⁹⁵

As questões do tempo – Mesmo se o mundo dos historiadores tende a se confundir hoje em dia com o planeta, se uma história “transnacional” se afirma como um instrumento indispensável à compreensão de nosso tempo, os questionamentos contemporâneos não podem escapar às preocupações nacionais. A Grã-Bretanha dos anos 80 se esforça em sublinhar as continuidades de sua história, isso quando há dezenas de anos seus historiadores haviam posto em evidência seus aspectos pioneiros, com a precedência de suas revoluções, política e depois industrial: assim, um livro recente, e muito discutido, apresenta a sociedade inglesa como uma sociedade de Ancien Régime até o alvorecer do século XIX⁹⁶. O “excepcionalismo” americano da “escola do consenso”, fundado sobre a experiência da “Fronteira”, a ausência de tradições feudais e hierárquicas, a forte mobilidade social, deu lugar a uma forte negação dos caracteres constitutivos – “mitos fundadores” – de uma nação americana: raça, etnicidade, “gênero”, classes – a diversidade é primeira e interdita a escrita de toda história unificada do país⁹⁷.

A França também tem suas questões do tempo: a publicação, nos últimos dez anos, de um conjunto impressionante de *Histoires de France* [Histórias da França] muito diferentes em suas abordagens, sublinha o retorno de preocupações nacionais; a história do antigo império colonial faz uma reparição marcante, muito comumente sob a forma de nostalgia imperial, por vezes em um esforço original de análise das relações complexas entre colonizadores e colonizados; os novos problemas apresentados pela integração social de populações de culturas afastadas das “tradições” francesas suscitam trabalhos fundamentais sobre o “cadinho nacional”⁹⁸. Não se trata aqui de inventariar esse mosaico de interrogações específicas, mas de distinguir, para além dessa diversidade fundamentalmente política, algumas grandes questões – necessariamente mais abstratas – mais largamente reparidas.

Há alguns anos, o livro de P. Novick suscitou um amplo debate sobre a “questão da objetividade” nos Estados Unidos⁹⁹, a discussão existe também – mais discretamente? – na França; C. Ginzburg evocou-a, a seu modo e em um contexto muito específico, na Itália¹⁰⁰. As obras históricas seriam apenas obras de ficção, já que a história não pode escapar ao relato, que é antes de tudo um gênero literário? Mas se o recurso inevitável ao “relato” não implica no abandono de toda intenção de “verdade”, de que tipo de “verdade” se trata? Mais do que nunca, o historiador pretende construir fatos “reais”, mesmo se essa verdade for parcial, imperfeita, por vezes insatisfatória. Não há trabalho histórico sem produção erudita de dados, apoiada em documentos que não podem assumir um sentido qualquer, ao sabo: da subjetividade ou parcialidade do historiador. Mas nem por isso este abdicou de sua verdadeira ambição, que é a de dar sentido aos processos históricos. Seja o método escolhido explicativo ou interpretativo, o resultado produzido não se avalia jamais pelo brio ou virtuosismo do autor. Os historiadores do século passado publicavam, em anexo a suas obras, documentos autênticos que chamavam de “provas”; hoje o trabalho histórico prova suas análises certamente pela segurança da documentação produzida, mas sobretudo pelo rigor dos procedimentos utilizados (lógica do raciocínio, instrumentos estatísticos pertinentes)¹⁰¹. O imperativo de verdade, por muito tempo denegrido como um avatar do “positivismo”, retornou assim em nossos dias ao primeiro lugar das preocupações dos historiadores.

Sua reformulação não levou entretanto o historiador a uma falsa segurança dos “fatos”. Seu objeto privilegiado permanece sendo ainda a dinâmica das sociedades humanas, mas sua abordagem mudou profundamente, à escuta de nossas interrogações mais atuais. A “derrota” do progresso calou a questão, antes preeminente, do surgimento da “modernidade”, seja econômica, política ou cultural, e afastou essas dinâmicas longas que faziam se suceder majestosamente as grandes fases da história da humanidade. A erosão ou o esmigalhamento das crenças de todas as espécies abalou as grandes modelizações totalizantes, pondo em relevo, para além das lógicas do interesse, as tensões entre indivíduos e grupos, as distâncias entre práticas e normas, as falhas que ameaçam a coesão frágil das sociedades. O fim brutal e inesperado das “democracias populares” convida mesmo a ceder um grande espaço ao imprevisível. Envolvidos em uma crise generalizada das múltiplas modalidades do “crer”, testemunhas das resistências às manipulações midiáticas, os historiadores instalaram no centro de suas preocupações a questão da “crença”. Em

linguagem comum, a palavra tem apenas uma acepção restrita, ligada à esfera religiosa, enquanto que, em verdade, ela remete às dimensões subjetivas da vida social. Essas representações de todas as ordens, no ponto de partida da constituição das identidades, do local ao nacional, do individual ao coletivo, desembocam nas formas complexas de adesão e de recusa no coração de coesões sociais tornadas bem improváveis.

Necessidade da História

Vivemos um período em que vemos desaparecer sob nossos olhos tradições plurisseculares: aldeias desertadas, complexos mineiros, siderúrgicos ou têxteis desativados nos lembram cotidianamente o fim de antigos modos de vida. Mas não se trata apenas de uma página de história que se vira; assistimos a uma crise generalizada da transmissão cultural: que se tornaram as crenças e convicções no interior das igrejas que se esvaziaram, nos partidos políticos ou sindicatos? As grandes formas coletivas que asseguravam no país a transmissão dos valores às jovens gerações parecem ter-se apagado. O tempo das procissões cristãs triunfais agora ficou distante, e os desfiles do Primeiro de Maio são cada vez mais magros. Um certo fio de uma tradição viva foi sem dúvida alguma cortado, e os aprendizados passam agora por outras vias.

No momento em que essa perda é sentida como uma amputação, um desapossamento de si, a “memória” conhece uma valorização espantosa, com uma busca, por vezes patética, do testemunho marcado pelo duplo selo da autenticidade e do vivido, ou, inábil, das “ante-memórias” que repousariam, intactas, nos depósitos de arquivos. Ao mesmo tempo, os museus proliferam, encarregados de suportar a partir de agora o peso de memórias particulares, assim como os espetáculos “populares” – dos *Misérables* [Miseráveis] de Robert Hossein ao *Germinal* de Claude Berri, mas também da representação do combate vendeano no Puy-du-Fou organizado por P. de Villiers, ao *Ils ont tué Jaurès* [Eles mataram Jaurès] realizado por P. Quilès em Carmaux. De um lado o modelo patrimonial que, em um espaço neutro, transforma em objeto os instrumentos cotidianos, o habitat, os costumes de um passado já morto, subtraído ao tempo das “tradições populares” muitas vezes reinventadas. De outro, a exaltação romântica de combates originais, tanto mais distantes quanto mais as condições de vida da sociedade contemporânea mudaram radicalmente. De um lado, um inventário etno-histórico que privilegia os traços de identidade de uma comunidade (aldeia, profissão etc.) em relação aos conflitos. De outro, a

imagem de tensões tornadas inacreditáveis no consenso consumidor de uma sociedade do espetáculo. Não se trata, em nenhum dos casos, de depreciar essa busca de enraizamento, de subestimar os esforços consideráveis de salvaguarda que foram empreendidos. O *Mémorial de Caen* ou o *Historial de Péronne* são, a esse respeito, sucessos exemplares.

Mas essa onipresença do passado – sintoma inquietante de um déficit – não ameaça torná-lo sufocante? Apenas duas questões serão propostas. A disciplina histórica não tem por objetivo celebrar tal ou tal memória particular ou ressuscitar o que se passou, mas tornar compreensíveis, em toda a sua complexidade, as relações que unem ou dividem os homens e as mulheres, os diversos grupos sociais, os governantes e os governados... sem apagar nenhuma de suas asperezas. Ao mesmo tempo, a história guarda em nossas sociedades democráticas uma função cívica insubstituível. Nada pode evitar, a cada geração, o ato que lhe faz a um tempo receber um passado herdado e alterá-lo em função das exigências do presente. “A tradição – escreve Michel de Certeau –, só pode estar morta se permanece intacta, se uma invenção não a compromete dando-lhe vida, se ela não é transformada por um ato que a recria”¹⁰². Nesse sentido, é o trabalho histórico sobre o passado que, ao instaurar uma distinção fundamental entre história e memória, torna possível a apropriação crítica das tradições. Pois são certamente as comemorações aparentemente mais sacrílegas – como o desfile dos tanques alemães nos Champs-Élysées no dia 14 de julho de 1994 ou a presença do presidente da Alemanha reunificada na comemoração da insurreição de Varsóvia no 1º de agosto de 1944 – que carregam o futuro.

Notas

¹ O diretor da Faculdade de Ciências de Paris, Marc Zamansky, escreveu no *Le Monde* de 10 de abril de 1964: “Diminuiremos facilmente o total de horas do curso tornando secundárias as disciplinas que de fato o são. Por exemplo: a história... Pode-se ler uma obra de história aos vinte anos pela primeira vez.

² Henri-Irénée Marrou, *De la connaissance historique*, Paris, Seuil, 1954, p. 103. Em seu artigo “Comment comprendre le métier d'historien” para *L'Histoire et ses méthodes*, Paris, G. Lillimard, 1961, de C. Samaran. Marrou escreveu: “só pode vulgarizar a ciência o erudito verdadeiro, aquele que se situa, por seus trabalhos pessoais, na ponta da pesquisa, lá onde a ciência está se produzindo” (pp. 1538-1539).

- ³ A coleção, visando o “grande público instruído”, se recusa a ser uma história “universal” do mundo: ela pretende multiplicar os observatórios e recusa o eurocentrismo. Cf. a introdução geral redigida por F. Braudel em A. Varagnac (dir.), *L'Homme avant l'écriture*, Paris, 1959, pp. VII-XII.
- ⁴ Georges Duby se explica em *L'Histoire continue*, publicado pela editora UFRJ e Zahar em 1993, Paris, Odile Jacob, 1991, pp. 133-134, 148, 152. Ver aqui mesmo o artigo de Claude Langlois.
- ⁵ Dos 35 colaboradores, 15 são antigos alunos da École des Chartes. A obra abre espaço todavia para o testemunho sonoro, o cinema, e se abre (com prudência) a “algumas novas orientações”: a lingüística (Marcel Cohen), as economias e as sociedades antes da era estatística (Philippe Wolff), os dados demográficos e estatísticos (Jean Mauvret), a história das mentalidades (Georges Duby).
- ⁶ A Dupront, “Présent, passé, histoire”, in *Histoire et l'historien. Recherches et débats du Centre des intellectuels catholiques*, Paris, Fayard, 1964, p. 18. Cf. ainda “L'histoire, science humaine du temps présent”, in *Revue de synthèse*, números 37-39, 1965, e o número especial da *Revue de l'enseignement supérieur*, 1969, números 44-45, preparada por Robert Mandrou, com o céptico “L'histoire après Marx” de Pierre Vilar (pp. 15-26) e “L'histoire après Freud” de A. Dupront (pp. 27-63).
- ⁷ *Aujourd'hui l'histoire*, Paris, Éditions sociales, 1974, reúne os artigos publicados entre 1967 e 1973 pela Nova Crítica durante uma enquete que, graças às colaborações dos mais dinâmicos historiadores desse período (Georges Duby, Robert Mandrou, Jean Bouvier, Pierre Vilar etc.), visava uma reflexão teórica sobre a evolução da historiografia.
- ⁸ A metade dos autores da *Nouvelle Histoire* pertence à École des Hautes Études en Sciences Sociales. Para o *Dictionnaire des sciences historiques*, essa proporção cai para pouco mais de um quarto. Nos dois casos, a quantidade de parisienses permanece amplamente majoritária, mesmo que, com 95 autores, o *Dictionnaire des sciences historiques* se abra mais largamente aos provincianos (21% dos autores) e aos historiadores estrangeiros (10,5%).
- ⁹ Jacques Le Goff e P. Nora (editores), *Faire de l'histoire*, t. I *Nouveaux problèmes*, t. II *Nouvelles approches*, t. III *Nouveaux objets*, Paris, Gallimard, 1974, 3 volumes.
- ¹⁰ F. Furet, “Le quantitatif en histoire”, in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. I, p. 59-60.
- ¹¹ P. Chaunu, “L'économie. Dépassement et perspective”, *Faire de l'histoire*, op. cit., t. II, pp. 66-67. Em 1962, comentando a tese de Michel Vovelle sobre *Piété baroque et déchristianisation*, defendida em 1971, P. Chaunu já fizera um vivo elogio do “quantitativo no terceiro nível”, então em plena expansão: “Un nouveau champ

- pour l'histoire sérielle, le quantitatif au troisième niveau”, in *Mélanges Fernand Braudel*, t. II, Toulouse: Privat, 1972, p. 105-126.
- ¹² F. Furet, “Le quantitatif en histoire”, op. cit., p. 55.
- ¹³ M. Serres, “Les sciences”, in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. II, p. 228.
- ¹⁴ *Ibid.* t. III, p. 265.
- ¹⁵ A colaboração de Alain Besançon sobre o inconsciente, consagrada à comparação de um mesmo episódio em dois romances russos dos anos 1860, um de Tchernychevski e outro de Dostoiévski, parece hoje pouco convincente. *Ibid.* t. III, pp. 31-35.
- ¹⁶ P. Vilar, “Histoire marxiste, histoire en construction”, *ibid.* t. I, p. 179.
- ¹⁷ *Ibid.*, t. II, p. 67.
- ¹⁸ *Ibid.*, t. I, p. 32.
- ¹⁹ *Ibid.*, t. I, p. 27.
- ²⁰ Para um panorama exaustivo da história medieval francesa, cf. Michel Balard (diretor), *L'Histoire médiévale en France. Bilan et perspectives*, Paris, Le Seuil, 1991.
- ²¹ I. Wallerstein, *Le Système du monde du XV^e siècle à nos jours*, Paris, Flammarion, 2 vol., 1980, em curso.
- ²² P. Kriedte, H. Medick e J. Shlumbohm, *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism*, Paris-Cambridge, 1981 (edição alemã, Göttingen, 1977).
- ²³ *Les Lieux de mémoire*, P. Nora (diretor), t. I *La République*, t. II *La Nation*, t. III *La France*, Paris, Gallimard, 1984-1992, 7 volumes.
- ²⁴ Para um balanço recente da história dos bancos franceses, Hubert Bonin, “L'Histoire bancaire française entre l'université et les anniversaires”, *L'information historique*, LV, 1993, pp. 73-77; para a pesquisa italiana, Giulio Sapelli, “Il professor Roverato e il professor Bairati: ovvero dell'utilità e dei danno della “storia d'impresa” in Italia”, *Società e Storia*, X, 1987, pp. 949-975.
- ²⁵ Pode-se remeter aqui ao belíssimo volume em homenagem a F. Bédarida, *Écrire l'histoire du temps présent*, Paris, CNRS Éditions, 1993.
- ²⁶ F. Braudel, *Écrits sur l'histoire*, Paris, Flammarion, 1969, pp. 12 e 46.

²⁷ F. Furet, "La passion révolutionnaire au XX^e siècle", in *Le Pensée Politique*, 1994, *Écrire l'histoire au XX^e siècle*, p. 39.

²⁸ Todas publicadas, a partir de 1975, pelas Éditions Seuil.

²⁹ P. Léon (diretor), *L'Histoire économique et sociale du monde*, Paris, A. Colin, 6 volumes, 1978-1982; H.-J. Martin e R. Chartier (diretores), *L'Histoire de l'édition française*, Paris, Promodis, 4 volumes, 1983-1986.

³⁰ R. Rémond (diretor), *Pour une histoire politique*, Paris, Le Seuil, 1988 [Por uma história política, publicado pela Editora UFRJ e Editora FGV em 1996]; para a história das relações internacionais, um balanço problemático recente: R. Girault, "De Renouvin à Renouvin", in P. Renouvin (diretor), *Histoire des relations internationales*, nova edição, Paris, Hachette, 1994, t. I, pp. I-XXXVIII.

³¹ Para um ponto de vista estrangeiro, Charles T. Wood, "The return of medieval politics", in *American Historical Review*, XCIV, 1989, pp. 391-404.

³² Trata-se apenas de um exemplo entre outros: cf. *L'Etat moderne: gèneses. Bilans et perspective*. J.-P. Gennet (ed.), Paris, ed. do CNRS, 1990.

³³ J. Revel, "L'histoire au ras du sol", in G. Levi, *Le pouvoir au village. Histoire de'un exorciste dans le Piémont di XVIII^e siècle*, Paris, Gallimard, 1989, pp. I-XXXIII (edição italiana, Turim, 1985).

³⁴ Para a França, o diagnóstico mais articulado é a obra de Roger Chartier, *L'Histoire aujourd'hui: Joutes, défis, propositions*. Eutopias, Universidade de Valence, vol. 42, 1994, 24 p.; os diagnósticos britânico e americano são de outra ordem: Davida Cannadine, "British history: past, present – and future?", *Past and Present*, n^o 116, 1988, pp. 169-191; John Higham, "The future of American history", in *Journal of American History*, LXXX, 1994, pp. 1289-1307.

³⁵ L. Stone, "The revival of narrative. Reflections on a new old history", in *Past and Present*, n. 85, 1979, pp. 3-24, tradução francesa: *Le Débat*, n. 4, 1980, pp. 116-142.

³⁶ "Histoire et sciences sociales: un tournant critique?". *Annales ESC*, XLIII, 1988, pp. 292.

³⁷ Um diagnóstico diferente foi formulado por R. Chartier, "Le monde comme représentation", *Annales ESC*, XLIV, 1989, pp. 1505-1509.

³⁸ G. Eley, "De l'histoire sociale au 'tournant linguistique' en l'historiographie anglo-américaine des années 80", *Genèses*, 7, 1992, pp. 163-193.

³⁹ J. C. Passeron, *Le Raisonnement sociologique. L'espace non-poppérien du raisonnement naturel*. Paris, Nathan, 1991, pp. 24-27.

⁴⁰ J. W. Scott, "History in crisis? The others' side of the story", in *American Historical Review*, XCIV, 1989, p. 692.

⁴¹ Pierre Vilar, *art. cit.*, p. 169.

⁴² M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou le métier d'historien*. Paris, A. Colin, 1949; uma edição crítica acaba de ser publicada por Étienne Bloch, Paris, A. Colin, 1993.

⁴³ Por exemplo, Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*. Paris, Seuil, 1971.

⁴⁴ C. Langlois e R. Chartier, *Les Historiens et l'organisation de la recherche*, Ministério da Educação Nacional, setembro de 1991, p. 18; Mirella Scardozzi, "Gli insegnamenti di storia nell'università italiane (1951-1983): tra immobilismo e frammentazione", in: *Quaderni storici*, XX, 1985, pp. 621; D. Cannadine, *art. cit.* p. 171. A situação é muito menos preocupante do que aquela descrita há dez anos por Daniel Roche, "Les Historiens aujourd'hui. Remarques pour un débat", *Vingtième Siècle*, n. 12, 1986, pp. 3-20.

⁴⁵ Uma discussão internacional sobre a questão figura no n^o 78 do *Débat*, janeiro-fevereiro de 1994.

⁴⁶ Jacques Le Goff, "Une maladie scientifique: la colloquie", in *Sciences de l'homme et de la société. Lettre des départements scientifiques du CNRS*, n. 32, dezembro de 1993, pp. 35.

⁴⁷ O panfleto foi reproduzido no *Événement du jeudi*, 30 de junho-6 de julho de 1994, pp. 51.

⁴⁸ M. Chaudron, "Éditer les sciences de l'homme. Des livre, des auteurs et des lecteurs", in *Communications*, 58, 1994, pp. 136.

⁴⁹ Georges Duby, *L'Histoire continue. op. cit.*, pp. 94.

⁵⁰ M. Bloch, *Écrire La Société féodale. Lettres a Henri Berr, 1924-1943*, Paris, 1992.

⁵¹ E. Labrousse, "Comment contrôler les mercuriales? Le test de concordance", *Annales d'histoire sociale*, II, 1940, pp. 117-120; J. Dupâquier, *La population rurale du Bassin parisien à l'époque de Louis XIV*, Lille, 1979, pp. 92-145 (estudo crítico dos dados).

⁵² A. Graffon, *Faussaires et critiques. Créativité et duplicité chez les érudits occidentaux*, Paris, Les Belles Lettres, 1993 (edição americana, Princeton, 1990).

- ⁵³ Cf. A tradução recente de um grande texto do século XV: L. Villa *La Donation de Constantin*, edição e tradução por J.-B. Giard, Paris, Les Belles Lettres, 1993, XXI, 149 p.
- ⁵⁴ *Les "Protocoles des sages de Sion". Introduction à l'étude des "protocoles": uns faux et ses usages dans le siècle*, editado por P.-A. Tagueieff, Berg International, 1992, 2 vol.1. 296 p.
- ⁵⁵ Cf. por exemplo P. Vidal-Naquet, *Les assassins de la mémoire*, Paris, La Découverte, 1987; notemos que não é indiferente que o autor seja um especialista em Grécia antiga, disciplina ainda enraizada em uma longa tradição crítica.
- ⁵⁶ M. Bloch, *Apologie pour l'histoire*, op. cit. (edição de 1993), pp. 139-155.
- ⁵⁷ J.-C. Pressac, *Les Crématoires de Auschwitz, la machinerie du meurtre de masse*, Paris, CNRS, 1993. Os arquivos utilizados, os da "Bauleitung SS" de Auschwitz, estão localizados em Moscou e no museu de Estado d'Oswiecim.
- ⁵⁸ G. Noiriel, "Les enjeux pratiques de la construction de l'objet. L'exemple de l'immigration", in C. Charle (director), *Histoire social, histoire globale?*, Paris, MSH, 1993, pp. 105-115.
- ⁵⁹ Jacques Rancière, *Les mots de l'histoire. Essai de poétique du savoir*, Paris, Le Seuil, 1992, pp. 149-150.
- ⁶⁰ *Moyenne, milieu, centre. Histoire et usages*. Editado por J. Feldman, G Lagneau, B. Matalon, Paris EHESS, 1991.
- ⁶¹ E. P. Thompson, "Antropology and the discipline of historical context", *Midland History*, I, 1972, pp. 41-55.
- ⁶² C. Klapisch e D. Herlihi, *Les Toscans et leurs familles. Une étude du catasto florentin de 1427*, Paris, 1978; A. Zysberg, *Les Galériens. Vie e destins de 60.000 forçats sur les galères de France, 1680-1748*, Paris. Le Seuil, 1987; J.-P. Bardet, *Rouen aux XVII^e et XVIII^e siècles. Les mutations d'un espace social*, Paris, 1983, 2 volumes.
- ⁶³ Um uso meditado dessas diversas possibilidades foi realizado de modo convincente por B. Lepetit, *Les Villes dans la France Moderne*. Paris, Albin Michel, 1988 (cf. pp. 445-449). Um exemplo interessante de utilização de um modelo de simulação a título de avaliação, sem ambição "contrafactual": J. Dupâquier e M. Demonet, "Ce qui fait les familles nombreuses", *Annales ESC*. XXVII, 1972, pp. 1025-1045.
- ⁶⁴ J. Heffer, *Le Port de New York et le commerce extérieur américain (1860-1900)*, Paris, 1986.

- ⁶⁵ Por exemplo, original e inovador o empreendimento em curso, do *Atlas de la Révolution Française*, sob a direção de Claude Langlois e S. Bonin, com 7 volumes publicados desde 1987.
- ⁶⁶ B. Croce, *L'Histoire comme pensée et comme action*, Genebra, Droz, 1968, p. 38.
- ⁶⁷ E. H. Carr, *Qu'est-ce que l'histoire?*, Paris, La Découverte, 1988, p. 78, (edição inglesa, Londres, 1961).
- ⁶⁸ É o título – "Examen de conscience d'un français" – da terceira parte de *L'Étrange Défaite*, de Marc Bloch, publicado pela primeira vez em 1946; ele é retomado desde a introdução de *Apologie pour l'histoire*.
- ⁶⁹ Marc Bloch, *L'Étrange Défaite*, Folio Histoire, Paris, Gallimard, 1990, p. 150, e *Apologie pour l'histoire*, op. cit., (edição de 1993), pp. 60, 70-71, 280-282.
- ⁷⁰ Marc Bloch, *L'Étrange Défaite*, op. cit., pp. 155.
- ⁷¹ Citado por Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire*, op. cit., pp. 77.
- ⁷² M. de Certeau, *La prise de parole et autres écrits politiques*. 2^a edição estabelecida e apresentada por L. Giard, Paris, Le Seuil, 1994, pp. 65.
- ⁷³ J. Rougerie, "Faut-il départementaliser l'histoire de France?", *Annales ESC*, XXI, 1965, pp. 178-193.
- ⁷⁴ M. Agulhon, "Vu des coulisses", *Essais d'ego-histoire*, Paris, Gallimard, 1987, pp. 42-43.
- ⁷⁵ J. M. Moriceau, *Les Fermiers de l'Île-de-France L'ascension d'un patronat agricole, XV^e-XVIII^e siècles*. Paris, Fayard, 1994.
- ⁷⁶ A. Gérard, *La Révolution Française, mythes et interprétations, 1789-1970*, Paris, Flammarion, 1970.
- ⁷⁷ G.G. Iggers, "L'histoire sociale et l'historiographie est-allemande depuis 1980", in *Vingtième Siècle*, n^o 34, abril-junho de 1992, pp. 5-24.
- ⁷⁸ *La Science historique polonaise dans l'historiographie mondiale*. Editado por Marian Leczyk, Wroclaw, 1990.
- ⁷⁹ R. Fletcher, "History from below comes to Germany: the new history movement in the Federal Republic of Germany", in *Journal of Modern History*, LX, 1988, pp. 560.

- ⁸⁰ J. Souhary, "Le nazisme: déviance allemande ou mal de la modernité? Réflexions des historiens dans l'Allemagne des années zéro (1945-1949)", in *Vingtième Siècle*, n. 34, abril-junho de 1992, pp. 145-156.
- ⁸¹ C. Lipp, "Writing history as political culture. Social History versus *Alltagsgeschichte*. A German debate", in *Storia della Storiografia*, XVII, 1990, pp. 66-100; P. Schöttler, "L'érudition – et après? Les historiens allemands avant et après 1945", *Genèses*, 5, 1991, pp. 172-185.
- ⁸² R. J. Evans, "The new nationalism and the old history: perspective on the West German *Historikerstreit*", in *Journal of Modern History*, LIX, 1987, pp. 761-797; os principais textos do debate foram publicados em francês nas Éditions du Cerf em 1989.
- ⁸³ R. Chartier, "L'histoire culturelle aujourd'hui", in *Genèses*, 15, 1994, p. 123.
- ⁸⁴ B. Lepetit, "Propositions pour une pratique restreinte de l'interdisciplinarité", *Revue de synthèse*, 1990, pp. 331-338.
- ⁸⁵ Em particular, B. Lepetit, *Les Villes dans la France Moderne. Op. cit.*; C. Charle, *Les Élités de la République (1880-1900)*, Paris, Fayard, 1987.
- ⁸⁶ M. Gauchet, "Changement de paradigme en sciences sociales?", *Le Débat*, n. 50, número especial, *Matériaux pour servir à l'histoire intellectuelle de la France, 1953-1987*, 1988, pp. 168-169.
- ⁸⁷ Uma apresentação crítica dessas tendências em Lynn Hunt, "History, culture and text", in *The New Cultural History*, University of California Press, 1989, pp. 1-22.
- ⁸⁸ G. Levi, "On microhistory", in P. Burke (editor), *New Perspectives in Historical Writing*, Oxford, Polity Press, 1991, pp. 93-113. Sobre essa "mudança de paradigma" que não é apenas italiana, cf. também C. Charle, "Micro-histoire sociale e macro-histoire sociale. Quelques réflexions sur les effets des changements de méthodes depuis quinze ans en histoire sociale", in *Histoire sociale, histoire globale?*, Sob a direção de C. Charle, *op. cit.*, pp. 45-57.
- ⁸⁹ E. Grendi, "Microanálise e storia sociale", *Quaderni storici*, n. 33, 1972, pp. 506-520; C. Ginzburg, "Traces. Racines de un paradigme indiciaire", in *id.*, *Mythes, emblèmes, traces. Morphologie et histoire*, Paris, Flammarion, 1989, pp. 139-180.
- ⁹⁰ C. Ginzburg, *Le Fromage et les vers. L'univers d'un meunier du XVI^e siècle*, Paris, Flammarion, 1980 (edição italiana, Turim, 1979).
- ⁹¹ G. Levi, *op. cit.*; leremos atentamente a apresentação de J. Revel, introdução preciosa à experiência da *microstoria*.
- ⁹² A. Farge, *Le goût de l'archive*, Paris, Le Seuil, 1989, pp. 145. Essa posição desemboca no apagamento voluntário do historiador para dar a palavra ao documento: *ead.*, *Le cours ordinaire des choses dans la cité du XVIII^e siècle*, Paris, Le Seuil, 1994.
- ⁹³ A. Farge, *La vie fragile. Violence, pouvoirs et solidarités à Paris au XVIII^e siècle*. Paris, Hachette, 1986.
- ⁹⁴ A. Farge, *Dire et mal dire. L'opinion publique en XVIII^e siècle*, Paris, Le Seuil, 1992.
- ⁹⁵ M. de Certeau, *L'Absent de l'histoire*, *op. cit.*, pp. 179-180; cf. ainda *L'Écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975, pp. 101-120, e o n.º 58, de 1994, de *Communications*, dedicado à *L'Écriture des sciences de l'homme*.
- ⁹⁶ J. C. D. Clark, *English Society, 1688-1832*, Cambridge, 1985.
- ⁹⁷ Um balanço informado: E. Fano (editor), *Una e indivisibile. Tendenze attuali della storiografia statunitense*, Florença, Ponte alle Grazie, 1991. Cf. Joyce Appleby, "Recovering America's historic diversity: beyond exceptionalism", in *Journal of American History*, LXXIX, 1992, pp. 419-431.
- ⁹⁸ Cf. em particular os trabalhos de G. Noiriel, *Le creuset française*, Paris, Le Seuil, 1988, e *La Tyrannie du national: le droit d'asile en Europe (1793-1993)*, Paris, Calmann-Lévy, 1991.
- ⁹⁹ Peter A. Novick, "That Noble Dream". *The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1988.
- ¹⁰⁰ C. Ginzburg, *Lo storico e il giudice. Considerazioni in margine al processo Sofri*, Turim, 1991.
- ¹⁰¹ Um número recente da revista *Quaderni storici* (n.º 85, 1994) é dedicado à prova em história.
- ¹⁰² Michel de Certeau, *La Faiblesse de croire*, texto estabelecido e apresentado por L. Giard, Paris, Le Seuil, 1987, pp. 69.

I

QUESTÕES

Certezas e Descaminhos da Razão Histórica

PHILIPPE BOUTRY

"Não lembrar o rosto do homem
que matamos não é melhor do que
fazer um filho estando bêbado."

Louis Aragon,
La Mise à Mort

Os anos 1990 nascem, por um manifesto de história "experimental", com um questionamento radical dos métodos críticos da história. Pretendemos, examinando as certezas e os descaminhos da razão histórica, discernir as evoluções recentes das interrogações dos historiadores sobre sua própria disciplina, tratando da hipertrofia do sujeito do conhecimento, dos prestígios e das desilusões do quantitativo, do declínio da razão geográfica em história, dos indícios, enfim, de uma superação do momento anti-humanista das aventuras da razão histórica.

O último decênio do século XX é inaugurado, no domínio – relativamente pouco freqüente na França – da reflexão dos historiadores em torno às racionalidades de sua própria disciplina, por uma obra ambiciosa, *Alter histoire* [Alter história] (1991), que reúne uma dezena de ensaios de história experimental¹. À frente da coletânea vem um texto assinado por Daniel Milo: "Pour une histoire expérimentale, ou le gai savoir" [Por uma história experimental ou a gaia ciência]. O manifesto da "história lúdica", posto sob o triplo apadrinhamento de Nietzsche, Groucho Marx e Aristóteles, reivindica, alternadamente, a violação do objeto (histórico) e a onipotência do historiador; o anacronismo metódico (pela superação da contingência e neutralização da intencionalidade dos atores históricos); o distanciamento em relação ao objeto (o *Verfremdung* brechtiano adaptado à história sob as formas do estranhamento, da "des-familiarização" e da "des-contextualização"); uma moratória na produção de novos documentos; o empobrecimento voluntário

das fontes e a repetição crítica das pesquisas anteriores; a prática sistemática de uma experimentação arbitrária das hipóteses interpretativas e de um comparatismo radical, para além dos séculos e continentes; a ampliação do campo dos possíveis históricos; a utilização da quantificação para fins experimentais; o desrespeito ao passado, em todos os casos.

O que um tal projeto contém de provocação jubilosa não deve entretanto dissimular uma ambição intelectual: constituir os fundamentos de uma *outra história* e exaltar a missão de uma nova “raça” de historiadores experimentais. Por isso, seria desejável, para início de conversa, considerar esse manifesto não tanto como um conjunto de proposições argumentadas, mas (fiel nisso à lição de Nietzsche) como um *sintoma* que exprime em seu tempo as incertezas e os impulsos de um grupo importante de historiadores em relação aos métodos, às tradições e aos valores de sua disciplina.

Da hipertrofia do sujeito do conhecimento

A posição elevada conferida ao historiador na produção de saber constitui o primeiro e sem dúvida o principal sintoma da crise intelectual que o manifesto da história experimental traz à tona. “Violentar o objeto é o slogan deste manifesto”, conclui Daniel Milo, que atribui ao historiador poderes ilimitados sobre o objeto de seus estudos. O historiador experimental constitui o “único sujeito pleno”: “O espaço antes ocupado pelo sujeito histórico parece assim ocupado pelo sujeito historiador.” “Experimentar é violentar o objeto”: O historiador deve ser “conscientemente, violentamente ativo”, para além das “reticências”, das “resistências” e das “meias-medidas”. O passado é sua “vítima passiva”; e as duvidosas metáforas da violação como a referência ao narcisismo freudiano são explícitas: “Qual é o objeto final da história experimental? Qual é o lugar do *eu* – tomado no sentido amplo do termo – historiador nesse projeto? Conhecer melhor ou diversamente o passado, ou se conhecer melhor? Pois se falamos em *matéria prima* a propósito do passado estudado, se pedimos o desrespeito a ele, torna-se improvável atribuir-lhe uma prioridade no processo de inteligibilidade conduzido pelo historiador experimental.”

O que essas linhas devem ao “nietzschismo” intelectual e moral do segundo século XX, e muito particularmente ao jovem Nietzsche de *De l'utilité et l'inconvénient des études historiques pour la vie* [Da utilidade e do inconveniente dos estudos históricos para a vida] (1874)², não poderia ser ignorado – tanto mais que a *gaia ciência* da história experimental o explicita. Conhecemos suas principais teses: que a época está saturada de

história (“o homem moderno carrega consigo uma enorme carga de pedras, as pedras do indigesto saber”, cap. IV); que esse excesso de história pode ser nocivo ao presente e à vida (“o passado deve ser esquecido sob pena de se tornar o coveiro do presente, (pois) toda ação exige o esquecimento, como todo organismo necessita, não apenas de luz, mas também de obscuridão”, cap. I; “damos mais importância à história que à vida”, cap. IV; “o excesso dos estudos de história é prejudicial aos vivos” cap. II); que a proliferação da história se alimenta do surgimento da massa (“o desejo geral de *popularizar* a ciência, igual ao de *feminilizá-la e infantilizá-la*”, cap. VII; “a idéia muitas vezes penosa de ser epígonos”, cap. VIII; “seria verdade que nós, alemães, para não falar nos povos latinos, (...) jamais poderemos ser senão *descendentes*?”, cap. VIII); os limites da *pietade* (“o prazer que a árvore recebe de suas raízes, a felicidade que se experimenta por não se sentir nascido do arbitrário e do acaso, mas saído de um passado – herdeiro, floração, fruto —, o que desculparia e até justificaria a existência, é isso o que hoje se chama, com uma certa predileção, o sentido histórico”, cap. III); e a denegação da objetividade (“os historiadores ingênuos chamam de *objetividade* o hábito de medir as opiniões e as ações passadas com as opiniões correntes no momento em que eles escrevem”, cap. VI). Em filigrana ao raciocínio nietzscheano, há finalmente o velho bordão do *super-homem*: “Apenas pela maior força do presente o passado deve ser interpretado (...). O igual pelo igual! De outro modo abaixaríamos o passado a vosso nível. Não acrediteis em uma historiografia que não saia da mente dos cérebros mais raros (...). Não é o caso de se desprezar os trabalhadores que empurram o carrinho-de-mão, que aterram e peneiram, sob o pretexto de que eles não poderão certamente se tornar grandes historiadores (...) mas olhá-los como operários e serventes necessários ao serviço do senhor(...). É o homem superior que escreve a história”.

Para dizer a verdade, a deriva nietzscheana do historiador onipotente dos anos 90 se alimenta igualmente de outras fontes, e principalmente em dois momentos da reflexão sobre a história tal como ela, muito esporadicamente, se desenvolveu na França no último meio século. Houve, antes da guerra, as duas teses (de inspiração neo-kantiana) sustentadas em 1938 por Raymond Aron, sua *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique* [Introdução à filosofia da história. Ensaio sobre os limites da objetividade histórica] e sua *Philosophie critique de l'histoire* [Filosofia crítica da história] (originalmente: *Essai sur la théorie de l'histoire dans l'Allemagne contemporaine* [Ensaio sobre a teoria

da história na Alemanha contemporânea)), que, à luz da filosofia e da sociologia alemãs (Dilthey, Rickert, Simmel, Weber), se haviam atribuído a missão de reexaminar criticamente as categorias do conhecimento histórico: orientação prolongada no imediato pós-guerra sob a forma de uma análise (fortemente tingida de fenomenologia existencialista ou personalista) da “subjetividade do historiador” e de uma reavaliação global da história dita positiva, da qual uma obra de Henri-Irénée Marrou, *De la connaissance historique* [O conhecimento histórico] (1954), e vários artigos de Paul Ricoeur reunidos numa coletânea intitulada *Histoire et vérité* [História e verdade] (1955) constituem as principais etapas. Mas, ao mesmo tempo em que Raymond Aron consagra no fim de sua vida seus últimos escritos às implicações da filosofia analítica de origem anglo-saxônica sobre o conhecimento histórico (cursos de 1972-1974 publicados em 1989 sob o título *Leçons sur l'histoire* [Lições sobre a história], uma segunda etapa da reavaliação dos fundamentos científicos da produção do discurso histórico se inaugura na virada dos anos 60 e 70 com (para ser breve) a publicação das principais sínteses de Michel Foucault – *Les Mots et les choses* [As palavras e as coisas] (1966); *L'Archéologie du savoir* [A arqueologia do saber] (1969) –, das análises de Paul Veyne – *Comment on écrit l'histoire* [Como escrever a história], (1971) – e das reflexões de Michel de Certeau – *L'absent de l'histoire* [O ausente da história], (1973); *L'écrit de l'histoire* [A escrita da história], (1975).

Esses dois momentos definem no espaço de meio século um percurso relativamente linear: da objetividade à subjetividade; da crítica das fontes à das categorias e modos de escrita. O questionamento da verdade (ou validade) da história como forma de conhecimento traz, todavia, consigo uma dimensão considerável de relativismo: “Se alguém estima, como o faz meu colega e amigo Michel Foucault, que é preciso, de uma vez por todas, se livrar da mitologia do verdadeiro e do falso”, exclama indignado Aron já em 1972, “o lógico depõe imediatamente as armas”³. Ela implica, por outro lado, a emergência crescente do sujeito do conhecimento: “Pode-se constatar, entre os historiadores recentes”, releva com prazer, igualmente em 1972, de Certeau, “que essa ressurreição do *eu* no discurso histórico começa com a importância crescente, mas ainda adicional, atribuída à história do sujeito-historiador: os *Prefácios*, em extensão, se articulam sobre a história do objeto estudado e precisam o lugar do locutor”⁴.

A hipertrofia do sujeito-historiador, tal como ela se exprime com vigor no manifesto da história experimental, não procede então apenas de

uma vontade de potência (no nível, enfim derrisório, próprio do manipulador de textos, de imagens ou de dados), mas de uma orientação quase secular que viu uma reavaliação dos fundamentos filosóficos da história crítica e positiva da segunda metade do século XIX mudar-se progressivamente em um questionamento radical das lógicas e das racionalidades do raciocínio histórico. Avatar distante da agitação cultural que precede e segue 1968⁵, a história experimental exprime por sua vez uma posição subjetiva tanto mais violenta por se ornar com os atributos de uma liberdade absoluta, da inovação e do desrespeito. “No *nietzschismo*, sublinha Vincent Descombes, a resistência à arregimentação torna a forma grandiosa de uma teoria geral dos signos, com sua ontologia (há apenas interpretações, nada há a interpretar que já não seja uma interpretação) e sua epistemologia (não há conhecimento, apenas discursos, ou agenciamentos de signos, produzindo *efeitos de verdade*)”⁶). ... Nascido jovem demais num mundo velho demais, o historiador dos anos 90 estaria, por sobre-determinação de sua individualidade intelectual e renúncia à verdade de um conhecimento, votado a interpretar incessantemente e experimentar infinitamente os signos, os discursos e as imagens de um saber acabado?

Prestígios e desilusões do quantitativo

Tal não havia sido, entretanto, vinte anos mais cedo, a esperança dos protagonistas da “nova história”, tal como se exprimia através dos artigos lá um tanto eufóricos que, em 1970, Pierre Chaunu consagrou à história serial⁷, e em 1971, François Furet à história quantitativa⁸. A constituição, lá onde as fontes o permitem, de séries temporais homogêneas, não apenas nos domínios da economia e da demografia, locais de origem e terras eleitas do quantitativo histórico, mas também em história social, política, cultural ou religiosa, permitia prever uma transformação radical da noção de acontecimento e de “fato histórico” em geral, construído e não mais dado, a partir de premissas que dependem ao mesmo tempo da potencialidade da fonte (a série quantificável) e de uma pré-definição dos questionamentos a vir e das respostas que a documentação pode obter (a composição prévia de campos estatísticos e de interrogações numéricas). “Toda a própria concepção da arquivística vê-se radicalmente transformada justamente no momento em que suas possibilidades se multiplicam pelo tratamento eletrônico da informação”, observa François Furet. A quantificação autorizava a partir de então o historiador a recolher fontes *a priori* estranhas a seu objeto e, segundo o termo em uso na

corporação, *enviesá-las* por uma boa causa, ou seja, as necessidades de sua pesquisa (o balanço demográfico de uma população a partir das listas de comunhão pascal; a composição socioprofissional de uma cidade na base de uma lista de impostos; a evolução do sentimento da morte a partir de testamentos perante tabeliães; a transformação dos comportamentos sexuais conforme os registros paroquiais etc.). As potencialidades múltiplas de iniciativa ou de manipulação que a quantificação oferece não são certamente estranhas, de resto, ao sentimento de potência, já evocado, que percorre a prática histórica da segunda metade do século XX.

Com efeito, a introdução maciça do computador no seio da pesquisa histórica a partir do final dos anos 70 constitui ao mesmo tempo um elemento fundamental no alargamento das possibilidades e a renovação dos procedimentos e raciocínios. Seu aporte se apresenta já agora, enquanto se espera um primeiro balanço das pesquisas efetuadas, no mínimo formidável. Nos mais diversos domínios, da econometria à lexicometria, da análise dos textos à das imagens, das taxas de fecundidade aos modelos de desenvolvimento, dos presidiários às redes urbanas, o instrumento informático permitiu acumular, em uma escala absolutamente inédita, informações perceptíveis ou quantificáveis sob a forma de bases de dados, multiplicar as elaborações, renovar as interrogações, verificar ou anular interpretações. O computador foi para o historiador francês das últimas décadas, participante ativo da revolução informática das ciências sociais e leitor assíduo de revistas especializadas *Histoire et mesure* [História e medida, *Le Médiéviste et l'Ordinateur* [O medievalista e o computador] etc.), o veículo de uma mutação tecnológica e o vetor de uma revolução metodológica sem precedentes.

Três perigos parecem todavia relativizar, nos primórdios dos anos 90, o impacto da transformação induzida pelo recurso ao instrumental informático, dissipar até certo ponto as euforias quantitativistas, e alimentar entre uma parte nada desprezível dos historiadores um relativo desencanto. A primeira dificuldade diz respeito ao caráter incompleto da revolução informática tal como operou-se na França, muito progressivamente, durante os últimos quinze anos. Ao lado de disciplinas que praticam uma utilização maciça e sistemática do computador, seja a título de base de dados e instrumento de cálculo (demografia, economia, história social ou política), seja sob a forma de corpus indexáveis (análise de textos ou de imagens), quantos pesquisadores não consideram a tela inteligente que lhes foi oferecida pelo último avanço tecnológico da modernidade apenas uma máquina de escrever mais cômoda, sem que o procedimento, ou, *a fortiori*, o

raciocínio informático intervenham diretamente na construção de seu trabalho? Como dar conta de outro modo do declínio relativo da enquete quantitativa em domínios onde ela havia sido pioneira, como a sociologia religiosa retrospectiva ou a história do livro, justo agora quando as operações computáveis que formam sua base seriam infinitamente mais facilitadas? As ações de Gutenberg (para não evocar os copistas que o precederam) permanecem sólidas entre o povo historiador do fim do século XX, e a onda quantitativa retirou-se por vezes bem rapidamente da praia que ela um instante pensou ter invadido para sempre.

O segundo perigo se inscreve num processo de desagregação da unidade dos saberes históricos e se liga principalmente aos domínios para os quais o computador tornou facilmente praticáveis tarefas antes julgadas fastidiosas ou mesmo insuperáveis: em primeiro lugar a econometria retrospectiva e a demografia histórica. Procedimentos técnicos sofisticados, como a busca de modelizações de tipo matemático, ou o recurso à análise fatorial, afastam progressivamente da cultura comum dos historiadores blocos inteiros da pesquisa: comparados com as elaborações mais recentes, o *Beauvaisis* de Pierre Goubert, o *Languedoc* de Emmanuel Le Roy Ladurie parecem um pouco exercícios para alunos primários, no momento em que múltiplos indícios nos fazem infelizmente pensar que as principais aquisições da demografia histórica ou da história econômica e social do segundo terço do século XX, apenas muito incompletamente penetraram na formação geral de professores e de estudantes de história. A lógica institucional e científica dos laboratórios conduz assim, muito paradoxalmente, ao isolamento progressivo das pesquisas mais inovadoras no domínio da história quantificável: o computador, em muitos domínios, aumentou as divisões disciplinares e favoreceu o desenvolvimento em separado (em africâner: *apartheid*) das problemáticas. "Vivemos a fragmentação da história", escreveu Pierre Nora na abertura de sua "Bibliothèque des histoires" [Biblioteca das histórias], vetor do brilhante mas efêmero encontro da "nova história" e do grande público culto no meio dos anos 70: o computador contribuiu sem dúvida de modo mais eficaz para a verificação desse fato do que a ampliação multiforme do campo das abordagens históricas.

O último perigo disposto na via ascendente que os anos 70 traçavam para a história serial foi, desde a origem, identificado nas exigências particulares determinadas pela mutação do estatuto das fontes e do papel do historiador. Quantificar é, com efeito, constituir-se estreitamente prisioneiro, a um só tempo, de uma série documentária e de uma linha interpretativa

determinada *a priori* pela própria elaboração do material cifrado. A crítica das fontes, tal como os mestres eruditos do método histórico, do século XVII ao XX, afirmaram, não perde os seus direitos: apenas se projeta do um para o múltiplo, do documento isolado aos seus procedimentos de homogeneização e processamento. A constituição do material quantitativo sobre o qual se funda o raciocínio deve igualmente responder a exigências da mesma ordem, sob o risco de cair num empirismo por vezes fecundo, mas sempre, por si mesmo, insuficiente: a quantificação exige então a explicitação dos questionamentos preliminares do historiador assim como a verificação ulterior de sua pertinência e de sua validade. As interrogações e as interpretações finais do historiador serial remetem, enfim, o mais das vezes, às problemáticas globais dos domínios considerados, expressas nas categorias mais gerais da linguagem das cifras: alta ou baixa, aceleração ou desaceleração, concentração ou difração... A quantificação parece assim, mas em escala diferente e segundo vias inéditas, reencontrar os métodos, as questões e os debates da história clássica; e a posição paroxística do manifesto da história experimental (quantificar! quantificar!) traduz em verdade, sob a forma de uma fuga para frente, uma inquietação lancinante: que o serial, para além dos seus aportes e seus confortos, não seja aquilo por que a razão histórica mudou de base.

O declínio da razão geográfica em história

Quantificar é ainda operar uma redução do real para fins estatísticos ou comparativos por abstração provisória do dado histórico ou geográfico: objeto da maior importância em uma perspectiva experimental de erradicação das contingências temporais, espaciais ou culturais, que reprova e rejeita sem apelação “o prazer que a árvore tira de suas raízes, a felicidade que se experimenta por não sentir-se nascido do arbitrário e do acaso, mas saído de um passado – herdeiro, floração, fruto...”

A crise da razão geográfica em história no último decénio do século XIX – que determina por sua vez o enfraquecimento gradual das causalidades espaciais no raciocínio histórico – se alimenta todavia, para além dos imperativos computáveis dos métodos seriais, de fontes mais profundas. A dupla formação – a um tempo histórica e geográfica – dos historiadores franceses, a utilização sistemática que fazem do mapa (de localização, de densidade ou dinâmico) no raciocínio e na exposição, constituem, é sabido, uma especificidade importante do recorte do campo dos saberes tal como o concebeu, no fim do século XIX, a Terceira República, recorte único

na Europa, e que provoca ainda hoje, segundo o caso e o humor, a admiração ou o espanto, a hilaridade ou a irritação dos historiadores italianos, alemães, belgas, espanhóis ou anglo-saxões, cujos recortes associam mais comumente a história, aqui à filosofia, ali à filologia.

Da própria geografia veio, no curso dos anos 70 e 80, a ruptura progressiva do contrato. A geografia de referência dos historiadores era a geografia lablachiana: geografia humana (demasiado humana?), ancorada na percepção das glebas e das culturas, das paisagens e das tradições, das permanências estruturais e das lentas transformações históricas; abordagem global, história total dos países e dos homens, construída à imagem e para a exaltação da França ainda amplamente rural do desvio da virada dos séculos XIX e XX. O questionamento dos pressupostos ideológicos da construção de Vidal de La Blache e de seus herdeiros, a afirmação rigorosa e por vezes veemente da autonomia do procedimento geográfico, as novas perspectivas abertas pela cartografia informatizada, a ambição de uma geografia exclusivamente centrada em torno da noção de espaço em suas acepções antigas (geografia rural, industrial, urbana, geografia dos transportes) ou novas (organização do território, geopolítica, geo-estratégia) conduziram os geógrafos, no plano intelectual, a uma separação de corpos ainda mais paradoxal, porque o eusino das duas disciplinas permanece estreitamente unido e porque os historiadores conservam globalmente o gosto pelos mapas e croquis, quando não a nostalgia das glebas.

Filha deserddada de amores levados pelo bom ou mau vento das “lógicas espaciais”, a geografia dos historiadores neste final do século XX afirma ainda solidamente sua presença no seio do processo histórico: para ficarmos com um único exemplo, o empreendimento coletivo do *Atlas de la Révolution Française* [Atlas da Revolução Francesa]⁹, expressão gráfica e cartográfica do acontecimento revolucionário, na curta ou média duração sob seus diversos aspectos, associa estreitamente mapas e esquemas, elaborações espaciais ou estatísticas e discurso histórico, numa articulação intelectual onde o mapa é a um tempo transcrição geográfica do saber histórico, elemento de raciocínio, fonte de interrogação e motivo de interpretação. Igualmente, a história política como a história religiosa ou a história sócio-econômica continuam a integrar, mais ou menos fundamentalmente, o mapa a seus questionamentos. O tempo e o espaço da geografia de Vidal de La Blache, como o acontecimento e a duração da análise braudeliana, continuam a compor o quadro original de uma reflexão histórica obcecada pela inteligência global do passado.

Não podemos, entretanto, deixar de realçar um certo enfraquecimento da dimensão geográfica das problemáticas dos historiadores contemporâneos. A reavaliação, por parte dos geógrafos, dos recortes territoriais herdados da França do Ancien Régime, assim como da França revolucionária, não deixou de influir no abandono, por parte dos próprios historiadores, de entidades geográficas fechadas ou pré-definidas em proveito de quadros temáticos e problemáticos: a “departamentalização da história da França” viveu; monografias rurais ou urbanas, diocesanas ou regionais, são agora geralmente concebidas como o quadro espacial de um questionamento que lhes é por essência estranho. Ao mesmo tempo, as análises macroscópicas (centradas, em economia como em política, em torno da noção de “mercado”) assim como, ao contrário, a influência da micro-história italiana¹⁰, transtornaram as escalas espaciais das interrogações e associaram contextos espaciais específicos e moventes a temporalidades ou questionamentos particulares. A unidade de lugar não existe mais e o espaço faz menos sentido: é nessa brecha do *continuum* espaço-temporal da memória que se engolfa a empresa subversiva de estranhamento e de “descontextualização” do historiador experimental.

Uma crise de inteligibilidade?

Deportada progressivamente de seu objeto para o sujeito-historiador, entregue à mediação (não conclusiva entretanto) do quantitativo, desviada do enraizamento no espaço, a pesquisa da causalidade em história atravessa assim sua crise fim-de-século. Os paradoxos do anti-humanismo que percorre, há trinta anos, o conjunto do campo das ciências sociais, forneceram até este ponto uma linha interpretativa para recolocar essa crise em um contexto explicativo mais geral. Assim, enquanto o ego do historiador ocupa como senhor absoluto o lugar onde antes reinava o *fato* bruto e como que ingênuo da idade do cientismo, uma reavaliação mais ou menos radical da capacidade da razão humana para alcançar uma verdade do conhecimento do passado rejeita em bloco os grandes modelos explicativos para se deleitar ludicamente com a experimentação sistemática das hipóteses e interpretações “revisitadas” até ao infinito. Senhor do jogo, o historiador parece por vezes ter perdido a percepção do objetivo de sua disciplina – que não pode ser outra coisa que não a inteligibilidade, para cada geração sucessiva, da memória conservada dos homens, das coisas e das palavras que não existem mais.

A casa dos historiadores é todavia, doravante, tão vasta, cada peça, cada porão, cada sótão tão abarrotado – de conhecimentos, de referências, de notícias e querelas – que há qualquer coisa de temerário em se sugerir, mesmo sob a forma de indícios sucintos, as vias que a razão historiadora, neste final de século XX, parece adotar para ultrapassar a crise onde a levou o anti-humanismo moribundo dos anos 60. Vamos tonar três, à guisa de pedras de espera, ou de hipóteses audaciosas, *chi lo sa?*

O primeiro indício repousa na redescoberta, já inquisitorial (a época é tão barroca quanto chicaneira), já patética (mas que seria um historiador destituído do sentimento da morte?) do arquivo, do *documento bruto*, dito, em forma de redundância, linguagem comum, que alimenta “o sentimento ingênuo, mas profundo, de rasgar um véu, de atravessar a opacidade do saber e de ter acesso, como após uma longa e incerta viagem, ao essencial dos seres e das coisas”¹¹. Ingenuidade, no que diz respeito à prática cotidiana da classificação e da verificação dos fundos pelos homens do ofício, nestes tempos de elaborações quantitativas complexas e de análises finas dos discursos e das configurações retóricas? Provavelmente. Mas talvez seja necessário ler na fascinação contemporânea do *texto* a emoção primitiva de uma leitura original, de um encontro que alimenta por sua vez a busca da inteligibilidade para além da acumulação das interpretações e dos “efeitos de verdade”. Já seria alguma coisa.

Interrogações diversas e contudo convergentes em torno da narrativa histórica como modo de inteligibilidade constituem no mesmo período, na virada dos anos 90, o espaço principal de uma reflexão inédita e exigente através de obras tão dessemelhantes na intenção e no conteúdo como as de Paul Ricoeur – *Temps et récit* [Tempo e relato] (1983) – e de Jacques Rancière – *Les mots d’histoire* [As palavras da história] (1992). Se a urdidura ou o “contrato narrativo”, se o relato histórico em seu agenciamento tornado infinitamente complexo na era das estruturas e da longa duração, reconquistam desde há algum tempo a atenção dos filósofos e dos historiadores, isso se dá provavelmente porque eles permitem fugir da querela mais do que secular saída do “projeto de objetividade” (Paul Ricoeur) da história; mas também, talvez, porque eles autorizam a reintrodução sem pretensão totalizante da causalidade em uma perspectiva onde *narrar já é explicar*.

Reintroduzir a noção de sentido é, talvez, a ambição mais secreta, mas também a questão mais obsedante que percorre surdamente, com uma intensidade mais viva ainda por estar mais retida na expressão e na forma,

o trabalho de numerosos historiadores do último decênio do século. O que o encontro do arquivo provoca, o que o relato torna inteligível, é a partir daí a busca do sentido – situe-se ele em uma intuição inicial, uma hipótese fundamental, uma temática central, uma interpretação final ou um “pensamento oculto” – que cabe fornecer-lhe um foco cuja temporalidade por vezes é apenas o pretexto: mas chegaríamos até pretender que o estudo da história é bom para a vida?

Notas

- ¹ *Alter histoire. Essais d'histoire expérimentale*, reunidos por D. S. Milo e A. Boureau, Paris, Les Belles Lettres, coleção “Histoire”, dirigida por M. Desgranges e P. Vidal-Naquet, 1991.
- ² Citado aqui na tradução de H. Albert, *De l'utilité et l'inconvénient des études historiques pour la vie* (segunda consideração intempestiva), Paris, Garnier-Flammarion, 1988, introdução de P.-Y. Bourdil.
- ³ *Leçons sur l'histoire*, Paris, 1989, p. 145.
- ⁴ M. de Certeau, “Une épistémologie de transition: Paul Veyne”, in *Annales ESC*, XXVIII, 1972, p. 1325.
- ⁵ L. Ferry, A. Renaut, *La Pensée 68. Essai sur l'anthropisme contemporaine*, Paris, 1985.
- ⁶ V. Descombes, “Le moment français de Nietzsche”, in A. Boyer, A. Comte-Sponville, V. Descombes et alii., *Pourquoi nous ne sommes pas nietzschéens*, Paris, Grasset, 1991, p. 113.
- ⁷ P. Chaunu, “L'histoire sérielle, bilan et perspectives”, in *Revue Historique*, 494, 1970, p. 297-320; cf. igualmente “Histoire quantitative ou histoire serial”, *Cahiers Vilfredo Pareto*, III, 1964, pp. 165-176.
- ⁸ F. Furet, “L'histoire quantitative et la construction du fait historique”, *Annales ESC*, XXVI, 1971/1, p. 63-75, retomado em J. Le Goff, P. Nora (editores), *Faire de l'histoire*, t.I – Novos problemas), Paris, 1974. pp. 42-61.
- ⁹ S. Bonin e C. Langlois (diretores). *Atlas de la Révolution Française*, 7 volumes publicados desde 1987. 1. *Routes et communications*. 2. *L'Enseignement, 1760-1815*. 3. *L'Armée et la guerre*. 4. *Le Territoire. Realités e représentations*. 5. *Le*

Territoire. Les limites administratives. 6. *Les Sociétés politiques*. 7. *Médecine et santé*.

- ¹⁰ J. Revel, “L'histoire au ras du sol”, prefácio à tradução francesa do livro de G. Levi, *Le pouvoir au village. Histoire de'un exorciste dans le Piémont di XVIII^e siècle*, Paris, Gallimard, 1989, pp. I-XXXIII (edição italiana, Turim: 1985).
- ¹¹ A. Farge, *Le Goût de l'archive*, Paris. Hachette, 1989, p. 14-15.

História e Ciências Sociais: Uma Confrontação Instável

JACQUES REVEL

Nossas sociedades tornaram-se mais opacas para si mesmas, incertas quanto a seu presente, seu futuro e, com isso, mesmo quanto a seu passado. Ao mesmo tempo, os grandes paradigmas unificadores que haviam servido de arquitetura abrangente ao desenvolvimento das ciências sociais desmoronaram, e com eles o modelo funcionalista que tinham, grosso modo, em comum. A história global (ou a história total), cujo projeto havia orientado os esforços de três gerações de historiadores, viu-se desse modo, ao menos provisoriamente, posta entre parênteses.

A história e as ciências sociais: esse poderia ser o tema de um concurso acadêmico, se eles ainda hoje existissem. Poucos argumentos terão sido mais obstinadamente invocados, ao menos na França, desde o fim do século XIX. Em 1894 foi publicado o livro de Paul Lacombe, *De l'histoire considérée comme science* [Da história considerada como ciência], que pode ser visto como um dos primeiríssimos de uma longa série. Em 1994, as *Annales* abandonam o subtítulo que Lucien Febvre e Fernand Braudel lhes haviam encontrado após a guerra, o célebre *Économies, sociétés, civilisations* [Economias, sociedades, civilizações], por uma nova fórmula: *Histoire, sciences sociales* [História, ciências sociais]. Nova, mas em verdade muito antiga: entre esses dois limites de um século, poder-se-ia sem muito esforço estabelecer uma primeira lista das proposições e dos debates que alimentaram o tema: sem qualquer pretensão de ser exhaustiva, ela contaria muitas dezenas – mais provavelmente centenas – de intervenções de importância e formas diversas.

Uma tal continuidade não deve, contudo, iludir. Ela induziria ao erro aquele que dela tirasse a conclusão de que temos aqui um problema clássico, estabilizado em seus termos e – por que não? – em suas soluções. Pois tudo se deu ao contrário. Durante um século, a confrontação entre a história e as ciências sociais foi o espaço de um debate difícil e instável, e que ainda hoje

permanece inteiramente aberto. Ela apresenta caracteres contraditórios. Com efeito, na experiência francesa, tudo se passou como se a história devesse manter, de direito, relações privilegiadas com as ciências sociais pelo fato de ser, no fundo, uma delas. Quatro gerações de historiadores viveram, tácita ou explicitamente, com essa convicção. Mas uma vez exposto o princípio, tudo estava por construir. Tudo, ou seja, as modalidades da coexistência e da troca entre as diferentes disciplinas. Nesse ponto – aquele onde se definem e se organizam práticas –, a evidência parecia nublarse. Por trás da mesma proposição geral, que diz que a história e as ciências sociais possuem objetos, preocupações e procedimentos comuns, sucederam-se, por vezes até se combateram, projetos, modelos de conhecimento e organização de saberes muito profundamente diferenciados. Uma palavra pode comodamente resumir esses aspectos contrários: a palavra interdisciplinaridade, que, sob variáveis formas, serve para designar uma espera e permite medir, à revelia, o afastamento do objetivo. A interdisciplinaridade é um slogan voluntarista e votivo (é preciso pensar sempre nela), mas ela alimenta, ao mesmo tempo, a má consciência ou a ironia dos eruditos (ela jamais se realiza).

Convém, entretanto, levar a sério essa tensão, e ver nela algo mais do que um lugar-comum da retórica acadêmica. Ela é, efetivamente, inseparável de um projeto intelectual continuamente reivindicado na longa duração do século, mas descontínuo em suas realizações assim como em sua concepção. Esse projeto, e o debate que ele alimentou, não é especificamente francês. Paralelos poderiam ser encontrados na Alemanha, na Itália ou no mundo anglo-saxão, por exemplo, segundo cronologias mais ou menos distanciadas. É impressionante se constatar todavia que essas diversas experiências não se parecem muito e que elas não se comunicaram entre si, ou muito pouco. Ocorre que cada uma tomou forma e ganhou sentido no seio de um contexto cultural e institucional muito particular, ao qual deve traços irredutíveis. Todavia, há uma originalidade da versão francesa, que nos incumbiremos de caracterizar aqui; ela pode certamente ser identificada com três caracteres: mais do que qualquer outra, ela foi voluntarista, e exprimiu-se por tentativas reiteradas de construção de um espaço ao mesmo tempo epistemológico e institucional; mais do que qualquer outra, ela se desenrolou em vaso fechado e, em todo caso, permaneceu longamente surda aos debates estrangeiros; finalmente, apenas ela deu à história um lugar de primeiro plano frente às outras ciências sociais. Para tentar compreender essa originalidade, pode ser útil retornar aos momentos sucessivos dessa confrontação.

O golpe durkheimiano

Retornemos então à virada dos séculos XIX e XX. Na Universidade reconstruída pela jovem Terceira República (e da qual a “Nova Sorbonne” é o retumbante emblema), a disciplina histórica beneficia-se de uma posição preeminente. Preeminência ideológica: a ela é atribuída a missão essencial de enunciar a identidade e as expectativas de uma nação ferida por sua derrota diante da Alemanha – pensemos em Lavissee. Preeminência científica: ela encarna por excelência o método “positivo”, a exigência erudita e, para além dela, o ideal erudito que deve contribuir para o rearmamento intelectual e moral de um país que prepara a revanche. Preeminência institucional enfim: provida de uma legitimidade antiga, a disciplina se vê em via de profissionalização rápida; ela redefine seus currículos e seus padrões, sendo, a esse título, uma beneficiária particularmente mimada do espetacular crescimento universitário desses anos. Seu método – “o método” – torna-se uma referência quase obrigatória. No essencial, ela se identifica com a crítica erudita de textos, do qual o clássico *Introduction aux études historiques* [Introdução aos estudos históricos], de Langlois e Seignobos (1898), recapitula os princípios de base para estudantes, mas cujo modelo orienta no mesmo momento uma boa parte dos estudos literários. Frente à história, as outras ciências sociais são recém-chegadas que dificilmente encontram seu lugar e seu reconhecimento. A geografia, tardiamente constituída como disciplina unificada sob o impulso de Vidal de La Blache, é a que melhor perfaz seu caminho, mas permanece na condição de irmã caçula, na órbita da história, apesar de uma notável floração. A economia permanece tradicionalmente acantonada nas faculdades de direito e, ainda aí, em posição subordinada. A psicologia é dividida entre o ensino da medicina (em sua parte experimental) e o da filosofia. A lingüística não possui existência autônoma. A última ciência social em data, a sociologia, é provavelmente aquela cuja fortuna é a mais paradoxal: a uma espetacular afirmação teórica, que se identifica de início com a obra de Durkheim, à multiplicação das frentes de reflexão crítica e de pesquisa (o que é ilustrado, a partir de 1898, por *L'Année sociologique* [O Ano sociológico]), não corresponde uma verdadeira acolhida no seio do mundo acadêmico. A resistível carreira de Émile Durkheim e, mais ainda, a de seus discípulos, o testemunham¹.

É desse lado, o de uma disciplina mal reconhecida e ultraminoritária, que surge a primeira proposição de uma unificação das ciências sociais. Ela constitui, em muitos aspectos, uma espécie de golpe

epistemológico. Ao método erudito crítico, Durkheim e os seus opõem as regras bem mais ambiciosas do método sociológico; à codificação de uma profissão, um plano para a organização das ciências sociais. Ou melhor, “da ciência social”, da qual a sociologia seria, segundo eles, chamada a definir o cânone epistemológico prescritivo e, ao mesmo tempo, garantir a unidade do conjunto. Pois nada justifica fundamentalmente a seus olhos a divisão disciplinar do trabalho, senão as irregularidades da história e a diversidade das competências técnicas locais, que são sem dúvida importantes mas que permanecem secundárias em relação ao projeto científico de conjunto. Assim mesmo é necessário que cada uma das práticas particulares aceite tomar seu lugar no novo espaço científico definido pelo sociólogo, e que ela resolva, ao mesmo tempo, reformular seus (maus) hábitos de pensamento para se conformar ao manual de encargos que lhe é proposto. Uma série de confrontações tensas vai desse modo opor os durkheimianos – comumente representados por François Simiand – aos geógrafos, aos psicólogos e sobretudo aos historiadores². Em face desses últimos, Simiand aproveita a ocasião de um amplo debate internacional sobre o caráter científico (ou não) da história: ele o faz deslocando os termos do problema e demonstrando que não é sobre a erudição que pode ser fundada uma tal pretensão à cientificidade, mas sobre a aceitação das regras constitutivas de uma ciência positiva: “Não há, por um lado, uma história dos fenômenos sociais e, por outro, uma ciência desses mesmos fenômenos. Há uma disciplina científica que, para atingir os fenômenos que são objeto de seu estudo, se serve de um certo método, o método histórico”. A especificidade da história é então redefinida – e limitada: ela pode e ela deve abrir a dimensão do tempo para a experimentação sociológica.

Trata-se então, no caso, menos de uma interdisciplinaridade do que de algo que poderíamos chamar de a-disciplinaridade, uma vez que as disciplinas são reduzidas a especializações inevitáveis no seio de um mesmo projeto de conjunto. Em *L'Année sociologique* como em seus trabalhos pessoais, os discípulos de Durkheim são o exemplo, tanto ao passar pelo crivo de suas exigências a produção científica contemporânea, quanto ao penetrar eles mesmos em terrenos de pesquisa especializados após ter adquirido a competência necessária. Esse plano de unificação não terá, contudo, um futuro imediato. O que revela esse fracasso é uma relação maciça de forças: por mais brilhante que seja, por mais agressiva que se queira, a sociologia não teve os meios de sua política. Antes

mesmo de a Primeira Guerra Mundial dizimar a equipe durkheimiana, sinais de resistência se manifestaram. Resistências conservadoras, em face de um conjunto de proposições que questionam, de uma vez, muitas posições e hábitos adquiridos, mas não apenas elas. As resistências surgem também do lado daqueles que, medindo a “crise da razão” que se abre por esse tempo, estimam que o modelo de cientificidade – o modelo das ciências da natureza – reivindicado pelos sociólogos já está obsoleto, e que seria conveniente reconstruí-lo sobre novas bases.

A alternativa pragmática: as “ciências do homem”

É nesse contexto, e em particular a partir desse debate, que deve ser situada e compreendida a outra proposição esboçada então para organizar as relações entre a história e as ciências sociais. Ela não possui e não possuirá jamais a nitidez e a segurança epistemológica do projeto durkheimiano. Para falar a verdade, ela apresenta menos um modelo de cientificidade do que sugere um procedimento empírico: provar o movimento ao caminhar. Em 1900, Henri Berr funda a *Revue de synthèse historique* [Revista de Síntese Histórica]. A nova revista, como todos os empreendimentos ulteriores de seu animador, destinava-se a acompanhar a realização de um projeto desmesurado de síntese enciclopédica dos conhecimentos. Mas essa grande arquitetura importa menos do que a maneira de fazer que é escolhida. Trata-se de criar um espaço livre – e, reconheçamos, fragilmente ordenado apesar da obsessão classificatória de Berr – de confrontação entre práticas científicas que, as mais das vezes, se ignoram. E como Berr está convencido de que a história, e não mais a filosofia, pode ser o espaço da síntese dos saberes, a primeira ocupa em seu programa um lugar central, melhor: organizador.

As *Annales*, fundadas por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, tomarão a sucessão ao afinar o projeto, livrando-o de suas escórias e de suas aderências mundanas, dando-lhe ainda a legitimidade universitária que lhe faltava. Bloch e Febvre, cujas posições, aliás, não são exatamente idênticas, são bons exemplos da trajetória que aqui tentamos precisar. Um e outro formaram-se nos primeiros anos do movimento durkheimiano, e ambos reconheceram sua dívida intelectual em relação a Durkheim: sua escolha de uma história social e sua recusa às compartimentações disciplinares datam da época em que freqüentaram a então jovem *Année sociologique*. Contudo, eles escolheram não se aliar a uma nova ortodoxia, a uma escola. Subscreveram à crítica do método erudito mas nem por isso se dispuseram

a aceitar as regras imperiosas da epistemologia sociológica. A opção de organizar a troca entre disciplinas em torno da história ganha aqui toda a sua significação. Sem dúvida, Bloch e Febvre são historiadores e o primeiro título de sua revista foi, não esqueçamos, *Annales d'histoire économique et sociale* [Anais de história econômica]. Resta o fato de que o programa iniciado a partir de 1929 é o de uma dupla confrontação: por um lado, entre as múltiplas abordagens do presente, ilustradas pelas ciências sociais e que devem enriquecer os modelos de inteligibilidade do passado; e por outro, em sentido inverso, entre a experiência do passado e a interpretação do contemporâneo. É então, de fato, a complexidade do tempo social que serve de eixo para o encontro interdisciplinar. Esta reorganização se duplica por um outro deslizamento significativo. Para Durkheim e os seus, apenas o método poderia pretender unificar o campo das ciências sociais; já para os historiadores, este papel caberá ao objeto supostamente comum destas ciências, ou seja, o homem na sociedade (e não é por acaso que durante muito tempo, na França, a expressão “ciências do homem” prevaleceu sobre “ciências sociais”). Eis aqui esboçado um modelo menos brilhante, porém sedutor, mais empírico, até mesmo artesanal, e também, de imediato, mais operacional por parecer mais tranquilizador.

O imediato vai durar. Não se trata aqui de evocar, ao menos para esboçá-lo, o que foi a história das ciências sociais no século XX. Notemos entretanto que, para a maioria delas, o reconhecimento e a institucionalização universitária foram adquiridos tardiamente nos anos 50 e, sobretudo, nos 60. A história beneficiou-se com essa minoridade prolongada. Testemunha este fato, para além das *Annales*, o papel central ocupado por uma instituição que foi seu imediato prolongamento, a VI Seção da École Pratique des Hautes Études [Escola Prática de Altos Estudos] (ciências econômicas e sociais), fundada sob o patronato de Lucien Febvre, por muito tempo animada por Fernand Braudel, e tornada, em 1975, École des Hautes Études en Sciences Sociales [Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais]. Durante muito tempo dirigida por historiadores, ela pode muito bem servir para ilustrar essa via empírica.

Se nos detivemos sobre essas duas concepções antigas da interdisciplinaridade, não foi por gosto da retrospectiva, mas porque elas constituíram, até muito recentemente, os dois pólos de um debate recorrente, mesmo que ele tenha se perpetuado em contextos profundamente renovados. A reunião em torno de uma epistemologia unitária, prescritiva, veio, o mais das vezes, de disciplinas minoritárias ou acantonadas nas

margens do sistema acadêmico (mesmo na marginalidade prestigiosa do Collège de France); ela também inclui pesquisadores cuja formação original era de tipo filosófico, o que foi o caso dominante entre os sociólogos e antropólogos franceses. Sem forçar muito as coisas, poder-se-ia assim sugerir a compreensão do breve porém intenso momento estruturalista – do início dos anos 60 ao início dos 70 – como uma retomada, em termos novos, da ambição durkheimiana (é possível perceber nele, simultaneamente, uma tentativa de emancipação da tutela dos historiadores, da parte das ciências sociais reunidas sob a bandeira de uma ideologia científica a-histórica, e até anti-histórica). Viu-se, em todo caso, reaparecer então o programa de um modelo de cientificidade única, lançando no inferno do empirismo todas as práticas eruditas que lhe resistiam. Os historiadores, ao contrário, jamais deixaram de defender a abertura pragmática. O célebre texto de Fernand Braudel sobre a “longa duração”, publicado em 1958³, testemunha essa atitude. Ele opera em duplo nível: reivindicando o caráter central da dimensão temporal na análise e compreensão dos fatos sociais, o que significa lembrar o espaço irredutível da história no seio das ciências sociais; mas também, num plano mais estratégico e que traduz uma antecipação muito precoce da crise por vir, defendendo uma concepção mínima, “ecumênica” (o adjetivo é de Braudel) de toda prática da interdisciplinaridade, a serviço da qual “a história – talvez a menos estruturada das ciências do homem – aceita todas as lições de sua múltipla vizinhança e se esforça para repercuti-las”. Visão modesta, esta de um terreno comum e de uma *lingua franca*. Ela não bastará, a curto prazo, para deter a ofensiva estruturalista, mas servirá eficazmente para limitar os danos. Melhor, ela alimentará a estratégia de reconquista levada a cabo – sempre empiricamente, e provavelmente sem ter clara consciência disto – pelos historiadores no próprio terreno das ciências sociais.

Uma interdisciplinaridade integradora

Uma série de tentativas de hibridização, das quais a antropologia histórica triunfante dos anos 70 foi o exemplo mais espetacular, é testemunha disso⁴. Podemos ler aí um esforço vigoroso para reformular, em conjunto, a distribuição das relações de força entre as ciências sociais e as regras da troca interdisciplinar. Sem dúvida, a tradição historiográfica das *Annales* poderia reclamar para si o pioneirismo de algumas experiências que permaneceram, entretanto, individuais e isoladas: a de Marc Bloch, é claro *Les Rois thaumaturges* [Os reis taumaturgos] (1924); *Les Caractères*

originaux de l'histoire rurale française [Personagens originais da história rural francesa], (1931); *La Société Féodale* [A sociedade feudal], (1939-40); depois, uma geração mais tarde, as experiências, tão diferentes entre si, de A. Dupront ou de J.-P. Vernant. Mas é numa escala totalmente diferente que se organiza, a partir de então, o confronto. Em torno de alguns grandes domínios de investigação – a família e o parentesco, o religioso, o econômico, o político –, sem grande cuidado de ortodoxia teórica – entre as referências dominantes encontraremos certamente Lévi-Strauss, mas também Dumont, Hertz e Mauss, Polanyi, Chayanov, Murra ou Sahlins – e nem sempre de coerência, a antropologia histórica assegurou empiricamente a presença e as posições dos historiadores sobre a maior parte dos terrenos ocupados pelas ciências sociais. Ela, seguramente, fez mais do que isso. Em 1978, André Burguière justificava muito lucidamente a atração exercida pela antropologia nesses anos explicando que, no momento em que nossas sociedades contemporâneas renunciavam, por sua própria conta, à concepção de um progresso linear, ela tinha podido corresponder “à necessidade de reencontrar [no passado] os diferentes caminhos da transformação”. O inventariá-los, compreender seus mecanismos, afirmar sua pluralidade⁵. O fato é que esse retorno crítico aos hábitos do ofício também foi a ocasião de um espetacular movimento de expansão.

Com efeito é então que parece se abrir desmesuradamente o que Emmanuel Le Roy Ladurie chamou de “território do historiador”, termo que é por si só um programa. Registra-se uma multiplicação, que parece então sem limite previsível, dos procedimentos e dos objetos. Cada estação, cada número de revista, cada novo título, parece testemunhar uma incansável inventividade. Esta aceleração já não é, de resto, exclusiva da França: breve a encontramos no mundo anglo-saxão (em particular nos EUA), na Itália e na Alemanha. Nesse momento – que é também aquele, provisório, de uma influência máxima das *Annales* no mundo –, tudo parece poder – logo dever – tornar-se objeto de história. Tudo: a família, a sexualidade, as idades, as crenças e os sentimentos, o simbólico e as representações, os confins indecisos do biológico e do social, com um interesse mais acentuado pelas formas sociais, que não se oferecem necessariamente tais quais à leitura e à compreensão, precisamente aquelas que as ciências sociais se incumbiram de trazer à luz e interpretar. Nesse sentido, pode-se legitimamente pensar que a aliança com elas torna a sucessão da antiga história das mentalidades, da qual amplia o programa, as ambições e os meios⁶. Ela ganha forma de uma integração voluntarista: basta prestar atenção às referências biblio-

gráficas das produções desses anos para verificar que se tornou normal, até mesmo imperativo – quase também ritual – para os historiadores fundar seus procedimentos e seus resultados remetendo aos trabalhos dos antropólogos e dos sociólogos, a partir de agora parceiros privilegiados.

De resto, não é indiferente que a antropologia e a sociologia tenham se tornado as protagonistas da história. Por muito tempo, a geografia e a economia pareceram dever representar esse papel, mas em condições completamente diferentes. A geografia propunha, a um só tempo, a possibilidade de uma reflexão sobre a inscrição dos fenômenos sociais no espaço e um princípio forte de realidade: ela parecia oferecer à análise histórica objetos concretos, visíveis e quase tangíveis. O lugar da economia, por seu lado, foi associado à convicção mais ou menos explicitada que pretendia que, através dela, se atingiriam os mecanismos usados que orientariam o destino das sociedades humanas. Em sua própria organização, *Le Méditerranée* [O Mediterrâneo] de F. Braudel (1949) traduzia bem essas preferências, com uma primeira parte inteiramente consagrada ao diálogo entre o homem e o meio, e uma segunda aos tempos da atividade econômica. Mas as coisas mudam nitidamente com a promoção de disciplinas que, como é o caso da antropologia e da sociologia, são de algum modo coextensivas à história, e que têm em comum com ela uma semelhante indeterminação de seu objeto. O confronto não é mais setorial, limitado. Ele tende, mais ou menos conscientemente, para uma integração das disciplinas cuja identidade perde pouco a pouco sua evidência. Tal terá sido talvez o projeto mais ou menos confesso dos anos 70, e ainda de uma boa parte dos anos 80.

O tempo dos confrontos?

Tal projeto entretanto não se realizou. Pior, a fé na possibilidade de uma comunidade das ciências sociais encontra-se provavelmente mais fraca hoje do que há quinze ou vinte anos. Para isso concorreram diversas razões. O espetacular crescimento historiográfico desses anos foi genérico, mas foi mal administrado. A multiplicação dos objetos, dos terrenos, mas antes de tudo, das proposições foi a origem de tendências centrífugas. Denunciada, reivindicada ou, mais frequentemente ainda, aceita como um fato, a “fragmentação da história” serviu, muito cedo, como sintoma para qualificar a nova desordem das coisas⁷. A fórmula registrava a proliferação dos interesses historicistas. Mas ela manifestava também que, no interior da disciplina, a unidade estava menos assegurada. A própria dinâmica da pesquisa convidava a formas de especialização mais

avanzadas, que tornavam ao mesmo tempo a circulação da informação mais difícil (pense-se por exemplo na evolução da demografia histórica, simples modalidade da história social geral nos anos 60 que, duas décadas depois, tornou-se uma subdisciplina altamente técnica e fortemente auto-nomizada). Sobretudo, a cumulatividade dos resultados obtidos pareceu mais e mais incerta. O próprio projeto de uma síntese integradora dos conhecimentos parecia assim questionada⁸.

Essa evolução e esse diagnóstico serão próprios da disciplina histórica? Não se pode assegurar. Será por acaso que, no mesmo momento, numerosas ciências sociais se propuseram a estabelecer um inventário ou que, mais significativamente ainda, operaram um retorno crítico sobre sua própria história? Sem dúvida a maior parte delas hesita em reconhecer formalmente que um tempo de perturbações e de dúvidas chegou, mas os sintomas da crise podem ser vistos por todo lado. Eles podem, em cada caso, remeter às formas e às contradições de uma história particular. Mas eles devem também ser ligados ao próprio projeto de uma comunidade das ciências sociais, e isso, pelo menos, em dois níveis.

O primeiro é aquele, bastante geral, da significação e da possibilidade do projeto em si. Nascido na virada do século – em verdade, enraizado nas grandes ideologias científicas do século XIX –, ele era inseparável da convicção de que uma inteligibilidade de conjunto de nossas sociedades era possível e que ela garantiria, ao mesmo tempo, a convergência – ao menos tendencial – dos procedimentos e dos resultados das ciências sociais. Tal convicção encontra-se abalada há pelo menos vinte anos. Nossas sociedades tornaram-se mais opacas em relação a si mesmas, incertas quanto a seu presente, seu futuro e, com isso, até quanto a seu passado. No mesmo período, os grandes paradigmas unificadores, que serviram de arquitetura englobante ao desenvolvimento das ciências sociais, desmoronaram, e com eles o modelo funcionalista que possuíam, *grasso modo*, em comum. A história global (ou história total), cujo projeto havia orientado os esforços de três gerações de historiadores, viu-se assim, ao menos provisoriamente, posta entre parênteses.

O segundo nível é mais técnico. Entre as disciplinas menos seguras de si, de sua unidade, de suas finalidades, o regime da comunidade e da troca alterou-se profundamente. A interdisciplinaridade que parecia evidente, fosse qual fosse a via seguida para operá-la, tornou-se problemática, e talvez seja melhor assim. Daí a multiplicação das respostas. Viemos em um tempo de “anarquia epistemológica”, ao mesmo tempo

sugestivo e irritante. Tudo se passa como se, apagados os antigos pontos de referência, devêssemos agora tentar re-construir um espaço pensável para as ciências sociais. Essa reconstrução, entretanto, está apenas começando, e é muito cedo para adivinhar hoje aonde ela nos conduzirá. O que se pode fazer, em troca, é dar atenção às formas que ela adquire sob nossos olhos. A primeira é a de uma “redisciplinarização” parcial. A experiência dos anos 70 e 80 terá sido também a de uma maneira de confusão dos gêneros. Se nada, no fundo, distingue a história da antropologia ou da sociologia, qual pode ser o lucro tirado de seu confronto? É preciso tornar novamente possíveis entre elas “diferenças de potenciais” (B. Lepetit), que garantiriam uma circulação efetiva fundada sobre a autonomia e sobre a diferença dos pontos de vista e dos procedimentos de trabalho⁹. Não se trata então de tornar a compartilhar o espaço científico em nome dos particularismos disciplinares, mas sim de abrir nele uma pluralidade de projetos que não se recobrem um a outro. Essa segunda evolução em curso parece-me contribuir para redefinir o papel da história no seio das ciências sociais. Por muito tempo ela foi pensada como o lugar ecumênico da síntese futura dos saberes sobre o homem, ou, em uma versão menos ambiciosa, como o lugar comum de suas experimentações. Em uma obra importante, Jean-Claude Passeron, reorquestrando uma temática weberiana, acaba de deslocar tal reflexão insistindo sobre a historicidade comum ao conjunto das ciências sociais¹⁰. A afirmação não possui nada de uma evidência do senso comum. Ela propõe o reconhecimento da existência de um regime de cientificidade particular, diferente daquele das ciências nomológicas, no qual o trabalho de interpretação é constantemente associado à construção do objeto. A partir de uma reflexão desse tipo, poderia ser encaminhado, em termos relativamente inéditos, nos próximos anos, o difícil diálogo entre os historiadores e os praticantes profissionais das outras ciências sociais.

Notas

¹ G. Weisz, *The Emergence of Modern Universities in France, 1863 – 1914*, Princeton, 1983; W. R. Kewlor, *Academy and Community: The Foundation of the French Historical Profession*, Cambridge, 1975; F. K. Ringer, *Fields of Knowledge. French Academic Culture in Comparative Perspective*, 1890 – 1920, Cambridge – Paris, 1992. Sobre a sociologia, a referência fundamental continua sendo V. Karady, “Durkheim, les sciences sociales et l’Université: bilan d’un semi-échec”, *Revue française de sociologie*, 1976, pp. 267-311.

- ² O texto de referência aqui é o artigo de F. Simiand, "Méthode historique et science sociale", *Revue de synthèse historique*, 1903, pp. 1-22 e 129-157.
- ³ F. Braudel, "Histoire et sciences sociales: la longue durée", *Annales ESC*, XIII, 1958, reeditado em *Écrits sur l'histoire*, Paris, 1972, pp. 752-3.
- ⁴ Cf. à guisa de exemplo o número especial das *Annales: Histoire et structure*, 3-4, 1971. Um testemunho mais mediatizado pode ser fornecido pelo balanço-programa realizado por J. Le Goff e P. Nora na obra coletiva *Faire de l'histoire*, Paris, 1974, 3 volumes.
- ⁵ A. Burguière, "L'anthropologie historique", in J. Le Goff, R. Chartier, J. Revel (orgs.), *La Nouvelle Histoire*, Paris, 1978, p. 61.
- ⁶ Desta continuidade encontraremos um testemunho significativo no artigo de J. Le Goff, "Les mentalités. Une histoire ambigua", in J. Le Goff e P. Nora (orgs.), *Faire l'histoire*, op. cit., III, pp. 75-94.
- ⁷ A fórmula apareceu pela primeira vez, até onde sei, na apresentação da "Bibliothèque des histoires" (Gallimard) por P. Nora, em 1981: "Nós vivemos a explosão da história..." Ela foi retomada, dessa vez em chave potêmica, por F. Dosse, "L'Histoire en miettes". Dos *Annales* à *La Nouvelle Histoire*, Paris, La Découverte, 1987.
- ⁸ Cf. os dois editoriais sucessivos das *Annales*, "Histoire et sciences sociales: un tournant critique", *Annales ESC*, XIII, 1988, pp. 291-3, e "Tentons l'expérience", *ibid.*, 1989, pp. 1317-23. Ver também B. Lepetit, J. Revel, "L'experimentation contre l'arbitraire", *ibid.*, 1992, pp. 261-5.
- ⁹ Neste ponto concordo com as reflexões propostas por B. Lepetit, "Propositions pour une pratique restreinte de l'interdisciplinarité", *Revue de synthèse*, 4ª série, 3, 1990, pp. 331-8.
- ¹⁰ Jean-Claude Passeron, *Le Raisonnement sociologique. L'espace non poppérien du raisonnement naturel*, Paris, Nathan, 1991.

TRÊS

No Princípio Era o Direito...

PATRICK NERHOT

Que a história tenha nascido do direito nessa disputa entre o verdadeiro e o falso, e que a questão da verdade no seio do pensamento ocidental tenha inteiramente confundido os métodos histórico e jurídico, é o que a enquete ilustra. Forma exclusiva do conhecimento da verdade em nossas sociedades, ela se impõe sobre o ordálio nos primórdios de nosso segundo milênio, através da busca judiciária da verdade.

E a história nasceu do direito. Nestes termos é que seria conveniente estabelecer a relação entre a história e o direito, embora uma tal formulação deixe pairar a pesada ambigüidade de um "direito" presente desde sempre, sempre idêntico a si mesmo. O que é conveniente afirmar vigorosamente, entretanto, e que essa fórmula possui a vantagem de indicar, é que o que nós identificamos pelo termo história é nosso modo de conhecer e de atestar o verdadeiro (o debate ocorrido há algum tempo na França, cujos participantes queriam definir a história como um romance, assimilar o método histórico ao método romanesco, era um enorme absurdo, notadamente porque demonstrava o trágico desconhecimento, da parte daqueles que defendiam essa hipótese, do lugar ocupado pela "história" na *epistème* ocidental). Esse modo de atestação e de reconhecimento do verdadeiro, portanto, retoma, retomou, é nossa tese, o(s) modo(s) de conhecer e de atestar o verdadeiro próprio(s) ao método jurídico.

Se Michel de Certeau¹ podia considerar que a história moderna ocidental começava com a distinção e a cisão entre presente e passado, é porque, e antes de tudo na nossa opinião, o saber jurídico ocidental, nisso aliado inseparável dos teólogos (podemos nos referir a esse(s) tempo(s) que Jacques Le Goff tão maravilhosamente examinou em seu estudo sobre o nascimento do purgatório), reescrevia seus mecanismos de explicação causal identificando seus efeitos de sentido com uma estrutura, totalmente cristã, do tempo².

Que a história tenha nascido do direito nessa disputa entre o verdadeiro e o falso, e que a questão da verdade no seio do pensamento ocidental tenha inteiramente confundido os métodos histórico e jurídico, é o que a enquete ilustra. Forma exclusiva do conhecimento da verdade em nossas sociedades, ela se impõe sobre o ordálio nos primórdios de nosso segundo milênio, através da busca judiciária da verdade. Demonstrar nossa tese sobre a articulação entre história e direito é, desse modo, aventurar-se, primeira e fundamentalmente, em questões epistemológicas: é, com efeito, propor o problema da atestação e da aceitação dos modos de enunciação da verdade no seio de nossas sociedades. Quando a enquete se torna o modo dominante, primordial, de autenticar a verdade, de suscitar em outros termos esses materiais através dos quais se atesta uma verdade, então, talvez, algo que um dia reconheceremos como a "história" já existe, porém através de mecanismos que pertencem exclusivamente às práticas jurídico-judiciárias.

Uma nova linha divisória entre sagrado e profano

Marc Bloch via no ano de 1681, data da publicação do *De Diplomatica* de Dom Mabillon, uma data extremamente importante para o pensamento, porque nessa ocasião estabelecia-se definitivamente a crítica dos documentos de arquivo. Segundo uma síntese recente, as origens da escola metódica dos historiadores profissionais, também nomeados "positivistas", tornam-se mais claras se examinadas à luz dos eruditos do século XVII, mais do que a partir dos escritos de Auguste Comte³. Todos têm razão certamente, entretanto é preciso perceber que tudo isso ocorre porque a escola metódica saiu dos procedimentos da crítica textual (da prática da dúvida metódica) na "leitura" dos testemunhos, quer dizer, desses saberes que participam da identificação do verdadeiro utilizados pelo método jurídico, desse modo efetivamente bem jurídico de atestar o sentido "autêntico" de um texto.

O projeto da modernidade sempre foi separar cuidadosamente o que fosse da competência de um conhecimento científico autêntico (necessitado de uma auto-interrogação, que tradicionalmente se chama epistemologia) desse outro modo de saber, não mais ligado ao conhecimento das "leis naturais" do mundo, mas que é, também tradicionalmente, apresentado como estando ligado a especulações cujos fundamentos permanecessem principalmente teológicos. Sobre essa separação achamos que seria conveniente nos interrogarmos, senão para negá-la em todo

caso para redesenhá-la cuidadosamente, repropor uma outra visão que não seguiria com certeza a idéia clássica de uma "linha divisória" entre o que seria da ordem do religioso e da ordem do profano por uma leitura da verdade. Principalmente por essas razões pretendemos, através de nossos trabalhos atuais e futuros, recompor as temáticas epistemológicas e hermenêuticas, recomposição que reescreveria outros princípios de diferenças que não cesses de uma exclusão, na enunciação-reconhecimento do verdadeiro, entre o que seria da ordem do sagrado e da ordem do profano.

Os juristas sempre se voltaram ao culto do "documento autêntico", via obrigatória da comprovação da verdade, mas que, evidentemente, e mesmo que isso hoje possa parecer obscuro, não podia ser percorrida senão quando já pudéssemos identificar um "texto" (lembramos, a propósito disso, ao eventual desatento, que interpretar "corretamente" um texto é antes de tudo atestar esse "texto", quer dizer, enunciar as regras e procedimentos discursivos diversos pelos quais se desvela "o" texto). Seja esse termo "já", que ocupa um lugar tão particular na filosofia hermenêutica contemporânea e graças ao qual tenta-se traduzir os mecanismos cognitivos pelos quais se afirma a atestação de um sentido. Por esse termo "já", nessa perspectiva filosófica, entende-se estar sublinhada a idéia de um movimento perpétuo no princípio do sentido, isto é, de mecanismos segundo os quais compreender, interpretar, não consiste jamais em identificar pontos originários (e seu equivalente que são os pontos de chegada), quer dizer, pontos sempre presentes (paradas do sentido) que bastaria então identificar na própria forma da presença, presença eterna, presença imutável, para atestar o verdadeiro. Tornar a percorrer historicamente essa via equivale a abrir esse espaço, nem acabado nem definido, *a priori* da *ratio* ocidental que poderia se esboçar a partir dos pontos de referência fundamentais que foram a exegese medieval e sua inseparável crítica "humanista", levada a cabo por juristas como Lorenzo Valla⁴, e que repercutiria sobre o que Foucault chamou período "clássico" ou a aventura solitária da linguagem⁵. Assim, pensar essa relação entre história e direito obriga a uma reflexão que inscreve em seu princípio a questão da racionalidade.

Identidade de método

Uma tal reflexão não pode em nenhum caso, todos terão compreendido, dar-se por satisfeita com a época contemporânea. Um filósofo do direito escocês, N. MacCormick⁶, para definir o método jurídico adianta esses quatro pontos: a) pesquisar os fatos; b) interpretar os fatos;

c) interpretar as regras; d) apreciá-las em relação ao conjunto das regras jurídicas consideradas como um sistema tanto quanto sua integração nessa ordem. Taine, citado por Bourdieu e Martin⁷, já dizia, definindo o método histórico e antecipando os Langlois e Seignobos: a) pesquisar os fatos; b) classificá-los distinguindo cada classe de fatos; c) defini-los; d) estabelecer as relações de dependência entre as diversas definições para ver em que medida formam um sistema. Notemos de passagem que os hermenêutas mais finos apreciarão que “a interpretação de uma regra” entre os juristas tem por nome: “definição dos fatos” entre os historiadores mas o que é, efetivamente, uma regra interpretada senão esse efeito de sentido que já se introduz no que se chama “o fato”?

Como quer que seja, o método histórico, tal como se define já no século XIX, é idêntico em todos os pontos ao método jurídico atual (apresentado aliás muito dogmaticamente por um jurista que ainda por cima pertence a uma escola anglofona, definida tradicionalmente como completamente estranha às escolas continentais!...) e essa identidade nos interroga vigorosamente. Tal identidade de método, que H. G. Gadamer⁸ jamais percebeu, deve ser pensada muito seriamente e, longe de nos envolver em uma reflexão sobre a “modernidade”, nos envolve ao contrário em uma reflexão que trata da questão da racionalidade e que se qualifica por três termos: ocidental, cristã, pré-moderna.

Historicismo e historicidade

A questão da racionalidade, assim colocada, não se reduz a historicismo, mas se inscreve na questão da historicidade. Que se deve entender por tal distinção? Digamos antes de tudo, fiéis nisso à filosofia hermenêutica de Heidegger e Derrida⁹, que a questão da historicidade pretende propor o problema do sentido como “abertura da história”¹⁰. Com isso, distinguimos a questão da historicidade de todos esses conjuntos de explicações históricas que “descrevem” verdades passadas (historicismo); fazemos, ao contrário, da questão da historicidade o que torna possível a enunciação dessas verdades, e a traduzimos então como a “abertura do sentido”. Tocamos aí a grande questão de toda filosofia hermenêutica; essa distinção é não apenas essencial no que concerne à enunciação-reconhecimento da verdade, mas também pelo descarte teórico da hipótese relativista. Esse postulado da “abertura da história” introduz efetivamente à hipótese de “condições de possibilidade” para a enunciação-reconhecimento de toda proposição de verdade.

Vejamos o exemplo da crítica textual “humanista” (que mais tarde será identificada como a “filologia”). Ela se inscreve em uma perspectiva que permanece fundamentalmente cristã no próprio momento em que constrói suas oposições semânticas às leituras católicas. O historicismo, já o dissemos, pretende estar traduzindo uma verdade “atestada historicamente”. Esse é o primeiro gesto fundamental de nossa filosofia hermenêutica; ele retoma, já o dissemos, Heidegger e Derrida, mas se acompanha de uma outra distinção, fundamental, e que dessa vez nos é mais específica (apesar de nos sentirmos muito próximos do filósofo francês), a distinção entre história e passado.

História e passado

Quando se “escreve a história”, o “sentido”, a “realidade” são essas variações significativas às quais se referia Michel de Certeau, e se inscrevem assim, é banal dizê-lo hoje, numa linha, homogênea, do tempo, traduzindo assim uma relação de causalidade (racionalidade formal): a dissipação do mistério, do tempo presente, pela instauração, no presente, de uma figuração ambivalente passado-futuro. Com efeito, o que sempre se perde de vista, sem dúvida porque isso parece realmente banal, é que todas as nossas interrogações remetem sempre a uma só e mesma questão: a que consiste em identificar o que constitui realmente problema para o ator histórico, a saber, seu próprio tempo! Se soubéssemos, sem a menor ambigüidade possível, quem nós somos, se a questão do sentido que é o nosso já estivesse totalmente resolvida, estaria resolvida ao mesmo tempo a questão filosófica, por exemplo nessa forma particular que é a pesquisa histórica. É a razão pela qual um sentido, no presente, se elabora pela constituição de um passado, se elabora nessa variação ou diferença; nesse gesto hermenêutico, o presente não é jamais presente, mas já futuro. E a questão do “limite” tal como surgia, nós lembramos, nos diversos trabalhos que tratavam de questões de método nos anos 70¹¹ é uma tradução, entre outras possíveis, disso.

Historicizamos assim o “atual” ou, o que dá no mesmo, efetuamos, no presente, efeitos de sentido (noções de “situação”, de “acontecimento”, de “fato”), e isso só se pode fazer a partir de argumentos (cuja natureza, aqui, pouco importa) aos quais é reconhecido o estatuto de verdade. Nós fazemos acontecer alguma coisa, que podemos chamar o acontecimento (poderíamos também chamá-lo “fato”, “situação”...); nesse gesto, só o espírito estreito pode ver o triunfo do pensamento subjetivista, pois se

trata de nada menos que da experiência da racionalidade ocidental, desse raciocínio pelo qual um sentido (presente) se elabora, articulando um passado (testemunho de uma verdade, e tudo está nessa atestação evidente), e já valendo como um futuro previsível.

Nas fontes da racionalidade ocidental

Dessa historicidade, abertura da história, que está no princípio dos signos que atestam e pelos quais se reconhece a verdade do mundo, descobrimos as primeiras formas históricas nesses saberes dos teólogos e dos juristas, para quem apenas pela escrita se chegaria a verdade do mundo, que recompunham em outros termos uma linguagem de signos, redenhavam os contornos (diferenças) do "texto": é preciso se repensar aqui, em particular, o que foi a exegese medieval como o signo do que nós chamávamos ainda há pouco "experiência da racionalidade ocidental", onde o texto tornava-se uma articulação entre o Antigo e o Novo Testamento, onde esses signos anunciavam, enunciam graças à construção dessa leitura tão específica que foi a hermenêutica da "doutrina dos quatro sentidos" da *sacra scriptura*. Aqui o "sentido literal" era o Antigo Testamento, o que quer dizer "história", ou seja, relato verdadeiro de acontecimentos passados, mas ele não era sentido *senão enquanto* articulado no *Novo Testamento*, isto é, a essas três interpretações que eram a alegoria, a moral e a anagoria¹².

Começa então algo de decisivo para a racionalidade ocidental, onde se inscrevem todas as nossas batalhas (historicismos) do sentido e que convida, e começamos a entrever por quê, a jamais afastar demais da reflexão epistemológica a reflexão hermenêutica.

Um passado é um transporte de sentido: a partir do momento em que se trata de enunciar o sentido (de um escrito, portanto de um traço que já anuncia sentido), um passado é *inferido*, por mais discreta que possa ser essa inferência (tal como, por exemplo, "a história da palavra"); isto ocorre sempre, e nessa inferência reencontramos nossa questão da "história", que se situa então, em nossa perspectiva, *no próprio princípio de uma reflexão epistemológica*. Um jurista, por exemplo, seria absolutamente incapaz de trabalhar do modo como o faz sem nossa "história": essa proposição que, na base dos postulados que enunciamos, corre o risco de parecer uma redundância, pretende em verdade sublinhar que esses materiais que o jurista aciona no exercício cotidiano e por vezes muito modesto de seu ofício são a expressão do que uma sociedade reconhece como o que participa da atestação e da enunciação da verdade.

Um processo de sentido de uma escrita indica fundamentalmente aquilo por que uma verdade se atesta (nosso "texto"). Se nos referimos ainda à experiência do jurista, o conceito de regra (onipotência da "norma" na cabeça do jurista contemporâneo) se exprime como uma projeção no futuro (comportamentos prescritos e então autorizados, proibidos...) pela qual comportamentos serão qualificados, a partir da reconstrução de passados, e valerão como o sentido (presente) da regra. Um passado é passado desde que é sentido, atestação de um presente; o passado permanece fundamentalmente testemunho do presente, no presente, mas notemos bem todavia, que um presente não pode pretender um sentido senão através dessa diferença, desde que é inferido de um passado. O passado está no princípio do sentido, dissipa o mistério do presente, faz então ocorrer o acontecimento: eis o que propõe como problema filosófico a questão da "história", e compreendemos ainda um pouco melhor como a reflexão epistemológica está intimamente ligada à reflexão hermenêutica.

A questão da tradição

Nossa rápida apresentação do alcance filosófico de todo discurso histórico, nos dirão, já está bem densa, senão pesada, maciça, mas nos permitiremos incluir um novo problema que não podemos deixar de mencionar nesse muito, por demais, rápido trabalho, e que é o problema da tradição. Queremos insistir sobre esse ponto, pois é essa própria idéia que está no princípio da hermenêutica desenvolvida pelos historiadores, que talvez também, por vezes, sem dar muita atenção, hermenêutica sem a qual eles seguramente não escreveriam a história tal como a escrevem. Existe, de fato, uma idéia bem banal para nossa cultura, que consiste em dizer que o "isso que somos" já está escrito no que nos é anterior, que, em outros termos, somos esse *resultado* de um passado, que nos formou, deformou, e com o qual é preciso negociar já que queremos dar conta de "nós mesmos", de nossa "identidade". O passado é de algum modo esse "necessário" já que se discute a questão de nosso presente. Como nossa perspectiva hermenêutica aborda essa questão?

Se, como vimos, o passado faz ocorrer, tal como definimos esse processo, o acontecimento, então se dissolve o conceito de "tradição", enquanto esse processo de sentido tal como ele pretende ser e que rapidamente apresentamos. A tradição seria efetivamente esse pedaço de sentido que chegaria sozinho e inteiro até "nós", "hoje", configurando assim — ligando, como uma espécie de transcendência, o observador que

seríamos – o sentido autêntico, filosofia da história, que vale como a verdade (nosso presente). Porque a tradição jamais chega sozinha, porque a fazemos chegar, diríamos, dessa tão enraizada hermenêutica da tradição, que ela é *o mundo da grande ilusão*. A tradição é sem dúvida um “testemunho”, ela não é “ideologia”, a tradição é esse passado tal como o definimos, quer dizer, condição de possibilidade onde se inscreve nossa racionalidade ocidental; a tradição desse modo não depende da elocução, e o trabalho do jurista (leiamos, igualmente, do historiador) o demonstra todos os dias, mas ela permanece um testemunho *para uma autentificação de um presente*, ela é um mecanismo específico da nossa civilização cristã para suscitar efeitos de sentido. Sem dúvida captaremos verdade na escrita do passado, é esse, de resto, o postulado de partida, o objeto de nossa racionalidade, mas nesse mecanismo de sentido, o que está em jogo é a questão da “história”, que nos faz penetrar no mistério do presente mais do que no “sabido” do passado.

A racionalidade, uma experiência, um movimento

A história é um processo que constrói e o passado, um objeto construído. A história é nossa experiência da racionalidade na sua tentativa de dizer o verdadeiro, ela é um sentido que se constrói como um “*a posteriori*”. No ato de dizer o verdadeiro, o sentido é projeção de passados, “efeitos de sentido”, que atestam essa misteriosa certeza de um presente, “nós”, “hoje”. O sentido é, pois, a recomposição de passados, desvelados, fugitivos efeitos de sentido entretanto e que são os testemunhos de uma enquête cujos atores só se reconhecem *a posteriori*: movimento sem “origem” e sem “fim” (o que não significa necessariamente sem objetivo), cadeia ininterrupta de significantes.

Estamos no próprio âmago da reflexão hermenêutica contemporânea e, para concluir nossa conversa, podemos rapidamente evocá-la a partir de um conceito essencial que encontramos em particular em Heidegger e Gadamer¹³. Referimo-nos, no início de nosso texto, à historicidade, “abertura da história”, historicidade que terá sido traduzida por esses dois filósofos como “espera”, “horizonte de espera”. Em nossa concepção, a idéia de espera é abandonada em proveito da de “movimento”, o que significa que não há um passado que já, sempre já presente, indique (o sentido). Queremos reconhecer o princípio do sentido como o que se constrói *sem ponto de partida e sem ponto de chegada* (“nós”, como o presente), portanto, como um processo que já é movimento. E se em nossa concepção

o “ator” renasce, não é sob a forma de um neo-subjetivismo, assim como pretendemos afastar, por essa crítica à ontologia, a referência objetivista.

Pela concepção que esboçamos do “passado”, longe de postular um sempre cognoscível (identidade, metafísica da presença), concebemos, ao contrário, o processo hermenêutico como a enunciação de regras, princípios etc., que *se aplicam*. É porque nosso “presente” se abre à problemática, à questão do sentido, que um passado é invocado e já nos ensina, “nós”, nos informa sobre “nós mesmos”.

A hermenêutica assim concebida redesenha um espaço que escapa à evidência desse vestígio, a modernidade, que a filosofia alemã quis identificar – a partir de Kant –, recompõe os materiais pelos quais ela responde à questão do sentido, atesta traços que exprimem estes termos mais ou menos precisos, mais ou menos claros, de “pré-moderno”, “crisião”, “racionalidade”, que no entanto já orientam nosso conceito de história; ela reescreve esse “texto” que permite construir as certezas e as provas, reinstaura ritmos históricos etc., como efeitos de sentido. A história é uma especulação que abre para o mistério do presente¹⁴; tentamos identificar, através desses estudos de epistemologia e de hermenêutica, uma forma, a de um passado (já futuro entretanto) suspenso à abertura do sentido. É, assim, muito ilusório conceber o passado como esse objeto inerte, sempre semelhante, disponível, presente passado e passado presente, essa forma universal que todos os homens de todos os tempos, de todos os séculos, de todos os continentes e de todas as civilizações teriam sempre reconhecido da mesma maneira.

Um processo de sentido não se cumpre senão em um espaço já aberto, dizíamos, que chamamos historicidade. A filosofia do direito, que é também filosofia da “História”, se dedica à interrogação dessa historicidade. Historicidade e historicismo nos convidam a nos interrogar sobre esse “texto” onde está escrita nossa verdade do mundo (sempre única quando ela se afirma, sempre plural e polêmica tão logo afirmada). Este ponto é essencial: a questão da historicidade supõe um só “texto”, que abriga a verdade do mundo, a questão da História. O relativismo, para dizer de modo simples, fica assim fora de propósito. Uma filosofia do direito, da “História”, se interroga assim particularmente sobre a diferença (sempre renovada) oralidade-escrita, que engaja nossa experiência da racionalidade e ocupa um espaço singular, e que vê a noção de causa corresponder ao efeito de sentido, ou leitura, de uma escrita (hermenêutica) que (re)constituímos no exato momento em que “descobrimos” o sentido (desvelamento).

História e direito

Essa historicidade é traduzida por essas construções, história real do mundo, da qual quisemos reconhecer um momento decisivo em uma conjunção entre juridicismo e teologia. Que o Ocidente cristão, pré-moderno, renove as experiências da racionalidade, nós induzimos fortemente desses signos que são as estruturas temporárias, esses segmentos de tempo linear, dotados de sentido (causalidade). “*Historia est rerum gestarum narratio*”, dizia Hugues de Saint-Victor; o verdadeiro se prova por princípios que reconstróem o passado e se estrutura como um relato, *gesta temporum*; a história é assim uma representação, *descriptio temporum*, mas ela é também e finalmente uma certeza, *temporum certitudo*; a cronologia tornou-se uma preocupação constante, obsedante, de um tempo tornado integralmente mensurável, uma medida única (que nos anuncia já a racionalidade filológica).

Se o “Ocidente cristão, racional, pré-moderno” é esse “Texto” particular, à leitura do qual se exercem a epistemologia e a hermenêutica, então uma tal especificidade se inscreve nessa indissociabilidade entre método histórico e método jurídico. Os conhecimentos diversos e sempre renovados que participaram, que ainda participam, do que reconhecemos como a história, são inseparáveis desses conhecimentos que eram, que são, operantes no método jurídico. A história não se separa em nada deste método, tudo o que se reconhece como o pensamento ocidental na experiência da racionalidade traduz exatamente essa indistinção entre a história e o direito. Ainda uma vez, o fato de o ofício do historiador ter suas regras, que não coincidem forçosamente com as regras que um jurista pode utilizar, remete a um problema, diferente, que não tínhamos a intenção de tratar; e a dogmática jurídica se afastará muitas vezes de numerosas regras que o historiador considerará como essenciais ao exercício honesto de sua profissão (pensemos especialmente no papel da ficção em certos raciocínios jurídicos).

A experiência da racionalidade ocidental, e essa será a nossa conclusão, tal como tentam traduzi-la as perspectivas hermenêuticas e epistemológicas, se apresenta como esses saberes, sempre renovados, que conhecem e reconhecem, instituem e interpretam esses signos que constituem um “Texto” (que não é o livro), que não é jamais desde sempre e desde já dado a ler, mas que se institui como uma escrita cujos modos de leitura lhe são constitutivos e nos quais participam, participaram de

maneira essencial, o que se reconhece, o que se reconhecia (vestígios em parte também perdidos), como a história e o direito.

Notas

¹ *L'Écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975, p. 9.

² Não é fácil falar em tão poucas páginas do que constitui, já há vários anos, um aspecto essencial de nosso trabalho. A questão da história atravessa, efetivamente, mais ou menos conscientemente, mais ou menos explicitamente, nossas pesquisas de filosofia do direito. Remetemos aqui a nossas publicações, que puderam tratar estas questões de maneira menos alusiva: P. Nerhot (org.), *Interpretation and reality. Essays in Epistemology, Hermeneutics and Jurisprudence*, Dordrecht-Boston-Londres, Kluwers Academics Publishers, 1990, em particular páginas 193-226; *Legal Knowledge and Analogy. Fragments of Legal Epistemology, Hermeneutics and Linguistics*, Dordrecht-Boston-Londres, Kluwers Academics Publishers, 1991, em particular páginas 183-198. P. Nerhot, *Il Diritto, lo scritto, il senso. Saggio di Ermeneutica Giuridica*, Ferrara, Corso Editore, 1992; nova edição modificada, Pádua, Cedam, 1994; *Law, Writing, Meaning. An Essay in Legal Hermeneutics*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1992; *L'ipotesi perduta della legge*, Pádua, Cedam, 1994.

³ G. Bourdè e H. Martin, *Les Écoles Historiques*, Paris, Le Seuil, 1983, p. 82.

⁴ Por exemplo, seu célebre *Traité de la donation de Constantin*, tradução francesa por A. Bonneau, Paris, 1879; texto entretanto incompleto, sendo a versão inglesa superior: *The Treatise of Lorenzo Valla on the Donation of Constantine*, C.B. Coleman, Yale University Press, 1922. J.B. Giard acaba de publicar uma nova versão francesa desse tratado com uma introdução de Carlo Ginzburg. O melhor exemplo que podemos oferecer dessa crítica textual humanista é a demonstração que Valla faz da impostura que representava esse documento a partir do termo “Augusto”; podemos também remeter a nosso estudo, *Law, Writing, Meaning, An Essay in Legal Hermeneutics*, op. cit., pp. 108-109.

⁵ Michel Foucault, *Les Mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966.

⁶ Nosso seminário de filosofia do direito no Instituto Universitário Europeu, fevereiro de 1989.

⁷ Op. cit., p. 108.

⁸ Remetemos aqui essencialmente a sua obra *Vérité et méthode* (tradução francesa), Paris, Le Seuil, 1976.

⁹ Heidegger, *Être et temps*, Paris, Gallimard, 1986; *Questions*, I-IV, Gallimard, 1968; *Qu'est-ce qu'une chose*, Gallimard, 1971; *Chémíns qui ne mènent nulle part*, Gallimard, 1962. Jacques Derrida, *L'Écriture et la différence*, Le Seuil, 1967; *De la grammatologie*, Éd. de Minuit, 1972; *Marges de la philosophie*, Éd. de Minuit, 1972; *La Dissémination*, Le Seuil, 1972. *Limited Ink*, versão francesa, Éd. Gallilée, 1987. Se Jacques Derrida, com sua filosofia hermenêutica, retoma a especulação filosófica de Heidegger, dela ele se separa profundamente por rechaçar sistematicamente toda "metafísica da presença", a ponto, de resto, de se poder dizer que a "desconstrução" começada pelo filósofo francês é uma espécie de anti-hermenêutica heideggeriana.

¹⁰ Tomemos o exemplo utilizado por Heidegger em *Chémíns qui ne mènent nulle part*, *op. cit.*: "A ciência (...) não é um advento inaugural da verdade, mas sempre a exploração de uma região do verdadeiro já aberta, o que se faz concebendo e fundando (no modo da prova) como exato o que, em sua esfera, mostra-se como tal de um modo possível e necessário". Sempre para confrontar, muito esquematicamente esse filósofo com Jacques Derrida, o que evidentemente criaria um problema para este último, em uma reflexão como a que trazemos aqui, é esse algo que se mostra... em sua esfera. Já há de algum modo significado, o que o filósofo francês não aceitaria porque, para ele, os mecanismos do sentido não remetem senão a uma só cadeia de significantes. Esse último dirá, de resto, referindo-se aos trabalhos do filósofo alemão: (é) "a determinação do ser em presença ou em *étanité* (fato de estar sendo) que é integrada pelo pensamento da diferença. Tal questão não pode surgir e se deixar compreender sem que se abra... a diferença do ser em relação ao sendo. Primeira consequência: a diferença não existe". Jacques Derrida, *Marges de la philosophie*, *op. cit.*, p. 22.

¹¹ Michel de Certeau, *L'Écriture de l'histoire*, *op. cit.*; Michel Foucault, *L'Archéologie du savoir*, Gallimard, 1969.

¹² O leitor terá compreendido que nosso "sentido literal" é sensivelmente diferente do "sentido literal" da *sacra scriptura*. Este sentido literal, que é instituído por nossa exegese, é, com efeito, o "relato de acontecimentos verdadeiros"; em outros termos, ele pretende opor-se a esses outros relatos, evidentemente contemporâneos ou anteriores ao tempo da exegese, que misturavam indiferentemente o que podia ser tomado por verdadeiro e o que era completamente imaginado. Nessa medida, esse sentido literal concerne ao que consideramos hoje como a "história". Ele pertencera portanto ao que reconhecemos hoje como pertencente ao domínio da epistemologia, não era já então o que identificamos hoje como um "sentido literal", que não traduz senão uma só hermenêutica. Essa questão do "sentido literal", mais uma vez como a entendemos hoje, só surgirá quando a escrita do mundo for a escrita de um livro; os primeiros trabalhos de Foucault poderiam ser retomados a partir dessa chave, quando o que é visto for já uma *escrita*, o que é lido, "aventura solitária da linguagem", dizia esse filósofo, o que talvez não esteja totalmente exato em sua formulação, pois a linguagem é um *texto* que enuncia que o *que é visto*

corresponde ao que é lido. Essa aventura solitária da linguagem é já um positivismo, e muito precisamente pela razão que indicamos. Para um estudo sistemático da exegese medieval, remetemos evidentemente a H. de Lubac, *Exégèse médiévale, Les Quatre Sens de L'Écriture*, Aubier-Montaigne, 1961, 4 volumes. Para essa "hermenêutica do olhar", chamemo-la assim, remetemos a nosso último trabalho, *L'ipotesi perduta della Legge*, *op. cit.*, 1994.

¹³ *Être et temps*, *op. cit.*; Verdade e método, *op. cit.*

¹⁴ Os notários, para dar um exemplo bem simples, em particular os notários florentinos, mas não apenas esses, escreviam passados sob a forma de um relato que retomava em todos os pontos a maneira de se escreverem os contratos.

Pode a Filosofia Escapar da História?

PASCAL ENGEL

Há, em filosofia, um certo número de problemas que, embora suas formulações divirjam segundo os autores, as escolas, os estilos de pensamento e as épocas, têm uma situação bastante permanente ou durável para que possamos reconhecê-los, apesar da variedade de formulações e respostas. Por mais diversas que elas sejam segundo os contextos históricos, essas respostas apresentam similaridades suficientes para que possamos ainda hoje compreendê-las e avaliá-las, e dizer se as consideramos corretas ou não.

A meu ver, a filosofia pode se cumprir sem que se faça necessariamente história da filosofia. Esta declaração, para muitos escandalosa, me parece profundamente banal. Para precisar meu ponto de vista, tentarei, de modo esquemático, defender duas idéias. A primeira é a de que fazer filosofia não é essencialmente uma atividade de historiador, mas uma atividade de busca da verdade, ainda que se trate de um tipo de verdade específico, de ordem sobretudo conceitual e não empírica ou demonstrativa. A segunda é que *um* dos meios de se chegar a esse gênero de verdade — mas de modo algum o único — é ler os autores do passado, ainda que essa leitura não tenha um objetivo principalmente histórico, mas argumentativo: ela visa avaliar as teses desses autores para observar se elas podem contribuir ainda para nossa compreensão dos problemas da filosofia, que são, em uma medida muito ampla, independentes de suas formulações específicas ao longo da história dessa disciplina.

A cultura filosófica contemporânea, ao menos na França e na maior parte dos países europeus (em particular na Alemanha e na Itália), é quase totalmente histórica. O ensino da filosofia consiste, em sua maior parte, em um ensino da história da filosofia, e mesmo quando um curso ganha um aspecto um pouco “sistemático”, o mestre e seus alunos se sentem um pouco perdidos quando se navega sem referência ao que X ou Y (tal grande figura da história da filosofia) disse sobre o assunto. O curso é melhor

compreendido e recebido se ele se chama (por exemplo) "o problema do conhecimento em X" ou "a questão moral de X a Y". Os programas dos exames e dos concursos testam principalmente a aptidão dos candidatos a conhecer os "grandes autores" dessa história. A maior parte dos exercícios propostos são explicações de textos, e quando eles têm que escrever "dissertações", fica implícito que seus raciocínios deverão se apoiar nesses grandes autores, e propor alguma coisa como uma perspectiva histórica. Os estudantes assimilaram esse estilo tão totalmente, que se acreditam ainda hoje obrigados a propor dissertações em três partes, cada uma "fazendo falar", como um ventríloquo, um grande autor, e a última oferecendo em geral a última palavra a alguma grande figura contemporânea — segundo as épocas Nietzsche, Marx, Freud, Heidegger ou Husserl. Quando eu seguia, na Sorbonne, o curso de Ferdinand Alquié, um desses grandes mestres da instituição, ele dizia, desde a primeira aula, que não se critica um grande filósofo, mas que devemos simplesmente aprender a lê-lo. O concurso de *agrégation* testa principalmente a capacidade de dominar a história da filosofia. Ásperos confrontos opõem os examinadores para saber "quem" estará no programa, e muitas vezes é a consagração de uma carreira quando o "seu" autor atinge o estatuto de "autor de *agrégation*". Quando um estudante escolhe um assunto de dissertação ou de tese, ele se propõe o exame da obra de X, ou do problema Z "em X". Se ele entrar mais tarde na profissão de professor e pesquisador, ele escreverá artigos e livros sobre tal autor, sobre tal questão em X ou Y. Quando escrever artigos que não sejam explicitamente históricos, seu estilo será contudo implicitamente tal. Em face de um problema dado, ele não se perguntará: "Que resposta poderei dar a este problema?" ou "Tal proposição filosófica será verdadeira?", mas sim: "Que resposta o grande filósofo X deu a este problema?". Ele praticará muitas vezes o método da "inscrição": por exemplo, frente à questão da causalidade, ele buscará inscrever a contribuição de X ou de Y no conjunto das concepções da causalidade considerado sob o ângulo de um relato histórico¹. Pode-se responder que tais práticas exegeticas e de comentário não fazem necessariamente daqueles que as têm historiadores, preocupados em descrever a letra das doutrinas e em situá-las numa perspectiva histórica. Nosso estudante dispõe, notoriamente, de muitas maneiras de fazer história da filosofia. Ele pode ser um simples doógrafo, relatando as opiniões dos filósofos ilustres. Pode ser um historiador das idéias, atento à maneira como elas nascem, se propagam, morrem e renascem através de tipos de discurso que não incluem somente a filosofia, mas

também as ciências, a literatura, a crítica literária ou artística, os discursos religiosos e a teologia etc. Pode ser o historiador de uma doutrina filosófica única, singularizada por um autor, importante ou não, trate-se de Descartes ou de um "pequeno cartesiano", ou de uma escola como o estoicismo. Pode praticar diferentes tipos de história. Pode, como os grandes historiadores alemães do século XIX, realizar uma história sistêmica, visando tratar a obra como um todo articulado e orgânico, um sistema. Pode ser partidário de um tipo de história estruturalista, como aquela ilustrada brilhantemente pela escola de Guérout. Pode ser um historiador heideggeriano, para quem cada obra é a encarnação do devir da Idéia. Pode ser heideggeriano, e pensar que analisa a história da metafísica como "história" do esquecimento do ser. Pode ainda rejeitar toda análise sistêmica, e se consagrar principalmente à análise de textos isolados. Numa palavra, poderá praticar a história segundo tal ou tal método, e ser um mais ou menos bom historiador. Mas o que quer que faça, admite-se em geral que ele faz uma história *filosófica* da filosofia.

Portanto, história da filosofia não é simplesmente um meio de fazer filosofia, é o meio certo, o único possível. Alguns historiadores da filosofia se perguntam se pode haver uma história *científica* da filosofia, que não recorra, implicitamente, às opções filosóficas próprias do historiador. Outros pensam que não é possível. Mas qualquer que seja a resposta a essa pergunta, não há salvação fora da história. Apenas ela garante a seriedade, apenas ela nos oferece alguma coisa tangível, avaliável e ensinável. Isso não significa que na França só existam filósofos que se consagraram à história de sua disciplina, que não existam autores originais que são bastante indiferentes à necessidade de inscrever seu trabalho em uma tradição, e capazes de escrever livros relativamente liberados dos constrangimentos do comentário e da análise histórica. Mas esses autores são raros, e são, as mais das vezes, mais "pensadores" do que filósofos no sentido acadêmico do termo. Quando escreveram trabalhos históricos antes de desenvolver "suas próprias idéias", tende-se freqüentemente a pensar que eles se perderam, extravaiaram um pouco, que teria sido melhor se permanecessem historiadores.

Fora da história: elogio do "senso comum crítico"

Esta preeminência da história como garantia de seriedade explica-se, se pensarmos na situação contemporânea da filosofia entre as outras disciplinas. Fora algumas brilhantes exceções, os filósofos, mais ou menos a partir de Kant, não são mais cientistas. Sua formação é, em geral,

essencialmente literária, e o sistema das "duas culturas" atingiu, na França, proporções inquietantes. Um filósofo que se interessar pelas ciências ganhará sua credibilidade como filósofo, em geral, de sua familiaridade com outra disciplina: será também matemático, biólogo, ou lógico (de preferência, uma ciência "dura") e, caso mais comum, precisamente historiador de sua disciplina "secundária" (que se tornará também, muitas vezes, sua disciplina primeira). Nada fora do normal: a filosofia é uma disciplina muito vaga em suas fronteiras, muito pouco segura de seus resultados e de seus métodos, para poder se desenvolver sem referência a um discurso julgado mais "científico", mais "sério". Precisa de um tutor. Quando o filósofo tiver formação exclusivamente literária, de onde retirará a garantia da seriedade? De seu conhecimento profundo de uma língua, o grego, o latim, o árabe, ou outra, de seu conhecimento filológico, uma série de domínios que estarão, novamente, a serviço da história, a única disciplina entre as ciências "humanas" que parece haver resistido ao ceticismo que inspiram ainda a psicologia, a linguística ou a sociologia.

Não lamento esse estado de coisas. Ele permite que nossos alunos estejam, quando comparados aos que se formaram em outras tradições, bem mais informados quanto às obras do passado, e lhes fornece uma cultura muito mais profunda. Ele ainda foi o responsável pela produção de trabalhos admiráveis, que fazem hoje da escola francesa em história da filosofia uma das melhores do mundo. Lamento apenas que tal estado de coisas seja exclusivo, que se tenha a impressão de que não é possível se fazer filosofia rigorosa fora das disciplinas históricas, e que toda saída para fora desse território seja vista como um mergulho perigoso nos abismos da especulação desenfreada, ou na expressão ideológica ou religiosa. Pois existe, parece-me, uma outra maneira de se fazer filosofia, sem por isso se tornar um "pensador" ou um desses "filósofos e escritores" que assinam as páginas culturais dos jornais. Tal maneira repousa sobre as seguintes idéias (banaís). Há, em filosofia, um certo número de problemas que, embora suas formulações diverjam segundo os autores, as escolas, os estilos de pensamento e as épocas, têm uma situação bastante permanente ou durável para que possamos reconhecê-los, apesar da variedade das formulações e das respostas. Por mais diversas que sejam, segundo os contextos históricos, essas respostas apresentam similaridades suficientes para que possamos ainda hoje compreendê-las e avaliá-las, e dizer se as consideramos corretas ou não. É possível extrair-las de seu contexto, e discuti-las, considerando-as como teses, teorias, ou conjecturas

a favor das quais, ou contra as quais, os filósofos do passado apresentaram razões ou objeções, e a favor das quais, ou contra as quais, *nós* podemos apresentar razões e objeções. Essas questões merecem ser ainda discutidas e retomadas, porque não estão resolvidas, e ainda nos solicitam. Refiro-me a questões como as da relação entre o mental e o físico, da natureza e da existência dos universais, da origem e da possibilidade do conhecimento, da natureza da significação, da realidade dos valores morais, do tempo e da mudança, das entidades materiais e das entidades matemáticas, e assim por diante. Algumas dessas questões apresentam, sem dúvida, em certas épocas e em certos contextos, um aspecto mais problemático que em outros, e existem diferenças de acento. Certos problemas assumem nomes diferentes segundo as épocas, ou são menos marcantes que outros. Mas, sejam quais forem as diferenças, existe um fundo comum, reconhecível, algo que eu não recitaria chamar de *philosophia perennis*, se este termo não estivesse tão conotado. Há também um fundo comum de respostas: é possível, apesar da variedade de formas que tomam essas teses, caracterizar de maneira trans-histórica o que é o empirismo, o platonismo, o nominalismo, o utilitarismo, o realismo ou o idealismo em diversos domínios. E existe uma maneira comum de proceder: os filósofos propõem argumentos em apoio a uma tese ou contra ela, e a validade desses argumentos pode ser avaliada. No entanto, a filosofia não é a ciência: ela não pode trazer, em geral, uma confirmação empírica de suas teses, nem pode demonstrá-las matematicamente. Existem, entretanto, cânones de raciocínio: são os que a lógica nos oferece. Neste sentido, as justificações das teses filosóficas não são retóricas. Contudo, um argumento não consiste apenas em regras lógicas que respeitamos para delas tirarmos conclusões: as premissas podem ser mais ou menos plausíveis, as conclusões, mais ou menos credíveis. Devemos certificarnos de que as premissas não são recusadas pelo adversário, sem o que faremos uma petição de princípio, mas essas premissas devem também ser admissíveis. Por quais critérios? Só vejo três: o senso comum, a ciência, e algo mais difuso, que podemos denominar a possibilidade conceptual. Como Peirce, eu creio que a filosofia e a ciência se fundam num "senso comum crítico". Isso não faz da filosofia e da ciência disciplinas idênticas: quando muito, pode-se esperar certa continuidade entre as duas. A investigação filosófica produz, na maioria das vezes, teses conceituais ou *a priori*, determinando o que nós pensamos em geral e o que é possível pensar. Este senso do possível (e do impossível) conceitual,

do pensável, é o que distingue a filosofia das ciências, e a aproxima da lógica, e, às vezes, também da ficção científica. As experiências de pensamento são, muitas vezes, o melhor meio de explorar as possibilidades conceituais. Mas isso não subtrai a filosofia à crítica, permitindo-lhe inventar qualquer possibilidade: só a argumentação serve de garantia intersubjetiva da correção das idéias.

Acabo de descrever em grandes linhas as idéias de base de uma certa concepção racionalista da filosofia. Os principais defensores desta concepção, no universo intelectual de hoje, parecem-me ser os filósofos “analíticos”. Eles acreditam que existe algo como ter ou não ter razão em filosofia, que se podem enunciar teses e submetê-las à crítica, que quanto mais se é claro e argumentativo no estilo, tanto mais se terá oportunidade de ser criticado e, por conseguinte, de ir para a frente. A tradição contemporânea, que remonta a Frege e a Russell, me parece uma das melhores encarnações desse estilo. Os filósofos dessa tradição trabalham, em geral, mais na escala do artigo que na do livro: pretendem produzir contribuições curtas sobre assuntos específicos que, em geral, recebem respostas, e o debate pode se desenvolver. Um artigo é tanto mais importante quanto maior o número de discussões que suscitou. O filósofo analítico não se considera um gênio, nem sente a necessidade de sê-lo. Não procura produzir um sistema, nem ser um “autor”. O que ele visa é sobretudo ao reconhecimento de uma contribuição a um trabalho coletivo².

Questões “já resolvidas”?

Quais são as questões sobre as quais esses filósofos discutem? Se abrimos uma revista de filosofia analítica, leremos artigos sobre (por exemplo) os condicionais contrafactuais, os paradoxos sorites, a teoria funcionalista dos estados mentais, a teoria disposicional do valor, os cérebros em tinhas, a teoria combinatória das possibilidades, os relatos de atitudes proposicionais, ou o predicado “vreu” de Goodman, temas estes que não dirão nada ao leigo, e que farão com que ele se pergunte como pode se tratar, neles, dos “grandes problemas” de que falei acima. Não devemos nos iludir: a filosofia é hoje uma disciplina muito técnica, e a maneira como os filósofos analíticos discutem as “grandes” questões parece muitas vezes sepultá-las sob discussões de detalhe, que se afiguram aos olhos dos leitores exteriores como perfeitamente *escolásticas*. A palavra está dita: a tradição analítica contemporânea, com sua pretensão de tratar de questões consideradas independentemente de seus antecedentes históricos, não estará

reinventando o estilo e a prática dos filósofos medievais, tão depreciados desde a Renascença? E sobretudo, ela não confundirá, sob a aparência de uma investigação “intemporal” relativa à verdade de teses e de análises julgadas pertinentes por uma escola de pensamento, sua figura histórica particular com a *philosophia perennis*? É inegável que os problemas técnicos mencionados acima adquiriram sua forma numa tradição, que seu caráter “urgente” ou “digno de interesse” está muito ligado aos interesses temporais de uma comunidade de pesquisadores num momento determinado. Mas isso não implica que essas questões, por mais antiquadas que possam parecer, estejam sem relação com as questões mais perenes. Tomemos, por exemplo, o problema dos enunciados condicionais contrafactuais, do tipo *se p fosse o caso, então q seria o caso*. Os filósofos analíticos se perguntam qual é a semântica desses enunciados, isto é, em que condições são verdadeiros ou falsos. Isso parece ser uma questão de pura lingüística. Mas implica também problemas muito tradicionais: o da natureza do possível, por oposição ao real, e o da natureza de todas as noções que a isso se ligam: as de potencialidade e de ato, de disposição, de modalidade, mas também a do papel dos condicionais em nossa compreensão das ações e das decisões, ou ainda da avaliação da probabilidade de um acontecimento. Quem diria que essas questões não são “grandes questões” filosóficas? Posso prever a resposta de um filósofo formado na tradição historicista descrita acima. Ele admitirá que essas questões são bem tradicionais, mas contestará que ainda possam ser propostas hoje, justamente porque, em sua opinião, essas questões não podem mais ter, no contexto presente, o *sentido* que possuíam na filosofia antiga ou clássica.

Nisso reside talvez a divergência mais profunda entre o filósofo continental típico e o filósofo analítico típico. O primeiro sustenta a tese metafilosófica seguinte: os problemas filosóficos “tradicionais” colocavam-se *apenas* no contexto histórico no qual ainda tinham um sentido, isto é, no qual a filosofia era concebida como uma busca da verdade, segundo uma perspectiva que um kantiano descreveria como “dogmática” e não crítica; mas nós não podemos *mais*, depois de Kant (Hegel, Marx, Nietzsche, Heidegger), colocar os problemas assim. É por isso que, aos olhos dos filósofos *pós* (pós-kantianos, pós-hegelianos etc.), a atitude analítica é essencialmente ingênua, de uma ingenuidade que ignora precisamente a inscrição histórica dos problemas e sua caducidade. O filósofo analítico reivindica, ao contrário, esta ingenuidade. Ele sustenta a tese metafilosófica inversa: por mais interessantes e convincentes que

possam ser as posições “críticas” em filosofia propostas desde Kant, e por mais historicamente determinadas que sejam as questões sobre as quais os filósofos discutem, essas posições críticas não foram estabelecidas, e não mostram de modo algum que problemas como o dos universais, da realidade do mundo exterior etc., cessam de se propor ou, por se proporem “dogmaticamente”, são insolúveis. Ele também não admite que essas questões cessem de se propor porque teriam sido resolvidas. Michel Serres diz que os filósofos analíticos só propõem questões “já resolvidas”, pois ele reconhece, em certas problemáticas contemporâneas analíticas, questões que sua cultura histórica o leva a julgar datadas, discutidas *ad nauseam* nos séculos passados. Mas, mesmo que a falta de cultura histórica possa dar aos estudantes formados na tradição analítica a falsa impressão de lidar com um problema novo, em nome de que se pode dizer que esses problemas foram “resolvidos”? Em que, por exemplo, o problema do sentido dos nomes próprios, o da natureza das essências, ou o da indução, a respeito dos quais os filósofos analíticos ainda discutem asperamente, foram resolvidos³? Não é porque nossa cultura histórica nos faz reconhecer que um problema já foi *tratado* por filósofos do passado, sob uma forma mais ou menos semelhante, ou mais ou menos diferente, que temos o direito de dizer que esse problema já recebeu uma *solução*, ou que a abundância das discussões passadas que não alcançaram resultados tangíveis prova que é inútil continuar discutindo sobre ele. De fato, Serres adota uma atitude positivista: ele pensa que os problemas filosóficos que não foram resolvidos pela ciência só podem ser problemas metafísicos vãos, que não é necessário examinar de novo. E os historiadores que pensam que não vale a pena retomar este ou aquele problema tradicional justamente porque já foi discutido, adotam implicitamente, ou a idéia de que esse problema já recebeu uma solução satisfatória em certo autor, ou então a idéia de que essas questões não têm solução. Não digo que essas possibilidades devam ser excluídas. Mas não vejo em que isso foi mostrado. De fato, eu também suspeito que, em filosofia, a maioria das respostas aos problemas tradicionais é conhecida. Sabe-se, por exemplo, qual é a resposta “realista” ao problema dos universais, qual é a resposta “nominalista”. Mas isto não significa que a questão tenha sido resolvida, nem que não se possa fazer progressos em sua compreensão. O progresso em filosofia se prende muito raramente à natureza das posições e das teses defendidas. Prende-se à natureza dos métodos, das estratégias de argumentação.

A história como jurisprudência

Se adotarmos a atitude que descrevi, a história da filosofia não é o tribunal de segunda instância, ou mesmo o supremo tribunal de justiça dos problemas filosóficos; nem o tribunal de primeira instância (ou, pelo menos, o *único* tribunal de primeira instância). Podemos levantar questões filosóficas, e tentar responder, sem nos referirmos necessariamente aos grandes filósofos do passado. Esta atitude tem sido muitas vezes ilustrada pelos filósofos analíticos. Alguns deles, como A. J. Ayer ou W.V.O. Quine, excluíram essa disciplina dos departamentos em que ensinavam. Em consequência, seus alunos e seus discípulos discutiram de preferência as teses de Ayer e de Quine, ou de seus contemporâneos imediatos! Não creio que, com isso, a filosofia tenha necessariamente perdido, salvo, evidentemente, quando essa atitude era imitada por filósofos de menor envergadura. Mas, finalmente, em que esta situação difere da maneira como as escolas filosóficas se constituíam no passado? Contudo, essa atitude voluntariamente anistórica é uma ficção: os filósofos discutem quase sempre as teses dos outros filósofos, quer sejam ou não afastados no tempo, e os filósofos analíticos não fogem a esta regra: muitas vezes, encontramos neles referências ao que disseram os autores do passado, no próprio contexto de suas discussões acerca de questões “contemporâneas”. Não se trata de negar a história. Isso equivale a reconhecer a validade do ponto de vista historicista, que eu estou criticando aqui? Não, pois tudo depende da maneira como se faz essa discussão. Para retomar a metáfora jurídica, direi que as teses dos outros filósofos e as do passado deveriam ser, para um autor contemporâneo, a jurisprudência em filosofia⁴. Devemos nos referir a elas, mas essas teses não estão, por assim dizer, fechadas sob a relação “X já disse que *p...*, e é inútil voltar a isso” (o que se pode chamar de *fechamento histórico*). A jurisprudência evolui, à medida que se apresentam novos casos (que, muito freqüentemente, vêm da ciência, mas também das outras formas de saber e prática). Pode-se modificá-la, e cada filósofo se esforça por contribuir para a jurisprudência. Mas ela não está fechada.

Esta concepção jurisprudencial é, muitas vezes, criticada. Ela tende a levar os filósofos analíticos a fazerem como se tal tese, suponhamos de Aristóteles, pudesse ainda ser avaliada, em termos contemporâneos, um pouco como se Aristóteles tivesse publicado recentemente um artigo numa revista, e pudesse se dispor a nos responder em nossos próprios termos. Como dizia maldosamente o historiador da filosofia Michael

Ayers, a respeito do filósofo analítico Jonathan Bennett, que se tornou famoso nesse tipo de leitura, principalmente a propósito de Locke, Berkeley, Hume e Espinosa, isso equivale a fazer como se compreender esses autores não fosse mais difícil, ou mais fácil, que compreender o próprio Bennett⁵. É inegável que isso leva a distorções. Critica-se, por exemplo, certo intérprete de Aristóteles, que procura utilizar as categorias da lógica contemporânea para compreender a lógica e a metafísica deste último, ou que confronta as teses de Aristóteles a respeito da alma com teses contemporâneas, como o funcionalismo e a teoria materialista da identidade do espírito e do corpo⁶. É evidente que os intérpretes podem cometer erros, e que tal ou tal reconstrução de uma doutrina do passado em termos contemporâneos pode ser julgada incorreta, porque não se aplica à letra de um autor, ou deforma seu verdadeiro pensamento – caso possa ser mostrado que essas reconstruções são infiéis. Eu diria que depende dos casos, dos tipos de reconstrução. Mas temos também, freqüentemente, a impressão de que é a *própria* idéia de uma reconstrução, ou de uma reinterpretação, de uma doutrina do passado em termos contemporâneos, ou mesmo simplesmente de uma confrontação entre as doutrinas do passado e os pontos de vista presentes, que é ilegítima, um pouco como se não se pudesse compreender o universo de pensamento de um filósofo senão *do interior*, e como se a única base de medida da verdade das teses de um filósofo fosse o próprio autor, e o contexto do saber que lhe era contemporâneo.

Contra o relativismo

Encontra-se um exemplo bastante paradigmático dessa atitude na recente reação do historiador da filosofia medieval Alain de Libera a um livro do historiador “analítico” da filosofia Claude Panaccio sobre Guillaume d’Occam⁷. Panaccio propõe uma leitura de Occam que permite confrontar seus pontos de vista com os problemas da filosofia analítica de hoje, em particular no que diz respeito à questão do nominalismo, à da referência dos signos, ou à da linguagem mental. Desde o início, ele admite separar essas questões das posições de Occam em teologia, e poder avaliar aquelas independentemente destas. Para ele, o importante em filosofia é a formulação e a avaliação de teses, e é porque os filósofos do passado formularam tais teses, que a história é possível e tem uma significação filosófica, já que se pode “traduzi-las num idioma filosófico de hoje”. De Libera vê, nessa maneira de proceder, não somente uma

forma de anacronismo, mas um verdadeiro erro sobre a própria natureza do pensamento de Occam. De um lado, porque, para ele, esse pensamento é inseparável de sua teologia, e de outro, porque o próprio “mundo” de que falava Occam não pode, segundo ele, ser o mesmo de que fala o filósofo de hoje: “Nós argumentamos longamente, em outro lugar, contra a idéia de uma continuidade fenomenológica do mundo, e contra o preconceito a favor da realidade que leva, em nossa opinião, indevidamente, a crer que os Antigos *viam* o mundo como nós o vemos. Nosso relativismo histórico se prende ao fato de que toda tese é, para nós, relativa ao mundo que a viu nascer e a reclama, ao mesmo tempo, para ser *mundo*. O relativismo bem compreendido é um holismo, e, por esta razão, é também descontinuista”. (De Libera, *ibid.*, p. 161.)

Tem-se a impressão de se estar lendo um texto de Kuhn sobre os paradigmas, ou de Foucault sobre a descontinuidade das *epistemai*. Com efeito, a posição defendida aqui é claramente um relativismo. No entanto, embora, notoriamente, o historiador possa ser levado para o relativismo e para o descontinuismo, não é de modo algum evidente que esta posição seja filosoficamente justificada. Ela repousa na idéia de que existem, segundo épocas ou segmentos variados, “esquemas conceptuais” ou de pensamento, *intraduzíveis* no idioma de “outro” esquema, e que, por conseguinte, não há referente único dos discursos em questão. De Libera parece ignorar que esta idéia foi criticada vigorosamente por numerosos filósofos contemporâneos⁸. Não procurarei aqui repetir esses argumentos. Bastará uma ilustração intuitiva. Quando Aristóteles fala da lua, designa por acaso um astro diferente daquele de que nós falamos hoje? Indiscutivelmente, ele tem uma visão do mundo “sublunar” inteiramente diferente da que nós temos hoje, e mesmo aqueles de nossos contemporâneos que ignoram tudo da astronomia têm dele uma visão totalmente distinta da que tinham os Antigos. Mas será que disso resulta que estes não *estavam falando* da mesma coisa? Existe, é verdade, um sentido, ao qual, provavelmente, de Libera faz alusão, em que as propriedades que atribuímos a um objeto fazem deste um objeto diferente, se lhe atribuirmos outras propriedades contraditórias com as primeiras. Por exemplo, é possível acreditar, neste sentido, que o doutor Jekyll e Mr. Hyde são dois indivíduos distintos, ou que a estrela da tarde não é a estrela da manhã. Mas este não é o caso em relação à lua de que falavam os Antigos. Eles não a confundiam com outro planeta. Talvez dissessem coisas distintas de nós (e falsas), mas não se enganavam quanto ao referente. Neste sentido, é falso dizer que o

mundo de Aristóteles era totalmente diferente do nosso, e que nós não estamos falando da mesma coisa.

Devem existir muitos objetos e propriedades para os quais se dá a mesma coisa, e isso basta para garantir uma compreensão num grande número de casos, já que podemos traduzir o grego. De Libera responderia provavelmente que, se isso é talvez verdade para objetos mundanos habituais, é muito menos certo para os objetos teóricos, ou pelo menos não empíricos, de que se trata em filosofia: a alma, o corpo, ou os universais. Mas, mesmo que Aristóteles tivesse uma concepção da alma totalmente diferente da nossa, ou da de Descartes, deve-se deduzir que ele não estava falando da mesma coisa? Quando os gregos diziam que o medo está nos joelhos, designavam por acaso uma emoção tão profundamente distinta? Afinal de contas, eram humanos, e não primatas, não tão diferentes, genética e biologicamente, de nós. Se um marciano ou um leão pudessem nos falar, pode ser, como dizia Wittgenstein, que nós não pudéssemos compreendê-los. Mas existe uma continuidade cognitiva, natural, suficiente para que possamos comparar, compreender, e discutir as opiniões dos humanos do passado. Sem o que, duvido que a própria história fosse possível, se levássemos o relativismo até a “descontinuidade fenomenal” de que fala de Libera. Quanto ao “holismo” que ele invoca, parece-me ou trivial ou absurdo. Se o holismo significa que existem laços de interdependência recíproca entre as teses de um filósofo em diversos domínios, e entre sua obra e a de seus contemporâneos, quem o negaria? Mas se o holismo significa que a “realidade” de que fala um filósofo é sempre interna ao “mundo” que ele elabora e ao que elaboram seus contemporâneos, não vejo como distinguir a filosofia da literatura, que, ela também, constrói “mundos” coerentes.

É possível compreender as teses de Occam sobre a semântica independentemente de sua teologia, ou as de Descartes sobre a metafísica independentemente de sua física? Provavelmente não, se nós nos interessarmos *unicamente* por Occam, por Descartes. O que eu reivindico é o direito de separar certas teses de outras para avaliá-las. Ora, é evidente que as teorias de Occam sobre a semântica ainda podem ser discutidas pelos contemporâneos. Se não pudessem sê-lo, as críticas que os contemporâneos dirigiram à teoria das suposições, por exemplo, não teriam nenhum sentido⁹. Pior ainda, a discussão racional *dentro do próprio contexto contemporâneo* também não teria nenhum sentido. Pois isso significaria que eu não posso, por exemplo, compreender o que um

heideggeriano entende por *Dasein*, porque não vivo no mesmo “universo” de pensamento. Ora, por mais difícil que possa ser para mim, creio poder compreender o que ele entende com isso, e criticá-lo. Desconfio que os que sustentam o contrário acreditam que a discussão racional é impossível, e que só é possível a exegese histórica do que foi pensado.

Nada disto implica que não haja incompreensões, causadas muitas vezes pela ignorância da história do pensamento. Se não podemos fazer filosofia totalmente livres da gravidade, desligados de qualquer conhecimento histórico, é igualmente errado nos privarmos do que disseram os autores do passado, pois isso ainda pode nos servir e ser fonte permanente de inspiração. Existe contudo um bom uso da história em filosofia, que consiste em supor que os filósofos do passado procuraram visar a verdade e dar razões do que eles afirmam, que o que nós fazemos não é muito diferente, e que é isso que nos permite nos comunicarmos com eles, para além da história¹⁰.

Notas

¹ Devo essa observação a J. Proust, em sua introdução ao número de *Philosophie*, 35, 1992, sobre Philosophie continentale et philosophie analytique.

² Uma boa ilustração das diferenças entre este estilo e o das práticas “continentais” correntes é o número de pessoas a quem, em geral, o autor de um artigo agradece. Uma anedota o relembra. Há alguns anos, uma polêmica opôs o filósofo americano J. Searle e J. Derrida. Searle criticava, de modo efetivo e breve, algumas proposições fantasistas que Derrida fazia a respeito da teoria dos atos de linguagem de Austin. Derrida respondeu num longo texto empolado, e, sobretudo, tendo notado que Searle, no fim de seu artigo, agradecia a alguns colegas e amigos por suas observações, fez como se estivesse respondendo, não a um indivíduo, e sim a uma sociedade anônima; daí o título de sua resposta, *Limited Ink* (jogo de palavras!) (cf. J. Derrida, *Limited Ink*, Paris, Galilée, 1990, e J. Searle, *Pour réitérer les différences*, trad. fr. J. Proust, Combas, L'Éclat, 1990). No fundo, Derrida estava *surpreso* com o fato de se poder escrever em comum com várias pessoas, elaborar os textos num trabalho mais ou menos coletivo. Sua reação era bem típica da atitude dos filósofos continentais, para os quais se escreve sozinho (como foi notado freqüentemente, foram os filósofos que mais insistiram na “morte do autor”, que finalmente se encontraram mais depressa na condição de “autores”).

³ Um de meus colegas me fez observar, um dia, que a teoria segundo a qual o sentido dos nomes próprios é dado por uma descrição definida “já” se encontrava em Antístene. Em si, a observação é interessante. Mas o que é que ela prova? Que

Russell teve predecessores? Quem o negaria? Que, porque *nihil novi sub sole*, não vale a pena discutir disso? Leibniz relata que mostraram a Casaubon a *Sorbonne* dizendo-lhe: "Aqui se tem discutido durante séculos", e que ele respondeu: "O que foi que concluíram?". O fato de que as discussões em filosofia não chegam a uma conclusão significa, por acaso, que elas nunca chegarão a uma conclusão? Está errado. O acordo e o progresso podem ser obtidos em certos pontos. Por exemplo, hoje conhecemos as implicações da teoria do sentido dos nomes próprios como descrições muito melhor que há vinte séculos.

⁴ Tiro esta terminologia de I. Ishiguro, "La philosophie analytique et l'histoire de la philosophie", *Critique*, 1981, número especial sobre *Les philosophes anglo-saxons par eux-mêmes*.

⁵ M. Ayers, "Analytical philosophy and the history of philosophy", in J. Pée, M. Ayers e A. Westoby (ed.), *Philosophy and its Past*, Brighton, Harvester Press, 1978, p. 54.

⁶ A primeira crítica foi dirigida a J. Vuillemin a propósito de seu livro *De la logique à la théologie*, Paris, Flammarion, 1967. Por uma reviravolta bastante irônica das coisas, foi o próprio J. Vuillemin que me criticou no segundo ponto, quando eu aprovava D. Charles por ter considerado Aristóteles como um "materialista não reducionista" (cf. D. Charles, *Aristote's Philosophy of Action*, Londres, Duckworth, 1985, e minha resenha deste livro, "Aristote et la philosophie de l'action", *L'Âge de la science*, III, 1990).

⁷ C. Panaccio, *Les Mots, les Concepts et les Choses. La sémantique de Guillaume d'Occam et le nominalisme d'aujourd'hui*, Montreal e Paris, Bellarmin e Vrin, 1991. A. de Libera, "Retour de la philosophie médiévale?", *Le Débat*, n. 72, 1992, pp. 155-169. Não é por acaso que tomo o exemplo de um filósofo "escolástico": como vimos acima, existem similaridades indubitáveis (menos a teologia, justamente) entre o estilo das discussões escolásticas e o da filosofia analítica contemporânea, e, na minha opinião, essas similaridades são positivas. É por isso que estou ainda mais espantado porque um historiador que quer, como de Libera, fazer "retorno" à Idade Média, insiste tanto, ao contrário, na *descontinuidade* em relação à filosofia contemporânea, quando é justamente essa continuidade que me impressiona.

⁸ Em particular D. Davidson, "On the very idea of a conceptual scheme", in *Inquiries into Truth and Interpretation*, Oxford, 1984, trad. fr. P. Engel, *Enquêtes sur la vérité et l'interprétation*, Nîmes, J. Chambon, 1993.

⁹ Por exemplo, P. T. Geach, *Reference and Generality*, Cornell University Press, 1962 e 1968.

¹⁰ Quando eu estava acabando a redação deste artigo, tomei conhecimento do de C. Panaccio, "De la reconstruction en histoire de la philosophie" (*Cahiers d'épistémologie*,

n. 189, Universidade do Québec em Montreal, 1994), que aborda os mesmos temas, e defende, muito mais claramente do que eu faço aqui, idéias similares, através de uma resposta a de Libera. Só posso, pois, recomendar a leitura de seu ensaio.

Os Efeitos Retroativos da Edição Sobre a Pesquisa

CLAUDE LANCLOIS

Não existe pesquisa histórica sem livro que lhe publique os resultados. Que estratégias um historiador ansioso por publicar desenvolve para atingir um público mais amplo que seus pares, num mercado editorial complexo e diversificado? Às custas da pesquisa histórica?

Aos olhos de nossos colegas do setor científico, nós outros, historiadores, somos tidos por originais, pois, para divulgarmos nossas pesquisas, não recorremos obrigatoriamente às revistas com comitê internacional de leitura, necessariamente escritas em inglês, mas temos a presunção de publicar livros em francês, e até mesmo de sustentar que aí se encontra o essencial do trabalho científico que produzimos. Nós fazemos questão do livro, portanto da edição, pela própria natureza de nossa disciplina, que exige, vale lembrar, que a demonstração passe prioritariamente pela narração.

Acrescentemos a essa especialidade disciplinar uma particularidade bem nacional, que também nos torna suspeitos: na França, a história interessa um grande público, ela se vende bem, é comprada em revistas, em livros de bolso, em coleções de luxo. Sem dúvida, os editores se queixam regularmente da conjuntura adversa¹, da concorrência infernal da fotocópia, do gosto escasso dos jovens pela leitura etc. Apesar disso, o fato é que o francês gosta dos livros de história, que os professores universitários sabem disso, e que acabou de vez o tempo da separação dos gêneros: aos historiadores convencionais ou "alimentares", as grandes tiragens, aos historiadores universitários, a magra história científica².

Depois de lembrar essas evidências, explicitemos a questão que nos é proposta: esta conjuntura editorial estruturalmente favorável à história tem sobre a pesquisa efeitos induzidos? Efeitos retroativos? Efeitos perversos? Ou nenhum efeito? Deixando-se claro que o interesse

“cultural” pela história teria, de maneira global, um efeito “mais para favorável”, para falar a linguagem das sondagens.

todavia, se aceitarmos partir do ponto de vista pessoal do historiador, a abordagem é diferente. Este último deseja inicialmente ser publicado; se possível, sê-lo “bem”, isto é, pelos cuidados de um editor com suas próprias instalações; em seguida, ter uma “boa crítica”; ser lido, é evidente, portanto, ter uma boa tiragem; ser lido por muito tempo, se possível, portanto, entrar numa coleção de bolso; enfim ser vulgarizado, por si próprio e por outros: duas garantias são melhores que uma! E a pesquisa nisso tudo?, dir-se-á. Tomemos apenas um exemplo: o que é mais importante, nessa perspectiva? Uma crítica fundamentada e sem complacência numa revista francesa, ou mesmo americana, prestigiosa, que aparecerá três anos após a publicação da obra, ou alguns artigos necessariamente rápidos em *Le Monde*, *Le Figaro* e alguns hebdomadários, que provocarão em colegas e jovens pesquisadores a vontade imediata de lê-la? O prazer um tanto solitário de contemplar pilhas de exemplares não vendidos de uma obra que você desejava produzir, mas que não se vende, ou a possibilidade de escrever um manual, que lhe permitirá fazer conhecer suas idéias a um grande público de estudantes?

Mas se cada historiador deseja que sua pesquisa pessoal – antes de tudo, sua tese – seja editada, o que ocorre na realidade? Desde que a defesa deixou de ser feita em exemplar impresso, que o número das teses *d’État* aumentou a partir dos anos 60, e que seu tamanho aumentou desmesuradamente, não foram mais editadas todas. E o que dizer da tese de *troisième cycle* (graduação)! E sem dúvida também da nova tese. Como as teses representam, pois, títulos e páginas demais para um mercado, apesar de tudo, restrito, faz-se uma seleção. Mas quem seleciona? Como? E com que critérios? Este inevitável procedimento de eliminação suscita ainda outras interrogações. Em cada caso *individual*, quando o autor é forçado a passar de 2.000 páginas datilografadas a 600 páginas impressas, o que está na partida se encontra na chegada? Em outras palavras, troca-se – e, em caso afirmativo, isso permanece dentro de limites aceitáveis? – um aumento de legibilidade por uma perda inevitável de cientificidade? Se considerarmos o processo em sua totalidade, poderemos acrescentar outra interrogação: passando de *n* teses defendidas a *n/2* ou *n/3* obras impressas, encontraremos na chegada os mesmos equívocos entre países estudados, entre períodos e entre temas de pesquisa que os existentes na partida?

Recamos que a resposta a esta última pergunta seja negativa, porque nem todas as “histórias” são igualmente vulgarizáveis, nem todos os setores ou todos os períodos interessam igualmente o público, porque, enfim, a inovação verdadeira custa a abrir caminho. Mas o “efeito público” não rege tudo. Existem setores protegidos, dentro e fora da Universidade. Imaginemos, por exemplo, uma instituição bem equipada, que assegure a um pequeno número de pesquisadores selecionados a possibilidade de dedicar a sua pesquisa um tempo bastante generoso, e que, após a defesa da tese, lhes ofereça a possibilidade de editá-la integralmente numa coleção de prestígio. Tudo leva a pensar que, nessas condições, não haverá penúria no campo científico coberto por essa instituição, se, além do mais, forem regularmente oferecidos cargos aos que tiverem seguido esse caminho glorioso⁴. Imaginemos agora uma instituição de tipo bem diferente, antiga, mas sempre prestigiosa, envelhecida, mas que guardou no país uma influência real, que não pode viver sem manter uma relação íntima e renovada com seu passado e, particularmente, com suas origens, embora, muitas vezes, ela tenha tido dificuldade em deixar os pesquisadores exercerem sua profissão em total independência, que dispõe, além do mais, de editoras próprias, relativamente independentes, e, no que concerne a algumas, desejosas de ter uma política de publicação científica, principalmente em matéria histórica: é presumível que os que trabalham nesse domínio tenham menos dificuldades que outros para serem editados, e que esta vantagem possa⁵ facilitar a pesquisa nesse setor, no mínimo aumentando, pela massa das publicações, sua importância em relação aos outros.

A estreiteza do primeiro mercado

Como já se pressente por este último exemplo, a medida do efeito retroativo da edição sobre a pesquisa remete à própria estruturação do mercado editorial, particularmente heterogêneo. Pode-se assim distinguir, para simplificar, quatro setores diferentes, parcialmente imbricados. Um primeiro mercado, mais estritamente científico, é constituído pelas revistas e publicações das imprensas universitárias (teses, colóquios e diversos “instrumentos” da pesquisa). É subvencionado, visa um público reduzido, o que explica tiragens às vezes inferiores a 500 exemplares, porque as bibliotecas universitárias não são ricas, os historiadores profissionais não podem comprar tudo, e os editores, como muitas PME (*Petites et Moyennes Entreprises*) [Pequenas e Médias Empresas], têm dificuldades em exportar, tanto para a Europa como para os Estados Unidos. O segundo

mercado – este, privado – é conhecido do grande público, pelo menos através dos editores mais à vista, como Le Seuil, Gallimard, Fayard, Albin Michel, mas também Aubier, Le Cerf, sem falar em outros, alguns dos quais aparecem ou desaparecem segundo a conjuntura. Os editores deste grupo, que obedecem estritamente às leis do mercado, tiram no mínimo 2.000 exemplares, comercializam sem dificuldade os livros de história, mas por tempo limitado, como acontece com as outras obras de grande consumo. As coleções, felizmente, fornecem, a uma parte desses títulos, uma vida mais longa que a um romance sem leitores.

O terceiro mercado – os manuais para estudantes da universidade – surgiu em meados dos anos 60: os editores de livros didáticos perceberam que o forte crescimento do público estudantil criava uma nova necessidade de obras de iniciação. Os editores de livros didáticos como Nathan, Masson e Armand Colin, tentaram implantar-se nesse mercado, com êxito desigual, enquanto os editores mais clássicos, a partir de suas coleções de bolso, também procuraram aproveitar esse novo público. O quarto mercado é mais antigo e permanece sempre importante, já que se trata do livro de história para o Primeiro Grau (*collèges*) e sobretudo o Segundo (*lycées*). Os secretários de educação e os professores universitários disputam tradicionalmente entre si a direção lucrativa destas últimas obras; as mudanças de programa têm sido por muito tempo uma boa fonte de lucro para editores e autores, garantindo, se a repartição do bolo for eqüitativa, tiragens substanciais. A situação atual – *crise oblige* – reduz as perspectivas de lucro.

Ora, num conjunto editorial amplo, mas heterogêneo, o mercado propriamente científico permanece estreito, por ser insuficientemente alimentado pelas aquisições institucionais (bibliotecas) e individuais (estudantes e professores). Em consequência disso, se compararmos a situação francesa com a dos Estados Unidos, nos daremos conta de que, do outro lado do Atlântico, o mercado do livro de história parece ser mais homogêneo, e refletir melhor a produção científica, ao passo que, na França, existe uma original interpenetração de um público escolar, de um público “culto” e de um público “científico”. Mas, enquanto nos Estados Unidos a pesquisa me parece bastante estimulada pela existência desse vasto mercado, alimentado também por maior competição entre universidades e entre historiadores, na França ela seria, de certa forma, contida por um sistema híbrido que impõe ao historiador dirigir-se, quando escreve, a um público mais amplo que aquele, por demais limitado, de seus

pares. Disso também deriva, talvez, uma atitude duravelmente ambígua dos próprios historiadores em relação ao sucesso editorial, individualmente desejado, mas coletivamente suspeito.

Poder-se-ia, pois, considerar que, em relação a um conjunto homogêneo que se definiria como “a pesquisa”, a edição se encontra, na maioria dos casos, na mesma situação que aquela analisada pelo historiador das ciências, quando estuda os processos da vulgarização científica nos séculos passados. Redução, sedução, até mesmo, às vezes, ilusão⁶. Redução dos sinais mais visíveis da ilegibilidade científica; recurso inevitável a processos de sedução, mesmo modestos; coabitação, enfim, com uma história não-científica, que deseja se enfeitar com as plumas do pavão. Esta promiscuidade se explica em parte pelo fato de que os editores que tomam o risco de perder dinheiro com “bons” (cientificamente falando) livros, precisam ganhar dinheiro com livros menos bons, comercialmente mais vendáveis; mas também pelo fato de que a opinião pública, como alguém o lembrava recentemente, a propósito da atitude dos pretensos historiadores “reviscionistas”⁷, ainda pensa que qualquer pessoa, contanto que fale do passado de maneira aparentemente fundamentada, pode se proclamar historiador sem ser acusado de usurpação de título.

Resta a pergunta formulada: como apreciar o “efeito retroativo” de tal situação editorial sobre a pesquisa? Na falta de enquete sistemática, procuremos tirar algum ensinamento da situação dos anos 1960-1980, levando em consideração dois aspectos diferentes, a amplitude da tese *d'État* e a evolução da conjuntura editorial. Salvo caso excepcional, a grande tese não era publicável para um editor, que “jogava a toalha” acima de 600 ou 700 páginas: os infelizes autores deviam, portanto, retalhar e cortar – horrível automutilação – ou, se se recusassem a isso, reescrever completamente sua tese; com mais sorte, tinham a possibilidade de juntar uma versão vulgarizada, elaborada por eles, em coleções que impunham outras restrições, como *Champs*, *Archives* [Campos, Arquivos] ou *La vie quotidienne* [A vida cotidiana]. A consequência de tudo isso? Prolongando em mais dois ou três anos o “tempo da tese”, atrasar mais ainda para a coletividade o acesso à inovação que ela devia constituir; mas também, para o autor, extenuado por esse penoso acréscimo de trabalho, limitar as próprias capacidades de se renovar investindo em outro campo de investigação.

É verdade que, nesses mesmos anos 60, a conjuntura favorável podia compensar a morcosidade da gestão – inclusive editorial – da tese. A chegada maciça de estudantes, como vimos, tornava necessária a rápida

colocação de novos manuais no mercado. Para os mais ditosos, então, depois da tese, a síntese; depois do *Loir-et-Cher* ou do *Mâconnais*, a sociedade francesa ou o mundo medieval⁸. Ou seja, a possibilidade imediata, não somente de vulgarizar suas intuições pessoais, mas também de “modelizar” sua abordagem peculiar. E, sem dúvida, isso foi inicialmente benéfico para a pesquisa ulterior. Mas a conjuntura econômica se inverteu rapidamente, e o crescimento dos estudantes se estabilizou. Os editores procuraram tornar suas coleções lucrativas sem renovar seus títulos nem refundir seus manuais: com isso, a vulgarização dos anos 60, alimentada pelas pesquisas mais recentes, estava inevitavelmente envelhecida, vinte anos mais tarde⁹. A renovação dos manuais do ensino superior, atualmente em curso, está, no entanto, longe de chegar ao fim. Seria preciso poder medir as consequências desses sobressaltos editoriais, mas a formação inicial dos jovens historiadores, base indispensável para uma pesquisa futura, sofreu, provavelmente, com o afastamento crescente entre a apresentação escolar e os resultados efetivos da pesquisa num setor determinado.

Em busca das estratégias editoriais

Mas é de forma ainda mais ampla que a edição universitária é tributária das políticas, evidentemente mutáveis, das casas editoras. Há quase uma década, os historiadores do religioso tecem louvores às Éditions du Cerf; mas, antes que uma nova equipe investisse na história, esta já velha casa editora dominicana tinha deixado passar o trabalho monumental de Étienne Fouilloux sobre a história do ecumenismo¹⁰ – em que, no entanto, o padre Congar, uma glória conciliária local, ocupava um lugar seletivo – somente porque, então, a casa não se interessava pela história. Os outros historiadores são gratos a Fayard por publicar há alguns anos teses e mais teses, mas esta opção é recente. E será durável? Não está tão longe o tempo em que a mesma casa editora se restringia imperturbavelmente à biografia, valor seguro e sem risco. Em outros termos, pode-se ligar a difusão da pesquisa a estratégias editoriais privadas, necessariamente sujeitas a mudanças?

Outra crítica, feita freqüentemente à edição: seguir, em história, o gosto do público, o que leva a distorções prejudiciais. Um caso é o interesse duradouro por Vichy: a pesquisa sobre esse período fica beneficiada, mas, e o resto, tudo que não é nem estritamente francês, nem muito contemporâneo, nem prioritariamente conjuntural? Tomemos um só exemplo: Christian Delporte acaba de publicar, com o título *Crayons de*

la propagande, Dessinateurs et dessins politiques sous l'Occupation [Desenhos da propaganda, Desenhistas e desenhos políticos durante a Ocupação], uma parte de sua tese consagrada aos *Dessinateurs de presse et dessin politique en France des années 1920 à la Libération* [Desenhistas de imprensa e desenho político na França, dos anos 20 até a Libertação]. Apesar do recente entusiasmo pela “imagem”, o editor – o CNRS, o que é o cúmulo! – despedaça, escolhe o que é mais vendável, ao passo que o mais novo, o que diz respeito ao período entre as duas guerras, permanece por enquanto inacessível, a não ser para aqueles que aceitarem ler a versão datilografada desta tese.

Contudo, não seria justo acusar apenas os editores: os historiadores se prestam a práticas cujo efeito perverso percebem tarde demais. É o caso da tirania dos aniversários, do Centenário ao Milenário, passando por todas as gamas intermediárias. O que fazer diante desses eventos programados, que são também momentos de sucesso editorial? Permanecer dignamente afastado, para escapar a todo compromisso com a mídia? Ou procurar tirar o melhor proveito, individual e coletivamente, de uma conjuntura momentaneamente benéfica? Tomemos o exemplo do Bicentenário (a Revolução) – mas a demonstração seria também válida para o Milenário (os Capetos) ou o Semi-milenário (descoberta da América). Sua historiografia estava dormitando: nos anos 60-70, a história nova se fazia em outra parte. A pesquisa tirou benefício dos holofotes dirigidos durante vários anos para a Revolução? Tirou, sem dúvida alguma, e de diferentes maneiras: pela massa de colóquios¹¹, onde a novidade se manifestou ao lado do mais convencional e do inevitavelmente repetitivo; por alguns deslocamentos temáticos e problemáticos, que poderão aproveitar a outros setores da história; pela tradução de obras estrangeiras, como o Tackett¹², e a publicação de novos instrumentos coletivos, tais como o *Atlas de la Révolution Française* [Atlas da Revolução Francesa], *Les Rapports à l'Empereur sur le progrès des sciences* [Os Relatórios ao Imperador sobre o progresso das ciências], ou os *Cours de l'École normale de l'an III* [Cursos da École normale do ano III]. Em contrapartida, é verdade, todas as contradições de um mercado normal são levadas ao paroxismo. Sem falar em verdadeiros efeitos perversos. Passada a festa, adeus ao santo, ou melhor, *Adieu 89* [Adeus 89]¹³! O tempo – longo – da produção científica se concilia mal com aquele, mais curto, dos “aniversários”. A saturação editorial age também contra publicações ulteriores: será

difícil, nos próximos dez anos, publicar algo sobre a Revolução, enquanto se pode esperar que o mais novo, as teses dos que começaram a trabalhar no momento do Bicentenário, ainda esteja por vir.

O mesmo acontece com a política de autor. Os editores a favorecem, sempre em busca de novos *Montaillou*, mas os próprios historiadores não são insensíveis a isso. Com efeito, a notoriedade – científica? mediática? – passa quase sempre por uma produção conhecida, senão abundante, como se pode ver a propósito da enfiada de historiadores que Pierre Nora reuniu em seus *ensaios de ego-história*. Existem, é verdade, os contra-exemplos – uma forte notoriedade “científica” e um fraco reconhecimento por parte do grande público –, mas o próprio fato de se insistir na existência desses historiadores “ascéticos”¹⁴, como no caso de filhos de operários que alcançam altas funções, mostra bem que, segundo o ditado, as exceções estão aí para confirmar a regra. De qualquer modo, existem na França verdadeiros “autores” historiadores, escritores prolíficos como Chaunu, regulares como Duby, Le Roy Ladurie ou Delumeau, como Corbin ou Chartier, mais raros como Agulhon, Furet ou Roche...

Paremos a enumeração – trata-se de exemplos, não de lista de laureados – e voltemos a nossa interrogação. É possível medir as consequências dessa política de “autores” sobre a pesquisa histórica mais global? Será que ela acabou atraindo os estudantes para os setores assim focalizados pela atualidade editorial? De fato, podemos nos perguntar se a simples capacidade de produzir “objetos históricos” novos, de notoriedade imediata, é suficiente para induzir uma pesquisa no setor explorado, mobilizando os estudantes, portanto, os futuros pesquisadores, ou se, ao contrário, é preciso que essa produção seja também apoiada por uma posição institucional dos autores na Universidade, que permita dispor de meios – humanos e financeiros – para realizar tal pesquisa. Com efeito, certos contra-exemplos mostrariam que existem outros casos de relevo que parecem contradizer essa regra dominante: podemos, de fato, encontrar setores nos quais a produção científica é real, mas permanece marginal e sem poder sobre a instituição universitária. Não era uma situação deste gênero que evocava recentemente, a propósito da filosofia medieval, Alain de Libera¹⁵, quase que retomando as constatações desoladas de Étienne Gilson, há sessenta anos: uma pesquisa de qualidade, marcada pela produção regular de obras científicas, mas cujos autores permanecem confinados nos estabelecimentos de pesquisa como o CNRS ou a EPHE, porque esse setor da filosofia ainda não tem seu lugar no ensino

universitário. Não se poderia dizer o mesmo da história das ciências, onde se encontraria uma distorção semelhante entre a qualidade das publicações e a presença muito limitada desta história no mesmo ensino¹⁶? Deveríamos então retomar o elogio da marginalidade, afirmando que é nas fronteiras da instituição que se elabora a verdadeira novidade?

Na realidade, tal registro nos leva a nos interrogarmos sobre o que, até agora, foi considerado como um todo, “a pesquisa”, a respeito da qual temos o direito de nos perguntarmos se, no futuro, ela não vai ser mais sistematicamente dissociada. De um lado, uma pesquisa ligada prioritariamente à gestão de uma carreira universitária, com uma produção inicial (nova tese, habilitação), que permitirá a seleção dos docentes e lhes dará a possibilidade, em contrapartida das pesadas tarefas de ensino nos primeiros ciclos, de controlar, através dos terceiros ciclos, o recrutamento da nova geração de docentes-pesquisadores.¹⁷ De outro lado, pesquisadores vitalícios, menos docentes ou não docentes, agrupados em instituições mais orientadas, algumas, para a busca da inovação, a criação de redes internacionais e a presença nas estruturas editoriais¹⁸; outras, para a produção de instrumentos de trabalho e a permanência da erudição em setores considerados como marginais, mas cientificamente indispensáveis. Não haveria então o risco de se estabelecerem três categorias distintas de docentes-pesquisadores – desigualmente docentes e desigualmente pesquisadores – às quais corresponderiam produções editoriais diferentes, conforme se privilegiasse, aqui a pesquisa crudita, lá, a promoção da inovação, acolá, a capacidade de produzir maciçamente teses e fornecer regularmente sínteses escolares? Se essas três maneiras de fazer pesquisa divergirem demais¹⁹, principalmente sendo levadas à frente por instituições sem ligação entre si, haverá, sem dúvida, um risco, a médio prazo, para o futuro da pesquisa histórica na França. Esperemos que este “roteiro-catástrofe” não passe de ficção histórica, e voltemos mais ajuizadamente a nossa conversa.

O preço da virtude?

Até agora, colocamos a edição em posição de exterioridade em relação à própria pesquisa, o que não é exatamente o caso, primeiro porque os editores confiam freqüentemente responsabilidades editoriais a historiadores, mas sobretudo porque, se lembrarmos que a história é, ao mesmo tempo, demonstração e narração, veremos que o papel daquele que “sabe” fazer – ou mandar fazer – livros é capital, já que atinge o próprio âmago da prática científica histórica. Pensamos logo nas coleções

prestigiosas lançadas pelas grandes casas editoriais, nas obras de encomenda que se tornaram imediatamente referências, como o Duby-Mandrou²⁰, onde uma geração de historiadores aprendeu “a nova história” antes que esta fosse rotulada. Mas há mais coisas: *La Droite en France* [A Direita na França] de René Rémond, *La République au village* [A República na aldeia] de Maurice Agulhon, os *Lieux de mémoire* [Lugares de memória] de Pierre Nora por acaso não representam, de modo evidentemente diferente em cada caso, “produtos” em que a intervenção editorial, aqui, para suscitar uma síntese brilhante, ali, para fazer editar separadamente a porção mais original de uma ampla tese, acolá, enfim, para fazer nascer uma interrogação coletiva de uma geração de historiadores sobre um objeto novo, “cria” – parcialmente, apressamo-nos em acrescentar – um “objeto” singular, que marca duravelmente a paisagem historiográfica e, por conseguinte, muda o rumo da pesquisa futura?

Chegando ao término deste breve percurso, temos consciência de ter multiplicado as perguntas, mais do que oferecido respostas francas; de ter focado as relações complexas que unem edição e pesquisa histórica, mais do que medido esses muito reais, mas dificilmente apreensíveis, “efeitos retroativos”, que havíamos recebido a missão de descobrir e descrever. É verdade, também, que não é habitual formular as perguntas desta maneira, principalmente porque, na matéria, o observador não pode se dissociar do que observa, e, portanto, toda análise se torna auto-análise, toda crítica, autocrítica, e que é preciso virtude – ou inconsciência – para nos engajarmos num caminho perigoso onde corremos o risco de nos indisporrmos, ao mesmo tempo, com nossos editores, com nossos colegas... e com nós mesmos. É muito de uma só vez, e para um só homem!

NOTAS

¹ E, provavelmente, na conjuntura atual, sua queixa é justificada. Digamos logo aqui no início, para não ter que voltar ao assunto, e também para evitar qualquer mal-entendido, que nossa análise pretende ser mais estrutural que conjuntural. Ela quer ajudar a compreender a singularidade francesa – e mesmo sua excepcionalidade – e não visa permitir tomar o pulso – conjuntural – da produção histórica, nem avaliar o lugar da história nas ciências humanas.

² Apenas uma data: 1978, o lançamento de *L'Histoire*, uma publicação “grande público” – tiragem intermediária entre as revistas com públicos muito grande e as revistas científicas – feita com a participação de historiadores universitários.

³ Trata-se de uma questão importante, que não se pode liquidar no espaço exigido de uma nota. Digamos apenas que este trabalho de redução se opera de três maneiras, igualmente prejudiciais, embora os efeitos sejam diferentes, segundo cada prática: cortes profundos no aparato crítico, desaparecimento de uma das partes do texto, contração do conjunto. Acrescentemos que, às vezes, o editor vê mais claramente onde se situa o núcleo duro da demonstração, e que suas exigências podem ter efeitos benéficos tanto para o autor como para seus leitores.

⁴ Sugerimos aos que não têm imaginação e não gostam de enigmas que procurem na direção do Tibre uma instituição prestigiosa e mais que centenária, que corresponderia bastante bem a esta descrição.

⁵ Não causará muita surpresa que o autor, especialista de história religiosa, tome um exemplo num campo que conhece. Não é preciso acrescentar que, na França, o catolicismo é religião “dominante”, se é que este termo ainda tem um sentido em nossos dias, e que as Éditions du Cerf, como foi lembrado, por ocasião de um recente salão do livro, num “grande jornal da tarde”, tentam impor-se como o editor de referência para tudo que diz respeito às ciências das religiões.

⁶ Tiro o binômio redução/sedução de J. Poincaré; ver, por exemplo, “La vulgarisation médicale en France au milieu du XIXe siècle, M'igene en situation”, in C. Langlois e F. Laplanche, *La Science catholique*, Paris, Science en situation-Cerf, 1992, p. 208.

⁷ C. Charle et alii, “L'historien et les falsificateurs”, *Le Monde*, 29 de abril de 1993, p. 14.

⁸ Para os distraídos – ou os mais novos –, Geo, Georges Dupeux e Georges Duby.

⁹ Sem ter empreendido uma enquête sistemática, parece comprovado que os catálogos de A. Colin, de Masson ou de F. Nahman se renovaram pouco durante muito tempo, e que a “Nouvelle Clio”, nas PUF, dormitou um pouco no mesmo período.

¹⁰ *Les Catholiques et l'Unité chrétienne du XIXe au XXe siècle*, 1.007 páginas, é verdadeira! A obra é publicada em 1982 pelas Éds. du Centurion. *Pratiques de la confession*, primeira obra da coleção “Cerf-histoire”, é publicada em 1983. Neste meio tempo, uma nova equipe chegava às Éds. du Cerf.

¹¹ Os diversos balanços editoriais, necessariamente parciais, são mencionados num número especial da revista *Préface*, em 1989; em *Recherches sur la Révolution* (Paris, La Découverte, 1991), que dá o estrito ponto de vista do Institut d'histoire de la Révolution (Paris-1); ou ainda nas notas do livro de Kaplan, citado a seguir (nota 13). O “efeito Bicentário” pode ser medido com muita precisão pelo número de indicações bibliográficas da *Bibliographie annuelle de l'histoire de France*. Entre 1982 e 1986, anos ainda calmos, a parte da Revolução se encontrava estabilizada num nível fraco (5%). Em 1987-1988, chega a vanguarda do Bicentário: a Revolução ganha – a custo – dois pontos (6,7%). 1989: centenas de livros; e as revistas não falaram ao encontro: a produção foi multiplicada

por três em relação ao período de referência (15,7%), sem que, no entanto, a produção global aumentasse significativamente; com efeito, numerosas revistas – sobretudo regionais – consagraram ao evento um número especial, sem modificar o volume de suas publicações. Em seguida, vem a inevitável baixa: 1990, cerca de 12% (11,8); 1991, 10%.

¹² T. Tackett, *La Révolution, l'Église, la France. Le serment de 1791*, Paris, Éd. du Cerf, 1986.

¹³ Título da obra que S. Kaplan acaba de publicar sobre o Bicentenário da Revolução, Paris, Fayard, 1993.

¹⁴ Entre os mais famosos, A. Dupront, cujo “processo de beatificação” – se assim podemos dizer – foi aberto com a publicação de uma série de artigos, reunidos sob o título *Du Sacré*, Paris, Gallimard, 1987, e cujo “processo de canonização” está sendo preparado com a publicação – tudo acontece – de sua tese, defendida há cerca de quarenta anos.

¹⁵ A. de Libera, “Retour de la philosophie médiévale?”, *Le Débat*, 1992, n. 72, pp. 155-169.

¹⁶ Acrescentemos um argumento suplementar: a história das ciências é, provavelmente, um dos canais por onde poderia passar uma cultura “científica”, que falta terrivelmente na formação de base dos estudantes de Segundo Grau. Fala-se muito em incultura no domínio religioso. De acordo. Mas a incultura científica é, sem dúvida, igualmente evidente e, na nossa opinião, igualmente prejudicial.

¹⁷ Uma boa oportunidade para verificar a justeza das teses de Bourdieu sobre a reprodução, que não perderam nada de sua pertinência.

¹⁸ O que corresponderia bastante bem às orientações da EHESS.

¹⁹ Nos últimos anos, a paisagem científica se modificou profundamente pelo efeito conjugado da aposentadoria da geração recrutada por volta de 1960, da criação de novos cargos para atender ao recente crescimento dos efetivos universitários, e, enfim, da política mais sistemática de bolsas para teses (diversas categorias de beneficiários). Portanto, a Universidade cresceu, a pesquisa universitária (equipes e pesquisadores) foi beneficiada com auxílios substanciais e – esperamos – duráveis. Mais modestas foram as mudanças permitindo uma real circulação das pessoas e o fim da compartimentação das instituições.

²⁰ *Histoire de la civilisation française, Moyen Âge-XXe siècle*, 1 ed. 1958, Paris, A. Colin, 2 vol.

SEIS

Comunidade de Memória e Rigor Crítico

DOMINIQUE BORNE

O ensino da história contribui para a construção de cidadãos enraizados numa comunidade de memória livremente escolhida, e não temerosamente preservada, sem arrogância, aberta a outras solidariedades que não a da nação. Mas o professor de história ensina também o rigor crítico. Quando é necessário ordenar um discurso sobre o mundo, confusamente desenhado pelos juízes de uma atualidade lançada, sem hierarquia nem recuo, para as telas de televisão, então a história pode ajudar a tomar essa distância, indispensável ao exercício do pensamento livre.

A França é um dos raros países ocidentais que ligam o ensino da história ao da geografia. A aliança das duas disciplinas nasce com a III República. Ela permitia que se apresentasse o hexágono nacional como uma “pessoa” rica da diversidade de seus *terroirs* [suas províncias] e de uma história providencial. A odisséia terrestre dos dois heróis do *Tour de la France par deux enfants* [A volta da França por duas crianças] faz sentir carnalmente a harmonia de povoados ligados como num feixe para formar a nação.

A função cívica da história é, então, uma evidência. Ela acompanha o fim dos *terroirs*: a história, como a geografia, amplia, nas dimensões da nação, um quadro de referência até então limitado às fronteiras de um cantão. A história dá uma cultura de participação. Seu ensino é logicamente contemporâneo da construção da rede ferroviária e da constituição de um mercado nacional. A história também é cívica, porque o discurso da democracia republicana é constantemente alimentado por lembranças históricas, que se enraízam numa dupla cultura: a Antiguidade greco-romana oferece, com seu feixe de *exempla*, uma mina inesgotável de modelos; a narração da longa marcha para a emancipação do servo medieval e do burguês das primeiras comunas, ligados em aliança, em

1789, para derrubar o Ancien Régime e proclamar enfim a alvorada da liberdade, dá sentido ao combate republicano contra todas as forças que recusam o progresso, e puxam a França para um passado de obscurantismo. Ao mesmo tempo, a expansão colonial manifesta a influência civilizadora da França no mundo. A geografia, a das manchas cor de rosa no planisfério, é aqui, mais uma vez, a auxiliar indispensável de uma história que inscreve a colonização na lógica de uma irradiação ao mesmo tempo espiritual e material da nação.

Veio, em seguida, o tempo da dúvida. No período entre as duas guerras, a vitória de 1918 ainda figurava como prolongamento do grande combate pelo direito e pela liberdade, mas a suspeita roeu rapidamente as certezas. A história contribuía para fundar a unidade da nação, mas ela também servia para fazer a guerra. E se alguns podiam ler a Revolução Russa de 1917 como o prolongamento da Revolução Francesa, com os bolcheviques cumprindo milagrosamente as promessas ainda não realizadas de 1789, aí também as decepções venceram as certezas. A descolonização, enfim, tornou menos límpida a história da irradiação da França. O que estava em questão, não era apenas uma visão teleológica da história; a história erudita, a das *Annales*, denunciava um ensino excessivamente centrado no acontecimento e no político, que ignorava as longas durações, os ritmos lentos do econômico, do social e das mentalidades. A narração histórica, de um regime para outro, de grande homem para grande homem, tornava-se ridiculamente obsoleta. Enfim, as críticas em relação a um ensino etnocêntrico, estritamente "hexagonal", multiplicavam-se.

O ensino da história devia, pois, enfrentar um duplo desafio: como reinventar uma abordagem que levasse em conta o novo lugar da França no mundo, e juntar os elementos que desenhassem uma nova cultura de participação? Como produzir outra forma de discurso histórico que pudesse refletir, junto aos alunos, os avanços da ciência histórica? Os pedagogos que, no mesmo período, denunciavam o embrutecimento inútil provocado pela memorização passiva dos acontecimentos, e insistiam, ao contrário, nas necessárias aprendizagens metodológicas, aproveitavam dessa conjuntura para aumentar sua influência. A desconstrução do modelo atingia pois, ao mesmo tempo, o fundo e a forma da narração histórica.

E, no entanto, a história continua sendo ensinada. Melhor ainda, o lugar da história não é muito contestado: a recente reforma do *lycée* (segundo grau) a inscreve, nas seções literárias e econômicas e sociais,

entre as disciplinas dominantes. A demanda social junto aos professores é tão forte, que, por vezes, eles são submersos pelas comemorações e celebrações, e os campos que se lhes pede lavrar para seus alunos (da cultura religiosa à segurança rodoviária, da história da arte à educação para o desenvolvimento...) se estendem desmesuradamente.

A situação: dos horários, dos professores, dos programas

Alguns dados numéricos não são inúteis para analisar a importância do ensino da história e da geografia (o par é indissociável nos horários). No *collège* (Primeiro Grau), do quinto até o oitavo ano, os alunos recebem duas horas e meia por semana, ao que se deve acrescentar uma hora de educação cívica. No *lycée* (Segundo Grau), o horário varia, segundo as seções, entre três e quatro horas semanais; o horário é mais reduzido nas seções científicas. A história e a geografia estão totalmente ausentes na série terminal das seções de tecnologia industrial, e seu lugar é pequeno nos *lycées* profissionais.

Para ministrar este ensino, contam-se cerca de 40.000 docentes de diversas categorias: *agregés, certifiés, adjoints d'enseignement, maîtres auxiliaires*, professores de ensino geral de *collège*... a maior parte dos quais possuem, pelo menos, a licença, de história ou de geografia. Estes dados não levam em conta nem os professores primários (ou professores das escolas), nem os professores de letras-história dos *lycées* profissionais que, tanto uns como os outros, ensinam a história e a geografia como parte de seu serviço. O recrutamento tornou-se maciço: na sessão de 1994 do CAPES (*Certificat d'aptitude au professorat de l'enseignement secondaire*) [Certificado de aptidão ao magistério secundário], mais de 1.200 candidatos foram aprovados.

Esses professores lecionam em condições materiais ainda desiguais de um estabelecimento a outro, mas que, de modo geral, estão melhorando. Quase sempre, há uma ou várias salas especialmente equipadas (tela, cortinas...); o projetor de diapositivos, bem como o retroprojetor, já são de uso banal. Mas, se o vídeo não é mais excepcional, a utilização didática da informática e do videodisco ainda é rara. Enfim, os centros de documentação e de informação (CDI), que existem em todos os estabelecimentos, reúnem os recursos documentários, e permitem o trabalho autônomo dos alunos.

Os programas atuais foram implementados, progressivamente, de 1986 a 1989; no *collège*, estuda-se a totalidade do desenvolvimento

histórico: a história antiga, na sexta série, a história medieval e o século XVI, na quinta. O programa da quarta série se estende do século XVII até 1914, o da terceira, de 1914 aos nossos dias. No *lycée*, o programa da segunda série começa por uma recordação das estruturas do Ancien Régime, e prossegue com o estudo da Revolução e do século XIX até a década de 1880. Na primeira série, estuda-se o período que vai da década de 1880 até 1945. Enfim, na série terminal, o programa parte de um balanço, em 1945, da Segunda Guerra Mundial, e se estende até os nossos dias. A finalidade é clara: para os alunos do primeiro grau, uma visão de conjunto da continuidade histórica, e uma retomada dos períodos históricos mais recentes, no *lycée*. O privilégio concedido então à época contemporânea se explica, em parte, pela conjuntura política; Jean-Pierre Chevènement era ministro da Educação quando esses programas foram promulgados. Por acaso não era urgente, na perspectiva do Bicentenário, restabelecer um ensino obrigatório da Revolução Francesa na segunda série? Fazer começar o programa da primeira série na década de 1880 não permitiria pôr em evidência a importância das fundações republicanas? De modo mais geral, esses programas respondem à idéia de que a história contemporânea deve ajudar na compreensão do mundo de hoje, e que ela é, portanto, indispensável para preparar ao exercício da profissão de cidadão. É necessário, pois, reforçar seu ensino no final do currículo escolar. Aliás, na terceira série, como na série terminal, o programa se estende “até os nossos dias”.

Esses programas não são apenas marcados pela “tradição republicana”, eles testemunham também a influência de uma importante corrente pedagógica, que visa teorizar as modalidades da aprendizagem, e que, fortemente influenciada pelas “idéias 1968”, denuncia a “aula magistral”, preconiza a atividade do aluno, que deve construir, ele próprio, seu saber. Trata-se menos de fazer “aprender”, que de fazer refletir. As instruções oficiais pedem aos docentes que proponham problemáticas em lugar de desenvolver uma cronologia narrando histórias. Cada programa está orientado em torno de um tema, cuja elucidação deve ser o centro de interesse durante todo o ano: por exemplo, a noção de civilização na sexta série. O trabalho a partir de documentos – a evolução dos manuais o comprova – ocupa uma parte importante do tempo escolar. Sem dúvida, a maneira de ensinar mudou mais que os conteúdos dos programas. Apesar de tudo, a história permanece uma disciplina “sensível”, no centro de todos os debates políticos, e as polêmicas sobre os programas nunca acabaram.

Que história ensinar?

A primeira controvérsia se refere à repartição, no currículo escolar, dos diferentes períodos da história. Será razoável percorrer, no *collège*, a totalidade do campo histórico, quando são cada vez mais numerosos os alunos da oitava série que continuam seus estudos no *lycée*? O que se justificava quando oitava série era uma série final de estudos, será ainda indispensável? Deve-se, então, repartir, pelo conjunto da escolaridade, da quinta série à última série, o tempo histórico? Seria reencontrar uma velha tradição, quando a Grécia estava confortável na quinta série, Roma na sexta, a Idade Média na sétima... Mas essa organização, puramente cronológica, dos programas, é, ela própria, criticada: por que os períodos mais antigos seriam reservados às crianças mais novas? Não seria bom, no *lycée*, consagrar-se a um aprofundamento, em outra escala histórica, do conjunto dos períodos estudados no *collège*? Já nos anos 60, o “programa Braudel” introduzia na última série, após o estudo cronológico do período 1914-1945, uma vasta retrospectiva, sob a forma de um estudo das “civilizações”, pondo em evidência tanto suas raízes históricas como seus aspectos contemporâneos. É preciso dizer que, muito rapidamente, esta última parte do programa foi “esquecida” pelos professores. Um pouco mais tarde (1982), o programa da primeira série do segundo grau tentava, por sua vez, explorar as origens da civilização ocidental. Este programa, temático, amplamente consagrado às longas durações, foi diversamente recebido e tratado; foi substituído em 1987: criticava-se nele o esquecimento da cronologia, uma diluição da história nacional (a Revolução Francesa de 1789 não é tratada obrigatoriamente, e o século XIX é bastante descurado). Este primeiro debate, em que as associações de especialistas dos diferentes períodos desempenham, normalmente, seu papel, complica-se então. Ele desemboca numa oposição entre o cronológico e o temático, que repousa, por vezes, na idéia de que o cronológico responderia apenas a um objetivo de memorização passiva, e que somente a abordagem temática comportaria a inteligência e a reflexão. Contrapartida, enfim, da vontade de exaustividade, muitas vezes denunciada pelos professores de história, o “peso” dos programas explicaria seu tão freqüente inacabamento.

O segundo grande debate diz respeito ao lugar reservado à história nacional. Menos exclusiva do que às vezes se diz (assim, no *collège*, ela não é objeto de um estudo cronológico sistemático, pelo menos até a

Revolução), ela é, entretanto, muito presente, e de modo bem particular, para a época contemporânea. Aliás, esta história nacional mudou. Muitas vezes, é caricaturada como vã sucessão de reinados, quando ela se prende cada vez mais à evolução da vida dos franceses. O fato é, entretanto, que, se os ataques contra um ensino da história demasiadamente franco-francês estão menos na moda que na época brilhante do terceiro-mundismo, algumas perguntas verdadeiras permanecem. Deve-se, pelo menos em relação à época contemporânea (e o problema se apresenta também na geografia), continuar a analisar a história e o espaço da nação independentemente da história e do espaço europeus? Na época da globalização das trocas, não seria preciso descrever o apagamento progressivo das especificidades nacionais? Inserir o estudo da França num estudo mais vasto da Europa seria então um ato de voluntarismo político ou um respeito a realidades verificáveis? Reafirmar, ao contrário, a permanência de uma história nacional seria ajudar ao enraizamento, civismo ou forma oposta de voluntarismo?

Isso mostra bem que o trabalho do professor de história não pode escapar às pressões vindas da sociedade. E essas pressões são numerosas. A opinião pública se indigna periodicamente com as ignorâncias, reais ou supostas, dos alunos; a imprensa publica sondagens naturalmente "acabrunhadoras". Mas, por um lado, nenhuma enquete anterior de referência permite concluir que houve, de fato, degradação do saber histórico, e, por outro lado, as perguntas feitas, excessivamente pontuais, não podem dar conta da cultura histórica adquirida. Quantos jornalistas, que ficam indignados ao constatar que os alunos do Segundo Grau não têm o reflexo "1515" quando se lhes diz "Marignan", são capazes de explicar quem lutava contra quem em Marignan, e por quê? Outras interrogações são mais razoáveis. Num mundo cujas evoluções recentes foram brutais, os pontos de referência tradicionais, que se enraizavam numa cultura católica e rural, desaparecem. É verdade que os alunos não sabem o que é um arado ou um esterroador, assim como não sabem o que é um sacramento ou Pentecostes. É verdade que o próprio calendário, ritmado por festas religiosas, tornou-se hermético para eles. Deve-se levar em conta esta evolução? Ou, ao contrário, o ensino da história deve suprir uma formação religiosa em via de desaparecimento? Seria, no caso, a título de conservação de um patrimônio cultural. Mas, pode-se tratar a religião como se trata um monumento histórico?

O que ilustram essas dificuldades? Todo ensino é uma busca de sentido, explícita ou implícita. Por muito tempo, o professor de história

orientou seu ensino de acordo com uma ideologia do progresso, que reservava à França um papel particular em sua realização. Hoje, duvida-se do progresso, afirma-se menos freqüentemente a excepcionalidade francesa. O ensino ainda pode, sem dúvida, afirmar finalidades cívicas e culturais, mas hesita em ser o vetor de certezas militantes. Esta mutação deve ser assumida como libertadora.

As finalidades de um ensino

Ensinar a história é, em primeiro lugar, levar os alunos a se apropriarem de uma linguagem, específica. Neste sentido, os conteúdos do ensino são inseparáveis das modalidades de sua transmissão. Apropriar-se de uma linguagem não passa por uma simples memorização, e sim pela aprendizagem das operações intelectuais que permitem a construção de um discurso. Como o historiador, mas no nível que lhe é próprio, o aluno deve descobrir, analisar, classificar. Em suma, operar um ordenamento no tempo. Tal documento, escrito ou figurado, é cuidadosamente identificado e inscrito numa cronologia, depois é posto em relação com outros documentos escritos ou figurados. Pouco a pouco, os alunos aprendem as operações que conduzem a "fazer história". A história não é dada *a priori*, ela se constrói. Manipular dados e, combinando-os, produzir sentido; a história é uma aprendizagem do exercício do pensamento lógico e crítico.

Fazer história com os alunos é também transportá-los no tempo: a história fala à imaginação, desenhando a figura do outro, dos outros. Uma turma de quinta série compreende a democracia grega quando o professor torna reais os escravos citas, que, com uma corda pintada de vermelho, empurravam os cidadãos para a *ecclesia*, o orador que se coroa de murta, a justiça popular da Heliéia; outra turma estremece ao sopro da "Grande Armée", quando o sol de Austerlitz hesita antes de iluminar a vitória.

Assim, ora ativos e construindo a história, ora sob o encanto da narração, os alunos se familiarizam com a vida e a morte dos homens, a guerra, a paz, o poder. O ensino da história é, pois, uma aprendizagem da liberdade, mas também da tolerância: compreender o mundo é afastar o medo que nasce do desconhecido. Mas, para que a tolerância sozinha não leve ao relativismo, a história deve também dar a cada um o sentimento de pertencer a uma comunidade: aliada a uma geografia capaz de apreender os territórios, a história leva a partilhar de um patrimônio e de uma cultura, isto é, de um sistema de imagens, de referências e de valores.

Esta cultura dá uma identidade. Ela é também libertadora. Os alunos, submetidos, quase permanentemente, a um fluxo de imagens e de palavras não hierarquizadas, devem adquirir pontos de referência, grades de leitura, um olhar crítico. É por isso, aliás, que é indispensável prolongar os programas até os nossos dias. Deste modo, a história não exhibe mais apenas os gestos das civilizações mortas; ela afirma a continuidade da humanidade e ilumina o presente.

A definição dos objetivos permite uma abordagem dos problemas de programa. Deve-se percorrer rapidamente o conjunto da história (pelo menos do Mediterrâneo e da Europa)? Sim, para que os alunos dominem algumas grandes referências cronológicas e possam situar os tempos fortes do desenvolvimento histórico. Mas esta abordagem deve ser seletiva e evitar o enciclopedismo (como diz Jacques Le Goff, “demasiada cronologia mata a cronologia”); ela deve também deixar ao professor uma liberdade suficiente para que possa modular seu ensino em função das interrogações do presente; que redator de programa poderia imaginar, há apenas cinco anos, que seria preciso evocar a Bósnia-Herzegovina? Em seguida, os programas devem atribuir seu lugar natural à história nacional, patrimônio comum de um povo.

No *lycée*, a história contemporânea é indispensável para a formação do cidadão, mas deve ser possível retomar certos grandes temas dos períodos abordados no *collège*. Entretanto, esta abordagem não pode ser concebida como uma sucessão de temas especializados. A história escolar deve permanecer “total” e inscrever-se sempre numa trama cronológica. Por que, então, não abordar alguns grandes momentos da história da civilização ocidental (Atenas no século V, a França de São Luís, o século das Luzes etc.), sem afastar possíveis incursões na China dos Ming ou nos Andes dos Incas?

Mas não serão os programas – sempre objeto de polêmica – que transformarão, como num passe de mágica, o ensino da história. Os docentes e a maneira como são formados são mais importantes que os programas, e ainda mais capital é a coerência da missão que a nação lhes confia.

Estas poucas observações não constituem uma doutrina. Talvez elas permitam medir objetivos. O ensino da história contribui para construir cidadãos enraizados numa comunidade de memória livremente escolhida, e não temerosamente preservada, sem arrogância, aberta a outras solidariedades que não a de nação. Assim, é necessário que se cruzem os caminhos da participação numa comunidade e os da tolerância. Mas o

professor de história ensina também o rigor crítico. Quando é necessário ordenar um discurso sobre o mundo, confusamente desenhado pelos furores de uma atualidade lançada, sem hierarquia nem recuo, para as telas de televisão, então a história pode ajudar a tomar essa distância indispensável ao exercício do pensamento livre.

II

COMPETÊNCIAS

As Responsabilidades do Historiador *Expert*

FRANÇOIS BÉDARIDA

Na verdade, não se trata de modo algum com essa reivindicação de alçar o historiador à patente de áugure da cidade, mas de afirmar que a sua palavra, na observância estrita das regras do ofício e em resposta aos questionamentos do tempo presente, à parte desviá-lo de sua vocação, é, por outro lado, perfeitamente legítima, restituindo à história sua densidade significativa. Como disse bem Michel de Certeau, toda pesquisa histórica inscreve-se em algum lugar na sociedade. Em função desse lugar social e desse meio de elaboração é que os questionamentos se formulam, que se definem e apuram os métodos e esboçam-se riscos e uma trajetória.

De início, afirmemos: pesquisa sobre o tempo presente, função de *expertise* e responsabilidade social do historiador caminham lado a lado. Efetivamente, nossa sociedade, tão apaixonada por história e tão ávida da inteligibilidade de seu passado, está mais do que nunca ansiosa por compreender os grandes dramas do século: na interseção da memória – para aqueles que viveram aquele tempo – e na da história – para as gerações que aprenderam esses dramas nos livros, mas que observam em toda parte suas marcas abrasadoras. O historiador se acha então intimado a esclarecer o caso e a fornecer um fio condutor, aliando função crítica e função cívica – às quais a demanda social para mostrar-se generosa acrescenta muitas vezes uma função ética. Temos aí, portanto, o modesto pesquisador proclamado *expert*, com ou sem o seu consentimento. Certamente, como ressaltava recentemente Georges Duby (*Le Monde*, 23/01/1996), o bom historiador deve estar atento a tudo, a começar pela atenção ao mundo que o cerca, mas para ele o caminho é estreito quando precisa defender um lugar e definir a sua missão relativamente aos mitos, aos preconceitos e às deformações da consciência coletiva e da memória comum. Sem perder de vista que ele próprio contribui para a elaboração

e construção dessa consciência e dessa memória, uma vez que nisso consiste uma de suas funções vitais na sociedade.

Propomo-nos aqui, apoiados em um exemplo contemporâneo – a história do genocídio nazista –, esboçar rapidamente os ensinamentos e os limites de um procedimento um pouco incomum, no qual o saber do historiador, em lugar de distribuir-se unicamente no campo científico, é solicitado a intervir na esfera pública, a fim de se pronunciar sobre os graves riscos da sociedade diante de um amplo processo negacionista conduzido por falsificadores da história.

Revisionismo e abolição da razão

Na verdade, não se trata de modo algum com essa reivindicação de alçar o historiador à patente de áugure da *cité*, mas de afirmar que sua palavra, na observância estrita das regras do ofício e em resposta aos questionamentos do tempo presente, à parte desviá-lo de sua vocação, é, por outro lado, perfeitamente legítima, restituindo à história sua densidade significativa. Como disse bem Michel de Certeau, toda pesquisa histórica inscreve-se em algum lugar na sociedade. Em função desse lugar social e desse meio de elaboração é que os questionamentos se formulam, que se definem e apuram os métodos, e esboçam-se riscos e uma trajetória. A isso se deve a renovação a um ritmo veloz das problemáticas contemporâneas sobre o totalitarismo, o racismo, o Estado, os direitos humanos e o crime contra a humanidade. Tudo isso tendo como pano de fundo a crise do humanismo e da concepção do homem como figura soberana do universo.

No que concerne ao nazismo, a primeira impostura dos negacionistas é se arrogarem o título de *revisionistas*: um termo em si mesmo mais do que honroso, elogioso mesmo, uma vez que caracteriza o procedimento de base do trabalho histórico. Contudo, da parte dos defensores obsessivos do anti-semitismo, trata-se exclusivamente de negar um dos acontecimentos máximos do nosso tempo, um dos mais indubitáveis, um dos mais trabalhados: um conjunto maciço de dados incontornáveis, atestado por dezenas de milhares de documentos, de testemunhas, de vestígios; materiais, ao mesmo tempo, coerentes em sua dispersão e convergentes em sua diversidade: em suma, um imenso aparato erudito. O que se poderia dizer de um indivíduo que tivesse a pretensão de “rever” a história das Cruzadas, afirmando que elas nunca ocorreram; a história de Joana d’Arc, pretendendo que ela não foi queimada; a história de Cromwell ou de Napoleão,

explicando que nem um nem outro existiram e que as suas biografias não passam de uma *armação*¹?

De fato, na base do procedimento dos negacionistas, discernimos três vícios redibitórios. Primeiramente, por trás de uma proclamada cientificidade, todos os seus escritos refletem as aparências enganadoras do método hipercrítico. O procedimento consiste em recusar em bloco a massa de documentação, apontando acusatoriamente as lacunas ou os erros que esta pode comportar; e em desqualificar todos os testemunhos, argüindo a inexatidão de detalhes mínimos. Como se após um jantar em família, com o pretexto de que um dos convidados se enganou ao relatar o cardápio, se deduzisse que o jantar não aconteceu! Chega-se assim – pecado gravíssimo contra o método histórico – a selecionar à vontade nas fontes, desprezando a maior parte delas alegando rigor crítico, a calar de modo sistemático os dados que vão de encontro à tese adiantada, a ignorar desenvoltamente qualquer contexto social, político, ideológico, que finalmente nunca são levados em conta.

Outra fachada do Potemkin: para além das aparências de uma argumentação fortalecida por uma lógica ríspida e pretensiosa, na verdade, quando se examinam de perto os textos negacionistas, encontram-se neles somente viperinas e infundadas denúncias de caráter repetitivo ou ladainhas de afirmações peremptórias e desarticuladas, sem qualquer enraizamento no terreno de uma história dominada por uma mecânica implacável e plena de gritos e sussurros, de aflição e de piedade. As falhas de raciocínio superabundam aí, à imagem desse Witz de Freud, que Nadine Fresco citava, em um notável artigo nos *Temps Modernes* [Tempos Modernos] (“Les redresseurs de mort” [Os redentores da morte], 1980), no qual desmontava um a um os mecanismos das “*faurissonneries*”: A tomou emprestado a B um caldeirão de cobre. Quando o devolve, B se queixa de que o caldeirão tem um enorme furo que o torna imprestável. Observem a defesa de A: “1º: Nunca pedi caldeirão algum a B; 2º: O caldeirão tinha um furo quando B me emprestou; 3º: Entreguei o caldeirão intacto”. Como não concluir, diante de tal arbitrariedade, pelo charlatanismo?

Em terceiro lugar, o negacionismo por ineiro repousa num esquema histórico tão gasto quanto simplista: a teoria do complô o constitui de ponta a ponta. De acordo com a tese desenvolvida *ad nauseam*, o genocídio dos judeus não passaria de uma gigantesca mentira imaginada e construída, inteiramente forjada devido a uma aliança monstruosa entre o capitalismo imperialista e o comunismo stalinista, devido também à cumplicidade dos

vencedores e pseudovítimas e à cadeia dos Estados, dos governos e das opiniões ilusórias, tudo isso sob o patrocínio de Israel, condutor do jogo maléfico do processo, em detrimento da pobre Alemanha vilipendiada e explorada até o fim do mundo. Ora, qualquer um sabe que todas as explicações históricas baseadas no tema da conjuração e do complô traduzem não somente uma completa abdicação da razão, mas pertencem, por natureza, ao campo da obsessão e do primitivo em busca de um bode expiatório. Acrescentemos que, se em certas acusações rituais proferidas contra maquiavélicos orquestradores clandestinos (franco-mações, jesuítas, o Komintern...), poderíamos ter a ilusão de descobrir a participação de minorias, agindo estruturadas em organizações secretas e dinâmicas, os negacionistas, no que lhes diz respeito, imaginam um complô englobando milhões e milhões de pessoas dos países, das formações sociais e dos sistemas ideológicos ferozmente hostis uns aos outros. Pergunta-se quem, com exceção dos anti-semitas manifestos, pode dar crédito a elocubrações tão delirantes.

A objetividade dos fatos históricos

Mas é preciso ir mais adiante. Pois o que está fundamentalmente em jogo é o problema da objetividade em história, uma vez que a resposta dos historiadores profissionais consiste em contrapor a solidez maciça dos fatos às afirmações gratuitas dos negacionistas. Aliás, quando se recorre a um *expert*, será que lhe pedimos outra coisa senão que emita sua opinião sobre a base de dados objetiva, única fiadora de sua credibilidade? Ora, justamente o passado seria objetivável? E o que é um “fato” em história? Velho problema na verdade, que nesse estágio recupera toda a sua acuidade e que é importante apreender no corpo a corpo.

Que me permitam citar aqui a minha experiência pessoal. Como a maior parte dos historiadores de minha geração, sempre considerei, na linha de Raymond Aron e de encontro aos preceitos positivistas, que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência subjacente e que, por conseguinte, qualquer análise de um “dado” remete à subjetividade do historiador. Em outras palavras, os “fatos” originam-se de uma escolha, pois já estão constituídos pela introdução de um sentido na “objetividade”, ainda que provenham de materiais oriundos das sombras dos arquivos e revelados pelo engenho do historiador. Contudo, essa historicização não ia dar, de modo algum, num relativismo generalizado, em que os dados seriam maleáveis ao sabor

da subjetividade do historiador a ponto de permitir reescrever de qualquer modo a história. Pois o essencial do procedimento era a decifração das componentes do passado, seu encadeamento, sua hierarquização, em suma, sua participação no conjunto do esquema interpretativo. Nessa óptica, tanto era legítimo pretender que determinada batalha ou ato diplomático tinha apenas uma importância muito secundária relativamente às grandes forças coletivas e aos movimentos de longa duração, quanto também não ocorreria a ninguém apagá-los da história, negando sua própria existência.

Mas quando foi preciso, diante das teses negacionistas, conferir de maneira pública e notória uma chancela de cientificidade aos “fatos” melhor estabelecidos por meio século de pesquisa histórica, e depois transmitir na situação pedagógica as principais aquisições daquela pesquisa², vi-me confrontado ao difícil problema do par subjetividade/objetividade. Lembrei-me, então, do que Hannah Arendt escreveu num célebre artigo de 1950³ sobre a aplicação da ciência social ao estudo do fenômeno concentracionário: esse fenômeno, dizia ela, obriga os pesquisadores em ciências sociais e os historiadores “a reconsiderarem seus *a priori* fundamentais”.

Observemos que, paralelamente, o retorno inflexível do acontecimento na historiografia contemporânea obrigou a reabilitar o estatuto do factual, que desprezamos muito depressa, assimilando-o aos preceitos positivistas. Tanto que todos os profissionais de Clio estão prontos a admitir que os limites da objetividade em história dependem do próprio objeto histórico: seus limites avançam ou recuam de acordo com a natureza desse último. Por outro lado, o fato, em vez de encontrar-se em estado bruto no interior de não sei qual dado inscrito na natureza, deve ser definido como uma *relação* entre fenômenos, eles próprios atestados por vestígios e sinais visíveis.

A partir daí a operação histórica consiste, após ter reunido, criticado e dissecado o conjunto dos documentos disponíveis, em estabelecer encadeamentos entre os diversos componentes do objeto estudado – de acordo com um método adaptado a cada caso – e a construir um discurso atribuindo-lhes coerência e sentido. Por outro lado, não esqueçamos a dimensão transdisciplinar, ou seja, o concurso precioso – e “objetivo” – trazido para o campo estudado pelas ciências auxiliares, tais como a arqueologia, a lingüística, a história das técnicas, a psicologia, a medicina ou a biologia. Em suma, é preciso ressaltar vigorosamente que a pesquisa

em história não é compatível com qualquer coisa. Contra as perversas tentativas dos falsificadores, sua dimensão científica, por imperfeita que seja, deve ser ressaltada com energia. Não é essa, aliás, a condição de validade de qualquer *expertise*?

Outro ponto a ser levado em consideração: quando se aborda um fenômeno do porte do genocídio nazista, é claro que se deve privilegiar, na tradição de Durkheim e de Tocqueville, de Vidal de la Blache e de Max Weber, a noção de organização, de estrutura ou de sistema, a fim de evitar perder-se na poeira dos acontecimentos. Sem minimizar a dimensão subjetiva no trabalho do historiador, tudo concorre para que se afirme, sem rodeios, que a história deve ser tão objetiva quanto possível – ainda que se trate nesse caso de um voto irrealizável⁴ – em vez de perder-se nos meandros das desconstruções pós-modernas, nas quais só flutuam ilusórias representações, frágeis embarcações derivando ao acaso das correntes da ficção. De mais a mais – e o fato é significativo – dentre os defensores da escola pós-moderna, até mesmo os relativistas mais radicais tiveram o grande cuidado de afirmar sua distância do negacionismo. Assim, eles recusaram-se constantemente a duvidar da experiência única que foi a Shoah, experiência para a qual admitem que não foram encontrados até então modos de representação adequados. No entanto, na lógica relativista à Hayden White, tão ciosa de liberar-se do fetichismo dos fatos, não há outra realidade a não ser esta, construída pelo historiador em função de sua sensibilidade, de sua ideologia e de sua cultura. Assim como se rejeita, em literatura, a fixidez do texto ou, em filosofia, a fixidez da linguagem, do mesmo modo, em história, acha-se banida a fixidez do passado, uma vez que uma “relatividade inexpugnável” decorre do recurso à narrativa histórica como meio de representação desse passado, todo “texto” tornando-se então “pretexto” e toda história, ficção. Apesar de tudo, uma coisa é querer praticar um historicismo a todo custo, outra, é querer apagar o passado negando que ele tenha jamais existido⁵.

O princípio da verdade

Para terminar, convém depreender os três cânones que qualquer *expertise* histórica deve respeitar – sem falar, evidentemente, dos imperativos sempre categóricos da deontologia profissional e das exigências da escrita, que requer uma grande legibilidade e uma atenção sem trégua à comunicação⁶.

O primeiro cânone consiste em reconhecer a historicidade do objeto histórico a (re)construir e a explicar. Nesse caso, ninguém contestará a realidade de um elo de dependência entre a escolha dos fatos e o ato de interpretação. Mas o que se procura primordialmente através do discurso, e *a fortiori* com a *expertise* do historiador, são os sinais por meio dos quais uma sociedade se pensa, se exprime e se historiciza. Mas assim como a objetividade não se confunde com a indiferença, a historicização não se confunde com o relativismo absoluto à moda pós-moderna.

Segundo cânone: conceitos de base do procedimento histórico – tempo, memória, testemunho, liberdade – não há como jogar fora, de repente, a noção de verdade, proclamando que, nesse domínio, só há verdades relativas e parciais (e mesmo, às vezes, partidárias). Essas verdades contingentes e instrumentais perturbaram, sem dúvida, uma história frágil e falível, mas que se quer acesso à verdade e busca de sentido. Seria isso uma razão para entregar-se, sob o efeito de uma modéstia excessiva, às suspeitas e às dúvidas epistemológicas, até mesmo ao masoquismo? Não minimizemos igualmente a dimensão científica no trabalho do historiador: quero dizer o método crítico com seus processos testados e seus instrumentos bem afiados. Aí é que reside o verdadeiro profissionalismo em história – e não em alguma filiação corporativa à categoria dos professores de história. Afinal de contas, diante da crise atual dos objetos históricos e do perigo de uma história às migalhas, um dos remédios não estaria numa reabilitação elevada e firme do princípio de verdade? O que, com isso, garantiria um acréscimo de credibilidade à *expertise* historiadora.

Enfim, na medida em que toda busca da verdade está ligada a um *corpus* de valores, a interface entre história e ética, enquanto uma e outra permanecem separadas por uma linha de demarcação nítida, pode mostrar-se tão fecunda quanto necessária, contanto que seja enunciada claramente e inteligentemente articulada. Tanto mais que, quanto mais o objeto histórico responde por riscos fundamentais tais como a vida e a morte do homem, mais o diálogo parece necessário. Aliás, diante de semelhantes riscos, como poderia o discurso histórico, observando o rigor e a sobriedade de praxe, permanecer impessoal e gélido? Queira-se ou não, a história é, e deve continuar sendo, uma disciplina humanista.

Na verdade conhecemos as múltiplas derivações que, no passado, a confusão entre história e ética não deixou de suscitar, quer sejam as

“lições” de uma história moralizadora e pregadora ou o cinismo maquiavélico de uma história reduzida à *Realpolitik*, ou ainda, uma visão shakespeariana do porvir dominada pelo reino anárquico das paixões individuais. Não é menos legítimo, quando se trata de acontecimentos de tal alcance e significação, querer inserir uma dimensão ética, que poderia situar-se sem muita dificuldade no interstício criado pelo distanciamento entre o objeto histórico e o sujeito historiador. Pois então o acontecimento assume uma dimensão meta-histórica ao mesmo tempo que sua dimensão histórica.

Nessa via, referia-me naturalmente às intuições de Péguy nas últimas páginas de *Clio* onde, refletindo sobre “o mistério mesmo do acontecimento e da história”, ou melhor ainda, “o mistério do acontecimento do acontecimento”, introduz, na fala da musa, este pensamento: “Há pontos críticos do acontecimento como há pontos críticos de temperatura, pontos de fusão, de congelamento [...]; de coagulação; de cristalização”. E ela continua, “há no acontecimento certos estados de sobrefusão que não se precipitam, que não se cristalizam, que não se determinam senão pela introdução de um fragmento do acontecimento futuro”. Esse é o segredo do acontecimento, fonte de perturbações e renovações tão profundas que, “de repente, vamos dar em um novo povo, em um novo mundo, em um novo homem”. Basta aplicar semelhante visão ao acontecimento Shoah para avaliar o quanto podem pesar as míseras denegações de alguns falsificadores no que concerne a esse apelo vindo dos extremos de um saber histórico pleno de sentido e de poder de meditação.

Notas

¹ O termo *armação* (*supercherie*) é o mesmo utilizado para designar o genocídio dos judeus por um dos chefes de fila do negacionismo. Arthur Brutz, no seu livro *The Great Hoax of the XXth Century* (observe-se que *hoax* pode ser traduzido por “farsa” “legra” “canular”...).

² Foi o que se esforçou por fazer, por um lado, o colóquio internacional organizado na Sorbonne em 1987 sobre *A política nazista de extermínio*, cujas atas foram editadas por Albin-Michel em 1989, e, por outro, o opúsculo redigido em homenagem aos 35.000 professores de história dos liceus e colégios franceses, sob o título *Le Nazisme et le Génocide*, produzido e difundido pelas edições Nathan em 1989, reeditado em livro de bolso pelas Presses Pocket em 1992.

³ H. Arendt, “Social science technics and the study of concentration camps”, *Jewish Social Studies*, XII, 1950, pp. 49-64.

⁴ Pode-se notar que os totalitarismos contemporâneos, na sua versão comunista como na sua versão nazista, contribuíram paradoxalmente para encorajar uma volta à idéia de objetividade, na medida em que esta apareceu como o antídoto ao conhecimento dos espíritos pela propaganda assim como às fabulações e mentiras oficiais. Dessa aspiração a dados objetivos, confiáveis e seguros, dá testemunho o recente artigo, “Les Annales vies de Moscou”, do historiador russo Youri Bessemertny, *Annales ESC*, 1992, pp. 245-259.

⁵ Ver sobre esse assunto as estimulantes análises e reflexões (uma delas uma contribuição de Hayden White) in Friedländer (ed.), *Probing the Limits of Representation: nazism and the “Final Solution”*, Harvard University Press, 1992. Cf. também J. Young, *Writing and Rewriting the Holocaust* (1988), ensaio de aplicação das teorias de White aos documentos sobre o genocídio.

⁶ Como exemplo de recurso aos historiadores-*experts* pode-se também citar, numa atualidade ainda próxima, mas em um contexto totalmente diferente – o caso Touvier que apaixonou a opinião francesa –, o caso da comissão de especialistas reunida pelo cardeal Decourtray e de seu relatório (*Touvier et l'Eglise*, Paris, Fayard, 1992), cujo procedimento e riscos, aliás, evoquei (*Le Débat*, n.70, 1992).

Os "Tesouros" da Stasi ou a Miragem dos Arquivos

ÉTIENNE FRANÇOIS

A abertura dos arquivos das antigas democracias populares é motivo de fascínio: a verdade por tanto tempo escondida estaria finalmente acessível? A manipulação desses arquivos, mais do que a de qualquer outro, requer exigência crítica e rigor metodológico, considerando o risco de se cair novamente nas armadilhas dos aparelhos totalitários.

Após a queda do muro de Berlim e o desmoronamento da RDA, os historiadores e a opinião pública experimentaram por algum tempo a sensação de estar vivendo uma situação única e uma oportunidade inesperada: de repente, tinham diante de si arquivos superabundantes e bem classificados; ao mesmo tempo, uma administração competente e liberal respondia prontamente por eles, quase sem destruição nem solução de continuidade. Tratava-se não apenas dos arquivos da temível polícia política – a “Stasi”, com seus seis milhões de dossiês individuais, mas, mais genericamente, de todos os arquivos produzidos por um Estado que tinha a mania do papel e do documento escrito, e do qual ninguém podia intitular-se herdeiro ou defensor, uma vez que ele literalmente implodira, antes de vir a ampliar a República Federal e ser absorvido por ela.

As esperanças suscitadas foram imensas: depois de quarenta anos de uma penosa ditadura (ela própria sucedendo aos doze anos de nazismo), e que, à medida que se burocratizava e se enfraquecia, recorrera – com o concurso de um aparelho hipertrofiado (80.000 permanentes e pelo menos 150.000 “colaboradores oficiosos”) – sistematicamente à vigilância policial, à denúncia, à intimidação, estabelecendo como sistema e princípio de sobrevivência a prática do segredo, da suspeita, do fichamento, poder-se-ia enfim, pensava-se, mergulhando nos arquivos, reapropriar o passado, voltar a ser senhor de uma história da qual se havia sido despossuído. Poder-se-ia compreender o que tornara possível a ditadura, explicar para si mesmo como ela funcionara e porque havia durado tanto tempo,

desmascarar os culpados e os cúmplices, em suma, não somente fazer brotar a verdade (pois o desmoronamento do regime e seu balanço de falência mostrariam com evidência absoluta que tudo aquilo que o regime dizia de si mesmo não passava de ilusão) mas, ao mesmo tempo, libertar-se.

O ilusório segredo dos arquivos

Quatro anos se passaram depois dessa louca esperança, e é forçoso reconhecer que as decepções são comparáveis à desproporção das expectativas do ponto de partida. Confrontados a possibilidades inesperadas, mas também a problemas insuspeitados, historiadores e usuários (vítimas da repressão que consultavam seus dossiês individuais, tribunais que deveriam pronunciar-se sobre a culpa dos dignatários e dos agentes do antigo regime, administrações que teriam de gerir a herança da RDA) tiveram de redescobrir, não sem dificuldades, o realismo, e aprender a modéstia.

A paixão com que todos se puseram a trabalhar não deixou de dar resultados. Ao lado dos acontecimentos mais espetaculares e de maior carga emocional (exibir as estruturas de vigilância do regime e das ramificações de espionagem interna, identificar "informantes oficiosos" etc.), evocar-se-á, a título de exemplo, o trabalho de reexame e de reescrita atualmente em andamento – devido exatamente à abertura dos arquivos – de três momentos essenciais da história da RDA. O primeiro diz respeito à história da repressão stalinista, não apenas com a reconstituição de suas dimensões maciças, arbitrárias e assassinas, mas também com todo o trabalho de reestruturação dos memoriais instalados nos antigos campos de concentração de Buchenwald, Oranienburgo/Sachsenhausen e Ravensbrück, alçados pela RDA à categoria de santuários da resistência comunista e antifascista, e nos quais se quer pôr em prática agora uma visão mais diferenciada das coisas e integrar o período posterior a 1945, sem com isso situar no mesmo plano os anos 1933-1945 e os anos 1945/1949-1989. O segundo momento concerne ao levante de junho de 1953, que nos dias de hoje parece ter sido bem mais do que uma revolta operária contra a ampliação das normas referentes aos operários da construção civil que trabalhavam na construção da Stalinallee, já que veio dar numa politização extraordinariamente rápida do movimento (com convocação de eleições livres e de reunificação), ganhando o interior, as pequenas cidades e uma parte do campo, e mergulhando o partido comunista – totalmente desamparado diante de um levante que não previra e que não chegava a compreender – numa crise muito mais

profunda do que se pensara até então. O terceiro relaciona-se com as dimensões tomadas pelo ano 1968 na RDA – com os esforços desenvolvidos prontamente pelo Estado e o Partido para abafar ainda em embrião toda forma de contágio ideológico e de contestação, para sufocar qualquer perigo de derrapagem, para reforçar a apreensão da população, das empresas e da juventude, para aperfeiçoar o sistema de enquadramento, de controle e de domínio exercido sobre os espíritos, para finalmente convencer a União Soviética e os outros países do pacto de Varsóvia a intervir militarmente na Tchecoslováquia.

Muito rapidamente, no entanto, renuncia-se a essas pretensões e começa-se a perceber que tudo não é assim tão simples, que os novos arquivos não falam a verdade por si só, que, como todos os outros arquivos, eles devem ser submetidos a uma crítica exigente das fontes, que seu manuseio só pode ser feito se forem respeitadas as precauções éticas e metodológicas elementares, e que mesmo bem utilizados, e interrogados a partir de questões pertinentes, não dispensam o historiador de seu trabalho habitual de reconstituição e de interpretação – e não têm resposta para tudo. Quatro exigências se depreendem através desse reexame.

A primeira é ressaltar a imperiosa necessidade da crítica das fontes. De imediato, efetivamente, os usuários, inicialmente arrebatados pelo entusiasmo diante das fontes abundantes e livremente acessíveis, são remetidos às regras elementares do ofício, dificultosamente edificadas por gerações de prática historiadora: Quem constituiu as fontes? Em que condições? Para quê? O que expressam? O que dizem, o que não dizem? A maior parte dos arquivos da RDA são efetivamente arquivos da superestrutura político-administrativo-policial, produzidos por um regime de tipo autoritário e ideológico, que se servia de modo bastante intenso da propaganda política. Todos, por essa razão, inclusive os mais secretos, encobrem tanto quanto revelam. Os arquivos da polícia ou os relatórios dos "informantes oficiosos", por exemplo, têm também por função acobertar aqueles que os redigem, fazer com que seus autores sejam tidos por eficientes, sendo, o mais das vezes, redigidos de modo que agradem àqueles que os vão ler, para que se obtenham vantagens para seus autores, promoções, ou simplesmente tranquilidade, e para que comprometam terceiros sobre os quais poder-se-ia, em seguida, fazer pressão. Em tal regime de suspeita, de repressão constante, mas muitas vezes intermitente, tudo é dissimulação, tudo também é expressão

de desconfiança, de suspeita. Deve-se, por essa razão, considerá-lo como a palavra do Evangelho? Acreditando-se que, indo ao cerne do sistema e abrindo os dossiês mais secretos, ter-se-ia enfim a verdade objetiva, a prova irrefutável, não se tenta antecipar a decepção, ou, pior, não se corre o risco de cair na armadilha que consiste em pensar que havia um maestro clandestino que regeria tudo em segredo, um grande manipulador que puxaria os cordões das marionetes? Com isso, não se estaria sucumbindo à teoria do complô em que acreditavam precisamente (ou fingiam acreditar) os dirigentes do regime? Nada poderia ser pior do que considerar ao pé da letra o que dizem os arquivos, pois com o pretexto da denúncia purificadora, cair-se-ia na armadilha que se pretende denunciar, acreditando na imagem que o regime defunto quis dar de si mesmo – ao passo que, precisamente, as condições de seu desmoronamento demonstram a sua vaidade. A leitura dessas fontes não se improvisa; ela é até particularmente difícil para os leitores ocidentais que não passaram pela experiência imediata das sociedades socialistas, de seus códigos e de suas linguagens. Falsamente familiar, sua língua deve ser pacientemente decifrada para recuperar as intenções muitas vezes complexas dos autores e as lógicas implícitas de sua expressão (e de seus silêncios), pois, aí, como em qualquer outro lugar, nada é mais enganador do que a aparência da evidência.

A segunda exigência – de uma banalidade tal que se tem pouca vontade de lembrar tão evidente parece (mas as situações de exceção caracterizam-se também pelo fato de que nelas esquecem-se frequentemente os escrúpulos e as evidências da “normalidade”) – é não esquecer que as fontes só começam a falar a partir do momento em que as interrogamos, e que a qualidade das respostas que elas podem dar coincide com a qualidade das questões que se formulam. Típica dos erros de óptica frequentemente cometidos (ou dessas más questões), que impedem avançar na descoberta, é a ilusão que consiste em ver tudo em função do fim, como se tudo estivesse de antemão condenado ao fracasso e ao desmoronamento – ora a RDA durou mais de quarenta anos –, considerando a permanência do regime dos primórdios até o fim – ao passo que convém, ao contrário, interrogar-se acerca de possíveis rupturas/etapas na evolução interna (considerar os quarenta anos como um todo significa tomar ao pé da letra a ficção de permanência, permanentemente recriada pelo regime), ou essa outra ilusão que seria a de acreditar que a realidade social e cultural da RDA correspondia à

imagem que o regime queria dar – ao passo que convém, ao contrário, recuperar sua complexidade, suas contradições, suas discordâncias.

A terceira exigência consiste em ressaltar que as fontes não dizem tudo, não podem dizer tudo – mesmo quando as lemos escrupulosamente e formulamos as perguntas certas. Num sistema em que controles e vigilância são fortes e múltiplos, todos aqueles que estão distantes com relação à linguagem oficial e às normas do Estado evitam expressar-se publicamente, só deixam poucas fontes escritas (são numerosos os testemunhos nesse sentido de dissidentes, mas também de pastores protestantes) ou mascaram sua diferença sob as aparências da conformidade. Não esqueçamos, enfim, que toda uma série de processos essenciais à compreensão da história real da RDA foram tão discretos no seu desenrolar (condição de seu sucesso posterior), tão subterrâneos, que o aparelho policial, por desenvolvido e curioso que tenha sido, não os percebeu. Quando e como se deu o desligamento emocional de numerosos habitantes (finalmente majoritários) da RDA, a passagem da adesão (total ou parcial) à submissão resignada, depois à simples aparência de lealdade? Quando e como esse distanciamento secreto transformou-se em distanciamento ofensivo, indo dar na afirmação da dúvida, o fim do medo e da submissão? Por que, afinal, o aparelho de controle e de vigilância nada viu? Como entender que, como dizia Clemenceau de Poincaré, esse aparelho tenha sabido de tudo e nada entendido? Tantas perguntas essenciais, e sobre as quais o historiador tem o dever de constituir sua documentação – tendo para isso o recurso não somente às fontes escritas, mas às fontes orais (*oral history*).

A quarta exigência é finalmente uma exigência ética, requerendo do pesquisador que seja particularmente escrupuloso e prudente, e que seja guiado por uma concepção rigorosa da verdade histórica. Essa exigência de verdade é tanto mais imperativa quanto os riscos midiáticos, emocionais e políticos do questionamento acerca do passado próximo mantêm-se fortes, e os regimes defuntos, dos quais se deseja justamente manter distância, faziam uso abundante da reescritura ideológica da história e da manipulação do passado. Num tal contexto, não se pode, não se deve não cuidar do que se diz, e as dimensões éticas do trabalho do historiador tornam-se particularmente imperativas. Pois a história que se trata de escrever ou de reescrever é, em muitos casos, a história de homens e mulheres que sofreram, que foram feridos, que estão marcados para sempre e que reclamam por justiça.

O imprevisto e o contingente?

Para além enfim desse retorno às exigências primeiras do ofício, surgem dois questionamentos profundos, um próprio dos alemães, o outro de alcance mais geral, que levam a pensar que os questionamentos ocorridos atualmente são mais do que simples ajustes.

O primeiro diz respeito ao lugar que se concede à história da RDA na história da Alemanha. Esses quarenta anos de história efetivamente não são unicamente uma história por escrever (ou por reescrever), mas também desafio de memória e uma memória por assumir – pelos alemães do Leste e também pelos do Oeste. Trata-se de um desafio que condiciona o sucesso da unificação alemã e cuja importância nunca é demais acen-tuar, pois o que está em jogo, finalmente, é a integração do passado da RDA – em todas as suas dimensões – como parte constitutiva do passado alemão – sem que por isso sejam questionadas as aquisições da RFA e de sua nova relação com o passado e com a história (enraizamento europeu e ocidental, conversão democrática, rejeição do nacionalismo etc.).

A segunda questão consiste em saber como pensar o imprevisto e reintroduzir a contingência na escrita histórica. O ano de 1989 foi efetivamente uma surpresa total, que ninguém havia previsto – e o que vem acontecendo desde então continua a frustrar os roteiros previsíveis. Essa constatação é sem dúvida alentadora – ainda que seja na medida em que anula as teses sobre o “fim da história” invocadas durante algum tempo. Mas é preciso não se deixar enganar quanto às suas implicações profundas e quanto ao fato de que tal constatação repõe em questão algumas das legitimidades sobre as quais estava estabelecido o trabalho dos historiadores: ela não somente confirma a incapacidade da história de prolongar-se em perspectiva, mas ainda revela a precariedade de nossos saberes, os limites, a fragilidade e o caráter profundamente relativo e determinado de nossas reconstruções – ainda que seja evidenciando mais ainda a docilidade da história, a quem se pode pedir que explique tudo, e que se deixa tão facilmente instrumentalizar pelos poderes vigentes. Todo historiador que trabalha com a RDA vê-se confrontado em um momento qualquer com a questão da cegueira da disciplina: timidamente colocada depois de 1989, a questão de saber porque os especialistas da RDA criaram tantas ilusões a seu respeito enquanto ela ainda vivia é uma questão que está longe de ter sido resolvida e para a qual seria conveniente que historiadores, cientistas políticos e pesquisadores de ciências sociais pensassem com a mesma

exigência autocrítica que os jornalistas começaram a fazê-lo depois do Camboja ou Timisoara. Mas a questão não se resume a isso. Muito do que aconteceu antes e depois de 1989 era efetivamente imprevisível e surpreendente, novo e em ruptura – lembrando-nos que a história é também feita de surgimentos e inovações, de acasos e de contingência, de liberdade e de espontaneidade. A verdadeira questão que se formula desde então é saber como considerar em sua justa medida a dimensão do imprevisto, da surpresa e do acaso na história, como repensar essa última nas suas dimensões de abertura e de contingência, como, por conseguinte, modificar nossos modos de apresentação e de escrita do passado.

Muito longe de proporcionar resposta para tudo, a abertura dos arquivos vai dar, ao contrário, num chamado ao trabalho, à exigência metodológica e ética, à modéstia, à humildade, ao questionamento das certezas adquiridas. Em 1989, não foi somente o muro de Berlim que caiu, mas também -- começamos apenas a nos dar conta -- uma certa maneira de pensar, de fazer e de escrever a história.

A Erudição Transfigurada

OLIVIER GUYOTJEANNIN

Durante muito tempo, a erudição mantinha relações ambíguas com a história. A diplomática, a paleografia ou a heráldica ainda eram, quando muito, ciências "auxiliares", enquanto já participavam no mesmo plano da renovação dos suportes históricos mais atuais.

A erudição muitas vezes é mal julgada. Sem ir além do *Trésor de la Langue Française* [O tesouro da língua francesa], onde se lê indirectamente o ideal do "mais preocupado com cultura do que com erudição" (Anatole France) e, positivamente, a desesperadora aridez intelectual do pesquisador perdido em "poeriosos trabalhos de erudição" (Simone de Beauvoir). Na melhor das hipóteses trabalho gratuito, "liberal", a erudição serviria apenas para proporcionar prazer a quem a pratica. E, no entanto, ela aparece de ponta a ponta no livro-mestre de Blandine Barret-Kriegel sobre a pesquisa histórica nos séculos XVII e XVIII¹. Não ver nisso senão a última moda, capaz de misturar um indício de recuo e uma pitada de pós-modernismo, seria fácil demais. Pois a erudição e as disciplinas "auxiliares" da história, às quais ela freqüentemente se encontra associada, voltaram de modo inflexível, tanto ou quanto explicitamente, em numerosos trabalhos históricos: não exatamente na prática, que nunca as deixara de lado, mas no discurso, que as reivindicou, às vezes com ostentação. O período medieval, em que vamos nos deter mais particularmente aqui, manifestou-o ainda melhor pelo fato de suas fontes estarem inicialmente bastante difíceis e dispersas para que viessem a necessitar de um destacado "aparato erudito", e bastante numerosas a ponto de deixarem um vasto campo livre para o trabalho do historiador. A heráldica, a sigilografia, ou disciplinas mais austeras como a paleografia e a diplomática, vieram, pois, não mais alimentar "querelas de eruditos", mas contribuir para a reflexão sobre as sociedades medievais.

Os gafanhotos do Senhor Jassemín

"Quantas montanhas dialéticas serão necessárias para elevar os espíritos, um dia, à noção de que, em história, é o 'fato' que vem a ser a planta rara, raríssima, e por demais preciosa: quanto às 'idéias', estas chovem, formigam, devoram a verdade que se esforçava por crescer. Quem nos livrará dessa praga de gafanhotos?" Na sua infeliz resposta a um pesado ataque de Lucien Febvre², Henri Jassemín, autor de uma história da Câmara das contas parisienses na Idade Média, replicou dando de certa forma o testamento espiritual de um positivismo declinante. A aposta ultrapassa o âmbito de uma obra que se tornou, involuntariamente, e em parte, pelo menos, bastante injustamente, emblemática dos limites de uma história estrita das instituições. Através de simplificações e torções sucessivas, o debate sobre o modo de estudar uma instituição transformou-se em ponto de atrito entre erudição da crítica e crítica da erudição. Mas erudição, crítica e ciências auxiliares mantêm entre si relações mais complexas do que pode parecer à primeira vista.

A erudição histórica é, numa larga escala, uma criação dos grandes arqueólogos do século XVII, descobridores polivalentes, ao mesmo tempo que pesquisadores insaciáveis, vivendo em perfeita simbiose com a sociedade política e as grandes aventuras intelectuais de seu século – simbiose talvez mais profunda, e em todo caso mais feliz, do que a do positivismo com a ciência experimental; o método cartesiano, o processo classificatório de que as ciências da vida iriam também aproveitar fornecem referências essenciais a seu trabalho. Mabillon, que estabeleceu os fundamentos da diplomática (1681); de Cange, os da lexicografia do latim medieval (1678), para não citar mais do que dois exemplos, não oferecem apenas instrumentos de trabalho ou conselhos. Herdeiros de um século XVI que instituiu como dogma o corte com o passado, contemporâneos de uma nação e de uma monarquia recém-criadas, eles fornecem terra firme para o historiador, elaborando procedimentos tidos hoje em dia como refinados, mas sempre funcionais, de investigação e de validação dos "vestígios" monumentais/documentais.

O segundo período importante instala-se dois séculos mais tarde, quando a história pretende ser ciência. Para sentir o que se passava então, basta abrir o livro em que, em 1896, Henri d'Arbois de Jubainville expõe uma série de observações polêmicas – mais do que um verdadeiro

tratado – sobre a história dos retóricos, que contrapõe à história científica. O título corresponde a um programa: *Duas maneiras de escrever a história*, ao passo que o subtítulo restringe o campo (*Crítica de Bossuet, de Augustin Thierry e de Fustel de Coulanges*). Mesmo se o autor se perde um pouco no caminho, ele declara, no prefácio, buscar uma "explicação para o fenômeno psicológico" por meio do qual um espírito brilhante poderia passar ao largo das aquisições da crítica (e da erudição), como uma constatação clínica que pode ter sido formulada *cum grano salis*: "Cheguei à conclusão de que as leis que regem a inteligência de um historiador filósofo, e aquelas a que a inteligência de um erudito obedece podem ser às vezes bastante diferentes, e que pôr os dois de acordo é tarefa que apresenta, pelo menos em certos casos, dificuldades quase insuperáveis". Essa nova legitimidade baseia-se em grande parte na crítica. Começando a praticar em larga escala a pilhagem intelectual que não deixariam mais de lado, os historiadores importam tudo o que podem e que diz respeito a métodos e conceitos; método alemão, filologia, de preferência, já então constituída em ciência. Para perceber isso basta reler o plano da *Introduction aux études historiques* [Introdução aos estudos históricos], de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos (1898), que, sinal dos tempos, acaba justamente de ser reeditada³ e que descreve e prescreve sucessivamente a crítica da restituição, a crítica da proveniência, a classificação crítica das fontes, a crítica da erudição, a crítica da interpretação, a crítica interna negativa da sinceridade e da exatidão, todas operações de análise instalando-se antes da determinação dos fatos particulares e as operações de síntese. Mas por engrandecerem demais a "crítica", conferem-lhe uma posição ambígua. Palavra-mestra, espinha dorsal do método, a crítica se encontra em toda parte, por demais presente para que não termine por acantonar-se, em suas ambições, contra a corrente.

Para a crítica são fornecidas armas pelas "ciências auxiliares". Langlois e Seignobos ainda se acreditam obrigados a pôr a expressão entre parêntesis e declaram mesmo que não a empregam sem alguma reserva, mas preferem-na, no entanto, a "ciências satélites" ou "ciências ancilares". Pois, na expressão, não é a palavra "auxiliar" que os incomoda, mas, a "ciência": estatuto científico que não reconhecem àquela filologia, que arregimentam com a tranqüila audácia do parisiense suficientemente distante de Heidelberg e Leipzig. Técnicas auxiliares, amores ancilares culpados, o essencial para eles é dispor na história-

ciência-mestra, pedras bem talhadas, conforme o modelo da servidão medieval. Alcançaram demasiada repercussão, e, para considerar um só exemplo, é suficiente ver de que modo, no *Manual de diplomatique* [Manual de diplomática] (1894) de Arthur Giry, brilhantes intuições, que se desenvolvem ainda hoje, sobre uma diplomática comparativa aberta aos temas ideológicos e à circulação dos modelos entre chancelarias, são a cada página contidas pelas exigências de uma profissão positivista, quase monacal sobre o modelo beneditino.

Auxiliar do positivismo triunfante, a erudição crítica não iria tão cedo ser salva da pesada servidão pelo declínio deste. Muito pelo contrário, recebeu os golpes que lhe eram destinados por sua excessiva identificação a ele. Continuavam existindo duas maneiras de se escrever a história; a legitimidade do empreendimento e dos métodos críticos encontrando-se efetivamente confirmada, o homem por abater não era mais o historiador-retórico, ainda que ele continuasse a brilhar, mas agora fora da corporação; o erudito limitado tornava-se o modelo da outra (má) maneira de escrever a história. A representação esquemática tinha e ainda tem vida difícil, enquanto que os trabalhos históricos, alimentados pelas grandes pesquisas monográficas, prevalecendo-se de uma cientificidade ainda maior, viam tornar-se pesado o aparato erudito. O debate encobriu, no entanto, uma evolução mais secreta, e de um alcance bem diferente, a do próprio estatuto do documento, e não o artesanato-historiador.

A revolução documental

E se trata, de fato, de uma verdadeira “revolução documental”, se nos permitirmos retomar a expressão de Jacques Le Goff⁴, revolução tranqüila e profunda, que prolongou as conquistas históricas do século XX. Essa revolução faz-se em duas direções. Primeiramente, ao credo positivista implícito da equivalência entre documento e questão (formular a questão, saber encontrar os documentos que respondem a ela), sucedeu a era da polivalência: em um primeiro momento, com uma prodigiosa bulimia intelectual, mostrou-se que não apenas as questões se desdobram até o infinito, mas também que vários tipos de documentos podiam responder a uma questão do historiador: documentos diversificados encontrados no caminho, mas também documentos que ele próprio constituía (a forma dos campos lida no cadastro moderno por Marc Bloch, historiador dos campos⁵), e que vieram exigir novas competências do historiador. Posição inversa mas conseqüente, um mesmo

documento vinha responder a um número diverso e em todo caso, insuspeitado, de questões.

O documento tornava-se instável, mesmo se seu estatuto permanecia privilegiado. Uma outra etapa devia ser vencida quando se deitou por terra um outro credo positivista, relacionado ao estatuto do verdadeiro e do falso. Confrontado ao letrado que mente, o documento de arquivos parecera, por muito tempo, possuir um valor intrínseco mínimo (funcional, é árido; repetitivo, está sobrecarregado de fórmulas), mas garantia um testemunho mais seguro (o autor não se representa para a posteridade). Uma vez afastada a suspeita de falsidade, ele caía bem, no caso de dizê-lo bem. E era o caso de se confundir autenticidade e sinceridade. E também, de se deixar de lado o essencial: ele próprio produto da história, o mais modesto pergaminho rabiscado pelo mais simples dos copistas também é uma representação, a conjunção de uma necessidade de escrito e de normas de escrita. Nova dificuldade, portanto, no caminho do historiador. Nova riqueza também. Charles-Victor Langlois, confrontado aos textos literários, observara que de fato a “mentira” estava em toda parte. Mas o que se tornara uma aporia (“todas as testemunhas mentem”) abria um novo caminho (“a mentira das testemunhas é reveladora”): ao deslocar-se, o estatuto da “mentira” deslocava também a direção da pesquisa. No sentido estrito, o “falso” tornava-se objeto de história, como revelador acerca do falsário, e não foi por acaso que os estudos sobre a falsificação de documentos ganharam novo impulso⁶. Mas para além das falsificações, o historiador era incitado a uma “desmontagem” do documento (J. Le Goff). A crítica, em seu sentido etimológico de olhar, um olhar fértil em questionamento, reencontrava seu lugar. Relativizando, no sentido forte do termo, as fontes, essa evolução pôde levar ao niilismo e ganhar o “sentido deletério” que Lucien Febvre recriminava na erudição ininteligente: mas não é porque um documento mente que se pode fazê-lo dizer qualquer coisa. Mais amplamente ainda do que uma decifração, trata-se da própria forma do documento – procedimentos de composição, normas de apresentação, formulário – que, por sua vez, tornou-se objeto de história. Desse modo, o historiador conquistou um novo território em que, para ser preciso, o centro encontra-se em toda parte e a circunferência, em parte alguma, na proporção do que está em jogo: a reapropriação, ao mesmo tempo global e lúcida, da fonte, e isso no âmbito de uma “história total”, de preferência a “global”, de que, entre os medievistas, Jacques Le Goff e Pierre Toubert tornaram-se os defensores em 1977.

A honra recuperada das ciências auxiliares

Essa dupla evolução, do estatuto das fontes e do olhar lançado sobre elas, permitiu celebrar novas núpcias entre história e ciências auxiliares, a primeira descobrindo um novo objeto, as segundas vivificadas, vindo abater-se sobre elas um alimento conceitual e não uma praga de gafanhotos.

Os documentos de arquivos, em seu duplo estatuto de escritos e de títulos, são sem dúvida aqueles que resistiram por mais tempo, tanto assim que, desde os anos 1950-1960, as operações estatísticas e a magia informática até poderiam dar uma ilusão de cientificidade beneficiadas pelos resultados de sua seriação. No entanto, a etapa foi importante por ter servido, melhor do que a história positivista (que já preservava rasgar o invólucro das fórmulas para extrair o metal precioso do "fato"), para desmontar o documento, romper, portanto, com o respeito (com a preguiça) de seu leitor. Mas, no que concerne a certas irregularidades, ela contribuiu para alçar ao nível de dado, objetivo e intangível, as informações "retiradas" do documento. A arquivística e a diplomática interêm aqui. Louis Stouff deu uma bela ilustração disso no caso arlesiano, para demonstrar até que ponto as pretensas evoluções desviadas das séries poderiam estar desnaturadas pelo estado da documentação, ela própria reflexo de vicissitudes posteriores (destruições cegas) ou de uma organização socioprofissional (métodos e divisão do trabalho no próprio cartório, relação com os clientes): semelhante evolução, pode, desse modo, limitar-se à simples passagem, na pseudo-"série" estatística, do registro detalhado de um tabelião a outro⁷.

Mas há também um aspecto qualitativo. Aqui ainda refreada pelo positivismo, a diplomática manteve, sem desenvolvê-la, toda a riqueza das atas para o estudo da expressão de temas ideológicos fortes nos preâmbulos dos documentos, eclisologia no século XI ou concepção do poder real na baixa Idade Média, ao mesmo tempo que presentia a dificuldade desse estudo: sua defesa e ilustração viria em 1957, por intermédio de um diplomata e historiador austríaco, Heinrich Fichtenau. Mais tarde e mais dificilmente ainda é o próprio estatuto do ato escrito que pôde tornar-se objeto de pesquisa, como Dominique Barthélemy o demonstrou no que concerne aos habitantes de Vendôme (Loir-et-Cher) da Idade Média central⁸. E para retomar o exemplo cartorial, os estudos diplomáticos abundantes realizados na Itália sobre uma produção cartorial inigualável pela sua quantidade e sua precocidade permitem balizar a evolução das formas,

através de uma cronologia fina (aqui complicada, e nisso reside a dificuldade, por uma variedade particularista das experiências); permitem igualmente ver que, em 1050, não se redige um ato de venda como em 1120, nem como em 1180, e perguntar por quê. De um período a outro, no complexo entrecruzamento das gramaturas dos documentos e da pressão das necessidades (até mesmo da influência do tabelião, personagem cultural de relevo, sobre seus contemporâneos), o diplomata põe assim, ao serviço do historiador, observações permitindo-lhe explorar as informações (opção positivista); mas elabora também um material histórico, em que a evolução das formas do documento torna-se um documento, revelador, no primeiro caso, da explosão dos intercâmbios e do numerário, no outro, do "renascimento" do direito romano com o que este acarreta (e legítima) de mudança do poder. E no mesmo tempo, longe de acumular os conhecimentos, esses foram desfeitos. O ato cartorial permite conhecer um pouco pior (ou simplesmente um pouco menos) o testador ou o proprietário do que se acreditava, mas conhece-se melhor o tabelião.

A paleografia deixou mais cedo de ser um catálogo de abreviações e de formas permitindo o deciframento e a datação das escrituras⁹. Uma revolução foi tranquilamente realizada, há muitas décadas, quando a escrita na sua materialidade não foi mais concebida como um conjunto de sinais justapostos, mas como o produto de uma dinâmica, o correr da pena determinando o *ductus* da escrita. Era um meio notável de leitura e de ensino das escritas difíceis (baixa Antiguidade, época moderna), mas também um questionamento da concepção das evoluções gráficas, portanto também, a mais longo prazo, do próprio estatuto da escrita. A pesquisa estava também melhor aparelhada para atacar a questão dos ateliês de escrita como manuscritos "pessoais" (autógrafos de autores), em que suas curiosidades foram alimentar as da codicologia. Emanação da paleografia no que concerne ao estudo do suporte mais do que a escrita propriamente dita, a disciplina nasceu toda aparelhada com novas curiosidades. Pesquisas pioneiras, realizadas, como para a paleografia, nos anos 1930, já haviam estudado os modos de produção do livro universitário: a observação de modestos vestígios, gráficos ou materiais, nos manuscritos conservados, permitia compreender como as autoridades universitárias tinham reagido diante de duas necessidades contraditórias: o controle dos textos copiados e sua reprodução manuscrita em larga escala para um público numeroso. Muito rapidamente, a

codicologia respondeu à estimulação da história material do livro impresso, multiplicando os estudos de ateliês de cópia e de bibliotecas. Aperfeiçoamento da arte, já medieval, da catalografia dos livros, a codicologia voltou-se resolutamente para a história cultural. Não se trata mais, em ligação com uma história de arte concebida como uma história das obras-primas, de estabelecer o mapa dos “grandes centros” de escrita e de estampa, nem de estabelecer sua filiação. Não se trata mais, ou não somente, de fazer, em ligação com a “história das obras e das idéias”, o inventário dos manuscritos de obras literárias e doutrinárias. O quantitativo serviu para o estudo da difusão e da circulação dos manuscritos; o qualitativo mais refinado, perseguindo o menor signo, permitiu compreender melhor as atitudes do possuidor de livros.

Fantasia de colecionador ou passatempo nobiliário nostálgico, a heráldica não é mais absolutamente a auxiliar que permite descobrir o possuidor de um manuscrito ou o comanditário de um vitral. O brasão é um “monumento” acerca do qual progressivamente se percebeu todo o peso simbólico. Sua língua, seu lugar nas manifestações do parecer foram portanto intimamente penetradas. Vivificada pelas questões da antropologia histórica (em particular a história das estruturas familiares) e da história cultural (semântica, percepção da cor, de que Michel Pastoureau faz a exploração que se conhece¹⁰), a “ciência do brasão” se constituiu desse modo não mais como adjunta ocasional da crítica, mas como uma disciplina, autônoma, pois ela também trabalhava e renovava um *corpus* documental sobre a base de métodos específicos.

Auxiliares ou fundamentais?

Os cortes, sabe-se, não estão sempre onde se acredita. Lucien Febvre via ainda em Mabillon um grande “provedor de matéria-prima histórica”: uma fórmula bem no espírito de Charles Seignobos, no que esta pressupunha, quando não um procedimento em dois tempos (o documento, depois a construção), pelo menos uma repartição de papéis e das intervenções (um erudito e um historiador). Por conta disso, entende-se de fato que alguns se percam pelo caminho, ou não possam subir muito alto: prazeres refinados da erudição, dando voltas, psicologicamente valorizantes, por natureza incomunicáveis. Ou que outros queimem etapas. Que os terceiros, enfim, sigam com muito esforço todo o caminho. Compreende-se também que se pense freqüentemente, e sobretudo na França, que uma edição de textos não é um trabalho

histórico. Nesse estado de coisas, muitas vezes deplorável quanto aos resultados, as responsabilidades, é verdade, são bem divididas entre os que desprezam e os preguiçosos.

Menos supletivas do que esclarecedoras, as ciências auxiliares justapõem, por um lado *corpus* de dados e de técnicas de análises, por outro, observações propícias a alimentar a reflexão sobre o estatuto da fonte no meio produtor e debaixo do olhar do historiador¹¹. Muito conhecido pela arqueologia, onde suscitou virulentas polêmicas, o problema de seu estatuto face à disciplina histórica no seu conjunto pôde parecer regulado por uma nova importação terminológica alemã: as “ciências auxiliares” (*Hilfswissenschaften*, o que já fica melhor) seriam de preferência “ciências fundamentais” (*Grundwissenschaften*), com um campo específico tão evidente quanto seus métodos eram bem experimentados. A filologia, a numismática, a epigrafia mostravam o caminho. Mas seria suscitar um novo risco de corte, provindo do refinamento e da tecnicidade de algumas das pesquisas comprometidas. Pois se o consenso faz-se em cima das aquisições, na verdade muito parciais e marcantes, existe sempre, em sentido inverso, um possível retorno do recalcado, em que o especialista se entrancheia numa cientificidade hermética. Situação em que se encontram, de resto, disciplinas irmãs, como a história da liturgia ou a história do direito que retornam, elas também, de modo acentuado ao próprio cerne da história medieval. Situação enfim que coexiste com um inquietante balanço: jamais tão bem reconhecidas, as “auxiliares” nunca foram tão pouco ensinadas. A hora sem dúvida não é para produção de uma nova *História e seus métodos*, menos ainda para uma nova *Introdução aos estudos históricos*: os historiadores franceses parecem preferir a interiorização dos preceitos de base¹². A profusão das pesquisas e a explosão do campo documental tornam tanto mais urgente a repartição das experiências.

Pouco importa afinal o destino que a língua reservará à palavra “erudição”. Há um, sem dúvida, que mereceria um melhor destino: o de crítica, se quisermos entendê-lo em sentido mais amplo. O exame crítico dos poucos vestígios que conseguiram subsistir das sociedades passadas, como palavras gélidas que é preciso esquentar, a maior parte conservados porque estavam melhor preparados, outros, pelo mais puro acaso, esse exame permite, portanto, sentir um pouco menos mal, um pouco menos friamente o homem per detrás de seus vestígios, e isto não é o essencial?

Notas

- ¹ B. Barret-Kriegel, *Les Historiens et la Monarchie*, v. II, *La Défaite de l'érudition*, Paris, PUF, 1988.
- ² *Annales d'Histoire économique et sociale*, março e julho, 1934.
- ³ C.V. Langlois, C. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, 1898, reimpressão com um prefácio de M. Rebérioux, Paris, Kimé, 1992.
- ⁴ J. Le Goff, "Documento/monumento", in *Enciclopédia Einaudi*, t. v. Turim, 1978, pp. 38-48.
- ⁵ M. Bloch, *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris-Oslo, 1931; reedição, Paris, Colin, 1988.
- ⁶ A. Grafton, *Faussaires et critiques. Créativité et duplicité chez les érudits occidentaux*, Paris, Les Belles Lettres, 1993 (edição original, Princeton, 1990).
- ⁷ L. Stouff, "Les registres de notaires d'Arles (début XIV^e siècle - 1460): quelques problèmes posés par l'utilisation des archives notariales", *Provence historique*, XXV, 1975, pp. 305-324.
- ⁸ D. Barthélemy, *La Société dans le comté de Vendôme; de l'an mille au XIV^e siècle*, Paris, Fayard, 1993.
- ⁹ Baseio-me aqui na análise de D. Muzerelle, "Un siècle de paléographie latine en France", in *Un secolo di paleografia e diplomazia* (1887-1986), Roma, 1988, pp. 131-158.
- ¹⁰ M. Pastoureau, *Traité d'héraldique*, 3. ed., Paris, Picard, 1993.
- ¹¹ Para um último balanço, ver o relatório coletivo "Sciences auxiliaires de l'histoire médiévale", in *L'Histoire médiévale en France: bilan et perspectives*, textos reunidos por M. Balard, Paris, Le Seuil, 1991, pp. 471-499.
- ¹² Ver particularmente F. Furet, *L'Atelier de l'histoire*, Paris, Flammarion, 1982: sobre as diferenças de abordagem em numerosos outros países europeus, pode-se tomar como exemplo o recente manual universitário de J. Pycke, *La Critique historique*, Louvain-la Neuve, 1992.

QUATRO

A Ascese do Texto ou
o Retorno às Fontes

JEAN-LOUIS GAULIN

O trabalho de publicação das fontes é um dos mais tradicionais em história medieval. Mas, por essa razão, seria preciso abandonar as edições críticas dos textos como os historiadores franceses parecem decididos a fazer (diferentemente de seus colegas alemães)? A insuficiência quantitativa e qualitativa das fontes publicadas constitui na realidade um freio à renovação das problemáticas. Devido ao poder das técnicas informáticas, a história cultural dos textos medievais, que daqui para frente leva em conta o conjunto das variantes, ganha uma nova significação, e as bases de dados documentais oferecem ferramentas maleáveis e infinitamente mais atuantes para responder às múltiplas interrogações dos historiadores.

A edição crítica dos textos e documentos da história da Idade Média continua sendo, há muitas décadas, o parente pobre de uma disciplina em outros aspectos muito dinâmica¹. As dificuldades próprias ao estabelecimento e à impressão das fontes escritas são aparentemente suficientes para explicar essa situação. Publicar coletâneas de títulos, testamentos ou tratados jurídicos exige competências específicas e muita paciência da parte dos pesquisadores. É preciso também que estes possam contar com instituições capazes de financiar as custosas publicações e prever a sua programação no longo prazo. Mas tal esforço, ao mesmo tempo individual e coletivo, ainda teria sentido hoje em dia? Os historiadores da alta Idade Média – que se deve aqui estender até o final do século XII – podem, efetivamente, apoiar-se na massa dos textos e dos documentos já publicados. Sua tarefa principal não é evidentemente de completar esse *corpus* de fontes legado pelos eruditos dos séculos passados, e sim submetê-lo a novas interrogações, e renovar a sua interpretação. As pesquisas referentes ao fim da Idade Média apóiam-se numa outra ordem

documental, muito próxima desta que o historiador dos tempos modernos faz uso. A investigação histórica, conduzida nos depósitos dos arquivos, desenterra uma massa de documentos cada vez maior, do século XIII ao XVI. Esses múltiplos documentos inéditos, suscetíveis de tratamentos em série, não podem evidentemente ser objeto de publicação, a não ser na forma de “trechos selecionados”.

A questão das fontes e de sua publicação parece colocar-se hoje, no entanto, com uma acuidade nova. Na prática, assiste-se – há pouco tempo – à retomada de empresas antigas, assim como às iniciativas novas em matéria de edição de fontes, em língua original ou em tradução. De um ponto de vista técnico, a informática já modificou os procedimentos de estabelecimento dos textos, e mais radicalmente ainda a reprodução e a interrogação das fontes precedentemente publicadas (tratamento de texto, leituras ópticas, apresentação de um número significativo de obras em CD-ROM). Enfim, no estado de incerteza teórica característico das ciências históricas há vários anos, a publicação das fontes poderia constituir, com ou sem razão, um ponto de enraizamento, um valor-refúgio. Por todos esses motivos, parece oportuno redefinir o estatuto da publicação das fontes no seio da atividade dos historiadores da Idade Média. As páginas que se seguem não constituem de forma alguma, portanto, uma história da publicação das fontes documentais e narrativas. Após chamar atenção para as relações estabelecidas entre a interpretação das fontes e sua publicação, gostaríamos muito simplesmente de delinear os limites da situação atual e, depois, imaginar as formas e as finalidades que o esforço de publicação das fontes pode assumir hoje em dia.

Morta a rainha filologia

No século XIX, o desenvolvimento da história erudita dava-se lado a lado à publicação das fontes históricas. Os empreendimentos editoriais eram numerosos, dinâmicos e ambiciosos. Pela empresa alemã dos *Monumenta Germaniae Historica* (1826), trabalho pioneiro de edição crítica das fontes medievais, respondem desde 1834, sob o impulso do ministro e historiador Guizot, a “Coleção dos documentos inéditos sobre a história da França”, que está na origem do Comitê dos trabalhos históricos e científicos (CTHS). De 1844 a 1855, o abade Migne e seus colaboradores publicaram a *Patrologia latina*, ou seja, 221 volumes abrangendo um conjunto inigualável de textos eclesiásticos do fim da Antiguidade e da Idade Média. A sociedade dos textos antigos franceses

nascia em 1875; passados nove anos, a Escola Francesa de Roma lançava-se na publicação dos registros da chancelaria pontífice.

Essas poucas datas balizam a mola da história positivista elaborada no século XIX. Essa história baseava-se no dogma absoluto do documento – interpretado então no sentido mais estrito de texto – cuja crítica levada ao extremo deveria permitir que a autenticidade fosse garantida: “a sinceridade e a exatidão”, preliminares de toda e qualquer utilização. Na sua busca de verdade absoluta, semelhante história acharia na filologia uma aliada natural e tranquilizadora. Ciência nova, nascida na Alemanha, na primeira metade do século XIX, e introduzida na França por G. Paris, a filologia destacava-se por estabelecer a verdade de um texto a partir das diversas versões conservadas. A eliminação dos erros cometidos, voluntariamente ou não, por copistas descuidados ou malfazejos deveria permitir remontar, valendo-se de muita paciência crítica, até o texto original desejado por seu autor. No final do século, o manual de Langlois e Seignobos estabelecia logicamente a análise dos textos no cerne da aprendizagem do ofício do historiador². Para fazer história era preciso, primeiramente, estabelecer de modo crítico seus documentos. C. Langlois, aliás, praticara ele mesmo a publicação das fontes sendo responsável pelo primeiro volume da série dos *Documentos financeiros da Coleção dos historiadores da França*, promovida pela Academia das inscrições e belas-letas a partir de 1899.

Desde então, esse movimento propiciou inúmeros resultados e encontrou também dificuldades que não temos o propósito de retomar. É preciso em compensação insistir nos questionamentos de que foram alvo tanto a história erudita como a prática da publicação das fontes, primitivamente tão próximas uma da outra.

A primeira ruptura, de ordem historiográfica, foi provocada pelos fundadores das *Annales* no período compreendido entre as duas grandes guerras. A nova história forjou-se em parte contra o dogma das fontes escritas, ela se dizia “revogação do privilégio exclusivo do escrito, e a *fortiori*, do texto³” (K. Pomian). O historiador devia multiplicar e diversificar os objetos do passado suscetíveis de iluminar suas pesquisas. Foi então, por exemplo, que, segundo uma perspectiva inaugurada pelo próprio March Bloch, a história do campo deixou de confundir-se com uma história da condição jurídica dos homens e das instituições senhoriais. Inscrita no longo prazo, aberta ao comparativismo, atenta à contribuição da geografia e da sociologia, a história rural deveria também diversificar suas fontes: interpretar não mais unicamente textos, mas também

ferramentas agrícolas e objetos conservados nos museus, ou então ainda, títulos, mapas, cadastros e imagens⁴. O investimento desses novos e apaixonantes territórios históricos, que completam e fazem concorrência à história baseada na documentação escrita, explica em parte o desinteresse relativo que pôde conhecer desde então – e especialmente na França – a publicação das fontes escritas. Sem dúvida esse era o preço a pagar pela renovação das ciências históricas. Acrescentemos de todo modo que os herdeiros de M. Bloch esqueceram talvez muito depressa que este não se recusou a editar uma *Vida*, inédito de Édouard, o Confessor, como trabalho preparatório aos *Reis taumaturgos*, esse livro não tendo equivalente na historiografia francesa⁵.

Num segundo tempo, as inovações realizadas pelos técnicos da edição dos textos explicam – de modo aparentemente paradoxal – os resultados quantitativamente modestos da edição de fontes medievais. A paleografia e a codicologia realizaram efetivamente imensos progressos: estudo das tintas, das mãos, do pergaminho ou do papel, da paginação, da encadernação, dos sistemas de referências (indicação dos cadernos, dos capítulos, dos quadros e índices). Elas deixaram de ser técnicas auxiliares e constituíram-se como ciências autônomas, dispondo de sólidas instituições (*École des Chartes*, *École pratique des hautes études*, *Institut de recherche et d'histoire des textes*) e de revistas especializadas (*Scriptorium*, *Revue d'histoire des textes*). Essas disciplinas trazendo novas exigências fazem da edição de textos um exercício mais árduo do que nunca, a que o historiador se dedica com inquietação e risco. Mais rigorosa, a edição dos textos antigos tornou-se também mais ambiciosa. Não se trata mais de apenas publicar testemunhos do passado (em um ritmo moderado em razão das exigências crescentes), mas também de elaborar uma verdadeira história das fontes manuscritas, de sua produção e conservação. O estudo das escritas e de seus suportes veio dar logicamente, desse modo, numa história material do livro medieval.

Outros fatores contribuem para explicar o esgotamento do filão das edições críticas. Pensemos, especialmente, no lento declínio do ensino em latim, língua cujo conhecimento continua sendo indispensável ao medievalista⁶. Tendo deixado de ser uma língua de civilização veiculada pelo ensino secundário, nem por isso o latim tornou-se uma especialidade cuja aprendizagem – eficazmente organizada pelas universidades segundo o modelo das línguas raras – poderia permitir aos estudantes voluntários adquirirem a base que freqüentemente lhes falta

quando eles ascendem ao estágio da pesquisa. É tanto mais difícil ensinar as técnicas de análise das fontes em documentos traduzidos e reelaborados, isto é, já interpretados.

Declínio relativo do primado das fontes escritas, progresso e especialização das disciplinas que concorrem para a publicação de documentos, preparação técnica insuficiente dos aprendizes historiadores, essas são as principais razões das dificuldades atuais da edição de textos.

Constata-se então, sem surpresa, que a renovação das problemáticas não é mais seguida pelos progressos no domínio das publicações de fontes. É lamentável, por exemplo, que as muito recentes pesquisas realizadas em história urbana há duas décadas não tenham descoberto um *corpus* significativo de fontes impressas. Mais acentuada na França do que em outros lugares – a obstinação e o vigor da edição alemã suscitam há muito tempo a admiração e a inveja do historiador francês –, essa situação que privilegia o comentário em detrimento da renovação da documentação condiciona um retorno à pesquisa histórica.

Não nos deteremos no fato de que mesmo nos primeiros séculos da Idade Média – pobres em documentos e proporcionalmente melhor cobertos pela publicação de fontes – um crescimento do *corpus* das fontes disponíveis ainda é possível. A invenção de novos testemunhos escritos é um acontecimento e diz respeito freqüentemente aos textos e documentos chegados até nós em más condições de conservação. A exploração de tais descobertas, apesar disso, é importante. Foi desse modo, por exemplo, que a descoberta e a edição de documentos contábeis do século VII provindo da abadia Saint-Martin de Tours melhorou nosso conhecimento da economia rural do começo da Idade Média⁷.

A insuficiência quantitativa e qualitativa das fontes publicadas tende a tornar-se um freio à exploração de certos domínios da história. Os esforços consagrados ao livro manuscrito fornecem uma ilustração disso. Devendo sua problemática a uma cultura renovada de vinte anos para cá pelos historiadores do livro impresso⁸, os especialistas em manuscritos medievais tentam reconstituir as condições de produção, de circulação e de consulta do livro manuscrito. Múltiplas listas de livros, estabelecidas por ocasião de empréstimos ou de vendas, assim como catálogos estabelecidos pelos bibliotecários ou possuidores medievais, foram conservados; ora, para essa fonte fundamental, só dispomos atualmente na França – diferentemente dos pesquisadores alemães, austríacos e ingleses, e salvo exceções significativas, como a biblioteca da abadia

de Clairvaux – de edições muito dispersas, incompletas e muitas vezes envelhecidas. Essa lacuna torna muito difíceis as pesquisas que têm por objeto as coleções antigas de livros, limita o cotejo dos manuscritos subsistentes e menções antigas, e, definitivamente, cria obstáculo para a compreensão da cultura medieval.

A inadequação das fontes impressas às questões que os historiadores gostariam de dirigir-lhes é cada vez mais manifesta. Sabe-se das fragilidades das edições realizadas no século XIX e no começo do século XX: tendência a unificar o conteúdo de um manuscrito em lugar de acentuar os diferentes extratos de composição, redução da cópia aliviada de fórmulas julgadas secundárias, respeito desigual da ordem original, da paginação e dos títulos, recomposição artificial de coletâneas nunca tendo existido sob a forma produzida pelo editor. Uma recente reflexão consagrada aos cartulários permitiu determinar as distorções que existem entre as edições antigas e as problemáticas atuais. Coletâneas de títulos atestando as propriedades de uma pessoa ou de uma instituição, esses cartulários foram durante muito tempo utilizados como reservatórios de informações brutas. Estão daqui pra frente incluídos e analisados como produtos culturais, cuja confecção é tão importante quanto o conteúdo. Se não for possível ter em vista reedições de cartulários (existem ainda inéditos), estudos pontuais rejuvenescem as edições antigas e tornam sua utilização mais confiável⁹.

É lícito enfim perguntar-se se, colocado diante de uma documentação cujo essencial está publicado há muito tempo, e que poder-se-ia classificar de “dormente”, o historiador não corre o risco da sobreinterpretação. Desse ponto de vista, a reedição de fontes antigas por meio de procedimentos novos e muito cômodos (CD-ROM) até pode acentuar a fossilização dessas publicações (de qualidade nem sempre exemplar), afastar ainda mais os usuários de sua produção. O primado que se fica tentado a conceder à reprodução das fontes já impressas, de preferência ao estabelecimento de fontes novas, pode também parecer paradoxal se se pensa nos cuidados de que são objeto, no mesmo momento, a realização de *corpus* de fontes não escritas. A arqueologia medieval luta há muitas décadas para dotar-se de instrumentos de referência (catálogos de cerâmica por exemplo). Os especialistas em iconografia tomam iniciativas no momento atual no sentido de inventariar e tornar rapidamente consultáveis por meio de videodiscos reproduções das milhares de estampas que ornamentam os livros manuscritos e estão dispersas em

múltiplas bibliotecas. Não seria preciso também, nessas condições, redescobrir o escrito, o texto que se impõe preliminarmente aos historiadores face a qualquer interpretação?

Repensar o trabalho de edição

Semelhante “retorno às fontes” parece caracterizar muitas das orientações atuais da pesquisa de que se beneficiam os técnicos da informática. Duas abordagens prestam-se muito particularmente a um trabalho em profundidade sobre as fontes.

Para uma história cultural dos textos medievais – Tirar plenamente proveito das fontes narrativas implica **renunciar** ao dogma do estabelecimento do “texto original” como objetivo final, e único, do trabalho de edição. Essa noção foi abalada hoje por uma melhor compreensão da difícil gestação das obras medievais. Mais complexas do que a filologia do século XIX supunha, essas não tiveram sempre, a bem dizer, um autor que liberasse, em determinado momento, um texto considerado definitivo por ele. Os textos medievais apresentam **remanejamentos**, estados sucessivos reduzindo ou ampliando o precedente. Os copistas intervinham pessoalmente em um texto que julgavam pertencer tanto a eles quanto a um autor cujo estatuto moral não estava **definido**. Suas intervenções não são redutíveis exclusivamente aos erros que a filologia tradicional detecta. Certos copistas acrescentavam ou **certavam** o texto, interpretavam o conteúdo, corrigiam, às vezes, a forma. Por essa razão aceita-se melhor relacionar a uma ilusória unidade uma diversidade que é emblemática da produção cultural da Idade Média. Essa diversidade reivindicada, esse “excesso alegre” de que B. Cerquiglini demonstrou o interesse para o conhecimento dos textos literários em francês antigo, aplica-se a uma parte extensa da produção narrativa medieval.

Um austero tratado de agricultura, como o que o italiano Pietro de Crescenzi escreveu no começo do século XVI, poderá dar um exemplo disso. Redigida em latim, essa obra volumosa intitulada *Liber ruralium commodorum* foi-nos transmitida por cerca de 130 manuscritos conservados em umas sessenta bibliotecas através da Europa. Esses manuscritos, que se multiplicavam até que uma versão impressa fosse editada em Veneza em 1471, permitem reconstituir a história da difusão do tratado. No momento em que o texto circulava e era objeto de cópias há muitos anos na Itália do norte, uma tentativa ocorreu para estabilizar seu conteúdo: uma verdadeira edição tornou-se disponível na forma de cadernos

(os *peciae*) cada um deles fornecendo uma parte do texto, que os copistas podiam alugar nas oficinas de livreiros. De acordo com uma prática difundida nos meios universitários, muitas cópias eram desse modo efetuadas a partir de um mesmo exemplar, o que limitava em princípio os riscos de erros e permitia uma difusão mais rápida dos livros. Apesar dessas precauções, as cópias realizadas mais tarde no século XIV, depois no século XV, apresentam variantes importantes e muitas vezes “positivas” com relação aos manuscritos mais antigos: explicações de termos técnicos, comentários às vezes situados à margem do texto, às vezes introduzidos no próprio texto. No momento de transcrever os capítulos dedicados à vinha e ao vinho, um copista indica uma duração de fermentação diferente daquela aconselhada por Crescenzi, um outro, dá uma receita pessoal de cozimento dos vinhos para melhorar a conservação e guardá-los por “quatro anos” (era muito tempo na época). Todas essas intervenções, que a filologia clássica teria considerado como erros a serem corrigidos, desenvolvimentos ilegítimos a serem suprimidos, devem ser interpretadas como um certo número de testemunhos de vitalidade de um texto, do interesse que os leitores experimentaram em lê-lo, e em retranscrevê-lo. A edição de um texto não é mais desde então um trabalho de depuração, de eliminação das escórias, mas um inventário e uma história das modificações do texto, de suas variantes, o que complica certamente o trabalho do editor de textos, mas abre também caminho para uma história total da cultura escrita.

Em direção às bases de dados documentais – No domínio das fontes documentais, diversas tentativas ocorreram há muitos anos para renovar as abordagens devido à informática. *Corpus* restritos de documentos são captados no computador e geram questionamentos lexicais acerca do modelo praticado a partir do final dos anos 1970 por especialistas de literatura. Pode-se assim delimitar muito rapidamente a data de aparecimento de uma palavra, estabelecer a listagem das formas dessa palavra, dos termos que lhe estavam associados.

Confrontado à documentação em grande parte inédita do fim da Idade Média, o historiador pode doravante substituir por fichários informatizados os fichários realizados antigamente à mão. Na massa de séries homogêneas (atas de tabelião, contabilidade senhorial, registros fiscais etc.), ele pode escolher extrair as informações consideradas como principais (nomes de pessoas, de lugares, estruturas de parentesco e de aliança, tipo de transações...). A informática traz significativas melhorias a

esse trabalho tradicional: um ganho de tempo, se se procede a uma captação direta do documento; enriquecimento permanente de uma base documental, sem misturar fichas e fichários; uma grande facilidade de tratamento; a interconexão de bases realizadas a partir de fontes diferentes... Finalmente é possível, a toda hora, “publicar” tudo ou parte dos dados acumulados, no papel, mas também, muito simplesmente, no disquete, o que é menos dispendioso e permite, além do mais, atualizá-los periodicamente. Obrigações e dificuldades novas surgem contudo, quer se trate da difícil questão da indexação dos nomes de pessoas ou então da padronização e do intercâmbio de dados entre usuários¹⁰.

Uma forma de retorno às fontes é, portanto, perceptível nos historiadores, uma forma de *renovatio*, dir-se-ia na Idade Média. É notável que esse recrudescimento de interesse pelas fontes inéditas, mas também editadas, coincida com uma revolução das técnicas de escrita, conservação, publicação e questionamento dos dados.

Um vasto campo encontra-se aberto para os editores de textos narrativos como para os historiadores de arquivos. Muito mais do que no passado, os historiadores deverão trabalhar em equipe para levar a cabo seus projetos, como a constituição de vastos bancos de dados. Esse retorno às fontes não por elas mesmas, mas a fim de fazer melhor a história, ou seja, de acordo com as palavras de Michel Foucault, a fim de “conferir estatuto e elaboração a uma massa documental de que (a sociedade) não se separa”¹¹, manifesta uma dupla exigência de inventividade e de rigor: terá chegado a hora de uma nova ascensão do texto?

Notas

¹ *Bibliographie de l'histoire médiévale en France* (1965-1990), textos reunidos por M. Balard, Paris, Publications de la Sorbonne, 1992.

² C.V. Langlois e C. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, 1898; reedição, Paris, Ed. Kimé, 1992.

³ K. Pomian, “L'heure des *Annales*” em P. Nora (dir.), *Les lieux de mémoire*, II. *La Nation*, 1, Gallimard, 1986, pp. 377-429.

⁴ M. Bloch, *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris-Oslo, 1931, reedição com prefácio de P. Toubert, Paris, A. Colin, 1988; cf. P. Toubert, “Marc Bloch

e il dopo: la storia agraria e le *Annales* (1929-1985)", *Quaderni storici*, XXV, 1990, pp. 486-499.

⁵ M. Bloch, "La vie de saint Edouard le Confesseur par Osbert de Clare", *Analecta Bollandiana*, XLI, 1923, pp. 5-131, reimpressão em *Id.*, *Mélanges historiques*, Paris, 1983, t. 2, pp. 988-1030; *Les Rois thaumaturges. Études sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre*, Estrasburgo, 1924; nova edição com um prefácio de J. Le Goff, Paris, Gallimard, 1983.

⁶ A constatação não é nova mas não provocou verdadeira reação nas universidades francesas, cf. as palavras de A. Vernet, "La publication des sources narratives et littéraires", em *Tendances, perspectives et méthodes de l'histoire médiévale*. Atas do centésimo "Congrès national des sociétés savantes", 1975, Paris, 1977, pp. 193-213.

⁷ P. Gasnault e J. Vézin (ed.), *Documents comptables de Saint-Martin de Tours à l'époque mérovingienne*, Paris, CTHS, 1975.

⁸ R. Chartier e D. Roche, "Le livre: un changement de perspective", in J. Le Goff e P. Nora (dir.), *Faire de l'histoire*, III, *Nouveaux objets*, Paris, 1974, pp. 115-136.

⁹ *Les Cartulaires*. Atas da mesa-redonda organizada pela École nationale des chartes e o GRD 121 do CNRS (Paris, 5-7 dezembro 1991), reunidas por O. Guyotjeannin, L. Morelle e M. Parisse, Paris, 1993 (*Mémoires et documents de l'École des chartes*, 39).

¹⁰ J. P. Genet (ed.), *Standardisation et échange des bases de données historiques*, atas da terceira mesa-redonda internacional realizada no LISH (CNRS), Paris, 15-16 maio 1987, Paris, 1988.

¹¹ M. Foucault, *L'Archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969, p. 14.

CINCO

A História Quantitativa Ainda É Necessária?

JEAN-YVES GRENIER

Em história, o número foi por muito tempo uma das linguagens possíveis numa descrição que não aceita o aproximativo ou o subjetivo. Num tempo desacreditado, em benefício da narrativa ou da análise antropológica, a história quantitativa faz-se portadora de ambições diferentes, voltadas para a formalização ou a elaboração de novos instrumentos de investigação.

A história quantitativa não faz mais grande sucesso. Está longe o tempo em que F. Furet poderia falar de seu papel dominante e de sua capacidade de renovar a pesquisa histórica. A grande linhagem dos sucessores de E. Labrousse, que soube instalar, nos anos 1960, o número e a série no cerne da escrita e da demonstração historiadoras, não garantiu continuadores capazes ou desejosos de perpetuar a tradição quantitativa ou serial. Isso não quer dizer que o número tenha desaparecido dos livros de história, longe disso, mas sua prática é menos categórica do que antes. Algumas constatações editoriais comprovam-no, sejam elas as dificuldades de uma jovem revista como *Histoire et Mesure* (publicada a partir de 1986) em promover abordagens estatísticas históricas nova, ou o fato das últimas grandes teses de história econômica serem pouco ou quase nada quantitativas. Daqui pra frente, o recurso ao quantitativo deve ser justificado; sua necessidade não é mais evidente.

Quais são as causas dessa diminuição, tanto mais surpreendente que coincide com o desenvolvimento da microinformática que facilitou consideravelmente as operações técnicas e acelerou os cálculos? É preciso considerar a intervenção de muitos aspectos. Primeiramente, a fraca formação matemática dos historiadores, evidenciada por se encontrarem disponíveis programas estatísticos difíceis de dominar. Além disso, a organização menos hierarquizada dos laboratórios ou dos centros de pesquisa e a dimensão mais igualitária e individualista do trabalho fazem com

que a coleta e a elaboração dos dados sejam hoje menos fáceis e que, em todo caso, esteja fora de moda; esse tipo coleta volta-se doravante mais facilmente para outras fontes, os textos em primeiro lugar (o que abre, aliás, igualmente para possíveis formalizações quantitativas).

Crítica do paradigma "galilaico"

Basicamente essa evolução contemporânea de um desinteresse crescente pela história econômica, deve ser ressituada num contexto de crise, ou pelo menos de questionamento, da explicação histórica. O historiador privilegiou durante muito tempo uma representação implícita do mundo que apresentava duas características. A primeira era que seu domínio de estudos organizava-se em múltiplas totalidades econômicas, sociais ou culturais. Trata-se, pois, de referenciar esses agregados pre-existent (classes ou categorias sociais, variáveis econômicas...); para isso, o critério quantitativo impõe-se como o mais eficaz para identificar e classificar. Ora, seu uso não causa problema, pois à idéia de agregado está associada, pelo menos implicitamente, a de homogeneidade. Além do mais, a articulação dos diferentes conjuntos é imediata, uma vez que é moldada nas diversas escalas de análise do sistema – do sistema mundo à monografia local – que têm cada uma seu lugar, cabendo à macro-história, no entanto, um privilégio ou uma validade superior. Em outras palavras, essa visão hierarquizada permite resolver a primeira vista a questão da relação entre grandezas, o que atribui ao número um estatuto de linguagem universal, o mais adequado para descrever o mundo histórico.

A segunda característica é a inscrição pelo historiador de sua atividade em um paradigma de conhecimento muito mais amplo, o paradigma galilaico, para retomar a expressão de C. Ginzburg. Trata-se, no presente caso, de pensar o mundo histórico menos como regido pelas leis do que por relações estáveis entre variáveis. O trabalho do historiador consiste em fazer aparecer essa estrutura preexistente, ela também suscetível, como o são as totalidades, de um conhecimento cifrado ou de uma abordagem quantitativa, em razão da constância dessas relações que permite supor relações estáveis. Em suma, no mesmo movimento, supõe-se uma forte coerência do real e uma adequação sem intervalo da abordagem quantitativa utilizada.

Essa representação implícita há algum tempo modificou-se em profundidade em razão do questionamento sobre a razão da reinquirição acerca da preexistência das totalidades em que repousava a demonstração em

história. Comprovam-no, sem dúvida, a crítica do estruturalismo, de todo projeto formalista, mas também o sucesso de abordagens que abrem mão da idéia de lei em proveito de uma abordagem voltada para princípios organizadores mais flexíveis, como a de N. Elias. Mais significativo, talvez, para compreender a evolução recente, é o rápido progresso da micro-história. Sob múltiplas formas, que hoje em dia ultrapassam o projeto italiano fundador da *microstoria*, a micro-história inverte a perspectiva historiográfica. Trata-se menos, no presente caso, de sua preocupação em considerar o acontecimento ou a biografia revista como entidades históricas essenciais, o que possibilitaria uma má abordagem macro-histórica quantitativa, do que a passagem do paradigma galilaico ao paradigma indicial, para ficar na terminologia de C. Ginzburg. Para seus seguidores, o dilema é o seguinte: "Ou garantir um estatuto científico fraco para chegar a resultados significativos, ou garantir um estatuto científico importante para chegar a resultados desprezíveis". Em outras palavras, os progressos da historiografia passam pela recusa do mito da objetivação e do método científico e pela aceitação do privilégio concedido à interpretação e à reconstrução a partir de vestígios e de índices. Já ficou claro que a micro-história está distanciada do quantitativo; aliás, a moldura ultralocal quase não o possibilitaria. Da mesma maneira, mais fundamentalmente, a preocupação dominante não é mais a busca de concomitâncias estáveis pela seriação com finalidades de generalização, mas, ao contrário, essa última é atingida paradoxalmente pelo individual, pelo viés do "excepcional normal" ou pelo encadeamento dos pontos de vista analíticos. A singularidade reconstruída supera a regularidade descrita. Desse modo, nada pode estar mais oposto do que, de um lado, o quadro estatístico objetivando quantitativamente os grupos sociais e sua tipologia ou o conceito de classes que define os limites desses grupos, e, de outro, a localização das redes internacionais que constroem os contornos imprecisos e nunca repetíveis da relação social cujos conteúdo e substância são inacessíveis a uma abordagem conceitual ou tipológica. No entanto, a cesura é completa entre o recorte do tempo histórico por intermédio de temporalidades preestabelecidas (tendência secular, movimento longo, ciclo...), o que limita a investigação desses movimentos para cada época histórica, e a reconstrução dos tempos vividos, de sua arquitetura própria a cada entidade estudada, dos quais resultam seriações temporais que são também construções progressivas, jamais previsíveis, verdadeiro desafio à referência de constantes e de relações imutáveis.

A resposta à questão-título que motiva esse artigo deve levar em conta essa evolução recente. A transformação do questionário do historiador, o deslocamento de seus centros de interesse e, mais ainda, do que ele admite como forma pertinente de demonstração modificam o recurso ao quantitativo e – o que lhe está consubstancialmente ligado – à formalização.

No entanto, mais do que nunca, a resposta deve ser positiva ou, para melhor dizê-lo, nunca talvez as condições historiográficas foram tão favoráveis para dar à medida toda sua dimensão heurística. Desde então o recurso ao número é ao mesmo tempo pertinente, no sentido mais amplo da palavra, e legítimo, se ele se insere em um dos três momentos seguintes que definem tantos modos de intervenção no seio da demonstração ou da reflexão histórica.

O primeiro aspecto que justifica essa resposta positiva é do campo da função de medida própria ao uso do número. Essa função é a primeira a acorrer ao pensamento, mas ela não deixa de causar problema. Efetivamente, um dos fatores mais perniciosos (mas também o mais exato) da desqualificação do quantitativo em história foi a confusão freqüente, e as mais das vezes implícita, entre a expressão de uma problemática por um laço e a instalação de um dispositivo estatístico (dados e método) do outro. Muitas vezes, o segundo pressupunha o primeiro e o historiador achava ou demonstrava, sem nem sempre dar-se conta disso, o que estava contido no seu método como hipótese implícita. A decomposição canônica dos movimentos conjunturais para mostrar a validade da abordagem em termos de equilíbrio econômico (ou demo-econômico) de longo prazo é um exemplo bem conhecido. Para tentar fugir dessa armadilha, é necessário que não se finja ignorá-la: é ela, ao contrário, que permite desvincular as duas formas legítimas da função de medida.

Num primeiro caso, a formalização quantitativa não passa de auxiliar, claramente submetida aos interesses históricos expressos em outro lugar e numa linguagem própria. Seu objetivo pode então ser duplo: seja o de fornecer respostas (em termos, muitas vezes, de invalidação de hipóteses) para perguntas motivadas por uma problemática histórica ampla, a única capaz de dar um *sentido* a resultados quantitativos que não podem por si só adquirir uma *significação*; seja o de autorizar a formulação de perguntas ou a emergência de problemas que não seria possível estabelecer ou basificar-se fora da linguagem cifrada. Não são poucos os exemplos de semelhantes estudos que demonstram, na prática, a pertinência do raciocínio quantitativo. Citemos, para o primeiro caso, o estudo

dos efeitos de limiar, tão numerosos em economia ou em demografia, cuja localização é essencial, uma vez que modifica em profundidade a dinâmica dos conjuntos ecológicos ou sociais. Ora, essa localização não tem interesse se não se ultrapassa a simples demonstração de sua existência para chegar a uma avaliação exata que só pode ser cifrada. Um exemplo foi fornecido por B. Lepetit e J. F. Royer que mostraram que o tamanho das cidades é uma variável explicativa, “um objeto da história”, do crescimento urbano. Trabalhando com cidades de mais de 5.000 habitantes em 1806, os autores mostraram a importância do limiar de 5.800 habitantes que distingue dois grupos estatisticamente robustos: abaixo, o dinamismo é fraco; acima, o tamanho, muito diverso, não é mais um fator significativo de diferenciação das taxas de crescimento. Sobre a significação desse limiar, a estatística é evidentemente silenciosa, mas ela abre para uma interpretação histórica que tem oportunidade de se exercer sobre um objeto pertinente.

Para o segundo caso, os exemplos interessantes dizem respeito freqüentemente a reflexões teóricas que não encontram justificativa histórica senão com uma aplicação numérica. As reflexões de P. T. Hoffman sobre a produtividade agrícola francesa em longo prazo são uma ilustração disso. Seu estudo se baseia na análise de 809 contratos provindos dos arquivos de Notre-Dame de Paris entre 1450 e 1789, para construir um índice da produtividade total dos fatores suficientemente sólido do ponto de vista quantitativo permitindo retrair uma evolução de longo prazo mais confiável do que a proposta tradicionalmente apenas pelas dízimas. Essa abordagem é verdadeiramente nova em história rural por propor uma medida da evolução de uma variável essencial pelo viés de um índice *construído* a partir de hipóteses econômicas explicitadas (sobre a medida da produtividade dos fatores, em particular), o que permite ao mesmo tempo ter uma apreciação crítica da sua validade e atribuir-lhe uma *significação* histórica que poderá ser, segundo o caso, trivial ou inovadora.

Um outro jovem historiador americano, J. L. Rosenthal, propõe uma ilustração dessa capacidade da medida de gerar questões interessantes. Seu trabalho se situa na corrente institucionalista da teoria econômica, amplamente aberta às preocupações históricas a partir dos trabalhos de Douglass North. Duas questões centrais o estruturam: em que medida a moldura institucional que regula os direitos de propriedade freia o desenvolvimento agrícola no Antigo Regime, e as reformas oriundas da Revolução simplificaram significativamente – portanto melhoraram – a estrutura

dos direitos sobre as propriedades territoriais? A partir do exemplo da drenagem na Normandia e da irrigação na Provence, a abordagem quantitativa mostra que nem a evolução da tecnologia, nem a dos preços relativos podem explicar o fracasso agrícola do século XVIII. Por outro lado, um modelo formal da teoria dos jogos, concebido a partir de hipóteses coerentes com as realidades do século XVIII e alimentado pelos dados quantitativos pertencendo ao mesmo período, mostra que um sistema mal definido de direitos de propriedade, com custos elevados para litígios, era ao mesmo tempo parte integrante da própria estrutura do Antigo Regime – portanto impossível de ser reformado sem revolução – e muito ineficiente no controle do uso da água. Ao contrário, depois de 1820, irrigação e drenagem se desenvolvem.

Em um segundo caso, a invenção conceitual situa-se, ao contrário, na medida e não mais na expressão de um problema que se trata de abordar em parte pelo quantitativo. Todos os trabalhos que se podem reagrupar sob a etiqueta de “econometria retrospectiva” – eles se multiplicaram consideravelmente de uma década pra cá –, herança da *New economic history* de R. Fogel, pertencem a essa corrente. O número está no cerne da operação histórica uma vez que a problemática se elabora e exprime através do processo de medida que contém de maneira explícita todos os motivos da demonstração. A principal tarefa da “cliometria” (no sentido próprio, é de efetivamente exprimir quantitativamente as correlações entre a evolução de grandes agregados (poupança, produção, consumo...) cuja teoria prevê a existência. Essa operação é muito poderosa uma vez que permite ao mesmo tempo uma descrição cifrada completa de uma economia antiga e uma reflexão argumentada sobre a pertinência de hipóteses teóricas que não é possível testar mas avaliar empiricamente. Ela só tem, no entanto, um alcance metafórico. Trata-se, efetivamente, de uma ficção argumentada, mas passível de revisão caso mudem-se os princípios de inteligibilidade, que não se deveria tomar pelo real. A exata apreciação dessa história quantitativa não está, portanto, na aceitação incondicional nem na recusa completa da formalização – duas atitudes que produzem o mesmo efeito de descrédito com relação à história quantitativa – mas ela deve levar a sério o distanciamento específico criado por essa problematização quantitativa. O que supõe, por um lado, interrogar-se sobre o modo de associar as aquisições e resultados da econometria retrospectiva com diferentes abordagens, em que a distância do real (que o historiador nunca alcança) é diferente; por outro, multiplicar os modelos,

diferenciando as hipóteses teóricas para chegar a resultados condicionais, e, portanto, de uma validade melhor controlada. Somente nessas condições será possível dar uma maior visibilidade a trabalhos tão notáveis, por exemplo, como os de F. Bourguignon e M. Lévy-Leboyer sobre a economia francesa no século XIX, que não suscitaram talvez o debate esperado.

A quantificação como formalização

A segunda contribuição da história quantitativa reside na sua capacidade de renovar a formulação intelectual dos problemas e de propor caminhos originais – às vezes contra-intuitivos – para sua conceitualização. É claro que nos distanciamos aqui do processo quantitativo tradicional que faz do número um simples índice de grandeza, com finalidades de descrição estatística. A dimensão formalizadora é que, ao contrário, é central; em certos aspectos é o caso, de fato, de uma mudança de paradigma. É preciso distinguir dois de seus aspectos. O primeiro pode ser qualificado de *formalização quantitativa*, no sentido de que propõe novos instrumentos para interpretar dados reais; o segundo é antes do campo dos *modelos de reflexão*, pois sugere conceitos de análises diferentes. Eis alguns exemplos:

1 – A questão das temporalidades ilustra muito bem o primeiro aspecto. Viu-se que a história quantitativa tradicional baseava-se numa decomposição estatística que se tornou canônica (a do modelo Labrousse-Braudel, poder-se-ia dizer) e acabou por impregnar todas as representações históricas do tempo. Uma evolução diferente é entrevista, desde que uma outra abordagem em análise das séries temporais ganhou impulso, primeiramente entre os estatísticos, depois entre os economistas, durante os anos 1980. Trata-se, para ser sucinto, de interrogar-se acerca do estatuto da tendência, de decidir se ela é de fato determinista (o que está implicitamente suposto muitas vezes) ou se ela apresenta uma dimensão aleatória mais ou menos forte. A distinção é essencial, já que modifica a natureza da dinâmica temporal, quer seja o estatuto do acaso ou a explicação dos ciclos. Os novos questionamentos dessa decomposição, que se tornará, talvez, ela também canônica, são importantes como se pode verificar do lado da teoria econômica com o desenvolvimento da teoria dos ciclos reais. Os historiadores ainda não trabalharam suficientemente com esses métodos, excluindo certos setores como a demografia histórica para os quais a natureza da dinâmica temporal causa problema, mas revisões históricas são previsíveis, não somente quanto à arquitetura das temporalidades mas também com a

introdução de novas questões bastante variadas sobre a dependência de muito longo prazo ou a influência do impacto de um acontecimento brutal. Aí ainda, os problemas de interpretação são numerosos – e os testes estatísticos revelam-se, nesse caso, pouco eficientes – e seria falso considerar essas abordagens como superiores ou mais verdadeiras do que as anteriores: sua pertinência está em outro lugar, ou seja, na sua capacidade de deslocar questões e representações.

2 – A formalização quantitativa assim concebida não está muito distante dos modelos de pensamento de que vamos falar agora. A diferença é que, no momento, ao menos, esses modelos se prestam pouco ou quase nada à aplicação direta sobre dados históricos. Ficaremos satisfeitos com algumas ilustrações desse fato.

A reflexão sobre as escalas tornou-se central nas ciências sociais e, como já se viu, na história, com o debate micro/macro. A dificuldade em pensar essa dialética acentua, ou que se trata de um falso problema, ou que é necessário deslocar os modelos implícitos de pensamento. Ora, esses últimos inspiram-se muitas vezes na física clássica, com as noções de continuidade e de encaixe de escalas. Desenvolvimentos matemáticos recentes acerca da geometria dos fractais demonstraram que outras representações – às vezes contra-intuitivas – da relação entre grandezas são válidas. Se a invariância possível dos fenômenos em todas as escalas, do macro ao micro, é uma das contribuições mais conhecidas dos trabalhos de B. Mandelbrot, as outras consequências sobre a forte variabilidade da escala pertinente para apreender o desenvolvimento de um fenômeno ou, de um ponto de vista analítico, o caráter arbitrário das distinções que são menos do campo da evidência ou apenas da lógica do que da escolha de um observador, todas essas considerações novas sobre os efeitos do focal utilizado devem ser levadas em conta pelo historiador, menos para invalidar as antigas grades de análise do que para multiplicá-las.

Deve-se fazer o mesmo uso das reflexões acerca da dinâmica do caos. Desse modo, a faculdade de certos processos ao mesmo tempo simples e bastante deterministas em engendrar formas temporais que apresentam todas as características de um encaminhamento aleatório deve dar o que pensar. O historiador encontra-se, muitas vezes, efetivamente às voltas com essa mesma dualidade, ou seja, os esquemas de análise de conteúdo determinista e as observações rebeldes de uma ordenação simples: deve-se resolver a contradição associando acasos imprevistos, que tornariam menos visíveis um mecanismo bem determinado, ou se deve

supor que o próprio mecanismo encontra-se, ao mesmo tempo, efetivamente presente e invisível? A pergunta não é trivial e autoriza uma argumentação muito diferente para questões históricas antigas. O mesmo acontece com as abordagens, melhores conhecidas nas ciências humanas, centradas na auto-organização. Estas também propõem modelos temporais novos que interessam ao historiador. Não deixa, de fato, de ser interessante observar que, em certas condições, um sistema de equações diferenciais não lineares, longe de conduzir apenas ao tempo da dinâmica clássica, pode dar explicações acerca das características importantes do tempo histórico: por exemplo, pôr em evidência a existência das trajetórias de bifurcação geradas de maneira endógena, isto é, privilegiar a mudança em detrimento das continuidades, as regularidades não-deterministas de preferência às recorrências estáveis. As dificuldades levantadas por essa abordagem são numerosas, seja ela a validade da descrição de um processo histórico por um sistema de equações diferenciais ou a identificação de trajetórias teóricas (e de suas bifurcações) com os desenvolvimentos temporais reais). Mas esse é o preço a ser pago pela renovação das questões.

O último aspecto pertence ao campo da epistemologia ao qual as considerações precedentes já nos tinham conduzido. É evidente que a utilização da medida para fins primeiramente heurísticos, tendo em vista formular questões e sugerir novas interpretações, suscita questões delicadas, não costumeiras para o historiador. Com isso, não se corre o risco de mergulhar em um universo metafórico, de forçar o real em desenhos analíticos, a seu modo muito coercitivos? A dificuldade é real e força a associar, mais do que antes, um pensamento acerca da validade das demonstrações a outro, acerca do conteúdo. O processo quantitativo tem, no entanto, um outro interesse epistemológico, o de barreira para controlar o valor ou a força do discurso histórico. Nesse sentido, é possível invocar em seu auxílio argumentos similares aos utilizados para desvincular a história da ficção. Efetivamente, a idéia de uma validação por ela mesma da demonstração histórica, como nas ciências da natureza, está daí em diante caduca. A história não pertence ao campo da prova no sentido clássico, e o universo de Popper lhe é estranho. Apenas a multiplicidade e a convergência das demonstrações são probantes. A validação é apenas relativa. Nessa moldura, o interesse do quantitativo é triplo. Primeiramente, ele constitui uma maneira entre outras de descrever um fenômeno: pouco importa aqui que esta seja considerada inferior ou

superior a escritas mais literárias ou intuitivas, só conta o fato de tratar-se de uma descrição suplementar não redundante. Em seguida, a análise estatística contribui para definir o universo dos possíveis. Se ela não pode validar por si mesma, pode conferir uma plausibilidade variável às afirmações propostas. Assim, se é fácil mostrar que muitas decomposições de séries cronológicas são possíveis, isso não significa que todas o sejam, ou que todas tenham a mesma pertinência quantitativa. Finalmente, o número – bruto ou elaborado – é uma referência, ou melhor dizendo, um índice. Do mesmo modo que um fragmento de texto ou de um caco de ânfora, ele orienta a intuição. Nesse sentido, pertence ao campo do paradigma indicial evocado acima: desqualificar o paradigma galilaico não basta, portanto, para eliminar o recurso ao quantitativo. Somente as modalidades da história quantitativa mudam. Apostemos: essa mudança está apenas começando.

SEIS

A Arte da Narrativa Histórica

FRANÇOIS HARTOG

Se um homem esclarecido se dedicasse a escrever sobre as regras da história, poderia observar que um excelente historiador talvez seja ainda mais raro do que um grande poeta.

Fénelon

Narrativa entre outras, a história singulariza-se, no entanto, pela relação específica que mantém com a verdade, pois ela tem, de fato, a pretensão de remeter a um passado que realmente existiu. O que pode então, a partir daí, diferenciar o enredo histórico e o enredo romanesco?

A história conta? Não, é Alain Decaux quem conta. Mas, ele não tem representado para muitas pessoas, em nossas telas de televisão, o rosto e a voz da história? Não elogiávamos precisamente seus talentos de contador de história? Aliás, não costumamos ler, em historiadores profissionais querendo divulgar um livro de história, que este se lê *como* um romance? Lemo-lo de cabo a rabo, livro universitário, sério, ele foge ao suposto tédio do gênero. Nessa fórmula elogiosa, tão gasta quanto frequentemente empregada, tudo está contido no *como*: eu, que estou lhe recomendando, a você, leitor não-especialista, garanto-lhe que se trata de fato de história – de acontecimentos realmente ocorridos, de um fenômeno histórico verdadeiramente explicado, de arquivos inéditos examinados, de, efetivamente, novos conhecimentos –, mas, não obstante ou além do mais, o livro pode ser lido: a montagem, o enredo, a escrita fazem com que você, leitor, possa mergulhar nele *como* numa obra de ficção, entregar-se ao prazer da leitura, instruir-se e divertir-se ao mesmo tempo. Como um romance quer efetivamente dizer as aparências de um romance, mas não um romance, menos ainda um romance histórico, pois este põe a serviço da ficção o detalhe que faz soar verdadeiro. Pelo *como* indica-se que o leitor sai supostamente ganhando nos dois tabuleiros.

Então a história conta? De modo algum, responderão esses mesmos historiadores profissionais, há lugares para isso e há muito tempo que a “história-narrativa” não é mais nosso caso. Reportem-se, portanto, aos sarcasmos ditos por Lucien Febvre, nos anos 1930, a propósito da história-narrativa, “historicizante”, *événementielle* ou “história-batalhas”! E, melhor ainda, vocês sabem que a história constituiu-se em disciplinas, na segunda metade do século XIX, optando, pautada no modelo das ciências naturais, pela ciência contra a arte. Ciência de observação, ciência de análise, leitora de documentos, que um dia talvez desembocará na síntese e na libertação das leis. Lembrem-se das objurgações reiteradas de Fustel de Coulanges ou das instruções minuciosas de Langlois e de Seignobos! Para ela, a narrativa é sinônimo de afetação ou de ingenuidade (a crônica medieval é ingênua).

No entanto, na série dos retornos anunciados a que nos acostumaram os últimos quinze anos, não faltaram nem o do acontecimento nem o da narrativa. Com o título “retorno à narrativa”, o historiador Lawrence Stone levantou essa dificuldade até então imprevisita, desde 1979, apresentando um primeiro “demonstrativo das mudanças operadas na moda historiadora”. Mas o que ele designava por narrativa ou narração não tinha sido de modo algum problematizado. Era somente uma “abreviação cômoda”, permitindo descrever um fenômeno de tomada de distância com relação às diferentes formas da história científica até então predominantes¹. Descritivo talvez, o termo não era, contudo, neutro.

Com mais seriedade, foi de um filósofo que veio a reflexão maior sobre a questão da narrativa (em sua relação com a história). Em *Temps et récit* [Tempo e narrativa], Paul Ricoeur, cioso de sondar o mistério do tempo, considera sucessivamente a história e a ficção e chega a conclusão de que não poderia haver história sem elo, por ténue que seja, com a narrativa². Filósofo, situando-se na tradição hermenêutica, bom conhecedor da filosofia da história anglo-saxônica, Ricoeur transformou-se para esse fim no leitor cuidadoso e inventivo dos historiadores franceses contemporâneos que, na insígnia dos Annales, quiseram precisamente dar as costas à “história-narrativa”. Começando por Braudel e seu *Méditerranée*, livro bússola dessa nova história. Com certeza, existe aí uma aposta importante para quem diz que história e narrativa não são totalmente separáveis: como classificar, então, essa história? Ela seria a exceção ou manteria então um elo com a narrativa ou com uma forma de narrativa?

Eclipse da narrativa

Chegando a esse ponto, um balizamento histórico pode ser útil. Quando se fala de rejeição da narrativa por parte dos historiadores das *Annales*, o que se quer indicar com isso? Primeiramente uma polêmica instalada contra a história positivista então dominante. Com o que se queria romper? Com a “história-narrativa” (ou historicizante ou *événementielle*, sendo essas palavras praticamente sinônimas); mas nessa expressão desvalorizante, em nenhum momento, a narrativa enquanto tal foi problematizada. A história-narrativa é simplesmente a que põe em primeiro plano os indivíduos e os acontecimentos. Seu novo questionamento efetua-se debaixo da pressão das jovens ciências sociais, para quem o objeto da ciência não é mais o indivíduo, mas os grupos sociais, não mais a sequência dos acontecimentos em sua superficialidade, mas o “fato social total”. Tornando-se econômica e social, a história entende com isso, no que lhe diz respeito, contribuir para a construção dessa nova ciência da sociedade sobre si própria. Passando do nacional (sua preocupação maior durante o século XIX) ao social, a história logo deixa de lado a narrativa das origens, a narração contínua dos faustos da nação, pelo recitativo da conjuntura” (ela quantifica, constrói séries, ergue quadros e curvas). Não se contentando mais com a ordem da sucessão e com o fio da cronologia (subentendido apenas pela idéia de progresso), de mil maneiras, ela compara, ciosa em fazer aparecer repetições e remanescentes. Em seu microscópio, o acontecimento não é mais “visível”, não é mais legível: por si mesmo ele não é nada, ou quase nada, e a luz que projeta é totalmente tomada de empréstimo. O tempo com que ele trabalha não é mais o do acontecimento, muito sucinto e não significativo, mas um tempo social também, que ciclos, conjunturas, estruturas e crises escondem. Com suas oscilações e seus movimentos de grande amplitude, suas camadas profundas e suas lentidões, esse novo tempo histórico (que conduz para o longo prazo braudeliano) não sabe o que fazer com o acontecimento e com a história política. Assim, a história proclama que, repudiando-o, abandona-se com isso a narrativa. É suficiente, pois, recusar o acontecimento e o indivíduo para escapar à narrativa? Inversamente, é suficiente evocar o retorno do acontecimento e do indivíduo para concluir pelo retorno da narrativa?

Quando Lucien Febvre, refletindo sobre o objeto da história, concluía “os fatos são fatos”, ele aproximava o historiador de histologista,

que só vê através da ocular de seu microscópio aquilo que ele “preparou” preliminarmente. Denunciando uma concepção obsoleta da ciência (essa que a história positivista invocava tendo permanecido em Claude Bernard), ele acreditava estar conduzindo a história para o lado da ciência viva, e de modo algum, aproximando-a da narrativa de ficção. O historiador constrói seu objeto, como o cientista, não como o romancista. Com essa fórmula, Febvre não pensava de modo algum em vê-lo como um mestre de enredo. “Os fatos são fatos” era um requisito em favor de uma história mais científica ou verdadeiramente científica, um convite a pensar sobre suas condições de elaboração (e a levar Péguy a mentir, recriminando aos historiadores fazerem comumente história sem meditar nos seus limites e nas condições da história), mas, de nenhum modo, um questionamento sobre a escrita da história: sobre a narrativa.

Depois disso, a história manteve e reformulou essa ambição de mais ciência (portanto, de mais real ou mais verdade), principalmente pelo uso da referência marxista ou, num plano mais técnico, pelo recurso ao computador. Sem tornar-se uma crítica epistemológica, a história mostrou-se ainda mais ciosa das condições de sua produção e mais consciente de que seus objetos não eram dados nas fontes, mas produzidos: era preciso que ela primeiramente estabelecesse as perguntas, formulasse as hipóteses, construísse os modelos, muito mais do que contar o que se passara. Ao final de um artigo provocador e famoso (“Le discours de l’histoire” [O discurso da história], 1967), dedicado a examinar se algum traço específico distinguia narrativa histórica e narrativa fictícia, ao nível das modalidades da própria narração, Roland Barthes observava que “o apagamento (quando não desaparecimento) da narração na ciência histórica atual, que procura falar das estruturas mais do que das cronologias”, era o índice de uma mutação (“o signo da história é, daqui pra frente, menos o real que o inteligível”³). A expressão é aceitável se acrescentarmos que o real, assim visado, encontra-se datado, e é o do realismo – do romance realista –, concebido como imitação do real. O inteligível não é, portanto, oponível sem mais dizer ao real, mas, simplesmente, a um certo real.

Sem querer jogar com as palavras, viu-se portanto a história moderna praticamente renunciar à narrativa, sem nunca colocar a questão da narrativa enquanto tal. Desse modo, em lugar de se falar de abandono, seria preferível, com Ricoeur, falar de “eclipse” da narrativa (não a vemos, mas ela está sempre presente e será de outro modo visível: o “retorno”? – e suas facilidades de pronto-para-pensar). Se prolongarmos,

ainda um pouco mais, a perspectiva historiográfica, seria preferível então falar de uma ocultação (de modo algum deliberada) da questão da narrativa, muito anterior ao combate das *Annales* contra a história positivista e em favor de uma história social (o real é social), muito anterior também ao combate, travado na segunda metade do século XIX, em favor de uma história não mais arte, mas ciência, mais preocupada em *conhecer* do que ressuscitar o passado, história, em todo caso, muito pouco *événementielle*. Onde o historiador, transformado em homem de arquivos, observa, estabelece os fatos (como o filólogo estabelece um texto) e os expõe sem pesquisa e sem lustro: tais como são.

História e retórica

Durante todo o tempo que, efetivamente, permanece operatória a distinção entre *res gestae* e *historia rerum gestarum*, as ações realizadas por um lado e sua narração pelo outro, a questão da narrativa não se coloca. Ou, em outras palavras, é evidente que o trabalho do historiador, seu talento, sua originalidade com relação a seus predecessores, em resumo tudo aquilo em função do que um príncipe a ele recorrerá decorre do seu domínio da arte da exposição. Em tal regime de historicidade, a história pertence claramente ao campo da retórica, e pode ser justamente definida, segundo a fórmula de Cícero, como *opus oratorium maxime*. Ela é obra oratória por excelência: o *orator*, o orador mas também o homem político, é o homem mais capaz de escrever. O que não significa, de nenhum modo, que a história dispense a exigência de verdade; pelo contrário, ela se afirma com *lux veritatis* (luz de verdade). Existe todo um estoque de fórmulas famosas do mesmo Cícero que retomam e vão transmitir essa vulgata helenística até a época moderna.

Corolário dessa definição é a concepção, de Cícero também (e mais amplamente, helenística), da história como “exemplo”: ela é coletânea de *exempla* e “mestre de vida” (*magistra vitae*). Esse é o tema das lições da história. Almejando formar o cidadão, esclarecer o homem político, ela deve também poder servir à instrução do homem particular. Narrativa das inconsciências da sorte, ela deve ajudar a suportar as viradas da sorte, e propõe exemplos a imitar ou a evitar. Ela se torna desde então, de bom grado, “biografia”: mais ciosa ainda do que não se vê imediatamente, atenta a tudo que Plutarco chamará os “signos da alma”, brinca com o encadeamento admiração, emulação, imitação. História filosófica, quer dizer moral, ou seja, esse espelho estendido em que cada um, através dos retratos escovados

e as anedotas contadas, pode observar-se, tendo em vista agir e tornar-se melhor. Com essa história de finalidades mais éticas do que políticas, ou mesmo simplesmente, cívicas, passou-se da cidade ao Império Romano, ou de Cícero a Plutarco, cujas *Vidas* marcaram de modo permanente, para além da Antiguidade, as maneiras de escrever e os usos da história.

Assim, ainda no século XVIII, Cícero e Plutarco são parafraseados e desvinculados, no muito difundido *Traité des études* (1726) do abade Rollin, onde a história é apresentada como a “escolha comum do gênero humano”. Nessa perspectiva, mesmo a história pagã pode ser “salva”: a partir do momento em que se lhe reconhece um valor de formação para os príncipes primeiramente, mas também para os súditos, contá-la é lícito, aprendê-la é útil.

O conceito de *Geschichte* ou a história conhecimento de si mesma

Ora, a segunda metade do século XVIII assistirá, na Alemanha inicialmente, ao abandono progressivo desses *topoi* e a expressão de um novo regime de historicidade. O tema da história *magistra vitae*, se ainda é retomado ritualisticamente, esvazia-se de sentido verdadeiro e a divisão *res gestae/historia rerum gestarum* não parece mais pertinente. Assistiu-se entre os séculos XVI e XVIII a uma progressiva autonomização da história, que os filósofos e os historiadores alemães vão ratificar formando e impondo pouco a pouco o conceito de *Die Geschichte*: a história no singular, a história em si, a História⁴. Daqui para frente está caduco o dispositivo que determinava que houvesse, de um lado, os acontecimentos, os fatos e gestos do príncipe por exemplo, e do outro, sua exposição, sua apresentação, a narrativa que deles fazia a sua historiografia. Não, há uma história que evolui depressa: história processo ou *processus*, história progresso principalmente. Nessa nova moldura conceitual a história definir-se-á, finalmente, segundo a fórmula de Droysen, como o conhecimento de si mesma.

Sem dúvida, saiu-se do espaço da retórica, que pressupunha a divisão entre *res gestae/historia* e onde a questão da narrativa enquanto tal não se colocava, ou melhor, não causava problema epistemológico sério. Tomando de empréstimo primeiramente ao tribunal e às técnicas de inquérito judicial, o historiador reconhecido como mestre em artes oratórias, devia então impressionar, mas sobretudo convencer seu auditório, guiado por uma lógica da persuasão. Do mesmo modo desfez-se o velho *tópos* das lições da história.

Como ela poderia ainda continuar sendo exemplar quando, como observa Tocqueville confrontado às perturbações da Revolução Francesa, o passado não aclara mais o futuro, quando a distância vai se forjando entre campo de experiência e horizonte de espera, entre aquilo que se conheceu e o que se espera (ou teme)? A lógica do progresso é quem determina que o exemplar dê o lugar ao único. O passado torna-se ultrapassado.

Mas com a história-*Geschichte*, a questão da narrativa, da narração não mais se coloca. Há ocultação dessa dimensão: a história em si mesma é, por hipótese, *res gestae e historia rerum gestarum* no mesmo movimento, os acontecimentos e sua narração. Pois a história fala e, no limite, fala por si mesma. O bom historiador seria, justamente, o homem que se apagasse diante dela: não aquele que, a exemplo de Michelet, leva-a a falar, sobretudo nos seus silêncios, mas aquele que a deixa falar, simplesmente.

Entre a concepção retórica da história e a posição do historicismo, há lugar para estados intermediários. Como Fénelon, com seu *Projet d'un traité sur l'histoire* [Projeto de um tratado sobre a história] (1716). Propondo à Academia que ela mandasse escrever tal livro, ele fornece suas linhas gerais e é levado, nessas circunstâncias, a esboçar sua própria concepção da história. Se começa ressaltando o tema ciceriano ou estimulado pelas lições da história, passa rapidamente da retórica à poética, comparando a história ao poema épico (e citando, dessa vez, Horácio). O historiador – prossegue – deve “vê-la inteiramente num só olhar... mostrar sua unidade e retirar, por assim dizer, de uma só fonte todos os principais acontecimentos que dela dependem”. Fénelon não é, todavia, um historicista *avant la lettre* ou um inventor da história em si, tendo nela própria seu começo e seu fim (sua própria visada, seu *telos* em linguagem aristotélica). Pois o que justifica o desvio pela poética é, antes de tudo, o fato de se levar em consideração o leitor. É para esse último que o historiador deve fazer com que sua história pareça “um pouco” com o poema épico, tendo o cuidado de “mostrar-lhe as relações” e de “fazê-lo chegar ao desfecho”. Nesse aspecto ele se desvincula totalmente do erudito que “segue seu gosto sem consultar o do público” e acumula página atrás de página os achados de sua “insaciável curiosidade”⁵. A poética é, pois, também polêmica. De resto Fénelon passa da retórica à poética, aproximando historiador e poeta, até concluir, com um sorriso sem dúvida, que um excelente historiador é talvez ainda mais raro do que um grande poeta.

Essa abordagem poética, a história-*Geschichte*, nem ignorou, nem proibiu. Mas para ela é a própria história. por si mesma, que é épica. O

- ² P. Ricoeur, *Temps et Récit*, Paris, Le Seuil, 1983-1985, 3 volumes. A questão central é a do tempo e de sua irrepresentabilidade: a historiografia só ocupa, portanto, um momento da pesquisa e a afirmação de um elo, mesmo mínimo, entre história e narrativa, depende, ela mesma da hipótese principal, segundo a qual, não há meios de existir um tempo pensado fora da narrativa.
- ³ R. Barthes, "Le discours de l'histoire" retomado em *Le Bruissement de la langue*, Paris, Le Seuil, 1984, p. 153-166.
- ⁴ R. Koselleck, *Le Futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, trad. fr. Paris, Ed. da EHESS, 1990; livro importante, inteiramente às voltas com essa questão, ver especialmente pp. 42-53.
- ⁵ Essa breve aparição do erudito é propícia a indicar que entre a história-retórica e a história-*Geschichte*, e para essa questão da narrativa que nos ocupa, existe o vasto campo da história erudita.
- ⁶ F. Ricoeur, *Temps et Récit*, t. 1, p. 300. Ricoeur opera com as noções de enredo (*muthos*) e de construção de enredo que toma emprestado à *Poética* de Aristóteles (volta-se a encontrar a poética, mas dessa vez aplicada não mais à história como processo, mas à história como texto).

III

MUTAÇÕES

O Lento Surgimento de Uma História Comparada

HEINZ-GERHARD HAUPT

Com uma tal tradição da historiografia, da politização dos debates históricos e da definição específica do mito fundador da França contemporânea, os estudos comparatistas não podiam se impor na França. Apenas com a internacionalização da pesquisa e da vida universitária, essa lacuna surge claramente. Como, na maior parte das declarações de princípio sobre o trabalho histórico e as perspectivas de pesquisa, a menção da história comparada não falta, podemos interpretar essa lembrança como um sinal encorajador para o futuro.

“Estudar paralelamente sociedades ao mesmo tempo vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum.” Eis o programa que Marc Bloch propôs já desde 1928 para “uma história comparada das sociedades européias¹”, programa que ele começou a realizar em suas obras sobre o campo ou a sociedade feudal².

Sua proposta de inaugurar no Collège de France um ensino de história comparada das sociedades européias destinava-se a dar uma base institucional a esse programa científico ambicioso. Este foi posto em surdina durante muito tempo, e só recentemente a tomada de consciência de uma lacuna nos trabalhos franceses fez seu caminho. É assim que, num editorial que reafirma seu projeto interdisciplinar, a revista *Annales Économies Sociétés Civilisations* menciona também a exigência do “comparatismo”, embora observando que sua “prática continua a exceção”³. A recentíssima revista *Genèses*, ela também, inclui em seu programa a exigência de reduzir “nossas insularidades e... estimular a cultura comparatista de que temos necessidade”⁴.

Provavelmente, o artigo de Marc Bloch teve mais efeito no exterior que na própria França. As abordagens e realizações em história comparada

dos séculos XIX e XX, de que vamos falar aqui, são raras na historiografia francesa. Mesmo as *Annales* não lhe reservaram um espaço adequado, como constata Lucette Valensi: "A própria revista não apresenta uma rubrica regular sobre a história comparada, e seu sumário permanecerá fiel às classificações tradicionais, por seqüências cronológicas, por áreas geográficas ou por setores disciplinares"⁵. Nas colunas das revistas de história francesa, os artigos comparativos são a exceção.

Isto não significa que a historiografia francesa esteja fechada em si mesma. Como em outros países europeus, na França também se verificou uma internacionalização da discussão científica. Por ocasião dos congressos e da composição de números especiais de revistas científicas, a evolução das historiografias estrangeiras é freqüentemente levada em conta. Assuntos que ultrapassam os limites nacionais são colocados no programa da *agrégation*, e especialistas da história de outros países europeus são nomeados para cargos universitários. Até mesmo a edição francesa – por mais tímido que seja seu esforço de tradução – começou a traduzir algumas das grandes teses de história contemporânea, originárias, é verdade, as mais das vezes, dos Estados Unidos. Os melhores trabalhos incluem também, em sua bibliografia, livros estrangeiros, e já se admite que é impossível escrever a história da França dos séculos XIX e XX sem o conhecimento de uma rica produção anglo-saxônica. A missão histórica francesa na Alemanha (Göttingen) e a Escola francesa de Roma, por sua parte, facilitam o acesso à cultura historiográfica alemã e italiana; todavia, seu eco entre os historiadores franceses permanece limitado. Portanto, se um galocentrismo existe – e, de fato, existe –, seria falso generalizá-lo e exagerá-lo⁶.

A história comparada na França: setores e limites

Com efeito, a historiografia francesa em sua totalidade não recusa a comparação. Entretanto, esta é antes implícita que explícita. Os estudos locais ou regionais se referem freqüentemente ao contexto nacional: neles, este ou aquele problema nacional é analisado na configuração que assume no interior de uma região ou de uma cidade. Porém, os estudos que, partindo de uma problemática particular, comparam entre si exemplos locais ou regionais são extremamente raros⁷; as análises regionais são comparadas mais com o nível nacional que com outras experiências regionais, e a comparação entre cidades ou regiões está

estribada numa tradição universitária mais anglo-saxônica que francesa. A própria região é freqüentemente um quadro cômodo, um pretexto para executar um estudo, mas raramente um problema para ser aproximado das concepções e realidades espaciais de outros países europeus⁸. Entretanto, dois setores têm uma tradição comparatista declarada: a demografia histórica e a história econômica.

Retomando os métodos da demografia, algumas obras procuraram confrontar modelos nacionais de aumento da população ou de urbanização, das taxas de natalidade e mortalidade. A *Histoire de la population mondiale* [História da população mundial], editada por Marcel Reinhard, André Armengaud e Jacques Dupâquier, era um exemplo dessa abordagem, que ainda existe⁹. Ao abandonar o plano nacional e privilegiar o quadro local e regional, a comparação se tornou mais difícil e mais rara. Na medida em que as pesquisas incluem doravante o estudo das condições múltiplas de produção dos dados numéricos, e integram os fatores sociais e culturais, a construção de modelos nacionais e sua comparação se tornaram mais aleatórias. Essa concentração da pesquisa numa crítica rigorosa das fontes e dos mecanismos demográficos foi acompanhada de um estreitamento do quadro geográfico¹⁰. As *Annales de démographie historique* [Anais de demografia histórica] dos dez últimos anos, com exceção de alguns artigos que escolhem a escala nacional como base de comparação, têm publicado sobretudo monografias limitadas a um município ou a uma região. Portanto, a demografia histórica, na França, tem utilizado a comparação – e continua a utilizá-la – mas com o objetivo de confrontar cifras globais. É bastante raro que explicações obtidas durante o trabalho comparativo se integrem numa reflexão sobre a evolução demográfica da França nos séculos XIX e XX.

Como em outros países europeus, os estudos sobre o crescimento industrial tinham rapidamente adquirido uma dimensão comparativa. Já, nos anos 60, o debate sobre a hipótese do *take-off* de W. W. Rostow, embora limitado à justaposição de monografias nacionais¹¹, englobava diferentes países europeus. Um dos pioneiros da comparação em história econômica foi François Crouzet que, depois de sua tese acerca dos efeitos do bloqueio continental sobre a economia britânica, confrontou a evolução na França e na Inglaterra. Ao comparar as taxas de crescimento dos dois países, François Crouzet e Maurice Lévy-Leboyer encontraram provas do atraso industrial da França, e da influência nefasta da Revolução de 1789 sobre sua arrancada econômica e industrial. Esses trabalhos se inscrevem na revisão de uma imagem positiva da Revolução Francesa em vigor nos anos

69. Eles vão ao encontro de abordagens americanas, que procuraram na estrutura social francesa e na mentalidade pré-industrial dos empresários um obstáculo ao crescimento econômico e à inovação¹².

A idéia subjacente a essas interpretações, a saber, que a Inglaterra deve ser o modelo que permite medir a trajetória francesa, foi abalada no decorrer da última década. Com efeito, a atenção se focalizou mais nas condições de crescimento existentes na França que nas correspondências com o exemplo inglês. Nesse contexto, as pequenas empresas foram interpretadas menos como indicadores do atraso que como resposta às condições particulares do mercado e do sistema de produção em vigor na França. Foram sobretudo Jean Bouvier e seus alunos que se concentraram nos caminhos franceses em direção ao capitalismo. A formulação de Bouvier é categórica: "Toda nação é outra. A França nunca foi inferior nem superior a qualquer outra nação legitimamente comparável pelo avanço do desenvolvimento, as dimensões e níveis relativos deste, seus ritmos e velocidades. Nem inferior nem superior à Bélgica ou à Itália, por exemplo. Porque, à semelhança de toda nação e de todo Estado, a França foi naturalmente outra do que seus vizinhos"¹³.

Essa abordagem revisionista, que recusava qualquer modelo dominante e coercitivo, podia ser interpretada em dois sentidos: seja uma concentração nas condições específicas da França, comparadas com as dos outros países europeus, seja uma insistência na lógica interna da evolução econômica da França, livre de todo modelo exterior. Na história econômica, parece que prevaleceu a segunda interpretação. É assim que os artigos publicados na revista *Histoire, économie et société* são dedicados unicamente à França, sem a menor comparação. Existem, no entanto, alguns indícios de uma mudança de ótica. Algumas contribuições francesas a um recente colóquio internacional, consagrado à influência da tecnologia e da pesquisa na evolução industrial na França e na Alemanha, englobavam uma dimensão comparativa¹⁴.

Essa mudança é perceptível em outros domínios, mais ou menos próximos. Entre os trabalhos recentes, ou em fase de elaboração, cabe mencionar as publicações de Patrick Fridenson sobre a estrutura de organização e a política de pessoal nas grandes indústrias alemãs e francesas, os trabalhos de Étienne François sobre a alfabetização e as iconografias na França e na Alemanha, a pesquisa promissora de Maurice Garden sobre a homeopatia nos dois países, os trabalhos em curso de Christophe Charle sobre os professores universitários em Berlim e em Paris, de Thierry Nadau

sobre o ensino agrícola nos dois países, ou de Hervé Joly sobre os engenheiros de minas e os Bergassessoren... A comparação franco-alemã é mais difundida que a com a Inglaterra, e isso é certamente também resultado de uma vontade política e da ação do CNRS¹⁵. Um exemplo animador de uma abordagem comparativa ampla é o manual de Jean-Luc Pinol, que trata da vida urbana e da cidade como estrutura na Alemanha, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, procurando estabelecer relações e referências. Ao contrário, Gérard Noiriel, animador de uma rede européia de história comparativa, promete uma comparação no título de sua última obra, mas, na realidade, permanece fechado nos limites da França¹⁶. Persistem, todavia, as reticências de fundo: duas grandes teses utilizaram a comparação como princípio de pesquisa e de explicação. Joël Michel estudou os mineiros na Bélgica, na Inglaterra, na Alemanha e na França entre 1890 e 1914; uma das chaves de sua explicação reside no município, que tem estruturas semelhantes nos quatro países. Frédéric Barbier investigou a produção, o consumo e a distribuição do livro na França e na Alemanha no século XIX¹⁷. Pois bem – e é sintomático –, passados oito anos, estes dois trabalhos ainda não estão publicados.

Esta lacuna antiga é ainda mais surpreendente, porque algumas das condições que, em outros lugares, favoreceram o desenvolvimento da história comparada, também se encontram reunidas na França. Para começar, uma tradição sociológica insistindo na importância da comparação existiu, sim, e muito cedo. Émile Durkheim constata nas *Règles de la méthode sociologique* [Regras do método sociológico]: "O método comparativo é o único que convém à sociologia"¹⁸. É o melhor para descobrir causalidades e, finalmente, também leis. Exemplos tirados de várias sociedades num estágio análogo de evolução devem ajudar os sociólogos "a descobrir relações gerais, leis verificáveis nas sociedades diferentes"¹⁹. Por outro lado, a unicidade de um fenômeno excluía, para Durkheim, o trabalho comparativo e, por conseguinte, a análise sociológica: "A própria definição da economia nacional exclui a possibilidade de verdadeiras leis científicas, já que concebe seu objeto como único e exclui a comparação"²⁰. Embora Durkheim tenha feito reservas à concepção de uma ciência humana agrupando todas as ciências sociais e garantindo a primazia da sociologia, suas posições foram, assim mesmo, interpretadas como o imperialismo de uma disciplina que provocava vivas reações, principalmente entre os historiadores. Era por isso que Lucien Febvre se opunha ao "sociologismo" mais que Marc Bloch.

Na Alemanha, a hipótese segundo a qual a história alemã teria seguido um “caminho particular” (*Sonderweg*) capaz de explicar o nacional-socialismo e sua vitória em 1933, provocou pesquisas comparativas. Na França também, particularidades nacionais se encontram cada vez mais situadas no centro da pesquisa histórica, em parte no rastro do Bicentenário da Revolução Francesa. O caminho específico em direção ao capitalismo na França já foi mencionado. Maurice Agulhon, que afirma que a democracia antecedeu a modernidade na França, insiste numa especificidade da França. Enfim, o início precoce, na França, da diminuição da natalidade e da contracepção pode ser considerado como um traço específico da França. E o que dizer, enfim, dos “lugares de memória” nos quais a história francesa se condensa e se reifica²¹? Contrariamente à tradição germânica, essas afirmações não buscam provas numa análise comparativa, num olhar para além das fronteiras, mas se inscrevem mais num debate interno à França. A história comparativa não encontra lugar nesse contexto.

Enfim, tanto na história das relações internacionais como na história política, existem tradições de análise comparativa em outros países europeus. Certamente, teses importantes analisaram a rede de trocas diplomáticas, econômicas, políticas e culturais, mas, na tradição de Pierre Renouvin, quase nunca tomaram a comparação como objetivo, nem procuraram confrontar problemas que se apresentavam em diferentes sociedades. Nesse contexto, colóquios franco-alemães ou franco-italianos, assim como a série de encontros sobre as grandes potências na Europa no século XX, salientam mais a importância de redes internacionais do que reais pesquisas comparativas²². A “nova história política”, por sua vez, relega a comparação ao capítulo sobre as relações internacionais e se concentra no modelo francês. Este se encontra também no centro dos estudos de história das mentalidades que são dedicados aos fenômenos nacionais, regionais e locais, renunciando totalmente a uma confrontação com outras realidades nacionais, embora esta seja bastante promissora²³.

As razões de um atraso

Quais são as razões desse atraso da historiografia francesa? Os historiadores franceses respondem geralmente que o próprio método comparativo é vago. Com efeito, a comparação não deve ser confundida com certas sínteses internacionais tais como, por exemplo, a *Histoire économique et sociale du monde* [História econômica e social do mundo], dirigida por Pierre Léon²⁴. Ela não se reduz tampouco à história das

relações entre países²⁵. Pode se exercer pelo menos em três direções. Em primeiro lugar, pode orientar a escolha das problemáticas e das diretrizes de uma pesquisa, e permitir uma melhor definição do campo de análise. Com efeito, os exemplos estrangeiros e as historiografias dos outros países podem ampliar o horizonte das problemáticas. Em segundo lugar, monografias históricas, quer sejam nacionais ou regionais, podem confrontar, numa introdução ou num capítulo final, a evolução particular com a de outros países, servindo-se da literatura secundária. Neste caso, podem testar o valor das explicações propostas e ser obrigadas a uma escritura mais analítica. Enfim, estudos partindo de uma problemática comum podem analisar estruturas, processos e mentalidades em duas ou mais sociedades, seja para acentuar diferenças, seja para encontrar analogias, de qualquer maneira, para ampliar a base documentária e propor uma interpretação das evoluções baseada no conhecimento de realidades sociais, econômicas e políticas diferentes.

É certo, a história comparada não oferece uma metodologia confirmada. As perguntas que Lucette Valensi levanta devem, de fato, ser propostas de novo a propósito de cada tipo e cada exemplo de comparação: “Como decidir que dois objetos são comparáveis? Como compará-los? Que escala de comparação adotar? E sobretudo, por que comparar”²⁶? É claro que existem também exemplos de más comparações. Mas temos numerosos exemplos de obras que, apesar de escolherem o caminho da história comparada, correspondem bem a alguns dos princípios da escola histórica francesa: a história-problema, a reflexão aprofundada sobre as fontes e seu valor, a descoberta de abordagens e de visões novas, o desencravamento das problemáticas etc. As dificuldades de uma história comparada mencionadas por certos autores franceses não são específicas da França, mas aparecem em todos os países europeus. A resistência ao comparatismo deve, pois, ter motivos particulares. Pelo menos três podem ser mencionados (numa boa tradição francesa).

1 – A tradição de história regional e local da historiografia francesa, que foi no passado uma de suas riquezas, torna a comparação mais difícil, mas não impossível. Com efeito, esse quadro pode se revelar ideal para certo tipo de pesquisas comparativas, permitindo comparar recortes, e visões diferentes do espaço. Essa primazia do regional e do local, no entanto, está fortemente embasada nas condições materiais e sociais da vida universitária francesa. Ela tem também uma dimensão metodológica²⁷. Um dos principais motivos do pouco uso da comparação deve ser procurado numa:

escritura da história, que privilegia a individualidade histórica em relação às problemáticas de importância mais geral. O temor de que modelos teóricos pudessem deformar a leitura dos materiais históricos se exprimiu numa recusa de todo “sociologismo”. Contra este, celebraram-se os méritos da análise de casos e se considerou que o conhecimento histórico progrediria por uma acumulação desses estudos de casos. É assim que, já em 1922, Lucien Febvre formula essa posição, marcando distância em relação a Durkheim, mas também a Bloch: “Quando possuímos mais algumas boas monografias regionais novas – então, só então, reunindo seus dados, comparando-os, confrontando-os minuciosamente, poderemos retomar a questão de conjunto, fazer com que dê um passo novo e decisivo – tenha êxito. Proceder de outro modo, seria partirmos, munidos de duas ou três idéias simples e grosseiras, para uma espécie de rápida excursão. Seria, na maioria dos casos, deixarmos de ver o particular, o indivíduo, o irregular, isto é, em suma, o mais interessante”²⁸. Como a história comparada busca, além do caso individual, traços comuns ou estruturas gerais, visa mesmo apreender os mecanismos de funcionamento de diferentes sociedades em sua importância respectiva, e se volta para casos diversos em busca de explicações mais substanciais para problemas ou informações tão estranhos que podem subverter a conceptualização habitual, ela está longe da apologia de Lucien Febvre. Tanto em sua prática da pesquisa como em seu estilo universitário, a historiografia francesa se aproximou mais dos princípios de Febvre que dos de Bloch.

2 – A maior parte dos paradigmas da história contemporânea foi formulada no decorrer dos últimos cinquenta anos, não em comparação com outras nações, e sim em relação com posições de política interior. Questões importantes como a Revolução de 1789, a laicidade e o marxismo, dividiram durante anos o mundo dos historiadores e orientaram a pesquisa histórica. Mesmo no momento em que as frentes políticas se dissolvem, elas continuam a exercer um poder inegável sobre as classificações e as definições da comunidade universitária.

3 – Na França, a consciência de um “caminho particular” é – comparada com a que vigora na Alemanha – de outra natureza. Ela não se origina do fascismo, e sim do papel da França revolucionária. O debate não se concentra na questão das condições exatas que, na França, deram ao “século da revolução” (Éric Hobsbawm) uma forma e uma irradiação particulares, e sim na natureza específica da missão revolucionária. A França foi o exemplo da democracia direta ou representativa, de valores

universais ou limitados à burguesia, e unicamente aos homens da produção capitalista ou aos de um mundo de pequenos produtores? Todas essas questões podiam ser discutidas num estrito quadro nacional. Na medida em que essa perspectiva se alargou, ela se interessou sobretudo pela influência da Revolução Francesa na Europa e no mundo.

Com uma tal tradição da historiografia, da politização dos debates históricos e da definição específica do mito fundador da França contemporânea, os estudos comparatistas não podiam se impor. Apenas com a internacionalização da pesquisa e da vida universitária essa lacuna surge claramente. Como, na maior parte das declarações de princípio sobre o trabalho histórico e as perspectivas de pesquisa, a menção da história comparada não falta, podemos interpretar essa lembrança como um sinal encorajador para o futuro. Talvez, nesse contexto, a exortação de Marc Bloch adquira mais peso: “A história comparada, tornada mais fácil de se conhecer e de se utilizar, animará com seu espírito os estudos locais, sem os quais ela nada pode, mas que, sem ela, a nada chegariam. Numa palavra, deixemos, por favor, de falar eternamente de história nacional para história nacional, sem nos compreendermos”²⁹.

Notas

¹ M. Bloch, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, in *Mélanges historiques*, Paris, 1963, t. I, p. 19. Sobre a abordagem de Bloch, W. H. Sewall Jr, “Marc Bloch and the logic of comparative history”, *History and Theory*, 6, 1967, pp. 208-218; A. O. Hill, B. H. Hill jr (ed.), “Forum Marc Bloch and comparative history”, *American Historical Review*, LXXXV, 1980, pp. 828-853; D. Romagnoli, “La comparazione nell’opera di Marc Bloch: pratica e teoria”, in P. Rossi (ed.), *La storia comparata. Approcci e prospettive*, Milão, 1990, pp. 110-128. Sobre tudo H. Atsma, A. Burguière (ed.), *Marc Bloch aujourd’hui. Histoire comparée et sciences sociales*, Paris, 1990, pp. 255-336 (em particular, o artigo de Maurice Aymard, “Histoire et comparaison”, pp. 271-278).

² Ver o estudo de R. Hilton, “Seigneurie française et manoir anglais. Fifty years later”, in Atsma, Burguière, *op. cit.*, pp. 173-182.

³ “Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?”, *Annales ESC*, XLIII, 1988, p. 292.

⁴ *Genèses*, 1, 1990, p. 3.

⁵ L. Valensi, “Retour d’Orient. De quelques usages du comparatisme”, in Atsma, Burguière, *op. cit.*, p. 309. A exceção que confirma a regra é o artigo de N. L.

Green, "L'histoire comparative et le champ des études migratoires", *Annales ESC*, XLV, 1990, pp. 1335-1350.

⁶ Cf., per exemplo, vários números do *Mouvement social* sobre "Les nationalisations d'après guerre en Europe occidentale" (n. 134), "L'atelier et la boutique" (n. 108) ou "Mémoires et histoires de 1968" (n. 143). A revista *Vingtième Siècle* também procura integrar a dimensão internacional.

⁷ As comparações sistemáticas de evoluções regionais são bastante raras: L. P. Moch, L. Tilly, "Joining the urban world; occupation, family and migration in three French cities", *Comparative Studies in History and History*, 27, 1985.

⁸ P. Ayçoberry, "L'histoire régionale en France. Orientations politiques et méthodologiques du début du XIXe siècle à nos jours", in G. A. Ritter, R. Vierhaus (ed.), *Aspects de la recherche historique en France et en Allemagne*, Göttingen, 1981, pp. 193-201.

⁹ M. Reinhard, A. Armengaud, J. Dupâquier, *Histoire générale de la population mondiale*, Paris, 1968; cf. também J. Dupâquier (ed.), *Histoire de la population française*, Paris, PUF, 4 tomes, 1988-1991.

¹⁰ A. Perrenoud, "Atténuation des crises et déclin de la mortalité", *Annales de démographie historique*, 1989, pp. 13-29; J. Vallin, "La mortalité en Europe de 1720 à 1914: tendance à long terme et changement de structure par sexe et par âge", *ibid.*, pp. 31-54.

¹¹ J. Marczewski, *Introduction à l'histoire quantitative*, Genebra, 1965; W. W. Rostow (ed.), *The Economies of Take-Off into Sustained Growth*, Londres, 1963, pp. 119-138.

¹² F. Crouzet, *De la supériorité de l'Angleterre sur la France: l'économie et l'imaginaire XVIIe-XXe siècles*, Paris, 1985; *id.*, "Les conséquences économiques de la Révolution. À propos d'un inédit de sir Francis d'Ivernois", *Annales historiques de la Révolution française*, 39, 1967, pp. 182-217, 336-362; H. Bonin, "La Révolution française a-t-elle brisé l'esprit d'entreprise?", *L'information historique*, 47, 1985, pp. 193-204; M. Lévy-Leboyer, "Les processus d'industrialisation: le cas de l'Angleterre et de la France", *Revue historique*, 129, 1968, pp. 281-298.

¹³ P. O'Brien e C. Keyder, *Economic Growth in Britain and France. 1780-1914*, Londres, 1978; J. Bouvier, "Libres propos autour d'une démarche révisionniste", in P. Fridenson e A. Strauss (ed.), *Le Capitalisme français XIXe-XXe siècles. Blocages et dynamismes d'une croissance*, Paris, 1987, pp. 11-27.

¹⁴ Y. Cohen, K. Manfrass (ed.), *Frankreich und Deutschland Forschung. Technologie und industrielle Entwicklung im XIX und XX Jahrhundert*, Munich, 1990 (cf. as contribuições de A. Broder, A. Beltran, P. Fridenson, A. Herlea, E. Chadeau, F. Caron).

¹⁵ P. Fridenson, "Herrschaft im Wirtschaftsunternehmen. Deutschland und Frankreich; 1880-1914", in J. Kocka (ed.), *Bürgertum im XIX Jahrhundert. Deutschland im internationalen Vergleich*, Munique, 1988, II, pp. 65-91; E. François, "Alphabetisierung und Lesefähigkeit in Frankreich und Deutschland", in *Frankreich im Zeitalter der Französischen Revolution*, Frankfurt, 1989, pp. 407-425; M. Garden, "L'histoire de l'homéopathie en France, 1830-1949", in O. Faure (ed.), *Praticiens, patients et militants de l'homéopathie (1800-1940)*, Lyon, 1992, pp. 59-84; A. Cottureau, "Problèmes de conceptualisation comparative de l'industrialisation: l'exemple des ouvriers de la chaussure en France et en Grande-Bretagne", in S. Magril, C. Topalov (ed.), *Villes ouvrières, 1900-1950*, Paris, 1989, pp. 41-82.

¹⁶ J.-L. Pinol, *Le Monde des villes au XIXe siècle*, Paris, 1991; G. Noiriel, *La Tyrannie du national: le droit d'asile en Europe (1793-1993)*, Paris, 1991.

¹⁷ J. Michel, *Le Mouvement ouvrier chez les mineurs d'Europe occidentale. Étude comparative des années 1880-1914*, tese de doutorado "d'État", Universidade de Lyon-II, 1987, 7 vol.; F. Barbier, *Livre, économie et société industrielle en Allemagne et en France au XIXe siècle*, tese de doutorado "d'État", Universidade de Paris-IV, 1987.

¹⁸ É. Durkheim, *Les Règles de la méthode sociologique*, Paris, 1977, p. 124; cf. R. N. Bellah, "Durkheim and History", in R. A. Nisbet (ed.), *Émile Durkheim*, Englewood Cliffs, 1965, pp. 153-176, e o artigo de V. Karady, *Revue française de sociologie*, 17 (2), 1976.

¹⁹ É. Durkheim, "Sociologie et sciences sociales" (1903), in *id. La Science et l'Action politique*, F. C. Filloux (ed.), Paris, 1987, p. 156.

²⁰ É. Durkheim, *Oeuvres*, Paris, 1975, 1, p. 148; R. Chartier, J. Revel, "Lucien Febvre et les sciences sociales", *Historiens et géographes*, LXIX, 1979, pp. 427-442.

²¹ Cf. P. Nora (ed.), *Les lieux de mémoire*, Paris, 7 vol. 1984-1992.

²² R. Poidevin, *Les Relations économiques et financières entre la France et l'Allemagne de 1898 à 1914*, Paris, 1969; R. Girault, *Emprunts russes et investissements français en Russie, 1887-1914*, Paris, 1973; R. Girault, R. Frank, *La Puissance en Europe, 1938-40*, Paris, 1984; Comité d'histoire de la Deuxième Guerre mondiale, *Français et Britanniques dans la drôle de guerre*, Paris, 1979; do mesmo Comitê, *La France et l'Allemagne. 1932-36*, Paris, 1980.

²³ R. Rémond (ed.), *Pour une histoire politique*, Paris, 1988. Para uma comparação bem-sucedida de construções mentais, cf. M. Jeismann, *Das Vaterland der Feinde. Studien zum nationalen Feindbegriff und Selbstverständnis in Deutschland und Frankreich, 1792-1918*, Diss. Universität Bielefeld, 1990; C. Tacke, *Hermann und Vercingetorix, Zwei nationale Symbole in Deutschland und Frankreich*, tese de doutorado, Institut universitaire européen, 1992.

²⁴ P. Léon (ed.), *Histoire économique et sociale du monde*, 6 volumes, Paris, 1978-1982.

²⁵ Cf., entretanto, a abordagem promissora e inovadora de M. Espagne, M. Werner (ed.), *Transferts culturels, Les relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIIIe-XXe siècles)*, Paris, 1988.

²⁶ L. Valensi, artigo citado, p. 311.

²⁷ Cf. o artigo interessante de R. Chartier, "Sciences sociales et découpage régional", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 35, 1989, pp. 27-36.

²⁸ L. Febvre, *La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*, Paris, 1922 (1970), p. 92 e segs.

²⁹ M. Bloch, artigo citado, p. 40. Este artigo já estava no prelo quando o n. 17 (setembro de 1994) da revista *Genèses* publicou o interessantíssimo dossiê "Le comparatisme en histoire et ses enjeux: l'exemple franco-allemand", com artigos de P. Schöttler, S. Kott e Th. Nadau, M. Espagne (pp. 102-121). Só posso remeter o leitor para o mesmo.

DOIS

A Violência das Multidões: É Possível Elucidar o Desumano?

DOMINIQUE JULIA

O estudo das feridas da história, de suas paixões e de suas febres sociais, dos estigmas que estas deixam, ainda pode nos ensinar muita coisa sobre a relação patológica que uma sociedade mantém consigo mesma. A estranheza perturbadora que emana dos fenômenos percebidos por nós (mas também pelos contemporâneos) como insensatos revela as perguntas que o corpo social formula a respeito de sua própria identidade e os perigos que tenta exorcizar segundo o registro próprio de sua época.

A história da multidão constituiu por muito tempo um dos pontos cegos da pesquisa na França, e, muito provavelmente, esse atraso não é um acaso. Esboçaremos aqui apenas algumas etapas desse percurso, que é também uma reviravolta. No curso de um século, o olhar do historiador se deslocou: os fantasmas que a "animalidade" das multidões em movimento suscitava no estudioso fechado em seu gabinete foram substituídos por uma análise das lógicas práticas que determinaram a ação das mesmas, chegando a uma busca das coerências que podem dar conta do que Alphonse Dupront chamava de "prática do inexpiable": trata-se de "reconhecer com uma lucidez espantada, por vezes ferida, mesmo que isso nos choque, a organicidade de um mundo outro, coerente até no atroz, no anormal ou no estranho"¹. Em suma, o que denominamos hoje o "desumano", o horror dos massacres, também deve ser elucidado.

Os traumatismos revolucionários que escandem a história nacional no decorrer do século XIX pesam fortemente na análise que empreendem no final do mesmo os pensadores das diversas disciplinas. Pouco importa que Hippolyte Taine afirme, ao encetar o capítulo revolucionário de seu *Origines de la France contemporaine* [Origens da França contemporânea] (1878), que não devemos procurar em sua obra alusões aos debates contemporâneos: "Escrevi como se tivesse tido por tema as revoluções de Florença ou de Atenas [...] Estimava demais minha profissão de historiador

para fazer outra me escondendo”². A verdade é que os medos suscitados pela Comuna estão de fato presentes em sua obra: a multidão é um “animal”, o motim popular, “um movimento de bruto exasperado pela necessidade e enlouquecido por uma suspeita”³; na manhã do dia 14 de julho de 1789, “como um elefante domesticado que de repente voltasse a ser selvagem, o povo, com um gesto, derruba seu cornaca habitual, e os novos guias que tolera, empoleirados em seu pescoço, só estão lá pela mostra; de agora em diante, ele anda a seu modo, liberto da razão deles, entregue a suas sensações, seus instintos e seus apetites”⁴. Para Taine, tal apreciação decorre simplesmente das leis elementares da fisiologia e da psicologia: a razão não é um dom inato, e sim “um estado de equilíbrio instável, que depende do estado não menos instável do cérebro, dos nervos, do sangue e do estômago”. Portanto, se juntarmos “mulheres que têm fome e homens que beberam”, e os deixarmos “inflamar-se com seus próprios gritos, com a espera, com o contágio recíproco de sua emoção crescente”, teremos apenas um “tumulto de loucos perigosos”. Quanto às complexas operações mentais que as idéias gerais exigem, se sua gênese já constitui um milagre nos espíritos superiores, o que será no camponês ou no trabalhador braçal? Se o cérebro deles é incapaz de raciocinar e de apreender o sentido dos dogmas (como o da soberania do povo) que lhe pregam “energúmenos perigosos”, em compensação, sob o influxo da “voz vibrante” dos tribunos, despertam neles “por contágio os instintos da carne e do sangue, as cobiças pessoais, as surdas inimizades [...] sempre prontas a se desenfreadarem”⁵.

A explosão da Revolução Francesa é, pois, analisada como o emergir de uma selvageria, quando sobe à superfície toda a escória de uma sociedade, a mais vil ralé, vagabundos, bandidos e “estrangeiros vindos não se sabe de onde”⁶. De fato, a explicação fundamental da conflagração revolucionária reside, para Taine, no encontro entre as teorias químéricas dos juristas do fim do Ancien Régime, largamente divulgadas por alguns milhares de “Maquiavel de praça pública”, e a embriaguez de “vários milhões de selvagens” que, libertos de qualquer pressão, interior ou exterior – não existe mais governo –, deixam as paixões mais brutais irromperem. O vínculo social se desfaz: “Pelo isolamento dos indivíduos, cada homem recai em sua fraqueza original, e todo poder pertence aos ajuntamentos temporários que, na poeira humana, se levantam como turbilhões”. De repente, dos homens antes contidos pelo trabalho lento de uma civilização antiga, “vê-se sair o bárbaro, pior ainda, o animal primitivo, o macaco

careteiro, sanguíneo e lúbrico, que mata com uma risada de escárnio e cabriola por sobre os estragos que fez”⁷. Tão obsedante quanto a animal é a metáfora médica, que apresenta a sociedade francesa como vítima das patologias mais repugnantes, entregue à úlcera, aos abscessos, ao pulular dos parasitas: semelhante aos efeitos crescentes do alcoolismo no operário dos bairros urbanos pobres no fim do século XIX, assim a França do fim do Ancien Régime, “enfraquecida pelos jejuns sob a monarquia, embriagada pela má aguardente do *Contrat social* e de vinte outras bebidas adulteradas ou fortes, depois subitamente golpeada na cabeça: de imediato, vacilou com todos seus membros pelo jogo incoerente e pelos impulsos contraditórios de seus órgãos desconhecidos”⁸.

Só insistimos aqui nas palavras de Taine, porque sua maneira de ver a multidão será amplamente partilhada e retomada. Com efeito, no final do século XIX nasce uma nova ciência social: a psicologia das multidões, ligada ao mesmo tempo à antropologia criminal e às teorias de Charcot sobre o hipnotismo e a sugestão⁹. Ela também deve muito às apreensões geradas pela irrupção das massas na vida política e pelos conflitos sociais da época, quer se trate das greves, do “boulangismo” ou da violência das manifestações comemorativas do dia 1º de maio, a partir de 1889. Na Itália, Scipio Sighele, discípulo do criminologista Cesare Lombroso e autor de *La folla delinquente* [A multidão delinquente] (1891), atribui à multidão uma predisposição para o mal, por ser “um terreno em que o micróbio do mal se desenvolve muito facilmente, enquanto o micróbio do bem quase sempre morre”. Numa multidão, os seres moralmente fracos, as mulheres e as crianças com deficiente força de vontade, são presa fácil de hipnotizadores que lhes sugerem ações ilícitas. Na mesma hora, na França, Gabriel Tarde, magistrado da província, que, em suas doudas obras de direito, se transformou em sociólogo, funda sua psicologia coletiva numa visão análoga; a sociedade repousa na imitação, que é “uma espécie de sonambulismo [...]”. Ter apenas idéias sugeridas e julgá-las espontâneas, eis a ilusão própria ao sonâmbulo e também ao homem social¹⁰. Explicam-se assim os delírios das massas, e Gabriel Tarde utiliza frequentemente tanto a metáfora da propagação da feição elétrica, quanto a do contágio febril, para dar conta dos excessos aos quais as multidões se entregam: “As multidões não são apenas crédulas, são loucas. Muitos dos caracteres que observamos nelas, elas possuem em comum com os hóspedes de nossos asilos: hipertrofia de orgulho, intemperância, imoderação em tudo. Como os loucos, sempre vão para os dois

pólos da excitação e da depressão, ora heroicamente furiosas, ora aniquiladas pelo pânico. Têm verdadeiras alucinações coletivas: os homens reunidos acreditam ver ou ouvir coisas que isoladamente não vêem nem ouvem mais"¹¹. Além de louca, a multidão, embora "quase sempre" composta de elementos masculinos, é também mulher, segundo Gabriel Tarde, "por seu capricho retineiro, sua docilidade revoltada, sua credulidade, seu nervosismo, seus bruscos saltos psicológicos do furor à ternura, da exasperação à gargalhada"¹².

Como vemos, a psicologia das multidões é fortemente dominada pelos estereótipos dominantes da época. Disso também não escapa Gustave Le Bon, polígrafo positivista que, depois de multiplicar obras de vulgarização científica, publica em 1895 *La Psychologie des foules* [A psicologia das multidões], livro que será traduzido para dezessete línguas e granjeará a seu autor a notoriedade¹³. A obra não tem nada de original e se limita a reunir os temas já desenvolvidos por Taine, Sigheie e Tarde: com o advento da era das multidões, começa a da força cega do número e da destruição das grandes civilizações "envelhecidas". Impulsivas, móveis, irritáveis, crédulas e impressionáveis, pouco aptas ao raciocínio, as multidões se deixam dominar pelas alucinações coletivas e pelas suas gestões quase hipnóticas de um agitador capaz de agir sobre elas por suas afirmações repetidas e pelo contágio emocional que estas suscitam: "as multidões são por toda parte femininas" e, "como as mulheres, elas vão logo aos extremos"¹⁴. Sabe-se tudo o que Adolf Hitler tirará desta ideologia no *Mein Kampf*¹⁵.

Ao tomar, há uns vinte anos, a greve operária de 1871 a 1890 como objeto de estudo, Michelle Perrot abordou justamente o fenômeno que suscitara os mais vivos pavores da burguesia. Ora, reconstituindo meticolosamente as séries de conflitos do trabalho em seus componentes profissionais bem como em suas estruturas reivindicativas, dedicando-se a estabelecer por uma estrita quantificação as regularidades (sazonais, mensais, semanais) e as oscilações das greves, sua relação com a conjuntura econômica e o clima político geral, a autora conseguiu apreender as articulações principais e os traços dominantes da revolta, e demonstrar assim como a "psicologia das multidões" se apóia em grande parte em fantasmas. Se a fisionomia social da greve é nitidamente proletária, sua natureza, suas reivindicações e suas modalidades variam em função dos temperamentos profissionais e da qualidade dos atores; sua explicação, aliás, não pode se resumir numa simples sociologia. É no movimento, na própria prática, que

é possível apreender o jogo dos atores, sua sensibilidade política bem como sua percepção da conjuntura, mas sobretudo, maciçamente, a contradição crescente entre o gesto e o discurso.

A palavra da greve é tanto mais vigorosa, áspere, selvagem, quanto a violência dos gestos tende a se tornar excepcional: apenas um décimo das greves – um quarto daquelas dos mineiros – deram lugar a manifestações de represálias; menos de 4% degeneraram em violências, e a proporção alcança apenas 9% no terreno das minas. Nas 2.900 greves que estudou, Michelle Perrot constatou um único caso de assassinato: na manhã do dia 20 de fevereiro de 1886, os mineiros de Decazeville atiram pela janela o engenheiro Watrin, cuja arrogância provocara sua exasperação. A violência operária se apresenta as mais das vezes *segunda*, diante da resistência obstinada de patrões agressivos. Afinal de contas, a violência operária foi, de certo modo, "domesticada e canalizada", "civilizada" no sentido forte do termo, subordinada às necessidades da produção e, de modo progressivo, tornada dependente da ordem industrial¹⁶. Tanto a quantificação como o estudo textual revelam assim a deformação à qual os psicólogos das multidões haviam submetido o acontecimento. A visão épica de um Zola pintando a insurreição selvagem dos mineiros em *Germinál* – embora as notas redigidas durante sua permanência em Anzin atestem o cuidado do detalhe colhido na realidade – pertence, de fato, à criação literária.

A racionalidade das revoltas populares

Um dos primeiros historiadores que criticaram a visão redutora do "doutor" Le Bon, sublinhando a ignorância do mesmo em matéria de documentação histórica, é Georges Lefebvre. Seu estudo exemplar de *La Grande Peur de 1789* [O grande medo de 1789] (1932) permanece ainda hoje um modelo de análise histórica. Baseando-se numa crítica aguda do conjunto de fontes disponíveis (à qual Taine não se dedicara) e numa erudição sem falhas, Georges Lefebvre refuta inicialmente algumas hipóteses sumárias: não, as agitações revolucionárias da primavera de 1789 não são obra de "brigands" [bandidos] – o termo na época distingue simplesmente um agrupamento que perturba a ordem –, e sim do "povinho das cidades e do campo que, impellido pela fome e acreditando estar de acordo com o rei", investe contra os impostos, os direitos feudais e o dízimo. As revoltas agrárias do verão também não são obra de malfetores, e os autos de prisão permitem restituir a composição social muito

diversificada dos participantes: trata-se de artesãos e pequenos comerciantes, de prestadores de serviços nas vinhas, de granjeiros e meeiros, de lavradores e moleiros, muitos dos quais são proprietários, mas também de burgueses do campo, às vezes na primeira fila dos insurretos¹⁷. Com efeito, atento à longa duração, Georges Lefebvre recoloca o Grande Medo na continuidade dos motins da penúria e da luta secular contra os açambarcadores. No entanto, o que mais lhe interessa é analisar de modo preciso os vetores da informação; reconstitui assim os itinerários dos pânico, localiza sua irradiação, e demonstra a inanidade da tese do “complô aristocrático”; não houve nem “mão invisível” nem universalidade do fenômeno.

A partir daí, o historiador é remetido para o problema essencial: segundo que lógicas funciona o rumor? Quais têm sido seus canais (reuniões de feira ou de botequim, mas também viajantes, padres, gendarmaria, mensageiros ou postilhões)? Segundo que modalidade um rumor se deforma no curso da propagação oral, e como se dá a apropriação? A análise de Georges Lefebvre desemboca assim na formação de uma mentalidade coletiva, na gênese das representações, e ele pode então reconstituir a extraordinária complexidade do acontecimento, no qual vêm se encaixar sentimentos ancestrais (memória popular do antagonismo entre senhores e camponeses, irritação em tempo de penúria contra os privilegiados) e impressões forjadas recentemente pela própria atualidade política (papel das assembleias eleitorais e da redação dos cadernos de queixas na construção de um rei bem, preocupado em aliviar a miséria de seus súditos, e na representação coletiva de um tipo abstrato de senhor que se opõe às reformas). Portanto, não foi por acaso que a violência camponesa se atirou contra os símbolos mais fortes da dominação senhorial: castelos, títulos feudais, papéis das justiças senhoriais, assentos na igreja. Ao recusar as interpretações preguiçosas, Georges Lefebvre levava pela primeira vez o leitor a compreender o evento que permanecera o mais enigmático da Revolução Francesa¹⁸.

Nos últimos vinte anos, a renovação dos estudos sobre as multidões se realizou em direções múltiplas. Não se trata mais de interessar-se apenas, como fizera no início dos anos 60 o historiador inglês George Rudé, a partir dos arquivos policiais, pela composição social das multidões da Revolução Francesa¹⁹; tais estudos tiveram o enorme mérito de refutar definitivamente a lenda negra fabricada por Taine, mas sofriam de uma tríplice fraqueza. Primeiro, só consideravam a multidão

em seu componente revolucionário, “agressivo”, como na ocasião dos motins, das revoltas, das insurreições; por outro lado, eliminavam outros tipos de multidões, como as presentes às cerimônias e às procissões, ou às execuções capitais, ou ainda as multidões convulsionárias que se espremiavam em Saint-Médard, “material fascinante para o psicólogo das multidões, mas de um interesse acessório para o historiador”²⁰. Em segundo lugar, eles repousavam num modelo teleológico implícito, segundo o qual o movimento *sans-culotte* é o paradigma pelo qual se julga a maturidade de um motim: desse ponto de vista, os motins da fome do século XVIII, assim como a guerra das Farinhas de 1775, pertencem ao domínio da “espontaneidade” e da “inocência política”²¹. Finalmente, eles se baseavam no postulado de que existe uma adequação rigorosa entre as palavras de ordem, as idéias e os objetivos dos militantes *sans-culottes* dos *clubs* por um lado, e os sentimentos e os interesses das multidões revolucionárias por outro²². Sem dúvida, a relação é muito menos simples, e também não é certo que se possa deduzir tão diretamente a significação política de uma revolta a partir da simples composição social de seus participantes.

Uma primeira reorientação da pesquisa consistiu, pois, em não tratar mais os motins como comportamentos “espasmódicos”, que responderiam como que mecanicamente à fome e à miséria nascidas da penúria, mas sim em considerar como uma expressão política própria os discursos e os gestos dos atores, que são animados pela convicção partilhada de defenderem os direitos tradicionais e os costumes, e de serem aprovados pelo conjunto da comunidade: comportamentos por muito tempo julgados “desviados” ou “erráticos” têm sua construção própria, e estão ligados a sistemas de representações que exprimem os valores, as normas e as restrições sobre os quais a sociedade deveria repousar. Aquilo que se poderia denominar uma *economia moral* da multidão estima o motim legítimo, desde que uma certa ordem econômica e social tenha sido rompida: o historiador inglês Edward P. Thompson fez uma demonstração magistral disso em relação aos motins ingleses da fome no século XVIII²³. O motim não é mais percebido como desordem, e sim como um restabelecimento da ordem, uma petição dirigida à autoridade paternal do rei em favor do bem comum, para o retorno ao justo preço dos gêneros alimentícios. Existe, de fato, uma racionalidade própria das formas de ações populares, que se funda numa experiência plurissecular.

Esta análise foi amplamente confirmada pelos trabalhos recentes do historiador americano Steven L. Kaplan: partindo dos mecanismos que regulam o mercado dos cereais sob o Ancien Régime²⁴, ele se interessou pela recorrência, ao longo do século XVIII, do sistema de representações, profundamente enraizado na consciência coletiva, que infere a existência de um “complô de fome”: cada vez que o abastecimento normal do pão ou de grãos fica interrompido por um período prolongado, imediatamente reaparece um mesmo modelo de percepção, comum aos meios mais diversos, dos mais modestos aos mais favorecidos: os ministros, os financistas e seu *entourage* são acusados de estimular um complô visando levar o povo à fome. Na visão popular, o governo não exerceu o papel regulador que lhe cabia, e deixou que se desenvolvessem as ilegalidades no comércio (estocagens secretas, exportações ilícitas, até mesmo destruição de grãos). Recusando tanto a explicação pela paranóia coletiva de uma psicose alucinatória, quanto a interpretação por uma patologia social, Kaplan mostra, ao contrário, como a obsessão do complô, inscrita no mais profundo das “angústias de uma sociedade proto-industrial ainda sujeita à tirania do trigo”, se desenrola logicamente no interior do sistema das representações através das quais os atores percebem as estruturas econômicas e as redes do poder. A obsessão da conspiração contribuiu muito para politizar o problema da subsistência e para dessacralizar a monarquia, desatando o laço místico que unia a pessoa do rei a seu povo²⁵.

Ao lado do grande exemplo dos motins provocados pelos grãos, o exame atento dos arquivos da polícia e da justiça parisienses no século XVIII permitiu recentemente a Arlette Farge reconstruir com finura a lógica das ações e dos discursos dos grupos capturados na rede da ordem repressiva, ou que procuram simplesmente o delegado do bairro, e restituir assim os modos cotidianos de racionalidade do povo²⁶. Recusando partir de classificações preestabelecidas ou de categorias sociais predeterminadas, trabalhando diretamente sobre os documentos (cujos limites ela reconhece, pois foi uma prática de poder que os fez nascer e que modela sua forma), ela faz então surgir das próprias práticas as regras de funcionamento das relações sociais, e opera, pela reconstrução de trajetórias cada vez singulares, e também pela atenção ao detalhe significativo, um deslocamento das questões em relação às teorias globalizantes, muitas vezes cegas. Da família para a oficina, do bairro para a cidade inteira, a autora recoloca os objetos das disputas, tensões, conflitos que surgem entre casais ou amantes, operários e patrões, bem como no meio de

multidões convidadas para os espetáculos outorgados pela monarquia (quer se trate das festas reais ou das execuções públicas) ou sublevadas em “emoção” popular. Esta história em fragmentos permite à autora afastar-se do discurso dos administradores da antiga monarquia, que dava à multidão seu duplo rosto contraditório, multidão animal e impulsiva e multidão emotiva, capaz de dizer sua alegria e de agradecer a seu soberano.

Ao contrário dessa visão homogênea e monolítica, é possível distinguir comportamentos diferenciados, lógicos, organizados, adaptados aos lugares e às circunstâncias, sob a aparência da impulsividade; o que motiva a ação popular é uma “construção de sentido fundada na leitura do que foi visto e percebido”²⁷. A análise exemplar do caso dos raptos de crianças em Paris é uma demonstração brilhante dessa visão. Em maio de 1750, corre o boato, na capital, de que os homens do chefe de polícia Berryer raptam crianças para levá-las não se sabe aonde; o motim cresce em diversos bairros, um oficial de polícia é assassinado pela multidão, e seu cadáver é arrastado para a frente da residência do chefe de polícia. Através do estudo minucioso dos testemunhos, relatos e depoimentos, através da análise precisa das formas da violência, dos gestos e dos gritos, pode-se ler “o motim como um texto que os atores improvisam, embora seguindo antigos roteiros [...]; ao escolherem lugares, situações, ao determinarem formas de represálias, os amotinados inventam, de episódio em episódio, a significação de sua revolta”²⁸. Contrariamente à opinião de Michelet, o motim de 1750 não prenuncia as jornadas de 1789; ele exprime, em sua forma arcaica e numa linguagem política antiga, a irritação popular em face da invasão crescente do Estado e de sua polícia na vida cotidiana, mas também a necessidade de restaurar os laços de amor e fidelidade que unem a autoridade paterna do soberano a seu povo: como pode Luís XV ser um rei de vida se, novo Herodes, manda massacrar os inocentes? Aqui também se trata, em realidade, de recompor uma ordem que foi destruída: raptar crianças em nome da autoridade real é, justamente, ferir o caráter sagrado da missão do monarca.

O horror dos massacres

No centro dessas reconstruções, o historiador enfrenta o que justamente pode se apresentar como o mais irracional, o mais desumano: a violência e seu cortejo de horrores. É preciso porém, para apreender-lhes o sentido, não aplicar aos fenômenos nosso próprio sistema de representações. Lembraremos aqui somente dois livros recentes, que colocaram no

âmbito de sua trama os próprios massacres. Em seu livro sobre a violência no tempo das guerras de religião, Denis Crouzet recusa desde o início os modelos historiográficos que quiseram explicar a mudança religiosa apenas pelas variáveis econômicas e sociais, em particular a historiografia anglo-americana e sua interpretação sociológica da Reforma; se esta não é mais considerada como a revolução "universalista" dos pobres e dos oprimidos, de acordo com o modelo proposto, já em 1899, por Henri Hauser, os historiadores dos séculos 16-18 não teriam por acaso simplesmente invertido o quadro inicial de explicação, associando desta vez a mensagem divulgada pela Reforma à expressão social vivida por certos grupos ou certas profissões urbanas (impressores em Lyon, estudados por N.Z. Davis, ou artesãos do têxtil em Rouen, analisados por P. Benedict), que estariam mais especialmente predispostos a aceitar e compreender essa mensagem? O reducionismo antropológico, que "desistoriciza" os massacres, para neles ler o surgir de um "inconsciente coletivo" vindo da noite dos tempos, não é melhor que a interpretação cultural, que faz dos motivos religiosos uma "rica categoria" no interior do sistema dos gestos violentos da Europa pré-industrial²⁹. Para D. Crouzet, a uma crise religiosa correspondem pulsões religiosas: os *combats* do fiel papista foram "combates por Deus, com Deus, em Deus"³⁰. A violência religiosa do século XVI não se explica pela relação estreita que manteria com os valores de uma comunidade e o sentido que esta tem de sua identidade, e sim, antes, pelo desligamento que ela introduz em relação ao tempo do cotidiano e da comunidade, pelo desprendimento momentâneo de toda determinação "mundana". Daí a atenção dirigida para o roteiro dos rituais, para a força de uma carga simbólica que já não é imediatamente legível por nossa consciência contemporânea. Os pregadores católicos dos anos 1545-1560 mantiveram os fiéis num clima profético que anuncia a iminência do Julgamento de Deus e do castigo final: no limiar da catástrofe, só a violência contra o herege poderia reconstituir a aliança com Deus, já então perdida. Considerando que, por sua parte, os huguenotes se entregam a uma agressão simbólica extremamente forte (que talvez seja o sinal de um protestantismo mais radical, mais "revolucionário"), ocupando as igrejas e destruindo altares e imagens dos santos, a explosão de violência dos anos 1560-1562 se explica melhor.

A violência católica deve, pois, ser examinada no campo específico do sagrado do século XVI: retomando uma problemática cara a Alphonse Dupront, D. Crouzet analisa a dinâmica *sacra* no âmbito dos

distúrbios religiosos. Não somente a denúncia profética do herege pelos pregadores mergulha os ouvintes num funcionamento mental que opera uma fusão entre enunciadores e receptores, e os impele, para reafirmar sua fidelidade a Deus, a um desapossamento de si, mas os próprios gestos da violência "são uma Palavra, um sistema coerente de signos dispostos de tal maneira que eles enunciam a Verdade profética"³¹. Através do furor gestual nos corpos martirizados dos huguenotes, através das inumeráveis marcas que os desfiguram ou os deformam, emerge todo um ritual de nomeação do mal. As chacinhas coletivas têm a função de desvelar o animal imundo, de fazer aparecer a verdade profetizada, de fazer surgir o monstruoso que se mascara sob o invólucro corporal. A violência marca, pois, o reencontro com a ordem da realização de um Deus vingador. Se, tão frequentemente, as crianças são encarregadas da lapidação final dos hereges, é porque sua inocência, abençoada por Cristo, marca a presença do Espírito de Deus na violência profética que elas cumprem, e anuncia a iminência da purificação escatológica. É razoável, aliás, pensar, lendo os rituais de agressão que opõem os meninos aos huguenotes, que o imaginário católico reutilizou, numa nova configuração, os elementos portadores da estrutura simbólica que opunha meninos e judeus na Idade Média³².

As guerras de religião são, pois, guerras *santas*, a pulsão de cruzada não está ausente delas, e a violência que nelas se manifesta é uma violência da posse de Deus: as contribuições da antropologia foram aqui essenciais para extrair uma interpretação coerente de uma agressão religiosa que foi capaz de chegar até a antropofagia³³. É verdade que, se o estudo do imaginário dos discursos e do sistema das crenças dos atores é extremamente precioso para compreender a morfologia dos massacres, ele é muito menos produtivo para explicar o próprio desencadeamento da violência, a passagem para o ato, e em nenhum caso exclui o recurso a outras análises. A interpretação da Saint-Barthélemy, a partir de uma reconstrução hipotética do imaginário de Carlos IX, como um "crime humanista", um "crime de Amor, destinado a impedir que um ciclo infinito de sofrimentos e desumanidades pudesse abater-se sobre o reino", parece muito frágil, perigosa e pouco convincente³⁴. A noite da Saint-Barthélemy não foi um sonho, e a origem dos massacres não foi espontânea. A reconstrução que o historiador tenta das lógicas do acontecimento não pode se perder unicamente nas representações que os atores contemporâneos deram dele.

Três séculos mais tarde, o assassinato ritual de um jovem nobre, torturado e depois queimado vivo a 16 de agosto de 1870 no local da feira da comuna de Hautefaye (Dordogne), na presença de uma multidão de trezentas a oitocentas pessoas, que o acusa de ter gritado “Viva a República”, fascinou por seu horror as imaginações contemporâneas. Sua significação permanecia um enigma, pois, como observava Gabriel Tarde, “nenhum dos camponeses de Hautefaye que mataram a fogo lento M. de Moneys teria sido capaz, isoladamente, não apenas de perpetrar, mas de querer esse abominável assassinato”³⁵. Retomando este dossiê, rapidamente esquecido pelos historiadores, para tentar compreender essa forma de crueldade, que se tornou estranha e insuportável para os homens do fim do século XIX, Alain Corbin explorou todas as pistas possíveis de explicações. As notícias desastrosas da guerra, com todos os sinais anunciadores da derrota diante dos Prussianos, esquentaram os espíritos, num momento em que este vilarejo do Nontronnais não só celebra a festa nacional do soberano (15 de agosto), como também conhece uma vida intensa de relações por causa da feira do gado. O infeliz Alain de Moneys é, de fato, uma vítima expiatória: ele paga a análise política lúcida enunciada imprudentemente alguns dias antes, em outro local de feira, por seu primo Camille de Maillard, depois da leitura do jornal: “O Imperador está perdido”. Em 16 de agosto, Camille de Maillard compreendeu que era melhor fugir rapidamente do local de feira. O rumor acusa Alain de Moneys de ser um “prussiano” que gritou “Viva a República”.

Tratou-se, pois, de desmanchar um complô, de queimar um “prussiano” do interior, de prevenir uma catástrofe iminente, purificando a comunidade nacional (e não mais apenas local) desse monstro estranho que é um nobre ao mesmo tempo “republicano” e “prussiano”. A fascinação que exerceu o massacre de Hautefaye deriva da revelação da distância entre a sensibilidade já dominante no século XIX “e os comportamentos camponeses, indiferentes à modificação dos limites do tolerável”³⁶. Em relação à violência do século XVI, os ritos do massacre e o sistema sacrificial do suplício se desfizeram: nasceu uma nova sensibilidade. O espetáculo da dor e do sangue derramado tornou-se intollerável: permanece público só o espetáculo da execução capital, que em Paris se deslocou significativamente da antiga “place de Grève” para a “barrière Saint-Jacques”. No entanto, não houve supressão da violência no século XIX, mas antes uma maior intolerância ao desvelamento da crueldade coletiva: deseja-se exorcizar o “selvagem”, o “bárbaro”, o

“canibal”, precisamente porque é sentido ainda como próximo. Muito freqüentemente, a historiografia “desrealizou” o século XIX, “seus massacres são pasteurizados” e “o sangue das revoluções cuidadosamente lavado”, como se fosse preciso recobrir sistematicamente o horror. Essa história “pudibunda e doce [...] decapita a história das representações; desqualifica *a priori* toda tentativa visando a discernir a evolução das sensibilidades coletivas; bloqueia a busca das figuras do horror e das práticas da crueldade”³⁷. Ao contrário, o estudo exemplar do *Village des cannibales* [Aldeia dos canibais] restitui a coerência e a lógica de um drama – um gesto político – que foram deliberadamente renegadas pela sociedade e ocultadas pela República em seu início: o massacre se apresentava como o renascer obscuro de um *outrora* que parecia afastado para sempre.

A este propósito, o estudo das feridas da história, de suas paixões e de suas febres sociais, dos estigmas que elas deixam, ainda pode nos ensinar muita coisa sobre a relação patológica que uma sociedade mantém consigo mesma. A estranheza perturbadora que emana dos fenômenos percebidos por nós (mas também pelos contemporâneos) como insensatos, revela as perguntas que o corpo social formula a respeito de sua própria identidade, e os alarmes que se propõe conjurar segundo seu léxico próprio³⁸. É tarefa do historiador desatar, através de suas operações, esta meada complexa, e propor um sentido que nunca é estabelecido de uma vez por todas.

Notas

¹ A. Dupront, *Du Sacré. Croisades et pèlerinages. Images et langages*, Paris, Gallimard, 1987, pp. 222-224.

² H. Taine, *Les Origines de la France contemporaine*, Paris, coleção “Bouquins”, edições Robert Laffont, 1986, t. I, p. 314.

³ *Ibid.*, p. 333.

⁴ *Ibid.*, p. 341.

⁵ *Ibid.*, pp. 178-179.

⁶ *Ibid.*, pp. 342-343.

⁷ *Ibid.*, pp. 350-351.

⁸ *Ibid.*, p. 562.

⁹ Sobre esses pontos, cf. S. Barrows, *Miroirs déformants. Réflexions sur la foule en France à la fin du XIXe siècle*, Paris, Aubier, 1990.

¹⁰ G. Tarde, *Les lois de l'imitation* (1890), citado por S. Barrows, *op. cit.*, pp. 124-125.

¹¹ G. Tarde, *L'Opinion et la Foule* (1901), na edição das Presses Universitaires de France, Paris, 1989, p. 67.

¹² *Ibid.*, p. 163.

¹³ Sobre Gustave Le Bon, cf. R.A. Nye, *The Origins of Crowd Psychology. Gustave Le Bon and the Crisis of Mass Democracy in the Third Republic*, Londres, Sage Publications, 1975.

¹⁴ G. Le Bon, *Psychologie des foules*, Presses Universitaires de France, coleção "Quadrige", 1963, pp. 19 e 25.

¹⁵ Cf. A. Hitler, *Mon Combat*, tradução de *Mein Kampf*, Paris, Nouvelles Éditions latines, 1934, p. 51: "Assim como a mulher é pouco sensibilizada por raciocínios abstratos, experimenta uma indefinível aspiração sentimental por uma atitude inteira e se submete ao forte enquanto domina o fraco, a massa prefere o senhor ao suplicante, e se sente mais tranqüilizada por uma doutrina que não admite outra junto dela a não ser por uma tolerância liberal". A respeito da influência verossímil da tradução alemã de Le Bon sobre Hitler, cf. A. Stein, "Adolf Hitler und Gustave Le Bon", *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht*, t. VI, 1955, pp. 362-368.

¹⁶ M. Perrot, *Les Ouvriers en grève. France, 1871-1890*, Paris-La Haye, Mouton, 1974, 2 tomos.

¹⁷ G. Lefebvre, *La Grande Peur de 1789*, prefácio de Jacques Revel, Paris, A. Colin, 1988, p. 65; pp. 120-141.

¹⁸ Leia-se também o artigo de G. Lefebvre, "Foules révolutionnaires", escrito igualmente em 1932, publicado in *Études sur la Révolution française*, 2. ed. revista, Paris, PUF, 1963, pp. 371-372.

¹⁹ G. Rudé, *The Crowd in the French Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 1959: tradução francesa, *La Foule dans la Révolution française*, Paris, Maspero, 1982.

²⁰ G. Rudé, *The Crowd in History. A Study of Popular Disturbances in France and England, 1730-1848*, New York, John Wiley and Sons, 1964, p. 4.

²¹ *Ibid.*, p. 31.

²² G. Rudé, *La Foule*, *op. cit.*, p. 226. Para uma crítica de G. Rudé, cf. C. Lucas, "The crowd and politics", in C. Lucas (ed.), *The Political Culture of the French Revolution*, Oxford, 1988, pp. 259-283.

²³ E. P. Thompson, "The moral economy of the english crowd in the eighteenth century", *Past and Present*, n. 50, 1971, pp. 76-136, trad. fr. in Gauthier e G. R. Ikni (dir.), *La Guerre du blé au XVIIIe siècle. La critique populaire contre le libéralisme économique au XVIIIe siècle*, Montreuil, Éd. de la Passion, 1988, pp. 31-92.

²⁴ S. L. Kaplan, *Les Ventres de Paris. Pouvoir et approvisionnement dans la France d'Ancien Régime*, Paris, Fayard, 1988.

²⁵ S. L. Kaplan, *Le Complot de famine: histoire d'une rumeur au XVIIIe siècle*, Paris, A. Colin, 1982. Sobre a politização do motim do trigo sob a Revolução, leia-se a análise do papel das mulheres durante as jornadas revolucionárias de abril-maio de 1795 em D. Godineau, *Citoyennes tricoteuses. Les femmes du peuple à Paris pendant la Révolution*, Aix-en-Provence, Alinéa, 1988, pp. 287-354.

²⁶ A. Farge, *La Vie fragile. Violence, pouvoirs et solidarités à Paris au XVIIIe siècle*, Paris, Hachette, 1986.

²⁷ *Ibid.*, p. 296.

²⁸ A. Farge, J. Revel, *Logiques de la foule. L'affaire des enlèvements d'enfants à Paris (1750)*, Paris, Hachette, 1988, p. 63.

²⁹ É essa a interpretação de N. Zemon Davis em sua análise dos ritos de violência, *Les Cultures du peuple. Rituels, savoirs et résistances au XVIe siècle*, Paris, Aubier-Montaigne, 1979, pp. 251-307.

³⁰ D. Crouzet, *Les Guerriers de Dieu. La violence au temps des troubles de religion, vers 1525-vers 1560*, Seyssel, Champvallon, 1990, p. 75.

³¹ *Ibid.*, p. 239.

³² Cf. o livro recente de C. Fabre-Vassas, *La Bête singulière. Les juifs, les chrétiens et le cochon*, Paris, Gallimard, 1994.

³³ D. Crouzet, *op. cit.*, pp. 319-410.

³⁴ D. Crouzet, *La Nuit de la Saint-Barthélemy. Un rêve perdu de la Renaissance*, Paris, Fayard, 1994, p. 487.

²⁵ G. Tarde, *L'Opinion et la foule*, Paris, PUF, reed., 1989, p. 155.

²⁶ A. Corbin, *Le Village des cannibales*, Paris, Aubier-Montaigne, 1990, p. 121.

²⁷ *Ibid.*, pp. 137-138.

²⁸ Cf. M. de Certeau, "Historicités mystiques", in *Recherches de science religieuse*, t. 73, 1985, pp. 325-354.

TRÊS

A Construção das Categorias Sociais

SIMONA CERUTTI

Foi pela crítica de uma imagem esclerosada das estruturas sociais, originada de uma visão exterior e não contextual do interesse, que numerosos trabalhos históricos propuseram, nestes últimos anos, um retorno às fontes, uma atenção renovada para a linguagem dos documentos e as categorias dos atores sociais. O confronto entre modos de descrição internos ou externos às lógicas do passado – éticos ou aparentes – ocupa de agora em diante um lugar central no debate historiográfico.

Há alguns anos, os historiadores vivem uma crise de legitimidade de sua disciplina, que provém em parte da opacidade do objeto histórico. Sua especificidade, que se apresenta cada vez menos evidente, está sendo submetida a uma rediscussão radical. O mal-estar é ainda maior porque o debate sucede a um período de relativa segurança, devida ao uso de modelos, de paradigmas e de metodologias ditos "fortes". Nos anos 50 e 60, uma grande parte da historiografia europeia tentou superar um sólido complexo de inferioridade em relação aos instrumentos de análise e de verificação utilizados pelas ciências da natureza. Com efeito, se a adoção da quantificação como modo de organização e de leitura dos dados foi maciça, foi, entre outras coisas, para conseguir uma garantia de credibilidade das hipóteses de trabalho. Através das "leis numéricas", constituiu-se a ambição de elaborar uma disciplina enfim "científica". A mesma ambição transparece, como lembrou o historiador inglês Lawrence Stone¹, na imagem adotada por certas revistas históricas (durante os anos 1950, *Past and Present*, a mais prestigiosa das publicações anglo-saxônicas, trazia o subtítulo *Revue d'histoire scientifique*).

Os exemplos mais típicos dessa atitude se encontram entre os "eliometricistas" nos Estados Unidos, mas também na Europa, e sobretudo na França, onde por muito tempo se definiu o objeto da pesquisa histórica através da constituição de séries – quer se trate de objetos, de gêneros alimentícios, de preços ou de indivíduos. É nesse contexto que

se situa o imenso sucesso de um modo de organização dos fatos e das análises, conhecido pelo nome de classificação socioprofissional. Em torno dessa grade de leitura das realidades sociais, neutra apenas em aparência, surgiu um debate que me parece capital se quisermos compreender o objetivo do trabalho do historiador durante os últimos anos.

A crítica das categorias "socioprofissionais"

Os estudos dedicados às sociedades do Ancien Régime, em particular às sociedades urbanas, têm início freqüentemente com uma apresentação preliminar da população, de sua fisionomia social, de seus modos de produção e de suas hierarquias internas. Muitas vezes, essa apresentação toma dois caminhos que não se excluem necessariamente: por um lado, a descrição de "tipos" representativos das diferentes ordens sociais (o nobre, o burguês, o comerciante), por outro, a classificação por categorias profissionais. Tem-se dado muita importância a este segundo caminho, tido como capaz de prestar conta globalmente dos caracteres fundamentais do espaço urbano. A repartição dos habitantes por setores de atividade podia, ao mesmo tempo, dar uma imagem das orientações econômicas da cidade (a indústria, as manufaturas, os serviços), e remeter a sua estratificação social, já que, mesmo implicitamente, ela desenhava a escala das hierarquias. Assim, os quadros por profissões, tão freqüentes nas monografias francesas, se encarregavam de fornecer coordenadas essenciais; num segundo tempo, uma análise pormenorizada podia aplicar-se a aspectos mais particulares da vida social.

Um amplo debate, que remonta principalmente aos anos 1960-1970, desenvolveu-se em torno desses critérios, de início fundados unicamente numa nomenclatura profissional; ora, esta foi se enriquecendo, aos poucos, com variáveis sócio-econômicas tais como o nível de vida, o setor de atividade ou os vínculos de dependência entre as profissões. Na França, o modelo foi tirado das grades estabelecidas pelo INSEE, cuja hipótese inicial era precisamente construir categorias em que a profissão ficasse emparelhada com o meio social.

Recentemente, as categorias socioprofissionais foram objeto de profundas críticas, formuladas por sociólogos e demógrafos. Alain Desrosières e Laurent Thevenot, em particular, em *Les Catégories socio-professionnelles* [As categorias socioprofissionais] (Paris, 1988), se interrogaram sobre o modo de elaboração dessas classificações, questionando seu caráter "natural" e evocando o caminho indissociável da

história francesa, que levou a definir os grupos profissionais como um instrumento de identificação dos indivíduos. Estes autores sublinharam particularmente quanto essa forma de leitura era o resultado de um compromisso entre a vontade de conciliar uma pretensa continuidade da organização corporativa do Ancien Régime, e a noção, mais moderna embora vaga, de "meio social", que em princípio remete ao mesmo tempo a um estatuto e a um modo de vida. Como Desrosières e Thévenot apontam, o inventor do termo "socioprofissional", interrogado sobre a preferência que dava a esta expressão em relação àquela, mais simples, de "categoria social", respondeu: "Se tivéssemos escolhido essa palavra, teríamos sido criticados por todos. A esquerda julgaria que não eram verdadeiras classes sociais, e a direita gritaria, ao contrário, que eram classes sociais. Ao contrário, com 'socioprofissional', ninguém disse nada". Por trás desta pilhéria, entrevê-se um autêntico problema: sob a aparência de uma descrição aparentemente neutra, a síntese entre a profissão e o estatuto social delimita grupos segundo critérios compreensíveis para os pesquisadores, mas que não correspondem necessariamente à experiência dos atores sociais.

Entre os historiadores, a reflexão relativa a essas grades de leitura, suscitada por sondagens empíricas, foi talvez menos explícita, porém mais precoce. Já no início dos anos 1970, certos pesquisadores começaram a sublinhar a pouca eficácia dessa classificação num domínio crucial, o da comparação, onde, justamente, sua adoção deveria se mostrar particularmente útil. De fato, as categorias pareciam incapazes de se adaptar à diversidade das situações, que se apresentavam cada vez mais complexas e irredutíveis umas às outras. Assim, reuniam-se nos mesmos compartimentos indivíduos que exerciam, na realidade, profissões diferentes, mantinham relações diferentes com o sistema de produção e se beneficiavam de um estatuto social diferente. Esse tipo de classificação se mostrava forçado, inepto a levar em conta importantes especificidades locais.

Ao longo dos anos seguintes, novas etapas foram vencidas: a crítica contrária a esses critérios "exteriores" se aperfeiçoou, fundando-se em duas ordens de considerações. Em primeiro lugar, seu aspecto parcial: eles negligenciam ou, no pior dos casos, ocultam certos componentes fundamentais das sociedades que pretendem analisar. Em seguida, pelo contrário, eles "criam" grupos sociais cuja existência ainda não foi provada. Delineou-se assim uma reflexão mais geral quanto à maneira de descrever

as sociedades do passado, quanto à eficácia de instrumentos e de um vocabulário estranhos à experiência dos atores sociais.

Uma série de estudos, inaugurada por Natalie Zemon Davis em sua obra sobre Lyon no século XVI², subvertem profundamente a imagem tradicional da estratificação social numa cidade de Ancien Régime. Na origem desta mudança está um princípio aparentemente simples: consiste em reler os documentos de uma maneira aprofundada, prestando atenção a sua linguagem. O resultado foi uma multiplicação dos atores sociais. Por exemplo, em Lyon, durante a Renascença, a idade e o sexo não constituíam apenas variáveis no interior da escala formada pelas profissões, mas representavam também grupos sociais autônomos, que ocupavam um lugar reconhecido dentro da estratificação urbana. Atribuíam-se a esses grupos funções de ordem e de controle, eram mencionados nos estatutos, manifestando assim sua legitimidade no plano jurídico. Ora, esses grupos de idade e de sexo teriam sido invisíveis caso se tivesse adotado uma classificação socioprofissional: e no entanto estavam presentes no espírito dos contemporâneos, e permanecem essenciais para se compreender o comportamento deles.

Ao mesmo tempo que dissimula certos atores sociais, a classificação inventa outros, sem se preocupar muito com sua existência na sociedade analisada. Esta crítica se apóia numa constatação aparentemente evidente, mas crucial. A taxinomia não é um instrumento neutro, que visaria unicamente refletir as realidades. Ela encontra sua justificação numa idéia forte da verdade e do saber: um modelo aristotélico segundo o qual conhecer é sinônimo de "fazer aparecer", de revelar o que já existia em estado latente. Neste sentido, a classificação não é uma das interpretações possíveis da realidade, e sim seu espelho direto. Por conseguinte, o próprio ato de "classificar" não seria mais que uma ordenação do real.

Na realidade, reunir indivíduos em categorias definidas pelo setor de atividade não tem nada de natural: ao contrário, postula-se com isso mesmo a existência de grupos sociais, pelo menos de uma maneira implícita. Os que exercem a profissão de comerciante, de advogado, ou então os que se encontram na categoria de nobres, tornam-se os componentes de um *corpus* que a taxinomia apresenta como coerente. Pouco importa se não partilham os mesmos interesses ou os mesmos ideais: a classificação ignora o problema da validade de seus próprios critérios aos olhos dos protagonistas da época e, sob a aparência de uma leitura neutra da realidade, reifica grupos sociais. Através dela, desliza-se assim do indivíduo em direção ao grupo, já que a classificação subentende a noção de interesse comum para

os membros da mesma categoria. De fato, é esta última noção que coloca a classificação como um modo de representação plausível da sociedade e reduz a inquietante disparidade dos comportamentos de grupo. Esta questão se situa no âmago do trabalho do historiador.

Uma noção preguiçosa: o "interesse"

Enquanto objeto de estudo, o grupo é sem dúvida uma unidade mais tranquilizadora que os indivíduos, e não é por acaso que um grande número de análises desembocam na produção de grupos para o uso dos pesquisadores. Segundo A. Desrosières, a própria noção de média estatística desempenha essa função: já que exprime um valor que não pertence a um elemento isolado, ela confirma a existência do grupo com a realidade supra-individual³. A utilização que se faz muitas vezes do conceito de "interesse" é um bom exemplo desta atitude.

Numa obra justamente célebre, o economista Albert Hirschman examinou o processo pelo qual, nos séculos XVII e XVIII, a noção de "interesse", que tinha uma acepção muito ampla, pôde ser assimilada às simples vantagens materiais ou econômicas⁴. Acima de tudo, ele mostra quanto o extraordinário sucesso de que gozava essa noção era ditado pelo efeito tranquilizador que lhe era atribuído: tinha-se enfim definido uma base que podia dar uma ordem plausível à sociedade. Seu principal mérito era a idéia, que dela derivava, da continuidade e da permanência dos comportamentos sociais. Da continuidade à previsibilidade, havia apenas um passo, e nisso reside a principal razão do entusiasmo que essa noção suscitou.

Entretanto, este efeito tranquilizador não seduziu somente os homens dos séculos XVII e XVIII: ele explica, parece-me, o fato de que os historiadores adotam freqüentemente – e de modo muitas vezes irrefletido – o critério do "interesse". Diante de uma dispersão possível dos comportamentos individuais, ele oferece a vantagem de fornecer um denominador comum a um certo número de sujeitos. Basta falar em interesse para falar em grupos, em outras palavras, para efetuar o deslizamento do indivíduo ao grupo, tão tranquilizador para quem pretende analisar os comportamentos sociais.

Foi pela crítica dessa imagem esclerosada das estruturas sociais, originada de uma visão exterior e não contextual do interesse, que numerosos trabalhos históricos propuseram, nestes últimos anos, um retorno às fontes, uma atenção renovada para a linguagem dos documentos e as categorias dos atores sociais. O confronto entre modos de descrição internos ou externos às lógicas do passado ocupa um lugar central no debate

historiográfico atual. Ele tem abalado muitas certezas apressadas quanto ao caráter objetivo da análise histórica.

A linguistic turn: uma renúncia

Esta reflexão, entretanto, chegou a resultados diversos. Por um lado, certos trabalhos (os de Natalie Davis são o melhor exemplo) analisam o vocabulário dos atores sociais para compreender as interpretações e as proposições relativas à estratificação social: esforçam-se por reconstituir os sistemas de sentido inerentes às classificações sociais do passado, sem se contentar em substituí-los às categorias socioprofissionais, mas examinando sua gênese, sua utilização eventual ou os conflitos dos quais se originaram. Aborda-se pois a estratificação através de uma leitura atenta dos discursos, que a ela se referem, juntamente com o comportamento dos protagonistas.

Por outro lado, uma corrente histórica já abundante proclamou a “dissolução do social”; ela rejeita radicalmente toda análise dos comportamentos do passado em termos que impliquem na consideração da experiência dos atores e de seus interesses (materiais ou outros). Neste caso, as análises da linguagem não servem de ponto de partida para a exploração dos processos sociais que a produziram. Pelo contrário, elas são restritas, pois o essencial é a “construção discursiva”, considerada como reveladora do universo cultural dos que a adotaram. Portanto, a *linguistic turn* (virada lingüística) volta a questionar seriamente a pertinência do social como contexto da análise⁵: apresenta-se mesmo, no espírito de seus defensores, como uma maneira de ultrapassar um determinismo sociológico que teria por demasiado tempo caracterizado os trabalhos históricos.

É importante observar que muitos desses trabalhos se ocupam de fenômenos ou correntes políticos. É que as explicações em termos “sociais” – que determinariam motivações e interesses a partir da posição dos indivíduos na escala hierárquica – parecem restritivas, insuficientes. Ao contrário de uma ótica “ontológica” dos grupos e das classes, a abordagem lingüística se propõe a analisá-los como construções discursivas: atribui-se ao discurso a capacidade agregativa e a faculdade de gerar a solidariedade social que faltam visivelmente aos simples interesses materiais. Assim a linguagem pode abstrair-se dos atores que a utilizam.

Com efeito, constataram-se freqüentemente rupturas importantes entre o ordenamento político e as condições materiais. Não é por acaso que a *linguistic turn* se desenvolveu num mundo anglo-saxônico, num momento em que reaganismo e thatcherismo “populares” criavam emba-

raçosos problemas de interpretação para os historiadores da “nova esquerda”, como observaram recentemente D. Mayfield e S. Thorne⁶. Em outras palavras, a adesão a ideologias que não correspondem aos interesses evidentes de um grupo determinado, legitima o divórcio entre os “discursos” e o plano do social. Opera-se então uma reviravolta completa em relação ao paradigma que se pretende combater: no limite, os indivíduos desaparecem deste tipo de análises, que concernem antes de tudo às construções narrativas. E são os semiólogos, mais que os especialistas das ciências sociais, que se tornam a referência dos historiadores.

Esta nova interdisciplinaridade merece um tempo de reflexão. Ela se assemelha mais a uma renúncia do que a uma verdadeira convergência de temas e de problemáticas. Se este tipo de trabalhos postula, como dissemos, a autonomia da linguagem, é devido à inadequação dos instrumentos de análise dos historiadores para explicar, por exemplo, a distância entre ideologia e comportamento social. Uma visão mecânica e rígida da estratificação, que faz corresponder interesses específicos aos diferentes papéis exercidos pelos indivíduos, deixa de lado as discordâncias e as contradições que surgem constantemente na análise.

Entretanto, optando por atribuir às linguagens uma autonomia absoluta e por negar-lhes qualquer relação com os comportamentos, desiste-se de fato de enfrentar essas contradições: constata-se uma dificuldade sem procurar resolvê-la. O questionamento das certezas disciplinares – entre as quais, sem dúvida, os modos de descrição e de interpretação fornecidos pelas categorias socioprofissionais – se traduz por uma atitude globalmente passiva. Ou, em caso extremo, por uma forma de ceticismo, comum hoje a numerosos historiadores, quanto às possibilidades explicativas das ciências sociais, seus objetivos e sua aptidão para ter acesso à realidade.

As identidades sociais: das trajetórias individuais às solidariedades

Todavia, as análises lingüísticas podem conduzir a outras direções. Não somente elas ajudam a conceber o que foram no passado os critérios da estratificação social e a rediscutir os critérios atuais do historiador, como também, dispensando uma atenção crítica às linguagens, permitem formular de uma maneira menos rígida a noção de interesse, na qual, como vimos, a classificação socioprofissional funda sua legitimidade. Entretanto, é necessário que o discurso permaneça o ponto de partida, e não o resultado da pesquisa. De certa maneira, é preciso reintroduzir na

análise os atores sociais que utilizavam essas linguagens. Esta acepção do contexto, cada vez mais difundida entre os historiadores, é a que parece a mais rica em desenvolvimentos ulteriores.

Partindo dos indivíduos, recompondo-lhes o percurso social e tentando reconstituir-lhes as escolhas, o pesquisador se interroga sobre a *experiência* deles e, por conseguinte, sobre o modo de formação de sua identidade social. Esforça-se por desenhar seu horizonte, e para isso define seus interesses muito além da profissão ou do estatuto oficial. É uma perspectiva que também parte da constatação dos limites das categorias, mas que, longe de se traduzir por uma renúncia, se propõe a rediscutir os pressupostos e a enfrentar as contradições das mesmas. Não se trata tanto de negar o fato de os indivíduos pertencerem a categorias profissionais, mas de examinar como as relações sociais criam solidariedades e alianças e, afinal de contas, grupos estáveis. Assim, a ruptura entre os “discursos” e os comportamentos vai constituir um problema para o historiador, que não poderá livrar-se dele isolando cada um dos dois termos. Este problema não consistirá apenas em reconstruir “o que as pessoas diziam”, a maneira como interpretavam o universo em que viviam, ou as ideologias de que se nutriam, mas também em compreender como alguém pode, muitas vezes, pronunciar palavras em contradição com seus próprios atos.

Debruçar-se sobre o percurso dos indivíduos testemunha uma grande ambição. À noção de uma vida social regida por normas exteriores, a um comportamento que se define a favor ou contra essas normas, opõe-se uma visão menos linear, porém mais capaz de explicar a relação que une os indivíduos ao mundo em que evoluem. Pode-se ver o indivíduo como um ser racional e social que pretende atingir um certo número de objetivos. Os impedimentos e os limites de suas capacidades de escolha dependem essencialmente das características de suas relações com outrem: inscrevem-se na rede dos compromissos, das expectativas e dos laços de reciprocidade que a vida em sociedade lhes impõe. Por conseguinte, é o próprio processo social que se situa no centro da análise, e portanto as interações dos indivíduos em diversos contextos sociais mais que as simples instituições. Das estruturas e das instituições, o foco da análise se desloca para o processo e as interações. Resolve-se assim o que se considerou como uma ambigüidade epistemológica fundamental da ciência ocidental: a tendência a criar falsas unidades de análise – o fato de pensar mais em termos de unidades individuais que de sistemas de

relações, ou mais em termos de aglomerações humanas que de ligações entre seus componentes e o mundo que os cerca.

Esta perspectiva relacional parece-me susceptível de reformular a relação entre as normas e os comportamentos: ela enriquece a idéia que temos das primeiras, já que elas não são determinadas de uma vez por todas pelo lugar que o indivíduo ocupa na escala social e profissional, e sim produzidas e negociadas no interior dos vínculos sociais. Por outro lado, ela pode contribuir a definir a experiência e, por conseguinte, os interesses dos atores, pois, ao reconstruir as interrelações, o pesquisador não pode se limitar a níveis de análise preestabelecidos (as relações de produção, de mercado etc.). O percurso dos indivíduos no interior de diferentes meios – a família, o trabalho, a vida social – desenha seu horizonte social.

Esta perspectiva implica também intercâmbio com outras disciplinas: sem dúvida alguma com uma forma de antropologia “relacional” e antifuncionalista, que se desenvolveu sobretudo a partir dos anos 1970 no mundo anglo-saxônico, e cuja repercussão junto aos historiadores franceses permanece até agora limitada⁷. Os que orientaram seus trabalhos mais para a análise das redes sociais tecidas pelos indivíduos – do que para os sistemas normativos que em princípio regulam seu comportamento – obedeceram a motivações análogas às que evocamos. A questão é conseguir compreender do interior as formas adotadas pela estratificação da sociedade que se pretende analisar e as razões dessas formas. Nesta base, a interdisciplinaridade não representa nem uma renúncia nem um plágio, e a “crise das certezas” pode se traduzir por um enriquecimento salutar.

Notas

¹ L. Stone, “The revival of narrative: reflections on a new old history”, *Past and Present*, n. 85, 1979, trad. fr., *Le Débat*, n. 4, 1980, pp. 119-122.

² N. Z. Davis, *Les Cultures du peuple. Rituels, savoirs et résistances au XVIe siècle*, Paris, Aubier, 1979 (trad. de *Society and Culture in Early Modern France*, Stanford University Press, 1975).

³ A. Desrosières, *Masses, individus, moyennes: la statistique sociale au XIXe siècle*, Paris, Hermès, 1988.

⁴ Albert O. Hirschman, *La Passion et les Intérêts. Justifications politiques du capitalisme avant son apogée*, Paris, PUF, 1980 (ed. original, Princeton University Press, 1977).

⁵ Cf. G. Eley, "De l'histoire sociale au 'tournant linguistique' dans l'historiographie anglo-américaine des années 1980", *Genèses*, 7, 1992, pp. 163-193.

⁶ D. Mayfield e S. Thornc, "Social history and its discontents: Gareth Stedman Jones and the politics of language", *Social History*, maio 1992.

⁷ Refiro-me aos trabalhos de F. Barth, em particular "Models of social organization", *Occasional Papers of the Royal Anthropological Institute*, 23, 1966, e *Process and Form in Social Life*, Londres, 1980.

QUATRO

Mulheres / Homens: Uma Questão Subversiva

OLWEN HUFTON

Quem imaginaria hoje em dia uma história da religião e das práticas religiosas sem se referir à distinção dos sexos para explicar a participação diferente das mulheres e dos homens? Quem pensaria em escrever uma história das indústrias têxteis sem evocar a mão-de-obra extremamente barata das operárias que permitiu a decolagem para o crescimento, e quem escreveria uma história dos modos de consumo sem levar em conta a procura divergente de cada sexo? Quem, em 1995, se debruçaria sobre a estrutura histórica das migrações sem considerar as mulheres que permaneceram no lugar para cuidar da terra, indispensáveis para a comunidade?

Em *Le Deuxième Sexe* [O segundo sexo] (1949), Simone de Beauvoir fez duas observações de importância considerável para a escrita da história das mulheres. A primeira era que as mulheres não tinham história e não podiam, por isso, orgulhar-se de si próprias. A segunda era que não se nasce mulher, fica-se mulher; que as mulheres são o produto de um processo complexo de *aculturação*, de uma construção histórica do espírito que determina seu papel social e seu comportamento diante do mundo. Nenhuma dessas observações era original. Jane Austen, pela boca de uma de suas heroínas, se lastimava de que as mulheres, com exceção de um punhado de "inúteis", estivessem ausentes da história, o que, na opinião dela, fazia com que a história se inclinasse de um só lado; era uma escolha deliberada dos historiadores, uma vez que — todo mundo sabe disso — a história era uma invenção. Desde o século XVII, as escritoras feministas haviam insistido no fato de que as mulheres eram produto de uma educação imperfeita: suas faculdades de raciocínio e suas realizações históricas não podiam ser comparadas às dos homens, pois elas tinham sido privadas de instrução e condicionadas para exercer um papel secundário e subordinado, em suma, tornadas insignificantes. Ora, as observações de S. de Beauvoir,

apoiadas num discurso filosófico erudito envolvendo os grandes filósofos, Marx e Freud, intervinham num momento singularmente apropriado. Seu discurso iria tornar-se um dos textos fundadores do movimento das mulheres que estava começando pelo fim dos anos 1960, movimento por sua vez originado pelo dos direitos cívicos.

Um dos primeiros objetivos desse movimento consistia em apreender o passado legítimo das mulheres, em introduzi-las na história. Ao mesmo tempo, supunha-se, a exploração dessa história evidenciaria que as mulheres haviam sido tratadas injustamente. A história da opressão da mulher, da qual a exclusão da história era apenas uma manifestação entre outras, ficaria então clara. A mulher emergiria sob formas diferentes, mas antes de mais nada, talvez, como vítima de uma conspiração masculina tendente a fazê-la calar. Apareceriam assim heroínas, que não eram necessariamente rainhas, amantes de reis e santas, e sim mulheres conscientes de sua situação difícil de mulheres, que teriam tentado remediá-la, lançar-se nessa corrida de obstáculos, para perceber que os obstáculos tinham sido de repente elevados ou redistribuídos sorrateiramente. Antes de tudo, esse exercício permitiria à geração do “agora” – e nenhuma outra geração estava mais presente nos anos 1960 – dizer: “Nós estávamos lá”.

Em suma, essa história devia fazer parte de um processo de conscientização; era um exercício de orgulho, uma declaração dirigida aos historiadores e aos professores de história, para dizer que, uma vez que pelo menos 50%, senão mais, de toda turma eram mulheres, essa porcentagem tinha direito a um passado. “Por acaso as mulheres tiveram uma Renascença?” perguntou Joan Gadol Kelly, pergunta seguida automaticamente por uma segunda: “E se não for o caso, por que não”¹?

As primeiras histórias das mulheres foram lançadas nos Estados Unidos, por uma boa razão. A universidade americana era sensível às forças do mercado – pelo menos abstraindo os membros da Ivy League (círculo das velhas universidades prestigiosas dos Estados do Leste) que, graças a seu prestígio, podiam se permitir o luxo do conservadorismo. As turmas de história estavam sofrendo um processo de feminização e a clientela procurava obter uma apreciação de seu passado. Era preciso fornecer manuais e estabelecer bibliografias. Este exercício revelou que, entre as gerações anteriores de mulheres, escritoras haviam buscado uma experiência nitidamente feminina, e promoveu sua redescoberta e a reedição de suas obras, vendidas em quantidade bem maior que a edição original. Um exemplo significativo no mundo anglo-saxónico é o de Alice

Clark, então relativamente pouco conhecida. Sua obra, *The Working Life of Women in Seventeenth Century England* [A vida das mulheres trabalhadoras no século XVII na Inglaterra] (1919), tornou-se um clássico nos anos 1970, e forneceu o pano de fundo ao debate sobre a deterioração da posição das mulheres no capitalismo: o livro esboçava o retrato de uma vigorosa mulher de lavrador, a qual tinha levado uma existência útil e produtiva que a nascente economia de mercado havia destruído. A tese era sedutora e se tornou uma das primeiras formulações gerais sobre a história das mulheres na sociedade, mas – e isto é significativo – tais generalizações iam ser submetidas a controle rigoroso e modificação por uma nova geração de pesquisadores. Verificou-se que a própria A. Clark era uma solteirona da classe média com sólidas origens burguesas, cuja visão era influenciada por sua incapacidade de evadir-se de seu papel de mulher solteira enclausurada em casa. A vida de trabalho da mulher do lavrador lhe parecia útil e dinâmica em relação à sua própria situação, mas ela não se dava conta de que descrevia apenas uma ínfima minoria de mulheres, e que a camponesa levava uma vida rude marcada pela pobreza, afastada de qualquer sociedade ideal. Em resumo, A. Clark, apesar de sua formação histórica e de seu conhecimento do assunto, interpretava este assunto à luz de seus próprios desgostos, e escreveu assim um grande livro errôneo: grande porque forneceu uma hipótese e algumas provas, mas talvez mais ainda porque seu questionamento levou uma nova geração de historiadores do trabalho a compreender melhor a vida profissional das mulheres e sua posição no mercado de trabalho, tanto na sociedade pré-industrial como na industrial.

O espírito de pesquisa que se manifestava nos anos 60 era ao mesmo tempo militante e vivificador. Sua dinâmica impelia jovens pesquisadores ambiciosos a estender as investigações com técnicas científicas que favoreciam a profissionalização do campo de pesquisa. Se a história das mulheres conheceu sua primeira expressão mais aparente na América, a Grã-Bretanha, a França e os Países Baixos não vinham muito atrás, apesar do aparecimento de importantes diferenças. Na América, a história das mulheres fazia parte, cada vez mais, de um amálgama multidisciplinar – os *women's studies* – em que a literatura, a antropologia, a sociologia e a filosofia representavam também um papel importante. Em numerosas universidades, os estudos sobre as mulheres foram incorporados aos programas universitários. Na Europa, o desenvolvimento interveio no quadro tradicional das disciplinas, e coexistiu com outros aspectos do processo histórico para reforçá-los ou completá-los.

Certos campos de pesquisa histórica se revelavam mais receptivos, mais acolhedores que outros. O reconhecimento das mulheres como tais incomodava freqüentemente muitos professores universitários, que tinham levado tranqüilamente sua vida de historiadores constitucionais, políticos ou intelectuais sem refletir no desequilíbrio do passado nem perceber o que uma abordagem baseada na distinção dos sexos trazia para sua disciplina. Alguns viam nisso uma intriga feminista, e consideravam pouco respeitável o fato de se ocupar da história das mulheres. Os historiadores da família eram mais favoráveis, e o acento posto na demografia, componente importante da abordagem das *Annales*, que resultara também na constituição do "Cambridge Population Group" na Grã-Bretanha, ajudava a entender a lógica de tal evolução. Os historiadores da sociedade e da cultura, os que estudavam a criminalidade e as práticas religiosas, também estavam receptivos e prontos para integrar esta nova dimensão a suas análises; será que existe uma dicotomia entre comportamentos masculino e feminino diante deste ou daquele problema, e, na afirmativa, por quê? A nova história cultural, lidando com a construção e a transmissão de idéias e de atitudes expressas, por exemplo, nos rituais, nas tradições ou nas formulações dos textos, se dava conta de que as hipóteses sobre o papel dos homens e das mulheres criticavam as questões de que ela se ocupava. Nenhum documento, nenhuma imagem, nenhuma cerimônia era neutra, e sim incluía, qualquer que fosse a sociedade, julgamentos de valor a serem decodificados – entre os quais os que diziam respeito aos papéis respectivos dos dois sexos – para interpretar sua significação. As noções de um comportamento mais de acordo com um dos dois sexos podiam ser indicadores de distinção entre as culturas. O véu muçulmano, por exemplo, era o resumo de um conjunto de atitudes e de crenças próprias ao islã.

Nas mãos dos historiadores da cultura, a distinção sexual tornava-se um instrumento analítico para ser utilizado ao mesmo tempo que as distinções segundo a raça ou a classe social. Tanto quanto as mulheres, os homens se tornavam então o produto de um processo de aculturação: tinham pois sido fabricados e não tinham nascido assim. Seria artificial e exagerado isolar as mulheres, quando importava pôr em contexto homens e mulheres, para perceber a dinâmica cultural de uma sociedade. Contra as práticas fechadas dos *women's studies*, tal abordagem contribua para transformar a história das mulheres em *gender history*. É somente em inglês que o "gênero" tem uma conotação sexual; teve que ser

importado para as línguas românicas. A noção de uma *gender history* que se interessa pelo processo de definição tanto do masculino como do feminino numa sociedade particular, em lugar de uma história dedicada apenas às mulheres, era amplamente aceitável, ao mesmo tempo para um vasto conjunto de historiadores de matéria social, econômica e cultural, e para numerosos cientistas que se tinham consagrado inicialmente a arrancar as mulheres ao esquecimento.

Já em 1984, numa importante coleção de ensaios, Michelle Perrot lançava a seguinte pergunta: *Uma história das mulheres é possível?* E o material contido no volume sugeria inevitavelmente a resposta: provavelmente não. As mulheres viviam em função dos homens, e suas vidas eram freqüentemente percebidas através de um prisma masculino. O mercado distinguia os sexos: o trabalho dos homens e o trabalho das mulheres eram avaliados diferentemente; havia profissões de homem e profissões de mulher, assim como mercadorias cujo valor refletia a produção por um ou pelo outro sexo. A Igreja era outro espaço marcado pela distinção sexual: as mulheres eram excluídas da hierarquia secular, a vida religiosa regular tomava formas diferentes conforme a ordem ou a congregação fosse para homens ou para mulheres. Quando, no século XVII, Mary Ward tentou constituir uma ordem de mulheres missionárias semelhante à dos jesuítas, o papado ficou atrapalhado. Incapaz de associar a Igreja a mulheres errantes, jogou-a logo na cadeia. A ampla obra social da Contra-Reforma que florescia na França, produzindo não somente as Irmãs de Caridade mas também centenas de ordens e de congregações votadas ao cuidado dos doentes, dos pobres e dos inválidos², dotou a Igreja em seu conjunto de características distintivas. Os historiadores da educação se davam conta de que a educação não era dada igualmente para os dois sexos, que seu conteúdo mudava conforme os sexos para corresponder ao que devia convir ao homem ou à mulher. Nas estatísticas criminais, os criminosos do sexo masculino eram de cinco a seis vezes mais numerosos que os criminosos do sexo feminino, mas as mulheres eram vítimas de um crime violento mais freqüentemente que os homens. Quanto às condenações, variavam para corresponder ao que era considerado como apropriado a cada sexo. Por que a preocupação penal se prendia mais às prostitutas que a sua clientela? Por que 80% dos casos de bruxaria eram de mulheres?

Essas perguntas e essas representações favoreceram a metamorfose da história das mulheres numa *gender history*, e fizeram do sexo um dos

temas de estudo dos historiadores do sociocultural. Ora, esta transformação não se fez sem debate. A *gender history* é a história das mulheres separada de qualquer programa feminista, menos militante, menos engajada do ponto de vista político, e portanto mais objetiva? Ou se trata de um processo em que, mais uma vez, é atribuído às mulheres um papel secundário no discurso?

É claro que *gender* não é um conceito sem preconceitos. Não responde necessariamente à preocupação prioritária das feministas dos anos 1960, que queriam dar às mulheres o lugar que lhes era devido no passado e explicar por que, muitas vezes, elas não figuram na história escrita. É também provável que, sem a insistência militante das primeiras protagonistas da história das mulheres, talvez o sexo nunca fosse descoberto como instrumento da análise histórica. Um debate verdadeiramente pungente figura num dos últimos números da *Irish Historical Review*³. Poucas mulheres se viram negar seu passado tão radicalmente quanto as irlandesas, que, sem exceção, foram riscadas da história; as instituições históricas oficiais, extremamente lentas em recuperar o atraso, parecem mesmo persistir numa espécie de distorção historiográfica. Uma obra inovadora recente, editada por Margaret Mac Curtain e Mary O'Dowd⁴, apresenta uma rica coletânea de ensaios, cientificamente inatacáveis, sobre diferentes aspectos da existência e das atividades das mulheres na política, no direito e na guerra, na religião, na literatura e na educação, bem como na família e no trabalho doméstico. A presidente da República assistiu pessoalmente à apresentação do volume. A publicação constituía uma experiência histórica vivificante num nível que ia além da simples informação. Dava às cientistas, às estudantes, às leitoras irlandesas a consciência de pertencer a uma coletividade, experiência que as outras mulheres ocidentais haviam conhecido mais de vinte anos antes. Revelava quanto restava por fazer, e algumas das potencialidades do que podia ser descoberto. Ora, em sua resenha de obras recentes sobre a história das mulheres irlandesas, David Fitzpatrick, historiador irlandês de grande valor, qualificava a história das mulheres de "gueto sombrio em que os homens e numerosas mulheres não se aventuram por medo ou por desprezo"⁵. Em sua resposta, Mac Curtain e O'Dowd julgaram que o estado atual da historiografia irlandesa dá pouca latitude a estudos destinados a tomar verdadeiramente em consideração os sexos; é preciso pois continuar o empreendimento, principalmente explorando os domínios em que ele pode entrar em colisão com a história nacional.

Este debate é salutar. Ele nos lembra que o enriquecimento do campo histórico pela introdução da distinção social dos sexos se produziu de modo desigual, segundo os contextos nacionais mais ou menos receptivos. Provavelmente, tal processo poderá ser um dia analisado com proveito. Com toda evidência, teve melhor êxito nos lugares em que os historiadores não tiveram medo de novas perspectivas, e também não procuraram impor julgamentos de valor sobre o que deve ser um campo legítimo de pesquisa para um historiador.

Um grande colóquio organizado de dois em dois anos nos Estados Unidos, a "Berkshire Conference", que atrai vários milhares de cientistas dos dois sexos, constitui agora uma estrutura internacional para conferências sobre a história das mulheres. As revistas especializadas já remontam a mais de dois decênios, e seus nomes, tais como *Feminist Studies*, *Signs*, *Pénélope*, a revista italiana *Memoria*, e a recentíssima publicação *Gender and History*, revelam algumas das mudanças ocorridas. Outras revistas, como *History Workshop*, incorporaram como assunto permanente a história das mulheres. Os editores descobriram que as mulheres compram livros sobre as mulheres. A casa editora Laterza, que havia encomendado a *Storia delle Donne* [História da Mulher], realizada sob a direção geral de Georges Duby e Michelle Perrot⁶, estava pasmada com o sucesso obtido por essa obra. Esse monumento em cinco volumes propõe abordagens muito divergentes no que diz respeito às mulheres e a suas relações, tais como emergiram no decorrer dos dois últimos decênios; apesar de seu título, a obra trata igualmente dos homens, das idéias sobre os sexos, das mentalidades, da maneira como os Europeus concebiam sua vida de família, seu trabalho, sua religião, e como viviam no interior dos horizontes mentais da vida cotidiana. Vinte anos atrás, tal exercício teria sido impossível. Só os misóginos obstinados podem ainda negar a evidência de um semelhante enriquecimento da história.

Quem imaginaria hoje em dia uma história da religião e das práticas religiosas sem se referir à distinção dos sexos para explicar a participação diferente das mulheres e dos homens? Quem pensaria em escrever uma história das indústrias têxteis sem evocar a mão-de-obra extremamente barata das operárias, que permitiu a decolagem para o crescimento, e quem escreveria uma história dos modos de consumo sem levar em conta a procura divergente de cada sexo? Quem, em 1995, se debruçaria sobre a estrutura histórica das migrações sem considerar as mulheres que permaneceram no lugar para se ocuparem com a terra, indispensáveis para a comunidade?

As perguntas deste gênero são inumeráveis. Um exercício começado para tornar as mulheres conscientes de si próprias deu assim origem à conceptualização da diferenciação social dos sexos, que está invadindo o conjunto da disciplina histórica. O que começou por um assalto, prossegue – se completa – pela persuasão e pela infiltração.

Notas

¹ J. Gadol Keily, "Did women have a Renaissance?", in R. Bridenthal e C. Koonz (ed.), *Becoming Visible: Women in European Society*, Boston, Houghton Mifflin, 2ª ed., 1987.

² C. Langlois, *Le Catholicisme au féminin*, Paris, Le Cerf, 1984, continua o estudo dessa obra feminina depois da Revolução.

³ M. Mac Curtain e M. O'Dowd, "An Agenda for women's history in Ireland", *Irish Historical Studies*, XXVII, 1992.

⁴ *Women in Early Modern Ireland*, Dublin, 1991.

⁵ D. Fitzpatrick, "Women, gender and the writing of Irish history", in *Irish Historical Studies*, XXVII, 1991.

⁶ A obra foi publicada depois em francês: *Histoire des femmes*, Paris, Plon, 5 volumes 1991-1992. Está atualmente traduzida em várias línguas.

CINCO

Depois de 1989, Esse Estranho Comunismo

MARC LAZAR

Depois da queda do muro de Berlim, seria absurdo e perigoso votar o "comunismo" ao esquecimento. A novidade de uma situação política inesperada incita mais do que nunca a um esforço exigente de compreensão de um fenômeno que é parte integrante da história européia, e mundial.

Teria o comunismo se tornado, no sentido vulgar da expressão, uma "história antiga"? A incredulidade de que a opinião pública francesa fez alarde até 1991 quanto ao fim do comunismo estava na medida do que este representara, ao mesmo tempo, nas relações internacionais e na realidade nacional¹. Mas a irreversibilidade das rupturas no Leste acabou por impor-se, e o comunismo é considerado como um caso arquivado. A desafeição para com ele não é apenas uma opinião política, mas uma atitude de conjunto: o comunismo está afundando nas águas frias da indiferença, engolindo com ele cerca de um quarto do planeta, antes de tudo na China, mas também no Sudeste da Ásia, na África ou em Cuba. A mídia já não se interessa muito por um assunto que antes enchia páginas e páginas. Ocasionalmente, rompe-se o silêncio com a publicação ruidosa de arquivos, como foi o caso recentemente com o livro de Thierry Wolton, que desencadeou novamente as paixões em torno da figura de Jean Moulin², com o de Arkadi Vaksberg, descrevendo a vida dos dirigentes comunistas internacionais em Moscou, ou com as Memórias "do super-espião soviético Pavel Soudoplatov"³. Esta busca do "sensacional", ainda mais impressionante porque, manifestamente, a realidade dos serviços de informação soviéticos ultrapassa a ficção à qual nos acostumara um John Le Carré, não desmente a tendência fundamental; quase de um dia para outro, o comunismo, que obcecava nosso presente, foi rejeitado para um passado aparentemente distante.

O meio das ciências humanas não escapou a semelhante inclinação. Assim, até uma data muito recente, numerosos manuscritos de qualidade enfocando o comunismo ou tudo que lhe está ligado (o mundo operário,

por exemplo) têm sido recusados por grandes editores, que alegam ausência de público⁴. Estranha atitude. Pois, na França pelo menos, o estudo do comunismo atesta uma forte vitalidade, a ponto de representar um dos mais preciosos elementos da história do tempo presente. Constituiu-se como uma verdadeira disciplina universitária, com professores, estudantes, pesquisadores, um Centro de estudos de história e de sociologia do comunismo dirigido por Annie Kriegel e Stéphane Courtois junto à Universidade de Paris X-Nanterre, uma revista, *Communisme*⁵, cuja qualidade foi unanimemente saudada na França e no estrangeiro. Em dez anos, esta publicação mostrou sua capacidade de desbravar novos territórios de investigação e de criar uma metodologia original. Com efeito, enquanto fenômeno total, o comunismo supunha uma história total, mobilizando o conjunto das ciências humanas (em particular, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a etnologia). Seu estudo permitiu transcender as fronteiras das disciplinas para chegar a uma história social do político ou a uma sociologia histórica do político, que restitui sua espessura social e desvela sua significação profunda, quase existencial, fruto do encontro entre um projeto político inédito e comportamentos, tradições, culturas e estratégias de diversos grupos, especialmente operários e camponeses, em momentos históricos particulares das sociedades onde se implantou.

Votar o comunismo ao esquecimento é pois ao mesmo tempo absurdo e perigoso. Absurdo: o que se diria dos que desenvolvessem uma argumentação semelhante a propósito do nazismo? Absurdo ainda, porque o comunismo é parte integrante da história européia, já que nasceu no coração do velho continente, de seus debates ideológicos e de suas realidades sociais e políticas. Mas perigoso também. Com efeito, querer se livrar de uma lembrança pungente enterrando-a no mais fundo da amnésia coletiva provocaria infalivelmente seu retorno obsessivo sob a forma de uma verdadeira síndrome. Daí, aliás, o debate atual nos países ex-comunistas sobre a depuração e a maneira de tratar o passado⁶. Além disso, embora destruído no Leste e em via de desaparecimento no Oeste, o comunismo pesa nas transições democráticas, oneradas por sua "herança gigantesca, problemática"⁷, ou na desestabilização e na fragmentação eleitoral da Europa ocidental, devidas, em parte não desprezível, ao forte recuo dos partidos comunistas, em particular na França e na Itália. Como explicou o filósofo Jean-Toussaint Desanti: "A chapa de chumbo do comunismo não caiu do céu, e não pode desaparecer como por milagre. Enquanto não compreendermos de que se compõe, como se instalou, de que

maneira se perpetuou, não compreenderemos nosso tempo. Não se trata simplesmente de escrever a história dos fatos, mas do que se passou nos modos de relações entre os homens, no mundo de suas crenças, nos núcleos míticos em torno dos quais se organizam suas formas de adesão a si próprios e aos outros. Se o comunismo não tivesse modificado a vivência dos homens, se não tivesse transformado as relações de você a mim, de mim ao outro, as ligações das pessoas entre si [...], não teria acontecido nada. [...] É tudo isso que se trata de compreender e de repensar"⁸. Bonito programa, que constata que o desaparecimento, pelo menos na Europa, desse estranho comunismo faz dele um verdadeiro assunto histórico, mais circunscrito no tempo do que antes, desembaraçado dos "efeitos de teoria" (P. Bourdieu). O que estimula a renovar as interrogações.

URSS/França: diversidade dos comunismos?

Vamos indicar aqui algumas pistas. Não sem ter previamente delimitado o campo de exploração. Deve-se falar de um comunismo ou de comunismos? Velho debate. Existe, com efeito, uma grande diversidade de correntes, de movimentos, de grupelhos que se declaram comunistas. Aliás, é uma de suas características retinir de rupturas, de cisões ou de cismas, que engendram outras tantas tendências, facções, frações, correntes, grupos ou partidos, cada um dos quais pretende possuir a verdade e acusa os outros de traição e de desvio. Quanto a nós, consideraremos apenas o "comunismo bolchevique", posto em prática na Rússia a partir de 1917, e que constitui a experiência fundadora e legitimadora de um movimento mundial, cujas pretensões centralizadoras e unitárias fazem dele um fenômeno único, não obstante a diversidade das formas assumidas. Esta unicidade e esta diversidade são os próprios componentes do comunismo. Este, enquanto ideal tipo à Max Weber, comporta duas dimensões ligadas entre si: a dimensão teleológica provém de seu projeto revolucionário universalista, e implica uma estratégia, uma hierarquia de organizações centralizadas e uma ideologia de conjunto; a dimensão "societária" é constituída pelas relações que cada PC tece com a sociedade a que pertence.

A prodigiosa extensão do comunismo (nenhum continente foi poupado) obriga a proceder de modo seletivo. Limitar-nos-emos a dois exemplos, a URSS e o comunismo ocidental numa de suas terras de predileção, a França, a fim de captar o que o desmoronamento da primeira e o declínio de um dos dois mais poderosos PC da Europa ocidental modificaram na inteligência deles.

Inicialmente, um lembrete. Há uns vinte anos, os estudos de sovietologia se dividiam em duas grandes correntes opostas⁹. De um lado, a escola totalitária, inspirada pelos filósofos do totalitarismo ou pelos politólogos, essencialmente de origem americana, quis estabelecer os critérios distintivos dos regimes totalitários¹⁰; a análise dela estava centrada no partido único, seu caráter monolítico, sua ideologia oficial, seu recurso sistemático à mentira, sua onipotência, seu terror, sua tentativa de absorver a sociedade em suas redes, de mobilizar as massas ou ainda de forjar uma nova humanidade. Daí uma forte atenção à política, à ideologia e à idéia da permanência de um sistema que se edificou esmagando tudo em sua passagem. Por outro lado, desde o fim dos anos 70, afirmou-se uma escola revisionista, que criticava as implicações políticas dos partidários do totalitarismo (muito embora seus próprios trabalhos tenham também pressupostos e consequências políticos), e queria apreender a URSS com outros instrumentos. Refutando a noção de totalitarismo, relativizando o lugar da política e da ideologia tais como se exprimiam oficialmente, ela privilegiou a abordagem social. A URSS foi então percebida na longa duração russa e a partir de "baixo". O objetivo consistia em delimitar a influência dos movimentos de fundo, que afetavam a sociedade em sua inércia e suas rupturas, sobre as orientações e as decisões políticas. Esta escola chegou a falar num consenso e numa autonomia das instituições sociais que se teriam progressivamente realizado na URSS, resultando num "polimorfismo institucional"¹¹. Gorbachev teria encarnado perfeitamente essas transformações.

Na França, o estudo do comunismo se dividiu segundo duas principais sensibilidades historiográficas¹². Annie Kriegel, com sua tese pioneira, depois no resto de sua obra, sublinhava a originalidade irredutível do comunismo na França. Produto de um enxerto estrangeiro ocorrido ao final de um acidente histórico, o PCF rompia com uma tradição do movimento operário francês, pelo fato de pertencer a um sistema comunista mundial inédito na história das internacionais operárias, e de ter montado uma organização radicalmente nova, da qual ela tentou aliás a etnografia¹³. A leitura da obra de Annie Kriegel feita pela historiografia surgida das fileiras comunistas, que procurava conquistar uma parte real de autonomia em relação à direção do Partido, era bastante parcial: guardava apenas, no essencial, a idéia de um PCF apêndice do comunismo internacional. Contra ela, duas abordagens eram propostas: uma se concentrava na implantação, sublinhando a inserção do PCF no centro das realidades do hexágono¹⁴, a

outra se concentrava na estratégia, julgando que sua elaboração era determinada por imperativos antes de tudo nacionais¹⁵, ambas as variantes visavam, pois, demonstrar o caráter essencialmente francês do PCF.

A pesquisa recente ou a fragmentação das certezas

O que foi que os acontecimentos recentes mudaram nessas percepções? A crise do PCF, que se manifestou com evidência em 1981 com o fracasso da candidatura de Georges Marchais à eleição presidencial, provocou um processo de desagregação, durante o qual "o reboco do muro comunista, se solta em largos pedaços"¹⁶, pondo a descoberto os materiais desiguais que haviam permitido a construção do edifício. Imediatamente, como num movimento de pêndulo, os pesquisadores tiveram tendência a abandonar a dimensão teleológica do PCF (ainda mais porque os arquivos não estavam disponíveis), e a se precipitar sobre sua consistência "societária". Assim, já que se destruía a representação mítica de "partido da classe operária" que o PCF dera de si próprio, numerosos trabalhos puseram em foco a complexidade dos encontros entre PCF e comunidades operárias ou camponesas, e o tipo de dominação estabelecida pelo PCF nos ecossistemas sociais e políticos: o Partido prestava serviços, desenvolvia sociabilidade, difundia valores, reassumia, modificando-lhes o sentido, tradições políticas, ou inventava novas, organizava mobilizações rituais, simbólicas ou festivas, fornecia uma mitologia, dava uma identidade local, social, nacional e internacional a populações desenraizadas, traumatizadas, em busca de estabilidade, cujas condições de trabalho e de vida valorizava, e que enraizava em territórios¹⁷.

Do mesmo modo, a observação do declínio do PCF não se limitou a dissertar sobre a habilidade tática de François Mitterrand: ele foi apreendido em termos sociológicos, ligando-o às mutações do mundo industrial, operário e urbano, e examinando desse ponto de vista suas respostas políticas e culturais¹⁸. Assim, as pesquisas insistiam nas funções sociais e antropológicas cumpridas pelo PCF. Com isso, aliás, corriam o risco de reduzir o PCF a um simples prestador de serviços e de identidades, esquecendo que foi um partido político que conseguiu, graças a suas estruturas organizacionais, a seus dirigentes, a sua estratégia, a sua cultura política, homogeneizar essa diversidade "francesa, antropológica, operária"¹⁹, ultrapassar essas diferentes "artes de viver"²⁰, para forjar uma entidade que adquirisse sentido para os que a ela pertenciam. Ora, a abertura dos arquivos em Moscou, mas também em Paris (tendo o PCF decidido abrir uma

parte de seus fundos até aí inacessíveis para o pós-1944), faz com que, já agora e num futuro próximo, o pêndulo volte a se posicionar em direção ao centro, no ponto de equilíbrio entre o político e o societário.

Com toda evidência, a possibilidade de acesso, segundo modalidades muito variadas, às fontes, por muito tempo mantidas secretas, de numerosos partidos comunistas e da Internacional comunista, inaugura uma fase radicalmente nova da pesquisa²¹. Assim, o debate entre escola totalitária e escola revisionista deveria mudar de natureza. Já a perestroika tinha embaralhado as cartas. Não existia mais uma verdade oficial, e a história se tornava parte interessada do debate político que estava no auge²². Mas o fim da URSS, que seguiu o golpe de Estado fracassado contra Gorbachev em 1991, acabou de abalar as certezas das duas grandes historiografias existentes. Os partidários do totalitarismo revelaram-se incapazes de admitir a possibilidade de uma reforma interior do Partido e do regime, e os “revisionistas” viram se estilhaçar seu famoso consenso entre o Partido e algumas frações da sociedade. As duas correntes, embora negassem, foram finalmente fascinadas por seu objeto de estudo e prisioneiras de sua metodologia: ambas só podiam pensar o comunismo em sua perenidade, a primeira porque o acreditava quase que imutável, a segunda pela preocupação de demonstrar seu enraizamento no mais fundo das realidades sociais e históricas da Rússia.

A superação previsível das disputas científicas é auspiciosa. As primeiras pesquisas fundadas em arquivos delimitam melhor a especificidade e a realidade do projeto, da organização e do poder comunista. Os documentos do Komintern (que funcionou de 1919 a 1943), tanto da organização como dos principais responsáveis, permitem analisar melhor a estratégia comunista, avaliar de perto o empreendimento mundial de subversão de um aparelho superorganizado, em que o centro (Moscou) tenta controlar os mínimos detalhes da atividade das diferentes seções nacionais e dos militantes, dá um lugar fundamental à doutrina, exige uma submissão completa de seus aderentes, e recorre a todas as práticas possíveis e imagináveis para penetrar nas sociedades ocidentais. As biografias dos dirigentes, cerca de 5.000 no caso do PCF, a quantidade dos relatórios extraordinariamente detalhados e precisos sobre o estado das forças em cada país, aprofundam o conhecimento dos PC, e em breve tempo renovarão a sociologia do comunismo do período entre as duas guerras, na espera da abertura mais completa dos fundos do pós-Segunda Guerra Mundial²³.

Inversamente, por trás da fachada monolítica dos partidos, descobrem-se por vezes as rivalidades entre instâncias burocráticas, os enguiços da máquina organizacional, os enfrentamentos internos no seio dos grupos dirigentes, assim como a dureza, a desconfiança e a suspeição que reinavam quase sempre nessas altas esferas. O trabalho empreendido por alguns pesquisadores, como, por exemplo, Nicolas Werth, nos arquivos do partido soviético, devia introduzir uma distinção salutar entre a intenção totalitária e as condições de sua realização. A primeira já é incontestável. Ela se caracteriza, especialmente nos anos 30, por uma violência estarrecedora, uma brutalidade inaudita, uma vontade efetiva de subverter de alto a baixo os quadros sociais existentes antes da Revolução e de arregimentar uma população traumatizada. Os historiadores que descobrem esses papéis cuidadosamente colecionados por uma burocracia minuciosa, versão moderna e hipertecnizada daquela do Egito faraônico, têm a sensação estranha de explorar essas “pirâmides” ou esses “palácios dos sonhos” descritos por numerosos escritores, como Ismaïl Kadaré, opositores do sistema comunista e geniais visionários²⁴. Mas o que transparece também nesta documentação oficial, e suscita uma quantidade de pesquisas específicas, é a dominação de um pequeno grupo de dirigentes todo-poderosos sobre o dispositivo central do poder; esta elite tende, por todos os meios – que se trata agora de explorar e de reconstituir (repressão, corrupção, mobilização de uma pluralidade de redes, formação de clientelas) – a estabelecer seu domínio, até as regiões mais remotas da periferia, sobre todos os grupos étnicos e sociais em decomposição ou em formação²⁵. Porque as realidades econômicas e sociais são mais complexas do que deixava pensar a propaganda oficial, e as resistências à imposição de uma nova ordem tomam uma grande variedade de caminhos²⁶. Tanto que, em lugar de opor o social à ideologia ou ao político, o observador tenta, de preferência, apreciar sua interação, a exemplo de Alain Blum, que aplica a demografia histórica à URSS e restitui os ajustes – variáveis conforme as Repúblicas e as grandes zonas culturais – dos comportamentos vitais das populações diante da gigantesca e inédita tentativa de remodelagem da sociedade empreendida pelo regime²⁷.

Ainda mais fundamentalmente, na URSS, nos países do Leste, como naqueles em que houve poderosos PC que não chegaram ao poder central, se deveria progredir na compreensão geral do que representou o comunismo como continuidade e ruptura em relação à religião, à utopia, às correntes culturais e políticas de cada história nacional, às estratégias

de inserção na modernização, ou à busca de identidade dos atores sociais. Resumindo, trata-se de apreender a que necessidades sociais e culturais correspondia esse fenômeno. O que não deixa de ser uma maneira de nos interrogarmos sobre nosso presente pós-comunista.

Quem disse que o estudo do comunismo era história antiga?

Notas

¹ Ver, por exemplo, as sondagens de novembro de 1989 e setembro de 1991, in Sofres, *L'État de l'opinion 1991*, apresentado por O. Duhamel e J. Jaffré, Paris, Le Seuil, 1991, 296 p., e *L'État de l'opinion 1992*, apresentado por O. Duhamel e J. Jaffré, Paris, Le Seuil, 1992, 259 p.

² T. Wolton, *Le Grand Recrutement*, Paris, Grasset, 1993, 400 p.

³ A. Vaksberg, *Hôtel Lux. Les partis frères au service de l'Internationale communiste*, Paris, Fayard, 1993; P. Soudoplatov, A. Soudoplatov, *Missions spéciales*, Paris, Le Seuil, 1994, 613 p.

⁴ Dois exemplos entre outros: J.-P. Molinari, *Les Ouvriers communistes*, Thonon-les-Bains, L'Albatros, 1991, 367 p., e M. Verret, *La Culture ouvrière*, Saint-Sébastien, ACL Édition, 1988, 297 p. Inversamente, assinalemos, para nos congratular com isso, a publicação de um sólido volume de G.-G. Moullec e N. Werth, intitulado *Rapports secrets soviétiques, 1921-1991. La société russe dans les documents confidentiels*, Paris, Gallimard, 1994, 676 p., bem como a excelente iniciativa editorial do Seuil, que anuncia uma grande coleção "Archives du communisme", dirigida por S. Courtois e N. Werth.

⁵ A revista *Communisme*, que publica quatro números por ano, é editada por L'Âge d'homme.

⁶ Ver o debate entre V. Havel e A. Michnik in G. Mink e J.-C. Szurek (dir.), *Cet étrange postcommunisme. Rupture et transitions en Europe centrale et orientale*, Paris, Presses du CNRS/La Découverte, 1992, pp. 17-48; os dossiês "Poids et enjeux des épurations", *La Nouvelle Alternative*, n. 21, março de 1991; "Les régimes postcommunistes et la mémoire du temps présent", *La Nouvelle Alternative*, n. 32, dezembro de 1993, "La justice du postcommunisme", *La Nouvelle Alternative*, n. 35, setembro de 1994, e "Mémorial", *Les cahiers d'histoire sociale*, n. 2, primavera de 1994.

⁷ V. Havel, *op. cit.*, p. 18.

⁸ Um entretien avec J.-T. Desanti, *Le Monde*, 10 de março de 1992.

⁹ W. Berelowitch, "La 'soviétologie' après le putsch. Vers une guérison?", *Politix*, n. 18, 1992, pp. 7-20. Este artigo notável se apóia numa bibliografia exhaustiva.

¹⁰ Numa literatura gigantesca, indicaremos aqui apenas a obra de síntese mais recente e de mais fácil acesso: B. Badie, G. Hermet, *Politique comparée*, Paris, PUF, 1990, 404 p.

¹¹ M. Ferro, "Y a-t-il trop de démocratie en URSS?", *Annales ESC*, XL, 1985, p. 820.

¹² Simplificamos excessivamente um domínio de estudos particularmente rico, ao qual a ciência política em especial trouxe contribuições que escapam a esta distinção.

¹³ A. Kriegel, *Aux origines du communisme français*, Paris, Flammarion, 1969, 442 p.; *Le Système communiste mondial*, Paris, PUF, 1984, 272 p.; *Les Communistes français 1920-1970*, Paris, Le Seuil, reed. 1985, 404 p..

¹⁴ J. Girault, *Sur l'implantation du Parti communiste français dans l'entre-deux-guerres*, Paris, Éditions sociales, 1977, 347 p. Entre os trabalhos monográficos que se inserem nesta filiação, queremos assinalar A. Fourcault, *Bobigny banlieue rouge*, Paris, Éditions ouvrières-Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, 215 p.

¹⁵ Ver a teorização que dela fazem R. Martelli, "Notion de stratégie et histoire du PCF", *Cahiers d'histoire de l'IRM*, n. 5, 1981, pp. 8-42, e S. Wolikow, *Le Parti communiste français et l'Internationale communiste (1925-1933)*, tese "d'État", Universidade de Paris VIII, 1990, pp. 20-26.

¹⁶ S. Courtois, "Construction et déconstruction du communisme", *Communisme*, n. 15-16, 1987, p. 52.

¹⁷ A título de exemplos, numa produção já agora importante, ver: "Communisme français et sociétés ouvrières", *Communisme*, n. 15-16, 1987; "Le communisme français et ses municipalités", *Communisme*, n. 22-23, 1990; J.-P. Brunet, *Saint-Denis, la ville rouge. Socialisme et communisme en banlieue ouvrière 1890-1939*, Paris, Hachette, 1980, 462 p.; M. Hastings, *Halluin la Rouge, 1919-1939. Aspects d'un communisme identitaire*, Lille, Presses universitaires de Lille, 1991, 438 p.; G. Noiriel, *Longuy, Immigrés et prolétaires, 1880-1980*, Paris, PUF, 1984, 396 p.

¹⁸ G. Noiriel, *Les Ouvriers dans la société française, XIXe-XXe siècle*, Paris, Le Seuil, 1986, 321 p.; *Ouvriers, ouvrières, un continent morcelé et silencieux*, Autrement, janeiro de 1992, 220 p.; J.-P. Terrail, *Destins ouvriers. La fin d'une classe?*, Paris, PUF, 1990, 275 p. Para um balanço completo desses trabalhos, ver M. Lazar, "Communisme et histoire du temps présent", comunicação ao colóquio "Marc Bloch et le temps présent", 13-14 de junho de 1994, Paris, EHESS, atas a serem publicadas.

¹⁹ J.-P. Molinari, *op. cit.*, p. 211.

²⁰ J. Chesneaux, *Le PCF, un art de vivre*, Paris, Maurice Nadeau, 1930, 212 p.

²¹ Sobre os problemas metodológicos suscitados por esses arquivos, ver o artigo de É. François nesta obra.

²² N. Werth, "La transparence et la mémoire. Les Soviétiques à la recherche de leur passé", in *Vingtième Siècle*, n. 21, janeiro-março de 1989, p. 5-27.

²³ Sobre a apreciação relativa à contribuição destes arquivos, ver especialmente S. Courtois, "Archives du communisme: mort d'une mémoire, naissance d'une histoire", in *Le Débat*, n. 77, novembro-dezembro de 1993, pp. 145-156, e as respostas de F. Bédarida, "Du bon usage de l'histoire du temps présent" e de P. Vidal-Naquet, "Propos d'un méchant pamphlétaire", *Le Débat*, n. 79, março-abril de 1994, pp. 183-192; M. Lazar, "Communisme et histoire du temps présent", *op. cit.* Já foram publicados documentos respeitando as regras históricas: ver "Les archives du communisme", in *Communisme*, n. 32-33-34, 1993; "Les communistes et la CGT", *Communisme*, n. 35-37, 1994; "Le PCF et l'Internationale", in *Cahiers d'Histoire de l'Institut de recherches marxistes*, n. 52-53, verão-outono de 1993 e P. Buton, *Les lendemains qui déchantent. Le Parti communiste français à la Libération*, Paris, Presses de la FNSP, 1993, 352 p.

²⁴ Ver, a este propósito, J. Rupnik, "Le totalitarisme vu de l'Est", (sob a direção de G. Hermet, com a colaboração de P. Hassner e J. Rupnik), in *Totalitarismes*, Paris, Economica, 1984, pp. 43-71.

²⁵ Ver, por exemplo, "Passé et présent religieux en URSS", *Revue d'Études Comparatives Est-Ouest*, n. 3-4, setembro-dezembro de 1993.

²⁶ Estas reflexões devem muito às comunicações dedicadas ao estado dos trabalhos sobre a URSS e apresentadas por W. Berelowitch e N. Werth no seminário da revista *Communisme* no início do ano de 1993. Ver N. Werth, "De la soviétologie en général et des archives russes en particulier", *Le Débat*, n. 77, novembro-dezembro de 1993, pp. 127-144.

²⁷ A. Blum, *Naître, vivre et mourir en URSS*, Paris, Plon, 1994, 273 p.

SEIS

A Arqueologia à Conquista da Cidade

HENRI GALINIÉ E MANUEL ROYO

Se a política de conservação do patrimônio, que a criação de setores para pedestres e a restauração dos centros urbanos e dos bairros antigos testemunham cada dia mais, parece fazer dos arqueólogos os interlocutores dos responsáveis pelo futuro das cidades, sua posição permanece ambígua. Testemunhas da formação do subsolo atual das cidades, é difícil que eles participem de sua destruição, em nome de outros interesses que não os do conhecimento histórico, mas também lhes é impossível recusar completamente uma evolução sobre a qual fundam a legitimidade de seu procedimento.

A arqueologia não se interessaria mais pelo Belo? Ao vermos os restos que os arqueólogos expõem quando os museus lhes abrem as portas, às vezes duvidaríamos. Ela é pelo menos ainda "uma e indivisível"? Ao percorrer os títulos das publicações arqueológicas, vê-se a disciplina se atomizar: arqueologia agrária, náutica, industrial, ambiental, "moderna", "experimental"... A irrupção das ciências exatas – matemática e física –, das ciências da natureza ou da terra – e das técnicas de análise ou de imagens que as acompanham – transtornou profundamente nos últimos vinte anos a abordagem arqueológica. A arqueometria, ainda engatinhando nos anos 50, aproveitou amplamente esses avanços técnicos para oferecer à arqueologia de campo propriamente dita novos meios de análise no estabelecimento das cronologias e no conhecimento dos ambientes de vida. O impacto desta especialização teve por consequência limitar o espaço da abordagem no terreno, fazendo da arqueologia o ponto de encontro de várias disciplinas e abrindo assim seu campo de estudo à longa duração.

Obrigada a recorrer a diferentes técnicas que nem sempre pode dominar, a arqueologia é levada cada vez mais a orquestrar resultados, cuja significação, freqüentemente, só adquire todo seu valor depois de ultrapassada a estrita aplicação a um período determinado. Apareceram assim

fenômenos e a evolução que a especialização histórica de cada um impedia de levar em conta plenamente. Tudo isso contribuiu para ampliar o campo cronológico e o campo temático tradicionais: arqueologia clássica, medieval, oriental, egíptologia... O Belo e o Uno, outrora unidos sob a tutela acadêmica da história da arte e da arqueologia, cederam lugar a uma Babel de práticas: entre estas, a arqueologia urbana, recém-aparecida, a primeira a acrescentar à pluridisciplinaridade, já agora habitual, a longa duração.

Do monumento à cidade

Durante muito tempo, para os arqueólogos, a cidade apresentou as características de um mercado onde cada um vinha, ao sabor de suas necessidades, comprar aquilo de que precisava: este do *forum*, aquele de um templo, outro de um bairro de habitações salpicado de mosaicos, e ainda outro de uma basílica paleocristã. Assim se desmembrava uma aglomeração. Nas mais vastas ou mais famosas, multiplicavam-se, amontoavam-se as concessões. Os arqueólogos medievalistas se uniram, com atraso, a seus colegas especialistas em Antiguidade, e foi a vez dos castelos, das igrejas, das necrópoles. Em tudo isso, nada de cidade. Ela era objeto de história, não de arqueologia. Cabia aos textos estabelecer os vínculos entre os monumentos, elucidar as sociedades que haviam erigido esses edifícios.

Nas últimas décadas, vários fenômenos contribuíram para fazer as coisas evoluir. Dois são de ordem científica, um de ordem urbanística: dos monumentos da Antiguidade, os arqueólogos passaram para a apreensão da cidade, inicialmente antiga, em sua dimensão espacial. Interessaram-se pelo que revelava da organização das sociedades a totalidade do tecido urbano, sem mais se limitarem a alguns edifícios tidos como reveladores. Paralelamente, as técnicas da arqueologia se aperfeiçoaram e permitiram a compreensão das estruturas em materiais leves que, durante muito tempo, não se soubera distinguir no solo. Enfim, a reestruturação dos centros históricos fez compreender a amplitude do que se perdia e que, de agora em diante, se sabia ver. Foi na Europa meridional que a topografia histórica, a apreensão global do espaço, se impôs; foi na Europa do Norte que as técnicas se aperfeiçoaram, nos lugares onde a construção tradicional era de madeira, e não de pedra, e por conseguinte deixava raros vestígios que era preciso aprender com atenção. É por toda a parte que as obras, parques de estacionamento no subsolo, construções subterrâneas como as linhas do metrô, retiram, por milhares de metros

cúbicos, este solo do qual hoje se sabe que constitui arquivos que encerram, eles também, a história, ameaçada, das cidades.

Espaço, tempo, destruição, eis o *mælsström* que fez nascer a arqueologia urbana. Numerosos arqueólogos se encontram na proposição que subentende que arqueologia urbana significa mais arqueologia do urbano do que arqueologia das coisas urbanas. Para evitar qualquer mal-entendido, preferiremos falar em arqueologia da cidade, termo unívoco que define o estudo dos processos que determinaram a morfologia do espaço urbanizado pré-industrial das aglomerações.

Espécie de espaço

A cidade é por natureza, aos olhos do arqueólogo, um conjunto fechado, de limites definidos, uma verdadeira categoria do espaço à qual estão associadas funções específicas. A arqueologia as aprende facilmente, porque estão concentradas em lugares identificáveis: espaços públicos, sistemas defensivos, monumentos civis e religiosos, estabelecimentos do comércio e do artesanato, lugares funerários. Partindo do estado atual da cidade, tudo isso se presta ao tipo de análise regressiva, próprio do estudo da longa duração. Por sua constituição, feita de camadas cronológicas, que deixaram vestígios mais ou menos abundantes conforme suas fases de desenvolvimento ou de recesso a fizeram abandonar, destruir ou conservar as construções herdadas do passado, a cidade é o produto da longa duração. Seu desenvolvimento, que segue de perto a evolução das condições sociopolíticas, econômicas, religiosas, se traduz por dilatações ou contrações do tecido urbano. Uma das consequências desse movimento é o afundamento dos níveis de ocupação mais antigos, bem como a recuperação e a transformação das construções que não correspondem mais às necessidades para as quais foram criadas. Antes mesmo da Revolução, quantos monumentos antigos ou medievais, civis ou religiosos, não serviram como depósitos de pedra ou como granjas?

Se o princípio de tal evolução não tem em si nada de novo — as fontes escritas o explicitaram há muito tempo — suas manifestações no terreno são, ao contrário, mais confusas para captar, quando o consideramos na longa duração. Os vestígios “históricos”, por sua singularidade e sua monumentalidade, são outros tantos marcadores cronológicos que mascaram a evolução das cidades, impondo delas imagens tão fortes quanto redutoras. A história de Paris se reduziria às termas de Cluny, a Notre-Dame e à torre Eiffel? A de Roma, ao Coliseu, ao Vaticano e à

praça Navona? O papel da arqueologia urbana é ir além dessas primeiras impressões, remontar mais longe do que permitem fazer a geografia histórica e a história do espaço edificado, aproximando os elementos que estão acima do solo dos que nele estão enterrados. A singularidade do espaço edificado, por sua repartição ou seu modo de construção, torna sensível, para quem nele circula, uma verdadeira hierarquia entre diferentes espaços urbanizados. Outros indícios são perceptíveis através da densidade e da hierarquização do habitat ou do traçado das ruas. Revelam a existência de um "parcelário fóssil". A originalidade do procedimento arqueológico recente reside então numa abordagem sem limite cronológico, que associa estreitamente os dados da escavação, os da geografia histórica, os da análise do espaço edificado e os das fontes escritas. Não se trata mais, como no passado, de dar conta da diversidade histórica da paisagem urbana em três imagens muitas vezes estereotipadas (a cidade antiga, medieval e enfim moderna), mas sim da gênese das cidades, isto é, dos processos de transformação revelados pela acumulação, pelo apagamento e pela substituição das formas de ocupação do solo. Neste sentido, a arqueologia urbana não pode deixar de interrogar-se a partir do estado atual do espaço urbano.

Palco e atores

Para o historiador, a cidade é o lugar da história, o palco em que se desenrola a ação. Para o arqueólogo, a cidade, enquanto palco, é objeto de história. As duas abordagens são menos complementares do que motivo para olhares diferentes, cujo objetivo comum, todavia, permanece o de compreender o papel e a evolução das sociedades que se sucederam num mesmo lugar. Mesmo quando historiadores e arqueólogos recorrem a uma fonte comum, sua apreensão dos fenômenos, seu enfoque, levariam muitas vezes a crer que recorreram a dois documentos distintos. Para o historiador, a cidade é o lugar do poder, da troca, da cultura, o lugar onde se exercem os confrontos, as tensões e os conflitos, onde nasceu o mundo moderno. No pior dos casos, ela se resume ao quadro de onde emergem monumentos como o fórum ou a prefeitura, cujo valor deriva inteiramente da função que exercem. Para o arqueólogo, o espaço urbano não se divide nem cronologicamente nem topograficamente; é o revelador da evolução lenta das sociedades urbanas. É espaço antes de ser monumento, o que significa que obedece a regras, a um processo de evolução que deve ser possível esquematizar, ainda que isso nunca tenha sido verdadeiramente tentado,

e no qual as funções urbanas que apontam, cada um a seu modo, historiadores e geógrafos, concernem à totalidade das partes desse espaço.

Se, por muito tempo, a arqueologia serviu aos historiadores para reforçar a teoria das passagens inscritas no espaço urbano de uma forma de sociedade a outra, desde o *Homo politicus* da Antiguidade até o *Homo oeconomicus* da Idade Média, por exemplo, esta nova abordagem está atenta à profusão das situações particulares escondidas por este movimento de conjunto, as quais, de um certo ponto de vista, o tornam tão caduco. Paradoxalmente, procurar não favorecer desde o início nenhum período e nenhum lugar leva a colocá-los melhor em perspectiva e, por conseguinte, a medir melhor aqueles cujo impacto sobre o desenvolvimento superou o dos outros.

Já se percebe o enriquecimento, em qualidade e em quantidade, dos fundos documentários existentes, como o das necrópoles antigas ou o das muralhas do Baixo Império. Discerne-se também a abertura de novos dossiês, o da casa urbana, medieval e moderna, o do artesanato dos períodos recentes etc. Estes poucos exemplos estão longe de refletir a amplitude do campo explorado e a variedade da base documentária, em quantidade como em diversidade dos assuntos e das fontes, que a arqueologia urbana começou a constituir, e que estimula a desenvolver outro tipo de questionamento, o da identidade das cidades atuais, e isso através da multiplicidade das práticas reveladas por nossas fontes. Ao mesmo tempo, essas pesquisas temáticas, regularmente alimentadas por novas descobertas, permitiram desenvolver um estudo da morfogênese das cidades. Apesar de serem de um tipo um pouco particular, porque fundamentalmente voltados para a gestão futura do patrimônio urbano, os documentos de avaliação arqueológica das cidades participam desta abordagem através da longa duração. Nenhum dos volumes publicados até agora, na Suécia, na Inglaterra, nos Países Baixos ou na França, pretende restituir a história das aglomerações em questão, à moda das coleções históricas que já existem, e cujo objetivo é esse mesmo. O objeto desses novos estudos é estabelecer a ligação entre sociedade e espaço.

Um exemplo concreto vai ilustrar o assunto: em 1973, M. Biddle, em *The Future of the London's Past* [O futuro do passado de Londres], constatava, a partir das fontes tradicionais, que se a Londres medieval se inscrevia nos limites da aglomeração antiga, nada permitia compreender o que se tinha passado nas "eras sombrias" da alta Idade Média. Se nestes vinte anos as escavações arqueológicas não se tivessem liberado da

problemática habitual, o avanço seria fraco. Em compensação, reconsiderar a questão a partir dos dados de escavações periféricas permitiu ao mesmo M. Biddle em 1986, num artigo intitulado "London on the Strand", propor a transferência da atividade da alta Idade Média para fora dos limites do recinto cercado por muralhas. Semelhante deslizamento, que teria ficado invisível à luz das fontes históricas tradicionais, só se percebe colocando as questões na perspectiva arqueológica. Assim se pode enfim explicar a dupla denominação, há muito tempo conhecida, da Londres da alta Idade Média, *Lundenburgh* e *Lundenvic*: de um lado, a cidade cercada de muralhas, sede da administração e da elite, do outro, a aglomeração mercantil, que concentra as atividades e a população.

Por sua própria natureza, as fontes dos historiadores e dos arqueólogos exprimem ritmos diferentes, e, por conseguinte, histórias paralelas. Reconhecê-lo não é querer alimentar um debate estéril sobre a autonomia ou a pretensa especificidade da disciplina arqueológica. Muito pelo contrário, o impacto da arqueologia urbana sobre a cidade contemporânea pode fazer da arqueologia o ator mais ou menos voluntário de uma política do patrimônio, da qual se apresenta tanto como o refém quanto como o abonador.

O arqueólogo na cidade

Gestão do patrimônio urbano e abordagem global são, com efeito, a consequência normal de semelhante procedimento, com toda a ambiguidade que cerca naturalmente a passagem do conhecimento dos processos do passado às opções de urbanização presente.

O arqueólogo, pela natureza de suas observações, deve ser capaz de produzir uma exploração de conjunto das mudanças ocorridas desde a origem no tecido urbano. Isso significa que ele é obrigado, ao mesmo tempo em que sua abordagem se alarga, a sair dos limites precisos do conhecimento formal. A difusão de suas conclusões, por pouco que faça o esforço de torná-las acessíveis ao não-especialista, o engaja de uma maneira ou de outra junto aos urbanizadores contemporâneos. Se a política de conservação do patrimônio, que a criação de setores para pedestres e a restauração dos centros urbanos e dos bairros antigos testemunham cada dia mais, parece fazer dos arqueólogos os interlocutores dos responsáveis pelo futuro das cidades, sua posição permanece ambígua. Testemunhas da formação do subsolo atual das cidades, é difícil que eles participem de sua destruição, em nome de outros

interesses que não os do conhecimento histórico, mas também lhes é impossível recusar completamente uma evolução sobre a qual fundam a legitimidade de seu procedimento.

Há, na cidade como no inferno, vários círculos, e a competência do arqueólogo só se exerce num deles, o mais central, o da cidade pré-industrial. Em superfície, isso significa muito pouco em relação à medida de nossas cidades contemporâneas. Nos centros históricos, o movimento pendular das políticas de urbanização vai da reestruturação à conservação: ora se arrasa para reconstruir, ora se fixa restaurando. Mas é fora desse espaço muito reduzido que, com algumas exceções, se decide realmente o desenvolvimento da cidade, nas ZAC (*zones d'aménagement concerté*) [zonas de urbanização combinada] da periferia e outras ZUP (*zones à urbaniser en priorité*) [zonas a serem urbanizadas em prioridade].

Existe a ciência de um passado urbano que se revela como um todo homogêneo em suas condições de instalação durante cerca de dois milênios, até meados de nosso século; em seguida, outra história urbana, bem recente, com a idade de meio século, que não tem nenhuma ligação com esse passado terminado e antiquado. Durante dois mil anos, com o único recurso da energia animal, os habitantes modelaram pouco a pouco as cidades. O urbanismo neoclássico é uma fachada que não abalou as estruturas topográficas nem ultrapassou as avenidas. No século XIX e no começo do século XX, as cidades históricas conheceram sobretudo exercências. Quaisquer que tenham sido, os meios utilizados ficaram modestos, na escala urbana. É preciso, claro, excluir algumas das grandes cidades pré-industriais, mais marcadas que as outras, como Bordeaux ou Nantes, mas o grosso da armadura urbana conservou, até uma data recente, uma fisionomia de cidade pequena.

As políticas brutais do pós-guerra deixaram de existir, é certo, acabou-se com a produção do espaço em hipercentro, mas nele se injeta agora conservação, isto é, representação urbana – vocês sabem como é, as ruas tortuosas da Idade Média – das fachadas e da galeria comercial no subsolo, insidioso ressurgimento da produção de espaço. Podemos hoje estar certos de que a cidade histórica, de origem antiga ou medieval, é um lugar de consumo, tal como está integrada, enquistada na cidade contemporânea. Retorno às fontes? Em todo caso, aqui nos encontramos bem longe da cidade, lugar privilegiado da troca, da reflexão, do compromisso. Quando conhecemos um pouco os recursos locais, ficamos espantados, assombrados, com o caráter pré-fabricado, serial, e por

consequente com a uniformização que se apodera pouco a pouco da paisagem das cidades. Essa história não precisa de história. No momento em que se revela uma prática que suspende as especializações cronológicas, há um pouco de amargura em ter que parar às portas do presente.

IV

TESTEMUNHO

UM

A Memória Viva dos Historiadores

ENTREVISTA COM PIERRE VILAR¹

Pierre Vilar é um dos mestres da história francesa do século XX. Pela primeira vez, ele se entrega ao jogo da entrevista. Ao longo de uma vida que se confunde com o século, reflete com paixão e probidade sobre o sentido de uma profissão que une a compreensão exigente do tempo presente à observação das múltiplas dimensões do passado de nossas sociedades.

Numa época em que os historiadores são freqüentemente solicitados a darem sua opinião (autorizada?) sobre qualquer tema de atualidade, não é de se admirar que Pierre Vilar – um dos maiores historiadores franceses deste século – permaneça desconhecido do grande público. Diante da reflexão apressada ou do espetáculo, ele sempre deu prioridade a um debate intelectual que não deixou de suscitar, com paixão, rigor e probidade. Dentro do mundo universitário, nunca ocupou posição de poder. Foi por seu magistério, na VI seção da *École pratique des hautes études*, na *École normale supérieure* e na *Sorbonne*, que Pierre Vilar foi um extraordinário estimulador de vocações de historiadores. Sem dúvida porque permaneceu fiel ao ensino da história como *problema* e cuidou de armar seus ouvintes de rigor metodológico: “O excesso de preocupação metodológica na pesquisa”, escreve no prefácio de *La Catalogne dans l’Espagne moderne* [A Catalunha na Espanha moderna] (1962), “será sempre preferível à ausência de preocupação”. E continua: “Não seria necessário dar aos jovens historiadores um mínimo de familiaridade com a economia, a demografia, a sociologia, que diversificaria seus instrumentos de análise e os preservaria também de entusiasmos muito rápidos?” Isto equivalia a apontar a estreiteza de uma formação monodisciplinar, na qual dominavam ainda amplamente a história política e diplomática.

Três traços fundamentais caracterizam sem dúvida o procedimento intelectual de Pierre Vilar.

Em primeiro lugar, a preocupação de fundar o trabalho histórico numa teoria *global* permitindo dar conta de todos os aspectos da história humana em sua complexidade, e recusando o recorte da história em setores estanques. Aqui, a reflexão sobre Marx – como “única teoria existente da história” – é essencial, e o aprofundamento teórico se operou durante seu cativeiro num *Oflag* na Alemanha, longe de seus dossiês e de seus livros: “Eu sei, escreve ele no mesmo prefácio, que esta obra não seria a mesma se eu não tivesse adquirido, no longo parêntese de meu cativeiro, o gosto de uma teorização que ajude realmente a tornar patente a anatomia das sociedades, e o desgosto das teorizações apressadas, das construções ‘na moda’”.

Em segundo lugar, Pierre Vilar tem dialogado incessantemente com as ciências humanas vizinhas. Confronto, mais que debate ou polémica: com uma inabalável vontade de compreender, mas com uma preocupação de rigor na crítica, Pierre Vilar, atento às grandes obras de seu tempo (Keynes, Schumpeter, Rostow, C. Clark, Aron, Ricoeur, Foucault, Althusser...), tem se mostrado hostil a qualquer esquematização, a qualquer especialização abusiva, bem como a qualquer redução simplificada.

Enfim, Pierre Vilar é um observador agudo de seu tempo. Em Barcelona, em julho de 1936, quando chega a notícia do levante militar do general Franco, um de seus colegas, possuído “de paixão exclusiva pela Espanha exclusiva e tradicional”, lhe afirma: “É uma questão de três dias”. “Nesse momento, testemunha Vilar, uma gargalhada inesperada, bastante insolente, nos surpreendeu. Tínhamos esquecido a presença, a poucos passos de nós, da ama de meu filho, uma galega analfabeta, totalmente indiferente à política, e que no entanto acompanhara avidamente nossas palavras. Era, diante do evento, a instintiva reação popular: ‘Ah! Eles pensam nos vencer em três dias? Pois bem, *eles* vão ver!’ Assim intervinham, em julho de 1936, nos dois extremos da sociedade espanhola, as paixões e os interesses de classe”. Deste modo, o presente vem modificar permanentemente as questões dos historiadores, obrigando-os a um procedimento retrospectivo que os leva do conhecido para o desconhecido, que os faz descobrir mudanças e continuidades... Essa curiosidade renovada nunca é gratuita: o fato é que a compreensão exigente do presente é inseparável do conhecimento do passado. “Nenhum de meus trabalhos sobre o passado espanhol, mesmo muito distante, observava ele recentemente, me pareceu estranho à apreensão do presente”.

A descoberta da Catalunha nos anos 1930

Senhor Vilar, tendo nascido pouco depois deste século, o senhor é atualmente a memória viva de uma geração excepcional de historiadores franceses que, depois daquela dos fundadores dos Annales, fez a historiografia francesa contemporânea. Como o senhor viveu essa aventura coletiva?

Eu iniciei de fato meus trabalhos nos anos 1925-30. O que sem dúvida caracterizou meu itinerário inicial foi que me senti, não historiador, e sim geógrafo. O que me interessava era o mundo atual. Quando tinha apenas 13 ou 14 anos, já me perguntava: “O que se passou em 1917?” Ora, eram os geógrafos que nos faziam apreender este mundo atual. No domínio, hoje muito na moda, da ecologia, Maximilien Sorre² publicara trabalhos importantes sobre as relações entre o homem e a terra, isto é, as relações técnicas e sua evolução, desde que, com a agricultura, a humanidade teve início. Eram também os geógrafos que nos apresentavam o território – dividido em países, cada um com suas características próprias – no começo do livro de Marc Bloch sobre a história rural. Todos esses problemas me pareciam fundamentais. Ora, os historiadores começaram a abordá-los enquanto, pessoalmente, eu ainda estudava geografia. Assim, fui incitado a ver uma história diferente da que se fazia, graças, especialmente, aos historiadores da Antiguidade, na *Sorbonne*, como Gustave Bloch, ou mesmo Jérôme Carcopino, que nos davam a impressão de se interessar pelo conjunto desses problemas, em particular pelas relações entre o homem e a terra, ou entre o homem e a técnica.

No fim de 1929, no momento exato em que eu saía como geógrafo da *École normale Supérieure* – onde começara meus trabalhos como geógrafo –, foi publicado o primeiro número das *Annales*. Ficamos muito entusiasmados. Na equipe das *Annales*, havia numerosos geógrafos: Jules Sion, Albert Demangeon, até certo ponto Raoul Blanchard³. Sentimo-nos então familiares com a visão geográfica das coisas, e ao mesmo tempo com a visão histórica.

Foi então que, para meu próprio trabalho, fui a Barcelona. Queria estudar uma questão que podia parecer banal: como se instalou uma indústria têxtil nos vales descendentes ao redor de Barcelona? Esbarrei com um problema que absolutamente não esperava, para o qual não estava preparado: o nacionalismo catalão. Quando, uns trinta e cinco anos mais tarde, publiquei *La Catalogne*, em 1962, alguns, entre os quais Fernand Braudel,

pensaram que eu me havia interessado pelo problema catalão por ser catalão – de fato, nasci em Frontignan, no Hérault. Braudel – e isto me lisonjeava – me comparava a Lucien Febvre e sua paixão pela Franche-Comté, ou a Henri Pirenne e seu interesse pela Bélgica. Comigo deu-se o contrário: foi por não ser catalão que fui impressionado pelo catalanismo. Eu fora à Catalunha para propor um problema quase puramente econômico, e percebera que isso me levava a propor um problema nacional.

Com efeito, a primeira coisa que as pessoas me diziam, fossem elas da classe alta ou camponeses ou operários, era: nós somos catalães. Isso me impressionou, e eu comecei a me questionar sobre um problema que, evidentemente, não era geográfico. Era econômico? Até certo ponto. Ao estudar a indústria catalã, eu tinha visto e entrevistado pessoas que ligavam o fato industrial ao fato catalão: porque nós somos os únicos industriais da Espanha, diziam eles, a Espanha nos olha de certa maneira, nós olhamos a Espanha de outra maneira. Mas então, esse fenômeno catalão, desde quando existe? Desde 1910, com a publicação de um livro fundamental, *La Nacionalitat catalana*, de Prat de la Riba? Desde 1906, data do primeiro congresso da língua catalã – era minha data de nascimento, por conseguinte isso me divertia? Ou então desde 1892, com as *Bases de Manresa*, isto é, a primeira formulação política do catalanismo? Foi assim, remontando cada vez mais longe no passado, que, finalmente, me tornei historiador, e pratiquei o que sempre chamo, em duas palavras, de história retrospectiva. Isso me permitia voltar atrás, contanto que nunca esquecesse as condições materiais, geográficas de um lado, e técnicas do outro; era possível então colocar outras questões, como questões de língua, de colonização etc. A partir de certo momento, não vi mais que uma única ciência. Nesse sentido, as *Annales* tinham inaugurado muita coisa: ocupar-se ao mesmo tempo das condições materiais, geográficas e técnicas das coisas, observar em que medida essas condições intervêm na organização social e, a partir da organização social, ver surgirem fenômenos políticos, fenômenos de poder, fenômenos de nacionalidade... com a condição, bem-entendido, de só tratar disso tudo em conjunto. Bem sei que é um pouco ambicioso querer fazer da história uma ciência universal, mas foi assim mesmo que eu a concebi inicialmente.

Uma vez que, partindo de interrogações geográficas, o senhor encontrou a história, quais foram seus guias nesse caminho inesperado?

Gostaria de esclarecer. Quando eu estava na *École normale*, frequentava muito os historiadores. No tempo da preparação da *agrégation*,

tínhamos formado o que se chamava então um “soviet”; éramos quatro, Henri-Irénée Marrou, Alphonse Dupront, Jean Bruhat e eu mesmo, personalidades e interesses muito diferentes: Bruhat, comunista militante e especialista do movimento operário, Dupront, um dos construtores de uma história do sagrado coletivo, Marrou, católico, historiador talentoso de santo Agostinho e da Antiguidade tardia. Tínhamos organizado isso de maneira inabitual. Cada um de nós devia expor, não a questão que conhecia melhor, mas a que dominava menos, cabendo aos que a conheciam bem corrigir, adaptar a exposição. Assim, me aconteceu trabalhar, durante três ou quatro semanas, na questão do Sacerdócio e do Império, sob o olhar vigilante de Henri-Irénée Marrou e de Alphonse Dupront, o que constitui uma lembrança francamente original... Portanto, a história não me era totalmente estranha.

Uma vez em Barcelona, descobri rapidamente a necessidade de não falar de modo muito vago de questões econômicas. A Catalunha possuía uma indústria no século XVIII. Esta era documentada por arquivos extremamente precisos, como livros de contas que registravam escrupulosamente, por exemplo, os salários. Foi nesse momento que descobri Ernest Labrousse⁴, depois François Simiand (por intermédio de Labrousse)⁵, Earl J. Hamilton⁶, que trabalhava na questão dos preços na Espanha desde o século XVI, e mesmo antes. Encontrava-me então diante de outra necessidade imprevista, a de fazer a estatística intervir na história, o que também me pareceu essencial.

Lembro-me de ter discutido sobre tudo isso com um homem que desempenhou um papel político na Espanha, Carlos Pi Sunyer, que foi sucessivamente secretário da federação têxtil, depois, com a República, prefeito de Barcelona, deputado, enfim ministro, um dos grandes personagens durante a Guerra Civil. Por interesse, ele escrevera livros de história econômica, sem dúvida fragmentários, porém excelentes. Quando, muito mais tarde, o reencontrei, em Caracas, confidenciou-me que meu livro lhe revelara a possibilidade de falar de economia em relação aos séculos passados, de ligar a economia à geografia, como as relações entre a terra e as instalações humanas, as questões hidráulicas, sobretudo de tomar essas questões como um todo. Foram esse desvio pela economia e minha posição de estrangeiro que me levaram a colocar os problemas de maneira diferente daquela como os catalães tinham o hábito de tratá-los. Um catalão, que mais tarde foi ministro da Saúde na Espanha, gostava de fazer alusão à primeira aula minha que ouvira na *École des hautes*

études; muitos jovens catalães assistiam a minhas conferências porque nelas eu tratava de questões que era impossível examinar na Espanha, então em pleno franquismo: ele ficara estupefato. Esperava por certas análises sobre a nação, pelo processo da Espanha, ou por afirmações marxistas. Ora, eu estava estudando as contas, entre 1720 e 1734, de uma propriedade catalã cuja contabilidade havia sido encontrada. Não me associei totalmente à crítica um tanto dura que Febvre fazia da história à maneira de Seignobos, porque ninguém jamais escreveu história puramente política e diplomática. Mas é verdade que, para muitos, a história é a política, as relações diplomáticas e os fatos militares. O que a tese de Raymond Aron veio confirmar em 1938⁷: a história, dizia Aron, consiste em restituir a imprevisibilidade das coisas, como na política no momento atual. Eu creio que é justamente o inverso: é verdade que não podemos saber o que vai se passar, diplomática ou politicamente, nos dois próximos meses, mas o historiador, porque já sabe como isso acaba, pode, ao contrário, explicar porque as coisas evoluem desta ou daquela maneira. É por isso que eu sempre fui o anti-Aron por excelência.

O historiador deve saber distinguir o que há de acaso e o que há de necessidade. O problema havia sido posto pelos dois livros de Pierre Vindryès⁸. Ele tomava o exemplo da destruição da esquadra de Bonaparte em Abukir por uma tempestade. Ora, eu não penso que a França e a Europa teriam evoluído de uma maneira tão diferente se a esquadra de Bonaparte não tivesse sido destruída. É absurdo fazer do acontecimento algo que desencadearia coisas importantes.

As condições do trabalho histórico

Durante sua vida, em várias ocasiões, o senhor afirmou suas posições e suas convicções. Quais foram, na sua opinião, os grandes debates que animaram os historiadores?

Não sei se a palavra "debate" convém realmente. Sem dúvida, o aparecimento da escola das *Annales* – não gosto do termo, porque penso que jamais houve "escola" no sentido preciso da palavra – havia produzido um pouco o efeito de uma bomba no meio dos historiadores. Não de todos, pois um historiador da arte como Henri Focillon, por exemplo, já praticava uma história que encarava os fenômenos em seu conjunto. Mas havia ainda todos aqueles para quem a história era a sucessão dos ministérios ou as causas imediatas da guerra de 1914. Saber, por exemplo, se a imprensa francesa tinha sido comprada pela diplomacia russa. Esses tentavam resistir, com vigor.

Apesar disso, não me parece ter havido tanto debate. Febvre, depois Braudel, nunca participavam dos grandes congressos internacionais. Labrousse, que, ao contrário, representava um grande papel nesses congressos, não pertencia realmente à "escola das *Annales*"; sem dúvida, ele colaborava, mas ficava à parte e, nos congressos, nunca o vi discutir esses problemas. Bem entendido, sempre havia historiadores que procuravam pensar de modo mais amplo que o cantinho de que se ocupavam. Refiro-me a A. Dupront, que tratou de "História e psicanálise", depois de "História e linguagem"⁹; mas Dupront também não era um homem das *Annales*. Ele estava à parte, não estava em contradição.

Talvez o senhor queira se referir a algumas discussões como aquela sobre o "feudalismo". Para definir o regime feudal, eu tinha reunido um dia, em meu seminário da *École des hautes études*, Ernest Labrousse, Roland Mousnier¹⁰, Don Claudio Sanchez Albornoz¹¹ e Boris Porchnev¹², saímos sem saber o que era o regime feudal, mas foi extremamente interessante. Para Don Claudio, medievalista dos períodos antigos, o regime feudal era antes de tudo um fato jurídico; para Mousnier, à dimensão jurídica vinha necessariamente se acrescentar a dimensão social, a da sociedade de ordens; para Labrousse, que se interessava pelo século XVIII na França, era preciso atentar para a articulação clero-nobreza-terceiro estado; para Porchnev, que tinha estudado as revoltas populares do século XVII, o feudalismo devia ser ligado a fenômenos agrários muito precisos. Se a discussão tinha uma aparência teórica, resultava, no fim de contas, que eles não estavam em desacordo: era uma questão de vocabulário ou de perspectiva, e não um verdadeiro debate. Para Labrousse, a "crise [econômica] do tipo antigo" não podia ser exatamente a mesma no século XVIII e no século XIX: não existia mais dízimo nem direitos senhoriais; no entanto, as revoltas que ela podia ocasionar eram muito próximas, sempre que a circulação dos cereais encontrava algumas dificuldades e os insurretos responsabilizavam o governo pela carestia... A discussão tomava um aspecto político, mas não tocava muitos pontos fundamentais.

Penso que foi só depois de 1960-1970, talvez um pouco depois de 1968 – uma data simbólica – que o debate se abriu, após um abandono do qual a *École des hautes études* foi o teatro. A VI seção da *École pratique des hautes études*, escola criada no Segundo Império por V. Duruy, nunca se tinha constituído: os juristas e os economistas, que poderiam tê-la constituído, não se interessavam pela pesquisa e pela reflexão teóricas. Febvre, vendo aí uma espécie de vazio, julgou que cabia aos historiadores estruturar

as ciências humanas e sociais cercando-se de etnólogos, psicólogos, linguistas etc. Assim, os historiadores não ignorariam essas ciências, que lhes são necessárias, e estas, por sua vez, adquiririam um pouco de espírito histórico. Desse projeto intelectual nasceu, em 1947, a VI seção. A concepção de Febvre se manteve, penso eu, durante uns bons vinte anos. Entrei nela em 1951 – dois anos após ter sido expulso da Espanha –, ao mesmo tempo que Jean Meuvret e Charles Bettelheim, e, por iniciativa de Lucien Febvre, Fernand Braudel, Ernest Labrousse e Georges Lefebvre. Éramos então vinte ou trinta, e tínhamos a impressão de estar criando algo. Mas a partir de certo momento, as ciências humanas e sociais vizinhas ganharam tanta importância que, finalmente – sobretudo a partir da presidência de um não-historiador, Marc Augé, um grande etnólogo, para quem a história é provavelmente a menos segura, a menos científica das ciências sociais –, a *École* se tornou uma espécie de enciclopédia das ciências sociais em sua totalidade, onde a história não teve mais papel de direção, nem como ensinada nem como ensinante. Isso, é claro, não está desprovido de sentido: significa que, na evolução das ciências sociais, e mesmo em geral, a história não tem absolutamente mais o sentido de diretriz, ou de síntese, que, por exemplo, Lucien Febvre quisera lhe dar.

Talvez os grandes debates se desenvolvessem nos congressos históricos internacionais, onde se enfrentavam sistemas ou escolas?

Nos congressos, eu nunca percebi realmente escolas, nem mesmo escolas nacionais. Nosso método consistia sobretudo em propor grandes questões. Eu acompanhei, em geral, os grandes debates sobre as nacionalidades. As longas apresentações dos congressos são muito instrutivas, mesmo para os estudantes, porque nelas as pessoas explicavam o que tinham procurado, o que quiseram fazer, examinavam as objeções que tinham sido feitas... Além disso, a cada cinco ou dez anos, esses congressos ofereciam atualizações neste ou naquele domínio. Mais que uma comunidade internacional de historiadores, existiam reagrupamentos por especialidades, freqüentemente em torno de grandes especialistas, que todos nós admirávamos. É certo que o papel representado por um Hamilton no domínio da história dos preços ou da história da Espanha foi considerável. Os laços que podíamos manter ficavam muito individuais.

É aí que aparece a situação muito paradoxal do historiador. É certamente um trabalhador solitário. Mas não é mais solitário na medida em que se interessa por uma questão: um certo número de pessoas se reagrupam então, em torno dessa questão, em torno daquele que traz certa

luz... Não é uma escola que se forma então – eu não gosto desta palavra, como não gosto do termo “escola das *Annales*”. Muito simplesmente, os historiadores se encontram entre si segundo as necessidades que eles próprios sentem. Já faz quinze ou vinte anos que eu não freqüento mais assiduamente a comunidade dos historiadores. Antês, meu grupo de trabalho foi ao mesmo tempo a *École des hautes études*, de Lucien Febvre, e a escola que chamarei, por exemplo, “Estrutura/conjuntura”, em torno de E. Labrousse. Naquele momento, éramos suficientemente compactos e produtivos para que todo mundo pudesse compreender de que se tratava. Desde então, tornou-se extremamente fragmentado.

O senhor pensa que pessoas como Febvre, de um lado, e Labrousse, do outro, nos anos 50-60, propuseram um modelo de trabalho que dominou além de nossas fronteiras e ajudaram a unificar o trabalho histórico, em escala internacional?

Nisso estou inteiramente de acordo. Expressarei apenas uma reserva: Febvre ou Labrousse não devem ser vistos simplesmente como homens que exerciam uma dominação sobre estruturas, digamos, materiais ou universitárias.

Insistirei noutra coisa: as pessoas se agrupavam em torno deles, não porque eles estivessem na moda, mas porque – permita-me um pastiche de De Gaulle – nós tínhamos uma certa idéia da história. Era isso que, apesar das diferenças consideráveis que podiam existir entre pessoas como J. Meuvret, P. Goubert ou eu próprio, fazia a solidez de nosso grupo, que constituía uma verdadeira comunidade de trabalho, unida pela mesma concepção da história.

O historiador e o acontecimento

O senhor desconfia dos “acontecimentos”. No entanto, um certo número de acontecimentos importantes não imprimiram uma marca profunda em sua vida de homem e de historiador?

É evidente; é impossível, sobretudo quando se é historiador, não sentir os “acontecimentos”. Coloco a palavra entre aspas porque, é óbvio, os acontecimentos são de dimensão muito diferente. Ter vivido na Espanha – num país que não era o meu e onde, por conseguinte, eu podia observar os acontecimentos com certa distância – durante a República, ter vivido a preparação da Guerra Civil – deixei a Espanha desde os primeiros dias do conflito –, tudo isso não podia deixar-me indiferente. Ainda mais porque eu via chegar os outros grandes acontecimentos que levaram à

Guerra Mundial. Não seríamos historiadores se não formulássemos para nós mesmos as perguntas suscitadas precisamente pelos grandes “acontecimentos”, os que abalam as condições gerais de uma nação, de um continente ou do mundo.

O cativo também me tornou muito sensível aos acontecimentos; foi um período durante o qual vivemos os acontecimentos dia a dia. Eu estava em Nuremberg; gozávamos lá de uma espécie de quase-liberalismo, pois os Alemães se julgavam definitivamente vitoriosos. Tinham reunido 10.000 oficiais de todas as nações. Quando a guerra começou no Leste, fomos transferidos, porque começavam a chegar prisioneiros. Prisioneiros: isto significa, neste caso, mulheres, crianças, velhos que morriam em torno de nós. Fomos então instalados na Polônia, não muito longe de Dantzig; depois, bruscamente, por acaso, eu fui transferido para o Tirol. Mais tarde, quando a guerra atingiu a Itália, e a frente de batalha subiu novamente para o norte, fomos deslocados do Tirol até o meio da Áustria; enfim, quando a Hungria começou a ser invadida, fomos enviados para Hannover. Devo dizer que, se jamais seguimos os acontecimentos, foi certamente nesse momento, porque deles dependia nosso destino.

F. Braudel declarou que, durante seu cativo, sua concepção da “longa duração” o ajudou, contra as dificuldades do presente, a conservar a esperança no futuro: os acontecimentos eram apenas a superfície enganosa de uma história que devia levar à derrota de Hitler...

Também estou de acordo. A história não pode se desenvolver sem a estabilidade a muito longo prazo de um certo número de fatores. Somente, a “longa duração” é uma realidade variável, e o resultado depende do tempo que as pessoas lhe concedem. Na escala humana, isto é, para si mesmo, só se pode, obviamente, contar com os acontecimentos. Se, ao contrário, se procura considerar o destino da humanidade, é coisa bem diferente.

De fato, o cativo me permitiu desenvolver minha reflexão sobre a história enquanto disciplina. De duas maneiras. Uma, confrontando-me com a história tal como ela era vista por meus companheiros de cativo, que representavam uma boa parte da sociedade francesa, dos professores primários até os grandes aristocratas, ou aos maiores financistas – pode-se dizer as classes dirigentes? –, com exclusão das classes populares, visto que se tratava de um campo de oficiais. Outra, ensinando a meus companheiros. Com efeito, cada um procurava ensinar aquilo em que se sentia mais sólido. Tive, por exemplo, uma aula de Georges Vedel sobre o direito internacional. O cativo me mostrou assim aquilo por que se interessavam

meus companheiros: quando eu lhes falava da Espanha, alguns se interessavam pelo aspecto pitoresco; outros perguntavam: “Afinal, o que se passou na Espanha enquanto você lá estava?”; outros enfim gostavam de pensar que a Espanha tinha sido um grande país católico, ou um grande país de colonização. Em lugar de ter como interlocutores estudantes – espíritos jovens –, como quando estava no ensino secundário, ou especialistas, como quando estava em ambientes de historiadores ou de geógrafos, eu descobria as curiosidades, os interesses de pessoas de todas as categorias. Isso constituiu uma verdadeira lição.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o que foi que marcou sua reflexão de historiador?

Evidentemente, tivemos a impressão de que o mundo se dividia em dois: procuravam mostrar-nos face a face dois mundos que se destruíam reciprocamente, de um lado o comunismo, de outro – não se dizia o capitalismo, pois ninguém procurava pensar o fenômeno com esse nome – o Ocidente, o fenômeno ocidental, a civilização ocidental... Confesso que isso me irritava um pouco. É evidente que nós víamos, nesse momento, tudo que fora apostado, antes da guerra, nessa divisão entre um mundo comunista e um mundo não comunista, todos os dramas que isso pudera provocar, pois, até a declaração de guerra de 1939, tudo repousara, no espírito dos dirigentes ingleses e franceses, e de certos dirigentes americanos, sobre a avaliação do que era, ou não era, proveitoso para a União Soviética. De tanto colocar a questão nesses termos, tinham acabado por nos arrastar num face a face com Hitler. Mussolini, e toda a Europa simpatizante do fascismo... Tendo vivido isso, eu me perguntava para que dramas – até o confronto atômico? – este mundo doravante dividido em dois nos arrastaria.

A descolonização desempenhou um papel importante em sua reflexão?

Sim e não. Confesso que não esperava por ela. Mas, ao mesmo tempo, pareceu-me tão importante quanto os fenômenos revolucionários. Andei pensando nisso nestes últimos tempos, porque se tem falado muito na desintegração do império soviético. Se, nos anos 1925-1930, a nós, alunos de Demangeon, especialista do império britânico, a nós, testemunhas da Exposição colonial de Paris de 1931, tivessem dito: “Daqui a trinta anos, não haverá mais nem império francês nem império britânico”, teríamos todos dado uma gargalhada. E, no entanto, foi o que se passou. A descolonização foi para mim uma espécie de boa surpresa, mas também, muito rapidamente, uma grande decepção. Porque a colonização, e

a descolonização, foram fracassos. Se o senhor olha para a África, só há Estados que não se sustentam, nações que não se constituem. A América Latina, outro conjunto descolonizado – não esqueçamos –, conhece as mesmas dificuldades. Mesmo as nações que lutaram à maneira do Vietnã não conseguem se constituir economicamente. Tudo isso é decepcionante. Veja a incapacidade da Argélia, por exemplo, em se constituir numa verdadeira nação moderna, ou aquilo que se passa no Oriente Médio. Efetivamente, a descolonização desempenhou um papel considerável na evolução de minha reflexão.

Tamania sensibilidade em relação ao mundo atual levou o senhor a um engajamento político?

Talvez o senhor fique admirado se eu lhe responder não. Entretanto, em minha infância, a distinção fundamental em meu vilarejo era política, entre os republicanos e os muito raros – os “reacionários” – que não o eram. Pertencio à mesma geração que Sartre, que via todos os dias, durante três anos, quando eu estava na *École normale*. Tive numerosos amigos comunistas. Participei, em 1939, da criação de *La Pensée*, revista do Partido Comunista, mas que pretendia ter uma visão um tanto ampla das coisas. Mas nunca tive a idéia de fazer política, pois sempre estive convencido de que um homem político é de fato impotente, e não pode realmente agir sobre as coisas.

Permita-me uma curiosidade: o senhor disse recentemente que 1968, do ponto de vista universitário, tinha sido uma catástrofe. Entretanto, o senhor não é um historiador insensível às revoltas e aos movimentos sociais.

Achei, precisamente, que maio de 68 era uma deformação do imaginário revolucionário. Eu tinha sucedido a Labrousse na cadeira de história econômica na Sorbonne em 1965. Lembro-me de uma discussão com Dupront, que me divertiu. Foi durante os acontecimentos; os professores da Sorbonne estavam reunidos no Instituto de história da arte, na rue Michelet, e Dupront me disse: “Enfim! Você não vai me dizer que não há um complô atrás disso. A estes jovens, ensinaram-lhes a fazer barricadas”. Eu disse: “Não. Não vou lhe dizer que leram *Les Misérables* [Os Miseráveis], porque o livro é lido cada vez menos, mas basta que tenham visto uma das três ou quatro versões cinematográficas”. Com efeito, havia nisso tudo um pouco dessa espécie de romantismo. Acima de tudo, o que me incomodava era um pensamento falsamente revolucionário, um pensamento de intelectual que fabricava para si idéias ou

sentimentos. Entretanto, eu não estava contra: havíamos redigido, com Albert Soboul e Jacques Droz, um artigo, que não foi publicado, para protestar contra um artigo de Raymond Aron em *Le Figaro*, que se diria redigido pelo *père* Gillenormand de *Os Miseráveis*, um burguês legitimista transformado ao ver construir barricadas. Sem dúvida, se tivéssemos que escolher o campo, estaríamos do lado dos estudantes, mas sustentávamos, ao mesmo tempo, que eles não sabiam o que estavam fazendo. O perigo é um pensamento revolucionário que se transforma em música revolucionária. Não se deve esquecer que Pol Pot foi formado na Paris de 1968. Sustentar, por exemplo, que os camponeses são o único valor, e, por conseguinte, suprimir tudo que não é camponês, é totalmente absurdo, mas estava na mentalidade de 1968. E era perigoso.

Também não penso que a subversão universitária tenha sido positiva. É evidente que não se podia mais conservar a Sorbonne tal como era antigamente. Mas as mudanças foram feitas na maior desordem intelectual. No início, quando foi fundada a Universidade de Paris I, eu fiquei muito feliz em me encontrar ao lado dos economistas e dos sociólogos. Íamos finalmente trabalhar juntos. Mas isso só durou três sessões; em seguida, cada um voltou para sua faculdade. Ouvi até dizer – com reserva: não verifiquei, mas não me espantaria – que Raymond Barre proibiu seus estudantes de irem ao curso de história econômica, com o pretexto de que não conhecíamos nada de economia. Nós tínhamos naturalmente muitas razões para lhe dizer que ele não conhecia nada de história, mas eu teria preferido dizer que tinha havido algumas reuniões que nos tinham dado algumas ilusões. Em determinado momento, professores de ciências, de literatura e de história tinham resolvido lançar em comum um programa de pesquisa sobre a noção de limiar: a noção de limiar nas ciências, a noção de limiar na história, a noção de limiar em sociologia; era fascinante. Isso nunca deu em nada, pois é raro que as pessoas queiram realmente fazer um esforço de síntese.

A ambição da totalidade

O senhor é, no entanto, um dos historiadores que tiveram o cuidado de manter relações com as disciplinas vizinhas, de discutir com elas. O senhor leu muito cedo Paul Ricoeur, debateu com Raymond Aron, dialogou com Althusser, reagiu a certas publicações de Michel Foucault – em particular Les Mots et les choses [As palavras e as coisas]¹³. Por que o senhor julgava importante intervir nessas discussões?

Quando eu lia os historiadores, a maioria, parece-me, tinha reagido positivamente naquele momento à lição das *Annales*, e os historiadores do puro acontecimento eram considerados historiadores sem grande importância. Em compensação, permitiam-se falar em história pessoas que jamais a tinham estudado. Eu constatava que Aron falava de história como dela falavam os filósofos e os sociólogos alemães dos anos 1880-1900. Constatava que Althusser dizia: "Marx inventou o continente história", sem se perguntar: "Como os historiadores escutaram esta lição?" Em particular, eu o acusava de falar sobre história tendo simplesmente citado Febvre, Labrousse e Braudel entre outras, como pessoas de quem talvez fosse conveniente falar. Tudo isso me parecia muito superficial.

Quanto a Foucault, trata-se de outra coisa. Ele chamou atenção para coisas de extrema importância como crimes e castigos, loucura e internação, regras sociais e vida sexual...; quando quis, em seguida, estudá-las historicamente, debruçou-se sobre textos. Quando os textos não diziam o que ele tinha vontade de ouvir, então não os tomava todos, fazia suas seleções. Fara dizer a verdade, não creio que ele tenha tratado como um verdadeiro historiador as excelentes questões que propôs. Não penso, tampouco, que o historiador possa propor essas questões como simples problemas, separados dos conjuntos históricos nos quais se inserem, como aquela execução em Caen, por volta de 1760, descrita por Jean-Claude Perrot¹⁴, em que o homem que está sendo submetido ao suplício da roda canta o *Veni creator* ao mesmo tempo em que a multidão. E isso, apenas trinta anos antes que a Revolução Francesa inventasse, por sua vez, a guilhotina. Em suma, uma medida de eutanásia, que substitui os suplícios de todas as espécies por uma morte brutal. Como estudar esse gênero de problemas sem recolocá-los no conjunto histórico que os propõe? Mas Foucault agia de modo diferente: indicava inicialmente como propunha o problema, depois, através de alguns textos, partia em busca de algumas indicações. Não creio que fosse o bom método.

Através de sua polémica com Foucault, o senhor propõe, de fato, duas questões diferentes. Uma, clássica, de método: o rigor na seleção dos documentos, e em sua leitura. A outra, mais ampla e mais debatida, referente a sua concepção da pesquisa histórica: a impossibilidade de uma história que não "global". Como o senhor considera a evolução das pesquisas históricas que, nos últimos vinte anos, privilegiaram a especialização, as sondagens setoriais, contrariando o que o senhor sempre defendeu?

Eu reajo muito mal. É pena ver historiadores, formados numa disciplina que quer levar em conta todos os fatores, não se interessarem mais senão por um, quando muito por dois dos fatores. Estou pensando, por exemplo, em Jean-Claude Perrot, autor de um trabalho admirável de história total sobre Caen, o qual, por um período determinado — aqui, o século XVIII — leva tudo em consideração, desde o elemento demográfico, o campo, até tudo que resta da Idade Média através dos conventos, mas também tudo que pode haver de novo através das sociedades de pensamento etc. Certamente, compreendo que, depois de trabalhar como fizera, ele possa ter tido algumas dúvidas sobre essa "totalidade" que queriam impor-lhe. Todavia, depois dessa leitura, eu sei verdadeiramente o que era então uma cidade francesa, em sua complexidade. Sei que não posso qualificá-la simplesmente por essa execução sensacional com cantos religiosos, que parece nos levar de volta ao século XIV, porque sei que havia também, ao lado disso, numerosos elementos de mudança. Ora, Jean-Claude Perrot se interessa agora pelo nascimento da economia matemática: problema fascinante mas, ao mesmo tempo, extremamente restrito. Esta especialização me preocupa. Aliás, esta evolução tem estado no centro de minhas preocupações há vários anos, e eu venho anotando uma quantidade de reflexões a esse propósito. Recentemente, na última vez em que participei de uma reunião na *École des hautes études*, tínhamos peido a Jacques Le Goff uma intervenção sobre um tema importante: o exemplo e a generalização. Ou seja: quando um medievalista estuda uma aldeia, ele está descrevendo o sistema feudal? J. Le Goff apresentou seu trabalho sobre a biografia de São Luís. Para explicar suas intenções, ele nos pintou um verdadeiro quadro, que eu chamo de história total: eis um rei que é ao mesmo tempo o rei menino, o rei justiciero, o rei cruzado etc. Mas ele rejeitou logo a expressão de história total porque, na opinião dele, esta se contentaria em adicionar várias histórias. Aí, eu não estou mais de acordo: não se adiciona, combina-se, o que é totalmente diferente da história praticada por Ernest Lavisse. Em sua *Histoire de France* [História da França], publicada no começo do século, Lavisse acrescentava, depois de desenvolvimentos essencialmente factuais e políticos, um capítulo sobre a economia, depois sobre as artes, e assim por diante. É isto a história adicional, que esquece que a história é um conjunto, no interior do qual há interconexões contínuas.

É bem verdade que um historiador, atualmente, não pode pretender dominar todas as especialidades necessárias, como a psicanálise ou a

econômica matemática Mas, de qualquer maneira, se ignorarmos a realidade em seu conjunto, sobre quê elas nos esclarecerão? Sobre absolutamente nada. Isso é extremamente grave. Prefiro um historiador que contesse não se sentir competente para fazer a análise psicanalítica de certo personagem ou, o que seria muito mais importante, de certo fenômeno coletivo. Pode-se, é certo, tentar a psicanálise de Hitler, mas é daquela de todos os que o seguiram que precisaríamos. Por isso, mesmo que não domine solidamente as diferentes ciências humanas, bastam ao historiador, que sabe manejar os textos, a cronologia etc., algumas indicações tomadas nas ciências humanas, para conduzir uma análise que os especialistas desses domínios não podem conduzir historicamente de maneira satisfatória.

Foi esse avanço das especializações que levou ao que é simplesmente uma constatação, a história em migalhas, quando, em determinado momento, nos tinham feito esperar que o historiador seria aquele que deveria sintetizar os conhecimentos sobre o homem e sobre a evolução da humanidade. Berr e Febvre deram este título a sua grande coleção histórica: "A evolução da humanidade". É isso, no fundo, que me importa; é diferente, por exemplo, de pesquisar sobre o devir do catolicismo entre os séculos XIII e XIX. O estudo da evolução de um fenômeno, entre duas datas, esclarece sem dúvida muita coisa, mas não um todo; ora, é o todo que me interessa.

Em sua concepção desta história total, existem partes da realidade que têm mais importância que outras?

Tudo isso é sobretudo uma questão de hierarquia. Por exemplo, eu não digo que a economia tem mais peso que a psicologia, mas se a economia não se mexer, a psicologia não se mexerá. Tomemos um exemplo recente, que se refere à mentalidade do sagrado, cara a A. Dupront. Há uns trinta anos, em minha casa de campo no País Basco, num dia de temporal, o granizo destruiu as colheitas; meu vizinho, que é fazendeiro e basco, me explicou: é normal, o padre não estava aí na igreja para rezar, tinha saído de férias. Na verdade, ele estava ocupado com uma colônia de férias. Vocês têm assim vários conjuntos que se cruzam. A velha crença, multissecular, até mesmo multimilenar, mais importante, é que se deve rezar a Deus; mas a idéia de que o padre é apenas um funcionário que deve cumprir seu dever, é também uma idéia de Ancien Régime, que se mantém depois da Revolução. Ao contrário, o padre que sai de férias para cuidar de crianças assinala uma mentalidade totalmente moderna, exterior à do camponês. É preciso mencionar logo que, há trinta anos, subia-se até a casa de campo

num carro de bois, enquanto agora a mais simples diarista ou enfermeira chega ao mesmo lugar em seu carro, e mesmo, muitas vezes, com seu celular. Nem tudo muda, pois, no mesmo ritmo, e a diferença entre esses ritmos é essencial para o historiador. Aí, os problemas técnicos são fundamentais. Braudel, que perdia freqüentemente suas fichas, me pedira várias vezes uma frase muito forte de Marx, que hoje eu seria incapaz de relembrar. Em compensação, lembro-me da breve alocução de Engels junto ao túmulo de Marx, que menciona o seguinte fato: pela primeira vez, conseguiu-se transmitir a longa distância a energia elétrica¹⁵. Com tudo que se passou nestes 109 anos, bem sabemos que são as invenções técnicas que subvertem nosso mundo. Apenas, essas mesmas invenções estão nas mãos de uns, e não de outros; devemos, pois, estudar todos os fenômenos sociais que levam esta técnica a ter êxito em certos lugares, ou em certas disciplinas, ou em certas práticas, e fracassar em outros.

Para pensar essas mudanças, a noção de estruturas sucessivas é indispensável. Todos os historiadores da primeira metade do século XIX, digamos, antes de 1870-1875, a utilizaram, Guizot, Augustin Thierry... Não foi Marx quem a inventou. Para eles, não havia dúvida de que uma sociedade moderna sucedera a uma sociedade feudal, uma sociedade de classes a uma sociedade de ordens. Ninguém duvidava de que existira uma sociedade antiga, muito avançada do ponto de vista das idéias – a cidadania, por exemplo –, mas que tinha também escravos. Certamente, falar em comunismo primitivo, em escravismo, em feudalismo, em capitalismo etc., é um pouco esquemático, mas é verdadeiro, e, ousado dizer, todo mundo sabe disso. Do mesmo modo que hoje há pessoas que possuem o capital e pessoas que trazem o trabalho. Isso me parece tão evidente que não é mais necessário exprimi-lo, menos ainda analisá-lo.

A superestrutura, ao contrário, é uma contribuição de Marx. Antigamente, quando se fazia uma exposição histórica, mesmo repousando numa análise de estrutura, começava-se freqüentemente – tomemos o caso do Egito faraônico – por cima dos poderes políticos, pela teologia: Osíris, depois este ou aquele deus, depois o faraó; enfim, embaixo, as pessoas que espiam a enchente do Nilo para saber se haverá ou não uma colheita. Marx inverteu a ordem: devemos partir das milhões de pessoas que espiam a enchente do Nilo; por cima delas, um certo número de pessoas que as organizam; enfim, mais em cima, encontramos os que justificam o sistema dizendo que depende de Deus. Ou seja, Marx reencontra exatamente o que, no século X, dizia Adalbéron, bispo de Laon: há os que

mandam, os que pensam, os que trabalham. É uma fórmula que sempre valeu, que é estrutural em toda a humanidade. A simples sucessão dos reis e dos regimes, isso é que não pode satisfazer o historiador, e que é preciso destruir.

A experiência soviética: retrospectiva

Os recentes acontecimentos na Europa Central e na Europa do Leste podem levar o senhor a modificar o uso que tem feito do marxismo em sua profissão de historiador?

Efetivamente, eu acreditei que as estruturas trazidas pela revolução soviética fossem mais sólidas. Deixei um pouco de pensar assim a partir do momento em que, tendo ido à União Soviética — é verdade, somente duas vezes — descobri, ao saltar do avião, que estava cercado de pessoas que eram contra. Havia uma resistência ao sistema, sobretudo nas camadas intelectuais e nas camadas dirigentes. Quando os dirigentes não acreditam mais no sistema, é evidente que o sistema está em perigo. Mas que uma contra-revolução intervenha depois de uma revolução, não é a primeira vez que isso se produz. Meu amigo, o historiador catalão Josep Fontana, considera que estamos em 1815, e é verdade. Porque, em 1815, havia pessoas acreditando que a Revolução Francesa era coisa liquidada. Para eles, havia os problemas do rei, da carta etc., mas a hierarquia tal como era antes havia sido restabelecida. Lamartine ou Hugo escreviam então poemas monárquicos, mas sabemos o que se tornaram quarenta anos mais tarde. Devemos olhar para as coisas estritamente do ponto de vista do historiador. É certo que o que me inquieta há bastante tempo, desde que vi o próprio interior do sistema soviético modificar-se, é o que se poderia chamar a transição do socialismo ao capitalismo. Ora, infelizmente, ninguém a conhece. Ninguém ataca verdadeiramente os problemas da propriedade, vemos se desenvolver um caos inverossímil, onde cada um procura tirar proveito das coisas imediatas. Só resta esperar que isso não produza grandes catástrofes, mas não é certo. Sem dúvida, neste momento, não há mais ameaça de conflito nuclear, mas corremos o risco de que os conflitos interiores alcancem uma extrema gravidade. Minha vida foi bastante abalada pelas guerras de 1914-1918 e de 1939-1940; eu gostaria que a de meus netos não o fosse tanto, mas tenho muito medo por eles.

Sempre fico embaraçado quando me perguntam se sou marxista. Na época de Althusser, Sartre escreveu: "Com vinte anos, eu tinha lido Marx,

e não o tinha compreendido"; eu sempre disse: "Com vinte anos, eu não tinha lido Marx, mas o tinha compreendido". Li bastante cedo o *Manifesto, Salários, preços e lucros*, e os textos sobre a Espanha; só li o resto muito mais tarde. Minha concepção do marxismo, não creio ter necessidade de retocá-la, a não ser a idéia que eu podia ter da aplicação do marxismo nesses países. Eles se afirmavam continuamente marxistas, eram politicamente marxistas, e de fato provavelmente não o eram, porque, se o tivessem sido, teriam feito passar o econômico antes do político. Pondo de lado as questões morais, as questões de repressão etc., é certo que, economicamente, até 1956, tiveram grande êxito no que diz respeito à grande produção — segundo concepções próximas das do século XIX —, a siderurgia, o petróleo etc. Ora, eu não conheço análises muito boas da história soviética — não quero dizer que não existam. C. Bettelheim fez estudos parciais muito interessantes: uma revolução não detém a luta de classes; essas lutas prosseguem, mudam. Certos grupos lutam pela estabilidade, outros passam para a contra-revolução... O que falta em Bettelheim é o exame das questões culturais, à parte o fato de que não se tem resposta para as grandes questões: o que ia se mudar realmente nas estruturas econômicas, nas estruturas sociais, o que era que se chamava "nomenklatura"? Não pode se tratar de uma nova burguesia, pois não são pessoas que tenham enriquecido individualmente, que se tenham tornado fortes por sua fortuna individual; sem dúvida, viveram mais confortavelmente que os outros, mas, quando vemos o desperdício da sociedade capitalista, não podemos pensar que foi isso que poluiu o sistema. Também não é uma nova nobreza, pois o privilégio da "nomenklatura" não é, no conjunto, um privilégio de posição. Talvez fosse hereditário, no sentido em que Bourdieu diz que os filhos dos antigos alunos da ENA têm mais chances de entrar para a ENA. De que se trata então? Eu não tenho resposta.

A agricultura não foi a grande fraqueza. O Canadá conhecia, por exemplo, o mesmo fenômeno de desigualdade das colheitas. Em 1956, os soviéticos, que acreditavam estar na frente, declararam que estavam na véspera da passagem para o comunismo. Foi então que surgiram as grandes dificuldades.

Eis o que eu chamo fazer passar o político antes do econômico. Não basta dar boas diretrizes para que tudo vá bem. Talvez o trigo fosse menos importante que no passado, ao passo que teria sido preciso examinar a questão, por exemplo, do automóvel. Tudo isso me deixa, de fato, uma

grande decepção: a partir de um conjunto de propostas socialmente justas, não é possível constituir um grupo de pessoas que possa planejar uma economia de maneira racional e progressiva. Não há dúvida de que, durante o mesmo tempo, as outras economias tinham progredido mais rapidamente.

O que se passa nos países do Leste lhe sugere uma nova abordagem dos problemas de nacionalidade?

Há muitos anos, minhas preocupações se afastaram da economia. Fiz um estudo, o mais sistemático possível, embora muito limitado, sobre a guerra da Espanha. Acima de tudo, continuei minha reflexão sobre o problema nacional, já que devia publicar um livro na coleção europeia dirigida por Le Goff.

Inicialmente, quero sublinhar um fato: todo mundo se considera muito bem informado, porque se vêem pessoas que voltam com algumas seqüências de televisão. É horrivelmente banal, mas é preciso dizer que somos muito mal informados. Tomemos o caso da Iugoslávia: é um país que visitei com relativa freqüência, sem me demorar, sobretudo sem conhecer-lhe as línguas; já em 1930, tínhamos feito a excursão dita interuniversitária dos geógrafos, sob a direção de E. de Martonne. Sem dúvida, nossa atenção se dirigia sobretudo para fenômenos físicos, pois de Martonne era especialista em geografia física, mas não era só isso: fora ele que, na ocasião dos tratados de 1918-1919, demarcara as fronteiras da Romênia. Verificamos, por exemplo, que, no litoral dalmata, estávamos continuamente acompanhados por jovens italianos, que não paravam de nos dizer quanto tudo aquilo era italiano. É verdade que, muitas vezes, acreditávamos estar em Veneza. E era a época fascista! No governo de Tito, apesar da estrutura feudal, tinha-se a impressão de uma espécie de autoritarismo, e de autoritarismo sério. — Tito, embora croata, fazia uma política séria. Eu pensava então que devia haver resistências, pois o sistema político e o sistema social são sempre inseparáveis do sistema nacional. Rancores de toda espécie se acumularam assim e, mal o sistema rachou, se fizeram valer. Por isso, quando se apresentam os conflitos atuais como exclusivamente interétnicos, não estou de acordo, porque se trata de realidades que são ao mesmo tempo interétnicas, sociais, políticas, culturais e mesmo espirituais.

Os problemas não são exatamente os mesmos do lado ex-soviético?

É bastante embaraçoso. Mme Carrère d'Encausse falou, há cerca de quinze anos, de *L'Empire éclairé*. Ela anunciara uma fragmentação do império soviético segundo o modelo da fragmentação dos outros impérios, isto é, provocada pela revolta das zonas menos desenvolvidas — neste

caso, os países muçulmanos — contra a autoridade de Moscou. Não foi exatamente o que se passou: foi a autoridade de Moscou que se rachou, e se há países que lamentam a perda do sistema, são provavelmente aqueles que, embora menos desenvolvidos atualmente, mas também na origem, têm a sensação de se terem desenvolvido sob o sistema soviético. Para a Rússia, é sem dúvida o inverso, e mais ainda para os países Bálticos, que tinham aceitado com maior dificuldade o sistema comunista.

Qual a formação para um historiador de hoje?

A partir de sua longa experiência, como o senhor conceberia hoje a formação de alguém que se prepara para tornar-se historiador?

Minha "longa" experiência parou uns quinze anos atrás. Sem dúvida, desde então tenho trabalhado — publiqui um certo número de estudos ou de obras, principalmente em relação com meus amigos espanhóis — mas não tenho mais acompanhado as carreiras universitárias. Ora, elas mudaram enormemente. Meu neto está se preparando para tornar-se, ele também, historiador. Visivelmente, depois da licenciatura, teve que escolher uma especialidade. Não tenho a impressão de que lhe tenham dado, salvo durante o preparo da *agrégation*, o desejo de fazer uma história global, que leve em conta todos os fatores e, ao mesmo tempo, que não ignore as lições das outras ciências humanas. No domínio universitário propriamente dito, a especialização não pára de ganhar terreno; mesmo na *École des hautes études*, onde, com meu seminário, guardei mais longamente o contato, os estudantes seguem cada vez mais um seminário, ou outro, mas descuidam de passar de um seminário a outro. Um bom exemplo disso é a evolução da demografia, a qual acabou se tornando uma disciplina em si que, ou quer explicar tudo, ou já se considera, por seus métodos, inacessível ao historiador. Eis aqui coisas perigosas: a pretensão de uma ciência a se bastar a si mesma, quando na realidade nenhuma ciência humana se basta a si mesma.

Essa necessidade de apoiar-se nos instrumentos vindos de outros domínios foi ilustrada recentemente, há três ou quatro anos, por uma historiadora grega, Vivi Perraki. Ela organizou sua tese de história econômica baseando-se num *corpus* de textos do jornal *L'Expansion*, na época em que se desencadeou a crise dos anos de 1973-1974, numa perspectiva interdisciplinar¹⁶. Ela pretendia acompanhar a reintrodução, logo após as *Trente Glorieuses*, do conceito de "crise", e a emergência de um período de incerteza. O interesse do trabalho vem do fato de que ela procedeu por

subsídios cruzados, da economia, da história, da sociologia, da psicanálise, sem que qualquer disciplina tivesse um papel organizador. Durante a defesa, a discussão, muito animada, referiu-se, por vezes, a problemas setoriais: escassez de psicanálise, excesso de psicanálise, disseram dois psicanalistas. Mas o interesse do trabalho estava em outro aspecto: utilizar numerosas ciências humanas, e recusar a especialização.

Um percurso de formação ideal para um historiador deveria assim dar-lhe uma visão total das coisas, enquanto os estudantes atuais se limitam a uma única linha. Não vou falar, é claro, dos prejuízos da formação à maneira da pedagogia ou da comunicação, da autonomia que a pedagogia acabou por conquistar, contra os próprios saberes. Por que insistir continuamente na maneira de comunicar, quando não se sabe o que se deve comunicar?

Se utilizo meus próprios caminhos para pensar na formação de um historiador, verifico que, quando me encontrava frente a um fenómeno de tipo psicológico, eu precisava saber quais eram os fundamentos da própria sociedade, as relações dessa sociedade com as sociedades vizinhas, as formas de conflitos; era pois meu dever estudar essencialmente as estruturas sociais e seu funcionamento económico. Para isso, as noções do tipo de estrutura e conjuntura se apresentavam a mim como fundamentais e inseparáveis. O estudo sério das conjunturas implicava um mínimo de educação estatística.

Ao lado da formação do historiador, há a questão da formação de todo mundo. Fiz uma de minhas últimas exposições, digamos, metodológicas, para a inauguração, em Ávila, da fundação Sanchez-Albornoz, em julho de 1987: nela eu desenvolvera o que havia chamado o "pensamento histórico", isto é, a educação histórica geral para ser dada a todos. O que, aliás, deveria ter repercussões imediatas sobre o desejo dos historiadores de esclarecer certos problemas. No momento do processo Barbie, *Le Monde* tinha publicado um dossiê intitulado "Um processo para a história": eu tinha ficado muito chocado. Não foi esse processo que esclareceu a história, foi a história que esclareceu esse processo. Dizer que o senhor Barbie era um nazista não nos diz nada sobre o que era um nazista. Me é profundamente indiferente saber se tal dia a tal hora o senhor Barbie ordenou tal coisa. Do ponto de vista judiciário, é perfeito, mas não venham me dizer que é uma exposição de história. A história é saber por que existiram Barbie, por que esse tipo de indivíduo existiu no exército hitleriano..., e não o fato de instalar, tal dia à tal hora, tal senhor em tal posto, para ele fazer

isto e aquilo. Se o processo podia esclarecer a história, era sobretudo a análise histórica que devia ajudar a ver claro nesse caso. O objeto da história não é exatamente o mesmo que o da justiça.

Existem leituras indispensáveis que o senhor aconselharia a jovens historiadores?

Um livro como o de Marc Bloch sobre *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* [Os caracteres originais da história rural francesa] (Oslo-Paris, 1931) – que trata dos bens comunais, da circulação livre dos rebanhos, do surgimento do individualismo agrário, das dificuldades que encontrou a propriedade, no sentido estrito, para se impor, mesmo no século XIX – propõe os problemas fundamentais das sociedades antigas. Mesmo hoje, quando nos encontramos diante do fenómeno das cooperativas – até certo ponto, uma espécie de dissolução da propriedade estritamente concebida –, não se trata de simples questões sociais atuais. De onde vêm essas formas? As mentalidades mudaram? Elas estão hoje totalmente independentes das mentalidades antigas?

Para o historiador, numerosas leituras são essenciais; foram as minhas: François Simiand, naturalmente, mas também Durkheim, sempre atual quando se tocam questões como a da nacionalidade. Os psicanalistas são muito úteis quando se abordam os problemas de linguagem ou de mentalidades. Provavelmente, privilegiámos excessivamente Freud em detrimento de outros psicanalistas, como Adler, discípulo dissidente de Freud que fez repousar tudo na diferença, nos problemas de complexo de inferioridade e de superioridade. Se examinarmos as oposições entre duas populações vizinhas, sempre encontraremos este sentimento, que me parece essencial, de se sentir mais forte que os outros. No famoso seminário de Lévi-Strauss sobre a identidade, um etnólogo explicou que uma população africana havia sido subjugada por outra população, mas tinha guardado uma espécie de orgulho de sua etnicidade primitiva e de seu carácter rural em relação às outras, que eram nômades. O orgulho de pertencerem a esta ou àquela etnia equivale, entre nós, ao orgulho dos que pretendem pertencer à classe superior. É um fenómeno do cotidiano, análogo ao racismo contra o magrebino encontrado no metrô, considerado como inferior, e, por conseguinte, detestado.

Antigamente, as estruturas económicas globais criavam distâncias extraordinárias entre as classes sociais. As classes superiores desprezavam certas classes médias, os que tinham tido acesso ao ensino superior desprezavam os que só tinham conhecido o ensino primário, o que não

excluía, por exemplo, um certo respeito pelo operário. Agora, talvez haja menos distância entre as classes trabalhadoras e as classes dirigentes, mas há o fenómeno dos excluídos, há esse enorme abismo para com as classes que são marginalizadas, e que já alcançam 20% da população nos Estados Unidos. Num de seus tratados da população, Alfred Sauvy formula, em três ou quatro páginas, a teoria segundo a qual existem sociedades suficientemente ricas para que nelas seja mais económico pagar, digamos, 20% das pessoas para não fazerem nada, e para que nelas seja, às vezes, mais interessante para o indivíduo não fazer nada, ou viver à margem, do que aceitar o salário mínimo que lhe ofereceriam. Isso me facilitara a compreensão da sociedade espanhola do Século de Ouro: muitos marginais (inclusive o pessoal do teatro, da dança, de toda espécie de profissões que não são realmente profissões), que a sociedade aceita tratar marginalmente, fechando os olhos para sua marginalidade..., aceitam finalmente seu destino, às vezes com resignação, às vezes mesmo com contentamento. Sem dúvida, se deveria matematizar tal teoria...

Teoria... O senhor acaba de pronunciar uma palavra que, em geral, os historiadores não reivindicam muito. Ora, o senhor não cessou de chamar a atenção para a importância da reflexão teórica. O que é que o senhor entende com isso?

Vou partir de uma constatação simples. Eu dei cursos, não teóricos, e sim metodológicos: tratava-se de suscitar nos estudantes uma reflexão atenta e aprofundada sobre o que desejavam estudar mais tarde. Quanto a mim, aprendi muito da economia política. Mas, com a expressão de "teórico", eu sempre temo as maneiras dogmáticas. A partir de um princípio dado, é possível elaborar uma teoria, utilizá-la para cálculos matemáticos, sem que jamais se coloque a questão de sua aplicação a uma sociedade determinada. Foi o que se passou nestes últimos anos na historiografia espanhola: todos concordam atualmente na Espanha, e nos meios mais diversos, que a liberdade de empresa, que a formação do capital, são não somente úteis, mas fundamentais e sempre benéficas. Com isso, para certos historiadores espanhóis atuais, a Espanha teria sido um dos países mais desenvolvidos da Europa sem a intervenção das indústrias catalãs, que impuseram o protecionismo, o que teria paralisado a indústria espanhola. É um absurdo total. No Peru, por exemplo – bem entendido, não é a Espanha –, os ingleses impuseram o livre-câmbio: imediatamente, o Peru foi totalmente riscado do mapa dos verdadeiros países produtores. Por outro lado, de que maneira os industriais catalãs

teriam conseguido impor seus projetos, quando praticamente não há ministros catalãs no século XIX? Assim, o esquema teórico importa menos que uma história económica inteligente, que deveria, aliás, ser ministrada aos alunos de economia política, de tal modo é assustador o corte entre teoria económica e história económica.

O senhor é um historiador sensível, em suas reflexões, às solicitações do presente. O senhor escreveu: "Nenhum de meus trabalhos sobre o passado espanhol, mesmo muito distante, me pareceu alheio à apreensão do presente". À luz da reemergência dos fenómenos de nacionalidade, o senhor construiria de outra maneira sua Catalogne?

Com risco de espantá-lo, responderei não. Em primeiro lugar, porque o fenómeno catalão não mudou realmente. Ouvi ontem, durante exatamente dois minutos, na rádio espanhola, o Presidente Pujol fazer uma exposição ao conjunto dos parlamentares catalãs; suas palavras me pareceram tão familiares, a propósito da Catalunha de um lado, do Estado espanhol de outro! Quando eu vou lá, não tenho a impressão de que as coisas tenham mudado tanto, apesar de, diferentemente do País Basco, ter sido encontrada uma solução. Pode haver uma distância entre a teoria e as problemáticas, isto é, a maneira de colocar as questões, de um lado, através do que se ouve e se lê, de outro lado, através dos problemas do tempo presente. No momento atual, o problema catalão pode se apresentar como quase resolvido; pelo menos, é aceito. Os catalãs proclamam todos os dias, como um slogan: nós somos seis milhões – embora haja, entre eles, três milhões de imigrantes do Sul da Espanha. Assim, o paradoxo é a manutenção de um discurso nacionalista: o partido catalão, um partido conservador liberal – o de Pujol –, é majoritário no país; frente a ele, o partido socialista pretende ser suficientemente nacionalista para se opor de maneira confiável a Pujol; assim, o nacionalismo fica.

É verdade que sempre fui sensível à observação do contemporâneo. Diante da situação iugoslava, aventurei uma hipótese: se os andaluzes, em vez de se situarem no centro da comunidade, como operários nas diferentes indústrias, ou como trabalhadores agrícolas, se tivessem agrupado em cidadezinhas no limite dos dois "países", o que teria acontecido? Não posso dizê-lo, mas sei que na Iugoslávia as coisas se passaram de maneira diferente: os sérvios, em lugar de se porerem à disposição de indústrias que não existiam, ou de atividades de turismo que não podiam utilizá-los, instalaram-se, em territórios que não lhes pertenciam na origem, por pequenos grupos, em pequenas cidades... Em vez de se integrarem, essas

populações, favoráveis à separação, ressuscitaram as velhas fronteiras étnicas. A situação deve, sem dúvida, ser estudada caso por caso: a partir dos recenseamentos, é preciso reconstituir, quase ano por ano, a instalação das pessoas no território, a localização, os fluxos quantitativos; é preciso levar em conta a demografia, porque certas populações se multiplicam mais rapidamente que outras. Tudo isso abre abordagens comparadas. Mas será que, à vista disso, eu abordaria diferentemente a Catalunha? Não creio.

Palavras recolhidas por Jean Boutier

Notas

¹ A conversa teve lugar em Paris, em abril de 1992.

² Nessa data, M. Sorre, *Les Pyrénées méditerranéennes, étude de géographie biologique*, Paris, 1913, 508 p.

³ Entre suas obras mais importantes, J. Sion, *Les Paysans de Normandie orientale*, Paris, 1908; A. Demangeon, *La Plaine picarde, Picardie, Artois, Cambrésis, Beauvaisis. Étude de géographie sur les plaines de craie du Nord de la France*, Paris, 1905; R. Blanchard, *Les Alpes occidentales*, Paris-Grenoble, 1936-1956.

⁴ E. Labrousse, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*, Paris, Dalloz, 1933, 2 volumes.

⁵ François Simiand (1873-1935), sociólogo, um dos fundadores da história da conjuntura econômica; publica em 1932 seu livro magistral, *Le Salaire, l'Évolution sociale et la Monnaie*.

⁶ E. J. Hamilton, *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*, Cambridge (Mass.), 1934.

⁷ R. Aron, *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essais sur les limites de l'objectivité historique*, Paris, Gallimard, 1938.

⁸ P. Vendryès, *De la probabilité en histoire*, Paris, A. Michel, 1952, e *Déterminisme et autonomie*, Paris, A. Colin, 1956.

⁹ A. Dupront, "L'histoire après Freud", *Revue de l'enseignement supérieur*, n. 44-45, 1969, pp. 27-63, e *Langage et histoire*, comunicação apresentada ao XIII congresso internacional das ciências históricas, Moscou, 16-23 de agosto de 1970, atas do congresso, t. I, 1973, pp. 186-254.

¹⁰ Especialista em história social e institucional da França do século XVII, R. Mousnier reagiu vivamente contra a análise de tipo marxista da sociedade francesa no século XVII proposta por B. Porchnev.

¹¹ Claudio Sanchez Albornoz y Meduñia (1893-1984), professor da Universidade de Madri, ministro do governo republicano espanhol de 1933, exilado na França, depois na Argentina; dirige de 1959 a 1970 o governo republicano no exílio; volta a Madri em 1983.

¹² Historiador soviético, autor de *Les Soulèvements populaires en France de 1623 à 1648*, Moscou, 1948, trad. fr. Paris, SEVPEN, 1963, que suscitou nos anos 50 uma importante discussão sobre as estruturas sociais da França do século XVII.

¹³ As discussões com Aron, Althusser e Foucault estão todas reunidas em *Une histoire en construction* (cf. bibliografia).

¹⁴ J.-C. Perrot, *Genèse d'une ville moderne, Caen au XVIIIe siècle*, Paris, Mouton, 1974, p. 918.

¹⁵ F. Engels, "L'enterrement de K. Marx", *Der Sozialdemokrat*, 22 de março de 1883, citado em K. Marx, *Oeuvres*, Paris, coll. de la Pléiade, III, p. 72.

¹⁶ V. Perraki, *L'Expansion et la première crise pétrolière: lecture interdisciplinaire d'un journal économique lors d'un moment de discontinuité*, tese de doutorado em história contemporânea, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988, datil., sob a direção de M. Aynard e R. Boyer.

V

FRONTEIRAS

Os Caminhos da Polifonia

JEAN BOUTIER E ARUNDHATI VIRMANI

Como o conjunto dos cientistas, os historiadores também estão se tornando uma comunidade mundial. Mas estarão, com isso, falando a mesma língua? Como conciliam a ambição comum de explicar o devir das sociedades humanas e a especificidade reivindicada, tanto das sociedades como das culturas?

Na evolução recente da pesquisa histórica percebem-se algumas grandes tendências. Uma história ainda fortemente dominada pelo ponto de vista nacional, visando legitimar, ou mesmo exaltar o Estado-nação, cedeu amplamente lugar, pelo mundo afora, a uma história mais temática, dedicada às formações e às dinâmicas sociais¹. Em lugar de justapor histórias fechadas em si próprias – empreendimento ainda recentemente defendido por alguns historiadores alemães ou americanos, em nome do *american exceptionalism* ou do *Sonderweg* (caminho específico) alemão² –, os historiadores se esforçam cada vez mais em comparar, a partir de determinados objetos produzidos por especializações setoriais, a diversidade das experiências históricas, além das fronteiras políticas ou culturais. Cada país guarda, sem dúvida, questões que lhe são específicas, incomparáveis, embora essenciais para a apreensão de sua própria história, tais como a Guerra de Secessão ou a partilha da Índia em 1947. Mas essa especificidade não é o único terreno no qual os historiadores evoluem. Existe mesmo um consenso no sentido de se considerar a exacerbação do sentimento nacional, muito marcada em certos países que conseguiram recentemente a independência, como prejudicial à pesquisa histórica, sem se recusar por isso a realidade dos limites nacionais. Assim, F. Braudel, procurando esclarecer seu propósito na introdução a *L'Identité de la France* [A identidade da França], tenta combinar duas abordagens opostas, uma que recusa a “expropriação”, o “aniquilamento” da história nacional, e outra que considera o espaço nacional somente como um “setor do destino do mundo”³.

"Há vinte anos, a diferença entre a história social feita na França e aquela feita na Alemanha federal era uma diferença de natureza; hoje é apenas uma questão de nuances"⁴. Esta convergência inesperada, observada recentemente por um historiador alemão, entre duas historiografias que durante muito tempo se tinham ignorado reciprocamente, revela que métodos, problemáticas e centros de interesse comuns confederam hoje, para além das fronteiras, uma comunidade de historiadores, ainda mais vasta porque atualmente são raros os países onde a história não é praticada. Aos objetos de investigação já tradicionais, tais como os mecanismos demográficos, o desenvolvimento económico, a urbanização e a modernização das sociedades, os grupos e os movimentos sociais, as culturas populares, vieram se acrescentar, sem que a lista esteja fechada, as formas de criminalidade e de desvio de conduta, a família, a sexualidade, a constituição das identidades de grupo e da memória coletiva, as mulheres e a divisão sexual dos papéis sociais... Constituiu-se assim, progressivamente, um espaço disciplinar transnacional – embora com deslocamentos no tempo, diversidades nas formulações que remetem às tradições culturais nacionais – espaço que reforçam debates muito abertos, leituras comuns, como os livros de E. P. Thompson, F. Braudel ou W. Kula, e referências partilhadas, como Montaigne, Menocchio ou Ménétra.

No imediato pós-guerra, em numerosos países, o marxismo tinha fornecido um primeiro grande paradigma unificador, renovando a análise das formações sociais e da dinâmica das sociedades. Em seguida, no decorrer dos anos 50-60, a adoção, em graus variáveis, de instrumentos e métodos vindos das outras ciências sociais – em particular a antropologia e a sociologia, em grau menor, a economia – deu aos historiadores fragmentos de linguagem comum. Mas, diferentemente das ciências "du-ras", esta comunhão não resultou numa circulação maciça de noções e de esquemas universais. Invertendo frequentemente as maneiras de ver, as ciências sociais deslocam muitas vezes a lógica dos modelos explicativos. Assim, a antropologia que, atenta à especificidade de cada caso, reintroduz as representações dos atores sociais, recusa categorias muito globais como a modernização, o crescimento económico ou o imperialismo, que encobrem processos diversos e contraditórios. A validade de categorias descritivas e interpretativas elaboradas dentro de espaços culturais e geográficos particulares é questionada em nome do etnocentrismo, que vai se juntar então ao anacronismo denunciado outrora por Lucien Febvre. A uniformização do trabalho cede o passo à compatibilidade das pesquisas,

graças a uma abordagem "pluralista" por suas perspectivas ou suas escalas de observação, que enriquece a análise e produz uma compreensão mais fiel de sociedades de dimensões múltiplas.

Não é muito difícil explicar, em parte, essa "harmonização" planetária. Os historiadores não podem furtar-se às grandes transformações de nossas sociedades contemporâneas: a abertura das trocas, a mobilidade dos indivíduos, o aparecimento de novos meios de comunicação... influem evidentemente em seu trabalho. Outros fenômenos, mais específicos do mundo científico, também desempenham um papel, como a multiplicação dos colóquios, os intercâmbios de pesquisadores, a instalação de redes internacionais para a transmissão de programas específicos, como a história das cidades ou da criminalidade. Estas realidades, sem dúvida antigas⁵, limitaram-se durante muito tempo a relações individuais, tais como as permanências na Alemanha de C. Seignobos em 1877-1879, ou do jovem M. Bloch em 1908. Já antes da primeira guerra mundial, essas relações se tornam mais institucionais: são os primeiros congressos internacionais das ciências históricas (Roma, 1903), as comissões de pesquisa, como a famosa comissão internacional de história dos preços, dirigida por Lord Beveridge, ou a abertura em Oslo do Instituto norueguês de pesquisas culturais comparativas; nasce então uma nova geração de revistas, que não reivindicam mais a origem nacional, a *Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte* (1903), a *Economic History Review* (1927), as *Annales d'histoire économique et sociale* (1929), mais tarde *Past and Present* (1953). Entretanto, só nos anos 60 é que esse intercâmbio assume um caráter sistemático, por exemplo com a inauguração (1968), pelo departamento de história da universidade de Princeton, de um programa de intercâmbio internacional de docentes. Isso, porém, não nos autoriza a fazer um balanço triunfalista.

Não existe país algum em que os historiadores constituam uma comunidade homogênea nas preocupações e nas práticas. Em todo lugar, os historiadores "internacionalistas" constituem apenas a parte emersa do *iceberg*, e as práticas mais conservadoras estão longe de ter desaparecido.

As tradições nacionais continuam pesando ainda mais porque os historiadores se fecham em debates estritamente circunscritos a seu próprio país. A grande maioria dos historiadores italianos dos anos 50, quer se liguem ao idealismo de B. Croce, ou se declarem "marxistas", escrevem uma história fortemente política, originada do modelo historicista; se, por um lado, eles se importam com o engajamento ideológico, por outro, ficam

indiferentes às diversas ciências sociais e aos outros modelos historiográficos, até as discussões dos anos 70 que, com a criação de novas revistas como *Quaderni storici* ou *Società e Storia*, levam a novas propostas metodológicas e ao abandono do paradigma historicista⁶. Até o debate suscitado pela publicação, em 1961, da obra de Fritz Fischer sobre o imperialismo alemão e seu papel no desencadeamento da Primeira Guerra mundial, a historiografia alemã, que, no entanto, fora muito inovadora durante o século XIX, foi dominada por uma tradição conservadora, a da escola prussiana de Droysen ou de Treitschke, que valorizava o papel do Estado, a história política, institucional e diplomática, ao mesmo tempo em que minimizava a responsabilidade alemã nos grandes dramas do século XX⁷. Insularidade ainda mais surpreendente porque, no mesmo momento, em numerosos países, a história vinha se integrando cada vez mais nitidamente no mundo das ciências sociais.

Finalmente, os grandes debates atuais passam dificilmente de um país para outro. Nascida nos Estados Unidos no início dos anos 80, a “virada lingüística” que, sob o impacto da análise textual, do movimento feminista e dos trabalhos, entre outros, de J. Derrida, levou a uma crítica da história social e propôs uma “nova história cultural”, mal está começando a encontrar um eco na Grã-Bretanha, e permanece ainda muito marginal na França⁸. A micro-história italiana, uma das inovações metodológicas importantes dos anos recentes, não conhece na França mais que um sucesso limitado, enquanto inspira trabalhos nos Estados Unidos ou na Alemanha. O sucesso da noção de “lugar de memória” entre os historiadores franceses não foi suficiente para sensibilizá-los, por exemplo, para o debate paralelo suscitado na Índia em torno do caso da mesquita de Ayodhya, construída no século XVI, num lugar que a tradição hinduista considera como o do nascimento do deus Rama; o caso, que cristaliza os conflitos entre hindus e muçulmanos, obriga, no entanto, a reconsiderar, além do contexto indiano, questões importantes como as formas da prova histórica, a construção da tradição e da memória coletiva ou a formação da cultura popular⁹. Assim, mesmo a vanguarda dos historiadores permanece um grupo fortemente segmentado.

A história “vista de baixo”

Um dos paradigmas mais fecundos de nosso século é, sem contestação, a história “vista de baixo”; esta inversão de perspectiva, que instala, no centro das preocupações dos historiadores, não mais as elites, que

governam e agem, e sim a massa dos anônimos, deu lugar a formulações muito diferentes, nas intenções, nas argumentações ou nos objetos, inclusive as famosas “Perguntas de um trabalhador lendo” de Brecht. Se os livros de E. P. Thompson sobre a classe operária inglesa, ou os de M. Bakhtin sobre a cultura popular, têm alimentado a reflexão, tornando-se referências fundadoras¹⁰, a ausência de programa ou de manifesto fundador favoreceu, de fato, uma apropriação multiforme, adaptada à diversidade dos contextos ideológicos e culturais.

A expressão de história “vista de baixo” surge nos anos 50, em historiadores da Revolução Francesa ou do movimento operário, tais como G. Rudé, A. Soboul, É. Hobsbawm, R. Cobb ou E. P. Thompson; ela remete, todavia, a uma prática historiográfica que remonta ao começo do século, com a *Histoire socialiste de la Révolution Française* [História socialista da Revolução Francesa] de J. Jaurès, e que se desenvolveu através dos trabalhos de A. Mathiez sobre a “vida cara” durante o Terror, e mais ainda de G. Lefebvre sobre os camponeses e os medos coletivos¹¹. Não se trata de um movimento unificado: na Inglaterra, ela nasce em torno de uma história operária (*labour history*), fortemente inspirada no marxismo; nos Estados Unidos, ela deve mais a uma sociologia não marxista ou ao populismo da *new left*¹²; na França, ela se situa no prolongamento de uma história sócio-econômica originada tanto das lições de E. Labrousse como da corrente das *Annales*. A partir daí, a história “vista de baixo” se aplica a objetos diversos: retoma os trabalhos dos folcloristas para produzir uma história das “culturas populares”; enriquecida pelas contribuições dos antropólogos, dedica-se à vida material, à religião e à magia, à sociabilidade e às festas, e acaba se imiscuindo num grande número de pesquisas. Ela volta, entretanto, a suas aplicações originais, quando historiadores dos antigos países colonizados se esforçam em continuar a descolonização no terreno intelectual, desenvolvendo uma história que lhes seja própria. Seu encanto reside, pois, em sua capacidade de responder a problemas levantados em contextos nacionais muito diferentes.

No fim dos anos 60, no Japão, aparece uma série de trabalhos sobre a vida social no campo; seus autores, críticos ao mesmo tempo do passado imperial, da modernização, da burocracia e das categorias historiográficas ocidentais, pretendem promover uma história etnográfica do povo (*minshushi*), em que os camponeses seriam a expressão da autenticidade japonesa antes da influência ocidental; a pesquisa, realizada localmente, quer ser uma “história sem nome próprio”, atenta às realidades da vida

cotidiana¹³. O mesmo interesse pelos grupos dominados anima os historiadores indianos reunidos, no fim dos anos 70, em torno dos *Subaltern studies*: mas seu projeto não tem por objetivo reencontrar uma “alma indiana”, desfigurada pela experiência colonial. Eles querem restituir às classes subalternas, tanto rurais como urbanas, um lugar como atores na dinâmica do movimento nacionalista, analisado até então segundo dois pontos de vista, um político – limitado aos partidos constituídos, a seus chefes e a suas negociações com o poder colonial –, o outro econômico, de origem marxista. Para eles, “elitismo” e “economismo” são duas abordagens insatisfatórias, e o que é pior, “produto ideológico da dominação britânica na Índia”¹⁴. O estudo local ou regional dos breves momentos de aparição dos dominados enquanto indivíduos, de sua ligação com o direito ocidental ou a medicina, de suas relações com a burocracia ou a polícia, desemboca numa análise das mutações complexas de uma sociedade sob dominação colonial. Ele obriga também a reformular o lugar da operação historiográfica, recusando a antiga “posição central do antropólogo ou do historiador europeu”, para o qual a sociedade indiana era apenas objeto, sem com isso rejeitar sistematicamente as categorias analíticas européias¹⁵. A história “vista de baixo” pode assim servir para constituir uma identidade intelectual, ou para afirmá-la diante da introdução de modelos estrangeiros ameaçadores, como certos historiadores italianos denunciando a dependência historiográfica de seu país em relação à França no fim dos anos 70¹⁶.

Capaz de tradução ou de adaptação, a história “vista de baixo” não se organizou em sistema. Ela pôde constituir o ponto de partida de outras formulações, autônomas, embora aparentadas. Na Itália, segundo C. Ginzburg¹⁷, a história “popular” surge a partir de uma reflexão muito internacional, na qual se misturam as *Annales*, a *labour history* inglesa, as ciências sociais, de Polanyi à “escola de Manchester”, sem excluir referências mais pessoais, como o populismo russo através dos romances de Tolstoi. Uma década de intensas discussões resulta na formulação do paradigma micro-histórico. Na Alemanha, a *Alltagsgeschichte* (história da vida de todos os dias) afirma-se desde meados dos anos 70; fortemente penetrada de antropologia, ela propõe uma abordagem qualitativa dos modos de vida e dos meios sociais, descrevendo as realidades materiais no trabalho, em casa, durante o lazer, explorando as dimensões subjetivas da vivência¹⁸. Esses estudos muito localizados chegam ao ponto de negar a possibilidade de modelos únicos de inteligibilidade: para A. Lüdtke, a noção weberiana de “burocracia”, por exemplo, em sua excessiva abstração,

“não nos dá a conhecer nada sobre a função da mesma e suas significações para as pessoas que a ela estão sujeitas”¹⁹. Estas são preocupações bem próximas daquelas dos historiadores dos *Subaltern studies*.

Tendo partido de motivações freqüentemente militantes, a história “vista de baixo” descobriu ao mesmo tempo, quase paradoxalmente, a fraca eficácia de uma unificação paradigmática da história e a extrema compatibilidade das pesquisas, localizadas e particularizadas, mas construídas a partir de preocupações partilhadas.

A internacional das revistas

“Hoje em dia, a cultura das ciências não está confinada num país privilegiado, nem mesmo na Europa. Ela é internacional. Todos os problemas, os mesmos problemas estão simultaneamente em estudo em todo lugar”²⁰. Esta afirmação não vem nem de um matemático nem de um físico, e sim de um historiador, Charles-V. Langlois, que, no fim do século passado, já propunha situar a história entre as grandes disciplinas sujeitas às “condições modernas do trabalho científico” e exigindo o domínio das “línguas habituais da ciência (alemão, inglês, francês, italiano)”. Na realidade, a história não respondeu senão muito incompletamente a essa expectativa, mas a circulação dos resultados não parou de crescer, e com ela a confrontação das abordagens em relação às mesmas questões²¹. A difusão das grandes revistas históricas é uma boa prova disso.

Hoje em dia, as grandes revistas históricas, em inglês ou em francês, são lidas muito além de seus países de origem. Amplamente exportadas (30% dos números para o *Journal of Modern History*, 48% para as *Annales*, 55% para a *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 70% para *Past and Present*), elas são difundidas em sessenta a setenta países, pelos cinco continentes. Contudo, sua presença permanece muito desigual e, nas grandes linhas, manifesta o peso do mundo rico e desenvolvido na produção – e no consumo – dos conhecimentos contemporâneos: a pobreza de grande parte da África, e provavelmente das antigas democracias populares do Leste da Europa, lhes impede quase completamente o acesso a publicações relativamente caras. Por outro lado, uma dezena de países – a América do Norte e a Europa ocidental – totalizam mais de 90% das assinaturas. Existem todavia, entre esses grandes consumidores de história, diferenças que revelam, entre outras coisas, maior ou menor abertura para as correntes historiográficas estrangeiras: a França ou a Grã-Bretanha lêem relativamente pouco em língua estrangeira,

diferentes nisto da Itália, primeiro comprador das *Annales* fora da França e segundo comprador de *Past and Present* fora do mundo anglófono. Quanto ao Japão, parece proceder, em marcha forçada, para uma espécie de acumulação primitiva de capital historiográfico, sem que, por enquanto, vejamos surgir algo disso tudo...

Nos últimos trinta anos, um número considerável de novas revistas históricas foram criadas, resultado de uma especialização cada vez mais declarada das pesquisas (por exemplo, *Journal of Sport History*, 1974; *Journal of Family History*, 1976; *International Journal of Oral History*, 1980; *Storia della Storiografia*, 1982; *Law and History Review*, 1983; *Histoire et Mesure*, 1986; *History and Anthropology*, 1988; *Gender and History*, *Memory and History*, 1989; *Musica e Storia*, 1993; *Histoire et sociétés rurales* [História e sociedades rurais], 1994...), da reivindicação de uma história específica por parte de regiões ou países anteriormente ignorados, ou dominados (*Journal of Pacific History*, 1966; *Indian Historical Review*, 1974; *Revue sénégalaise d'histoire*, 1980). Um paradigma universal, um ponto de vista único é menos possível do que nunca. Mas essa fragmentação não provocou o surgimento de categorias radicalmente novas, incompatíveis com as precedentes. Sejam quais forem o lugar e o objeto, a prática da história requer sempre o uso de métodos e de procedimentos que, pelo essencial, foram aprimorados na Europa no decorrer do século XIX, no contato com uma experiência específica, e que todos os historiadores reconhecem e adotam. O aparecimento de novos domínios se efetua em diálogo constante com as grandes propostas historiográficas, como as *Annales*, a antropologia anglo-saxônica, ou os trabalhos, mais recentes, de M. Foucault, quer se trate de criticá-los, de integrá-los ou de ultrapassá-los.

Entretanto, cada uma dessas experiências recentes se apóia numa reivindicação forte: retomar o controle de uma história própria, pensada através de categorias que não sejam estranhas às realidades estudadas. A recusa dos grandes universais históricos, a formulação de noções adaptadas a realidades diferentes, o interesse declarado pelas situações locais e por seus contextos, paradoxalmente, não tornaram impossível toda comparação: enquanto a história, agitada por suas crises, não pára de se estender dividindo-se, essas vozes novas acabam convergindo numa ampla e rica polifonia. Será que todas elas conseguem, com isso, fazer-se ouvir de iguais para iguais?

Notas

- ¹ P. M. Kennedy, "The decline of nationalistic History in the West, 1900-1970", *Journal of Contemporary History*, 1973, pp. 77-100.
- ² I. Tyrrell, "American exceptionalism in an age of international history", *American historical Review*, XCVI, 1991, pp. 1031-1055.
- ³ F. Braudel, *L'Identité de la France. Espace et histoire*, Paris, 1986, pp. 14, 20.
- ⁴ H. Kaeble, "L'histoire sociale en France et en Allemagne fédérale: de l'ignorance cordiale aux nouveaux dialogues", *Cahiers du Centre de recherches historiques*, n. 1, 1988, p. 36.
- ⁵ C. Charle, "Ambassadeurs ou chercheurs? Les relations internationales des professeurs de la Sorbonne sous la III^e République", *Genèses*, 14, 1994, pp. 42-62.
- ⁶ D. Coli, "Idealismo e marxismo nella storiografia italiana degli anni '50 e '60", in P. Rossi (ed.), *La storiografia contemporanea. Indirizzi e problemi*, Milão, 1967, p. 39-58; A. M. Banti, "Storie e microstorie: l'histoire sociale contemporaine en Italie (1972-1989)", *Genèses*, 3, 1991, p. 134-147.
- ⁷ R. J. Evans, "The new nationalism and the old history: perspectives on the West German *Historikertreue*", *Journal of Modern History*, LIX, 1987, pp. 761-797.
- ⁸ G. Eley, "De l'histoire sociale au 'tournant linguistique' dans l'historiographie anglo-américaine des années 1980", *Genèses*, 7, 1992, pp. 163-193.
- ⁹ Esta ausência de conexão é ainda mais interessante porque Pierre Nora levantou recentemente a questão da aplicabilidade dos "lugares de memória" fora do caso francês: *Le Débat*, n. 78, 1994.
- ¹⁰ E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Londres, 1963, trad. ital., Bari, 1969, trad. fr. Paris, 1988; M. Bakhtin, *François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et à la Renaissance*, Moscou, 1965; trad. ingl., 1968, trad. fr., 1970.
- ¹¹ Esta genealogia é dada por G. Rudé, *La Foule dans la Révolution Française*, Paris, 1982 (ed. inglesa, Oxford, 1959), p. 18.
- ¹² Entre as obras marcantes, E. Genovese, *Roll Jordan Roll, The World the slaves made*, Nova Iorque, 1973.
- ¹³ C. Gluck, "The people in history: recent trends in Japanese historiography", *Journal of Asian Studies*, XXXVIII, 1978, pp. 25-50.

¹⁴ R. Guha, "On some aspects of the historiography of colonial India", in *Subaltern studies. Writings on South Asian History and Society*, I, Delhi, Oxford University Press, 1982, p. 1; S. Sarkar, "The construction of history in modern India", *Storia della Storiografia*, XIX, 1991, p. 61-72.

¹⁵ V. Das, "Subaltern as perspective", in *Subaltern studies*, VI, Delhi, 1989, p. 310-324.

¹⁶ C. Ginzburg e C. Poni, "Il nome e il come. Scambio ineguale e mercato storiografico", *Quaderni storici*, XIV, 1979, p. 181-183.

¹⁷ Por exemplo, a introdução de C. Ginzburg, *Le Fromage et les Vers*, Paris, 1980 (edital. Turim, 1976).

¹⁸ Uma apresentação rápida de T. Nadau, "L'Alltagsgeschichte", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 83, 1990, p. 64-66; para uma discussão mais desenvolvida, G. Eley, "Labor History, Social History, Alltagsgeschichte: Experience, Culture and the Politics of the Everyday, a New Direction for German Social History?", *Journal of Modern History*, LXI, 1989, p. 297-343.

¹⁹ S. Kott, "De l'histoire sociale à l'Alltagsgeschichte. Entretien avec Alf Lüdtke", *Genèses*, 3, 1991, p. 153.

²⁰ C.-V. Langlois e C. Seignobos, *Introduction aux études historiques [Introdução aos estudos históricos]*, Paris, 1898; reed. 1992, p. 57.

²¹ Um bom exemplo: E. Moradiellos, "Últimas corrientes en historia", *Historia social*, n. 16, 1993, p. 97-113.

DOIS

A Comunidade Científica Americana: Um Risco de Desintegração?

TIMOTHY TACKETT

Os historiadores americanos atuais vivem com inquietação o progresso das especializações e o estabelecimento de compartimentações, consequência de seu número e da diversidade de suas especializações. A história, como a "filosofia natural" da idade clássica, estaria dando à luz um novo leque de disciplinas?

Em sua volumosa obra recente sobre os historiadores americanos no século XX – livro apreciado tanto por suas anedotas picantes, e mesmo escandalosas, sobre alguns professores famosos, quanto por sua análise nuançada da vida intelectual – o historiador Peter Novick chega a uma conclusão um tanto pessimista. Hoje em dia, escreve ele, "como comunidade de discursos, como comunidade de pesquisadores unidos por objetos universais, por normas universais, por objetivos universais, a disciplina da história não existe mais"¹. Em certa medida, segundo Novick, essa fragmentação da comunidade dos historiadores pode ser atribuída a uma discordância fundamental sobre os valores epistemológicos. Por isso, ele insiste muito na grande confrontação, explícita ou implícita, que põe, um contra o outro, os membros da profissão quanto ao "problema da objetividade". E todavia, na opinião dele, esse processo de desagregação se prende também a outro fenômeno, a uma verdadeira transformação de escala.

Com efeito, em quase todo lugar no mundo ocidental, a história e a profissão de historiador vêm, há trinta anos, conhecendo um crescimento absolutamente sem precedente, crescimento que pode modificar a própria natureza da profissão. Embora Peter Novick se abstenha, em geral, de dar estatísticas, mesmo assim é revelador examinar algumas cifras que indicam a evolução da comunidade dos historiadores no decorrer destas últimas décadas. Com esse objetivo, escolhemos, a título de exemplo, o caso que, evidentemente, conhecemos melhor, o dos Estados Unidos. Mas se pode pensar que a evolução em muitos outros países é mais ou menos semelhante.

A medida de um crescimento

Durante toda a primeira metade do século XX, o corpo dos historiadores nos Estados Unidos aumenta bem devagar. O número de membros da American Historical Association (AHA), na época a mais importante sociedade profissional do país, passa de 2.700 em 1909 para 3.500 em 1939, e para 3.800 no fim da Segunda Guerra Mundial². A profissão é alimentada por uma reserva de jovens com diploma de Ph. D. (doutorado), que varia entre 100 e 200 por ano, até o início dos anos 50³. Nesse mundo estável e relativamente pouco dinâmico, o paradigma dominante permanece o da história política e diplomática. É bem verdade que alguns jovens revolucionários dos anos 20 e 30, influenciados por idéias vindas da Europa, preconizam uma *New History*, relativista, um tanto esquerdista, inspirada nas ciências econômicas. Mas na época da Segunda Guerra Mundial e no começo da Guerra Fria, este pequeno grupo, sempre minoritário, desaparece quase por completo diante do triunfo de uma “história de consenso” do tempo de Eisenhower.

Tudo mudou radicalmente, no entanto, nas duas décadas que seguem o acesso de John Kennedy à presidência. A chegada aos estudos superiores da enorme geração do pós-guerra, a expansão econômica americana sem precedentes, o impacto da corrida espacial sobre o sistema acadêmico – de início sobre as ciências naturais, mas também, finalmente, sobre as outras faculdades –, todas essas mudanças produzem um desenvolvimento extraordinário das universidades americanas. Em vinte e cinco anos, o número de estudantes de todos os níveis nos ciclos superiores passa de 5 a 12 milhões, e o número de instituições universitárias atinge mais de 2.700⁴. No mesmo período, o corpo de historiadores parece aumentar em progressão geométrica. Contam-se 5.700 membros da AHA em 1950, 9.400 em 1960, 18.500 em 1970. Para satisfazer à demanda, as usinas de doutorados trabalham em tempo integral, tanto que o número anual de novos Ph. D. em história se quintuplica no espaço de vinte anos: de 200 a 300 por ano nos anos 50, a 560 em 1965, 1.075 em 1970, 1.360 em 1973. Infelizmente para os jovens, a criação de novos cargos pára por volta de 1975, e se manifesta uma crise de superpovoamento acadêmico em que centenas de historiadores, homens e mulheres, ficam desempregados. Apesar disso, no fim dos anos 80, a produção de doutorados se estabiliza num nível mais ou menos constante de 600 a 700 por ano, cifra três vezes mais elevada que em meados do século.

Deixando de lado o problema das admissões e das promoções depois de 1975, essa verdadeira explosão demográfica de historiadores, essa transformação dramática na escala da profissão – e na pirâmide das idades de seus membros – exerce sem dúvida uma influência sobre a maneira como se concebe e como se pratica a história. Em primeiro lugar, o aumento do número de historiadores formados se associa estreitamente a uma alta prodigiosa do número de publicações históricas. Essa alta, aliás, cresce ainda mais pela concorrência entre jovens candidatos, que lutam pelos empregos e pela titularidade num “mercado de compradores” e num sistema de “publicar ou perecer”, que reina nas universidades americanas. Assim, a produção anual de livros de história foi multiplicada por dois e meio, entre meados dos anos 50 e o fim dos anos 80: de menos de 2.000 até cerca de 7.000 obras por ano, por exemplo, sobre a história dos Estados Unidos e dos países da América⁵. Com a explosão de novas revistas (como veremos a seguir), a produção de artigos se desenvolveu, provavelmente, ainda mais depressa. De resto, os escritos publicados nos próprios Estados Unidos representam apenas uma parte das obras de que um historiador profissional deve tomar conhecimento. Com efeito, o crescimento da história e dos historiadores verificado nos Estados Unidos também acontece em muitos outros países. Na França, por exemplo, o número de historiadores titulados na Universidade passa de 302 em 1963 para 966 em 1983, e para 1.155 em 1991; durante o mesmo período, o número de livros e de artigos sobre a história da França aumenta, e passa de cerca de 6.000 para 13.000 por ano⁶. Os americanos, há muito tempo a par dos estudos que se fazem na França e na Inglaterra – e fortemente influenciados pela “escola das *Annales*”, que marcou toda uma geração –, se sentem cada vez mais obrigados, segundo suas especialidades, a acompanhar a produção de novas escolas de história na Alemanha, na Itália, na Suécia, na Rússia, na Polônia, na Austrália, no Japão – para nos limitarmos a alguns dos países mais importantes. Pela força das coisas, e pelos limites do cérebro humano na apreensão e integração de informações, cada historiador se acha forçado a reduzir cada vez mais seu campo de visão, seu domínio de competência. Se, em 1960, ainda se podia pedir aos estudantes de doutorado que assimilassem o inteiro domínio da história dos Estados Unidos, em 1990 tem-se dificuldade em fazê-los dominar um único aspecto desta história – história social, história intelectual – durante um único século, até mesmo durante algumas décadas. “Apenas um Fausto demente – escreve Bernard Bailyn da Universidade de Harvard – poderia pensar em ler mesmo uma parte desta literatura imensa que prolifera sem fim”⁷.

A fragmentação da disciplina

Em segundo lugar, a produção de história em quantidade absoluta está estreitamente ligada a uma multiplicação de novas abordagens, de novos métodos, de novos gêneros de assuntos históricos. Por um lado, isto vem, provavelmente, do peso dos jovens no corpo de historiadores dos anos 60 e 70 – levando em conta a pirâmide das idades, devida aos modelos de recrutamento da época – e da vitalidade e do espírito de inovação aí reinantes. Além do mais, numa profissão monopolizada durante muito tempo por ambientes “WASP” – homens brancos de origem anglo-saxônica e protestante –, é o momento de uma primeira penetração importante de mulheres e de grupos minoritários na comunidade (negros, hispânicos, italianos etc.). Esses recém-chegados contribuem, certamente, para agitar as idéias, para multiplicar os pontos de vista, e até para radicalizar um pouco algumas posições políticas. Mas, por outro lado, intervêm também economias de escala. O aumento do estoque total de historiadores vai criar uma massa crítica de pesquisadores em toda uma série de especialidades novas. É a primeira vez que se encontram em número suficiente para formarem novas associações e lançarem revistas especializadas. Com bases institucionalizadas desse gênero, conseguem desenvolver rapidamente seus métodos, sua linguagem, seu discurso próprio e à parte. Com efeito, as décadas 60 e 70 testemunham uma multiplicação extraordinária de “subdisciplinas” históricas. Entre as sociedades que se associam oficialmente à AHA, verificamos 13 estabelecidas nos anos 50 – tanto quanto durante toda a primeira metade do século –, 22 nos anos 60, 33 nos anos 70⁸. Quanto às novas revistas americanas, a cronologia das fundações é semelhante. Se excluirmos as revistas de genealogia e de história local, verificamos que 12 foram lançadas nos anos 50, 37 nos anos 60, 52 nos anos 70⁹. Muitas, é verdade, se interessam sobretudo pela história nacional e regional (estudos árabes, chineses, romenos, bálticos, eslavos, tibetanos etc.), ou pela história de grupos de imigrantes nos Estados Unidos (judeu-americanos, afro-americanos, asiático-americanos, ítalo-americanos, hispano-americanos etc.) – assuntos, afinal de contas, cujos métodos e perspectivas não diferem muito da história dita “tradicional”. Outras revistas, entretanto, se consagram aos assuntos que, desde os anos 60, desenvolvem cada vez mais suas fontes, suas metodologias, seus vocabulários específicos: estudos sobre a família, a criança, o camponês, as mulheres, os

homossexuais, a alimentação, o trabalho, a cidade, a tecnologia, a educação, o livro, a cultura popular etc.; ou então estudos centrados em métodos e abordagens particulares: revistas de psico-história, de história e filosofia, de história e ciências sociais, de história oral, de história quantitativa, de história econométrica, de “etno-história” etc. É a época em que surge toda uma gama de histórias “novas”: *the new social history*, *the new economic history*, *the new cultural history*, e, enfim, uma primeira história verdadeiramente de esquerda, a “nova esquerda”, nutrida com as idéias marxistas – sobretudo na linha de Gramsci – e com o feminismo radical¹⁰.

Essa fragmentação da história nos Estados Unidos, essa descentralização progressiva da profissão de historiador, nascida em parte de um fenômeno demográfico, se revela bem na evolução da própria AHA. Ao longo dos anos 70 e 80, à medida que os estudiosos passam a se interessar pelas subdisciplinas históricas e por seus órgãos institucionais, muitos abandonam totalmente a sociedade central. Entre 1969 e 1984, ou seja, em quinze anos, a AHA perde uns 40% de seus membros, caindo assim de quase 19.000 a um pouco mais de 12.000. Durante o mesmo período, o número de membros das sociedades especializadas atinge cerca de 100.000¹¹.

Para certos historiadores, provavelmente saudosos de um período passado – real ou imaginário – em que a profissão podia se apresentar como uma comunidade unida, tendências desse gênero são deploráveis. William Bouwsma, historiador da Reforma protestante e presidente da AHA em 1978, lamenta que “as especializações, em vez de unirem os pesquisadores numa comunidade geral de valores e de discursos, os separam em pequenas igrejinhas seletas, muito limitadas em seus centros de interesse e em suas perspectivas”. Thomas Bender, especialista dos Estados Unidos, descreve a história da década de 80 como “uma disciplina seccionada em inumeráveis caixas compartimentadas... onde cada especialidade se desenvolve no isolamento e se vê liberada de toda obrigação de se ligar a qualquer coisa fora dela mesma”. Para Bernard Bailyn, americanista e, ele também, presidente da AHA (1981), “livros e artigos caem do prelo e se amontoam... [e] a pesquisa histórica se ramifica sem coordenação em cem direções ao mesmo tempo... O que falta sobretudo, nesse fluxo de escritos, é a coerência”¹². Nos capítulos consagrados à época contemporânea, Peter Novick insiste na diversidade extraordinária de métodos, de linguagens, de suposições de base que, na opinião dele, reduziria em migalhas o corpo dos historiadores. Para nos

limitarmos ao problema do jargão técnico, a leitura de uma análise histórica de demografia, de psico-história, de história econométrica, de dendrocronologia, do feminismo desconstrucionista poderia apresentar problemas intimidantes e quase intransponíveis aos *outsiders*, aos historiadores não iniciados – sem falarmos no grande público. Tornar-se-ia quase impossível escrever mesmo a simples resenha de um livro sem dominar o discurso obscuro e hermético do pequeno mundo de especialistas. O velho ideal do historiador generalista e humanista, homem da Renascença, teria, pois, desaparecido.

Os desafios do presente

Devemos então desesperar do futuro da profissão de historiador, abalada pelas transformações que marcam a segunda metade do século XX? Sem querermos negar as dificuldades reais, os desafios sem precedentes que o historiador deve enfrentar, cumpre dizer que não partilhamos de opiniões tão pessimistas. É evidente, a nosso ver, que é preciso aceitar esse crescimento e essa transformação de escala, não só como irreversíveis, mas também, muitas vezes, como salutares. É verdade que os historiadores não podem mais se apresentar – mas alguma vez puderam fazê-lo? – como uma comunidade unida e homogênea. Pode-se pensar que a história vai seguir, em certa medida, o desenvolvimento da “filosofia natural”, que se vê dividida progressivamente, nos séculos XVII e XVIII, nas “subdisciplinas” da física, da astronomia, da química, da biologia etc. – subdisciplinas que, por sua vez, estão se ramificando mais no fim do século XX. Mas esse processo de especialização não será inevitável e necessário, se quisermos realmente progredir em nosso conhecimento do passado, em vez de repetir e remanejar sempre as mesmas matérias, as mesmas narrações? É bem possível que, no tempo atual, a era das grandes visões globais da história – à maneira de Arnold Toynbee, de Fernand Braudel, de William McNeill – esteja acabada. Todavia, não devemos esquecer que, nos últimos cento e cinquenta anos, a historiografia tem frequentemente oscilado entre períodos obcecados pelos detalhes e períodos em que se aspira a sínteses mais amplas; entre a visão do catador de trufas e a do paraquedista – para usar as imagens de Emmanuel Le Roy Ladurie. Se a geração atual dos historiadores ainda se esforça por arrumar a colheita imensa de pesquisas juntadas durante as três últimas décadas, se ela, até agora, nem sempre conseguiu encontrar “enredos” (*plots*), paradigmas que poderiam ligar matérias tão diversas, nem por isso

deve desistir do esforço de fazê-lo. Aí também, não podemos encontrar paralelos com algumas ciências exatas – a física das partículas elementares, a neurobiologia, a cosmologia, a geologia tectônica – que, todas, lutaram recentemente ou continuam lutando com uma multiplicação de dados e de teorias evidentemente contraditórias, e que, apesar de tudo, progredem com algum êxito para novas sínteses unificadoras?

Pedimos licença para acrescentar mais duas observações a propósito da mudança de escala da profissão de historiador, e da fragmentação da história que poderia resultar disso. Em primeiro lugar, a imagem da história contemporânea seccionada em “caixas” isoladas não nos parece muito satisfatória. Nos Estados Unidos, os historiadores sempre viveram em dois mundos bastante compartimentados: os americanistas, de um lado, e os especialistas da Europa e do resto do mundo, de outro. Na realidade, a criação de novas subdisciplinas históricas serviu frequentemente para enriquecer as perspectivas, criar laços e estabelecer um novo sentimento de comunidade onde, anteriormente, existia muito pouco. Assim, por exemplo, o estudo histórico dos camponeses, nascido na França, mas rapidamente adotado pelos americanos, pode pôr em contato estreito especialistas da época colonial na América com os do *Ancien Régime* francês, do período imperial na Rússia, e do século XX no Sudeste da Ásia. E poderíamos descobrir tendências semelhantes naqueles que se dedicam à história do trabalho, à história feminina, à história da feitiçaria etc. Neste sentido, paradoxalmente, a “fragmentação” da história talvez tenha tornado o meio dos historiadores americanos menos compartimentado e mais aberto para o mundo exterior do que antes.

Em segundo lugar, parece que a força centrífuga, que domina a história nas décadas de 60 e 70, vem se enfraquecendo sensivelmente há alguns anos. Verifica-se, por exemplo, durante os anos 80, um claro declínio na criação de novas revistas e de novas sociedades históricas. Por outro lado, é revelador o fato de que a revista americana que talvez tenha exercido maior influência nos Estados Unidos nos últimos vinte anos, o *Journal of Interdisciplinary Studies*, dedique um grande espaço à possibilidade de encontros entre as diversas subdisciplinas históricas. Enfim, pode-se constatar há alguns anos uma baixa sensível no grau de confiança – ou melhor na arrogância ou na *hubris* – que certos adeptos de algumas subdisciplinas exibem em relação aos outros historiadores. Por muito tempo, os que se chamam de “econométristas” estiveram convencidos de que, por meio da análise quantitativa informatizada, iriam

resolver, de maneira definitiva, todos – ou quase todos – os grandes problemas da história contemporânea. Aí, entretanto, o fracasso do livro de Robert Fogel e Stanley Engerman, *Time on the Cross*, se demonstra decisivo. Trata-se de uma obra em que os dois econométristas se propõem a solucionar, uma vez por todas, a questão da economia da escravidão nos Estados Unidos. Mas, após um exame contundente empreendido pelos melhores especialistas do país, descobrem-se erros fundamentais do começo ao fim da obra: erros na transcrição dos dados, na interpretação histórica dos fatos, na lógica do raciocínio, e até nos cálculos¹³. Cada vez mais, durante os anos 80, os estudiosos são forçados a reconhecer que a história quantitativa não dispensa a crítica rigorosa de suas fontes e de seus métodos, e que, no fim de contas, ela produz raramente respostas diretas, mas, antes, um novo tipo de documentos que é preciso, em seguida, submeter à interpretação.

Infelizmente, no início da década de 90, certos historiadores pretendem tirar outra lição desse fato: a saber, que é melhor renunciar totalmente à análise quantitativa e a todas as criações subdisciplinares da era precedente. Em suma, talvez o verdadeiro perigo para a história de hoje não seja a fragmentação e a especialização das pesquisas históricas, e sim, antes, a fuga, irracional e um tanto ingênua, de todas as abordagens e das perspectivas que se associam a essa especialização. Verifica-se o crescimento de uma espécie de reação reaganista no seio da história, reação que pretenderia, ao que parece, voltar as costas a um meio século de aquisições históricas, aquisições ligadas, com ou sem razão, a ideologias de esquerda. Diante dos excessos evidentes de certos aspectos da “nova história” das décadas precedentes, e da tarefa considerável de tentar novas sínteses, opta-se por “jogar fora o neném com a água do banho”, e por voltar à história política e intelectual, tal como foi praticada no século XIX. É um fenômeno que se pode observar nos Estados Unidos, nos escritos da escola “neoconservadora” de Nova Iorque¹⁴. Consta-se, além disso, a influência crescente, na história, do movimento “pós-estruturalista”, do qual alguns adeptos negariam a própria possibilidade de se “conhecer” o passado ou de se compreender “fatos” objetivos fora do espírito do historiador¹⁵. Para os partidários mais extremos, a história poderia se reduzir à análise um tanto estéril de textos, ou aos devaneios profundamente subjetivos, quase poéticos e dificilmente compreensíveis, que informam mais sobre o autor do escrito que sobre a condição humana e a experiência do passado.

Mas devemos esperar que o futuro da história não se encontre em estudos estreitos e em solipsismos desse gênero. Ninguém negará a dificuldade da profissão de historiador no limiar do século XXI. Com efeito, a “comunidade” científica de antigamente não existe mais. Sem dúvida alguma, a enorme expansão do “território do historiador” (segundo a expressão de Le Roy Ladurie), bem como sua tendência a se desmembrar, por vezes, em pequenos Estados quase autônomos, tornam a tarefa do pesquisador contemporâneo muito mais complicada, mais desordenada, mais confusa. Em contrapartida, essa expansão também alargou e enriqueceu enormemente nossa compreensão da textura e da diversidade da experiência humana. E por acaso tal resultado não vale o esforço?

Notas

¹ P. Novick, *That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession*, Cambridge, 1988, p. 628.

² Aqui, e no que segue, todas as cifras são tiradas do *American Historical Association Annual Report*.

³ As cifras acerca do número de doutorados em história (em todos os domínios) são tiradas da publicação anual *The American Doctoral Dissertation*.

⁴ *Baron's Profile of American Colleges*, 16e ed., Nova Iorque, 1991, p. XII. Das 2.700 instituições de que se trata, 1.200, ditas *community colleges*, só ministram o primeiro ciclo. Poder-se-ia acrescentar os cerca de 600 institutos especializados, escolas de comércio, escolas independentes de direito, seminários etc., muitos dos quais incluem historiadores em suas faculdades.

⁵ Cifras baseadas em *The Annual Report of the Librarian of Congress*, Washington, ed. de 1948 a 1989. O *Annual Report* dá o número de livros catalogados pela biblioteca do Congresso – depósito legal de todos os livros publicados nos Estados Unidos – nas séries E e F (história das Américas).

⁶ Ver D. Roche, “Les historiens aujourd'hui”, *Vingtième Siècle*, n. 12, 1986, pp. 3-20; C. Langlois e R. Chartier, “Les historiens et l'organisation de la recherche”, relatório redigido a pedido do diretor científico para as ciências humanas e sociais na Direction de la recherche et des études doctorales, setembro de 1991; *Bibliographie annuelle de l'histoire de France*, Paris, Éditions du CNRS, ed. de 1960 a 1992.

⁷ B. Bailyn, “The challenge of modern historiography”, *American Historical Review*, LXXXVII, 1982, p. 2.

Um Mercado Mundial das Idéias: o "Bicentenário" da Revolução

ANTOINE DE BAECQUE

Certos eventos, como o Bicentenário da Revolução Francesa e a mobilização dos historiadores que o acompanhou, fazem emergir, da escala local à escala planetária, as redes de trabalho de uma comunidade de estudiosos. Os deslocamentos incessantes de um historiador francês, M. Vovelle, revelam uma nova República das Letras, com seus espaços plenos e suas casas vazias, situada diante dos interesses nacionais e políticos, que, a toda hora, ameaçam interferir em seu discurso.

Para uma comunidade de historiadores, a conjuntura comemorativa é uma grande oportunidade. Assim, o Bicentenário da Revolução Francesa multiplicou as ocasiões de encontros, de viagens, de publicações, a tal ponto que se apresentou não só como um momento de mobilização intensa dos pesquisadores franceses, mas também como o da revelação de uma verdadeira "internacional" de historiadores, comunidade atravessada por tensões e rivalidades, mas agrupada em torno de um centro de interesse, e ligada por numerosas oportunidades de debates, ou por formas de colaboração muito diversas. Michel Vovelle, secretário geral e em seguida presidente da Comissão de Pesquisa Histórica para a Celebração do Bicentenário da Revolução, foi colocado no centro desses encontros internacionais, e levado, em virtude de sua missão e de suas aptidões para "historiador viajante", a multiplicar os deslocamentos, percorrendo colóquios, mesas-redondas, inaugurações e comemorações. Cerca de uma centena de viagens ao exterior se encadearam durante os dois anos mais atarefados de sua missão, entre 1988 e 1989. Seguir os rastros de semelhante périplo é reconstituir as redes da mobilização internacional dos historiadores e descrever uma repartição do trabalho intelectual no seio de uma comunidade de pesquisa, é revelar um estado dos lugares da história estribado numa conjuntura política mundial perturbada e pintar uma paisagem das curiosidades, das heranças e das novas tendências num

⁸ Cifras baseadas no *Directory of Affiliated Societies, 1991-1992*, editado pela American Historical Association, Washington, 1991. Ao contrário, encontram-se apenas oito sociedades novas nos anos 80.

⁹ Cifras baseadas em J. Fyfe, *Historical Journal and Serials: An Analytical Guide*, Nova Iorque, 1988. Levei em conta apenas as revistas publicadas nos Estados Unidos.

¹⁰ Ver principalmente J. Wiener, "Radical historians and the crisis in American history", *Journal of American History*, LXXVI, 1989-1990, pp. 399-434.

¹¹ *Directory of Affiliated Societies, 1991-1992*.

¹² W. Bouwsma, "Specialization, departmentalization, and the humanities", *American Council of Learned Societies Newsletter*, 36, primavera-verão 1985, p. 2; T. Bender, "Wholes and parts: the need for synthesis in American history", *Journal of American History*, LXXIII, 1986, p. 18; Bailyn, artigo citado, pp. 2-3.

¹³ Ver R. Fogel e S. Engerman, *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*, Boston, 1974; e P. David, H. Gutman, et al., *Reckoning with Slavery*, Oxford, 1976.

¹⁴ Ver, por exemplo, G. Himmelfarb, *The New History and the Old*, Cambridge, Massachusetts, 1987.

¹⁵ Ver, principalmente, P. Novick, *op. cit.*, pp. 543-546.

momento historiograficamente sensível. Não é outro o objetivo deste artigo: propor o exemplo da internacionalização de um domínio de pesquisa, e tentar avaliar-lhe as consequências e apreender-lhe os modos de organização interna. Michel Vovelle, no decurso de suas voltas ao mundo de avião, não comemorou apenas o evento; desenhou, muito geograficamente, os contornos de uma historiografia em plena expansão, de uma historiografia doravante sujeita, queira ou não queira, à concorrência mundial das idéias.

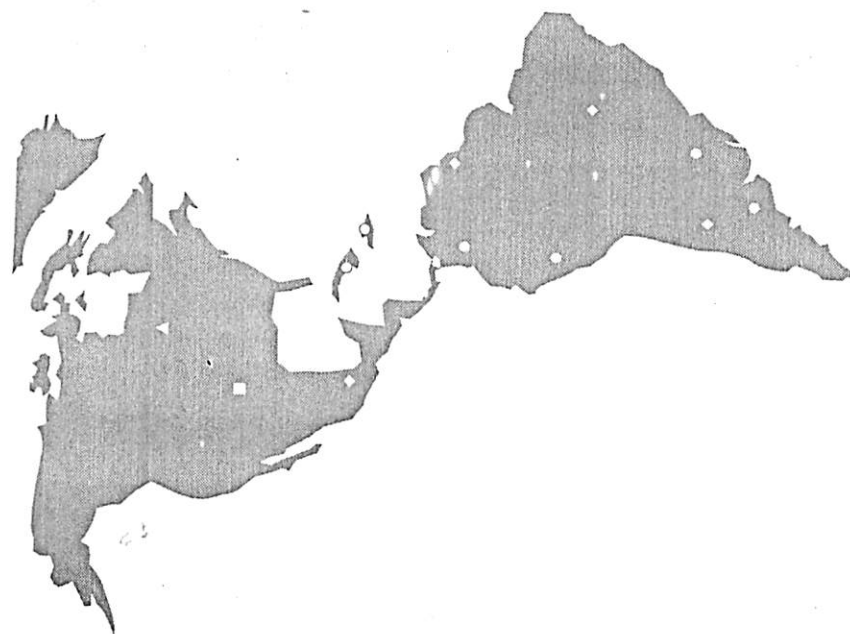
Uma historiografia abalada por sua expansão internacional

A pesquisa universitária sobre a história da Revolução se internacionalizou por etapas sucessivas. Entretanto, ela nunca esteve totalmente fechada em si mesma: as repercussões do evento e sua condição de modelo de fratura histórica sempre atraíram historiadores estrangeiros. Minzes, Loutchisky, Karciev, primeiros desbravadores da história agrária da Revolução bem no início do século, foram como que os antepassados de uma comunidade mundial de intercâmbio de idéias, seguidos, nos anos 50, no momento em que a cátedra de História da Revolução da Sorbonne tem o papel de farol em matéria historiográfica, pelos discípulos de Georges Lefebvre. Assim, um grupo de pesquisadores trabalha ativamente em Paris, o australiano Rudé, o inglês Cobb, o norueguês Tonnesson, o alemão Markov ou o japonês Takahashi, antes de ir ocupar postos de responsabilidade nas grandes faculdades de seus respectivos países, criando sólidas tradições de pesquisas internacionais sobre a Revolução francesa. Paralelamente, em rivalidade ideológica, diante do que se poderia denominar uma "escola jacobina" dirigida na Sorbonne por Lefebvre e, em seguida, por Soboul, aparecem nesses mesmos anos alguns pólos de contradição reunidos em torno das equipes anglo-saxônicas de Cobban, de Taylor ou de Palmer. O objeto dessas reflexões nascidas do olhar internacional pousado no acontecimento central da história da França é de peso: que modelo de *transição* do "feudalismo" ao "capitalismo" a Revolução propõe ao mundo? Os historiadores dos países do Leste o lêem numa óptica marxista, os japoneses em função de sua própria experiência de transição histórica, a era Meiji, ao passo que Cobban, Taylor e Palmer relativizam o modelo francês, sublinhando-lhe o pequeno alcance social ou integrando-o ao conceito muito mais vasto de "revolução atlântica". Como se vê, esta primeira ampliação internacional teve seu papel na historiografia da Revolução: ainda se pode, é verdade, contar nos dedos

das duas mãos os historiadores "estrangeiros" trabalhando sobre o momento revolucionário, mas as interpretações contraditórias que disso resultam marcam profundamente o debate dos anos 50, a tal ponto que uma das grandes disputas historiográficas francesas da década seguinte – as polêmicas que opunham François Furet e Denis Richet aos paladinos da Sorbonne – é em grande parte herdada delas. Com efeito, é sempre a questão da transição histórica que se encontra no centro da disputa. Marx frente a Tocqueville: interpretação marxista da "etapa burguesa" entre feudalismo e capitalismo, baseada nas pesquisas agrárias e sociais dos alunos internacionais de Lefebvre; leitura tocquevilliana da cultura política revolucionária, reencontrada por certos historiadores franceses, graças ao intermediário das pesquisas americanas.

Durante os anos 70, a internacionalização da história revolucionária experimenta uma mudança de escala: o imponente seminário de Albert Soboul, os "Sábados da Sorbonne", atrai numerosos jovens pesquisadores estrangeiros, enquanto a rápida tradução inglesa – depois alemã e italiana – de *Penser la Révolution* [Pensar a Revolução] de Furet marca profundamente as pesquisas anglo-saxônicas. Assim, os historiadores franceses recebem de volta do estrangeiro uma maneira nova de apreender o acontecimento revolucionário: nela, a leitura de Furet se impôs largamente, mas a atenção dada aos arquivos, a minúcia da abordagem social e cultural herdada das práticas de Lefebvre ou de Soboul encontraram também um sólido ancoradouro. É esta síntese que faz hoje a força das escolas americanas ou italianas, entre pragmatismo de campo e interpretações audaciosas: prodigalizar um "mais" de vida, mediante a carne e o sangue arrancados dos arquivos e dos documentos, aos brilhantes conceitos propostos por François Furet e Mona Ozouf em sua "história crítica", cheia de idéias, mas desprovida da matéria bruta, impura, misturada, que se encontra em geral nas pastas de manuscritos ou nos dossiês de panfletos. A reavaliação da história política, a elaboração de uma muito dinâmica "história cultural da Revolução", mas também a eflorescência das monografias locais ou urbanas, todos esses canteiros de trabalho estão, em grande parte, ligados à internacionalização da pesquisa. A tal ponto que, a despeito da rivalidade entre Michel Vovelle e François Furet, a despeito da presença de Mona Ozouf, as réplicas do palco intelectual do Bicentenário foram, em grande parte, monopolizadas pelos atores estrangeiros: Robert Darnton, Keith Baker, Colin Lucas, Lynn Hunt, Patrice Higonnet, impondo-se, nessa ocasião, na dianteira da historiografia revolucionária, os

Os colóquios do Bicentenário no mundo (1984-1989)



- 1 a 2 colóquios
- ◆ 3 a 6 colóquios
- mais de 20

EUA, 48; Itália, 79; França, 229



- 7 a 20 colóquios
- mais de 20

Fonte: Colóquios do Bicentenário, op. cit. nota 7.

pesquisadores alemães ou italianos, renovando nossa compreensão das imagens (Reichardt, Herding) e das práticas políticas (Lüsebrink, Viola, Burstin), Simon Schama escrevendo o *best-seller* mundial do Bicentenário, com suas centenas de milhares de *Citizens* vendidos através do mundo, Steven Kaplan propondo *Adieu 89*, uma síntese sobre o próprio Bicentenário considerado como acontecimento histórico, intelectual e político¹.

Mais ainda, se se tenta “fotografar” a comunidade dos pesquisadores, a presença internacional salta literalmente aos olhos (cf. p. 308, 309). Reservei para isso os sessenta grandes colóquios do Bicentenário, os que, entre 1984 e 1989, reuniram mais de trinta comunicações, e viram mais tarde suas atas publicadas. Chega-se aqui a uma soma de 2.615 comunicações, verdadeiro “tesouro de guerra” do momento Bicentenário. 1.160 pesquisadores participaram desses colóquios, representando a comunidade dos historiadores reunida pelo evento, comunidade no sentido mais amplo do termo, espécie de “galáxia” revolucionária abrangendo tanto domínios estranhos à história (mas a interdisciplinaridade foi uma das contribuições dos encontros de 1989): literatura, história da arte, ciência política, ciência jurídica, como etapas cronológicas fugindo ao estrito período revolucionário: um bom número de historiadores da época moderna ou contemporânea cruzaram o caminho de um ou vários colóquios do Bicentenário. Na outra extremidade dessa corrente intelectual, do lado da supermobilização e da hiperatividade “coloquial”, cinquenta e nove pesquisadores participaram de mais de dez grandes colóquios internacionais de história revolucionária entre 1984 e 1989. Trata-se aí do núcleo duro da comunidade de historiadores, considerando-se também que a maioria desses professores universitários, durante esse mesmo período, publicou um ou vários livros, participou das revistas, dos jornais, dos ciclos de conferências, das exposições organizadas na ocasião.

Essa comunidade de cerca de sessenta pesquisadores – que seria necessário estudar também segundo outros parâmetros (idade, formação, especialização, carreira universitária) para poder estabelecer, *in vivo*, um apaixonante quadro sociológico e epistemológico de uma profissão muitas vezes discreta – essa comunidade é fortemente internacionalizada: 23 franceses, 19 americanos, 4 italianos, 4 alemães, 2 ingleses, acompanhados de representantes de certos “pequenos países” de historiadores: Irlanda, Israel, Espanha, Austrália, Canadá, Polônia e Países Baixos. Entre a “galáxia” revolucionária e o “núcleo” da comunidade, se estabelece toda uma gradação na mobilização, nos deslocamentos e nos encontros, gradação

que define os diferentes círculos da internacional dos historiadores do Bicentenário: 830 pesquisadores participaram de dois colóquios sobre a Revolução, círculo dos “historiadores interessados” no acontecimento, correspondendo com bastante precisão ao número dos ouvintes inscritos no congresso mundial de julho de 1989, que coroou a febre “coloquial” do Bicentenário; enfim, 170 apresentaram uma comunicação em mais de 5 colóquios, círculo que se pode identificar como um grupo de “trabalho” sobre a Revolução, composto pela reunião do conjunto das equipes de pesquisa revolucionária das universidades mundiais. “Galáxia”, “historiadores interessados”, “círculo do trabalho sobre o acontecimento”, “núcleo dos porta-vozes”, eis como se estrutura uma comunidade de historiadores (seria preciso acrescentar, como último grau, os 3 ou 4 “chefes de escola”), comunidade amplamente renovada nos últimos quinze anos por sua internacionalização.

De certa maneira, o Bicentenário coroou esse movimento, redistribuindo as problemáticas e as especializações numa área geográfica ampliada, largamente estruturada, todavia, pelos encontros e pelos objetivos franco-americanos.

450.000 quilômetros pela Revolução

Diante dessa comunidade repartida no globo, concentrada num trabalho intensivo, mas dividida pelas práticas, pelas condições e pela própria natureza desse trabalho (a história não se faz de modo idêntico nem encontra os mesmos ecos em todos esses países), calcula-se a necessidade de uma ligação, de uma presença ao mesmo tempo singular e partilhada entre as diferentes regiões dessa geografia dos historiadores. Michel Vovelle, presidente da Comissão de pesquisa histórica do Bicentenário, tentou encarnar esse vínculo, essa presença. Tratava-se tanto de uma missão quanto de uma estratégia. Uma estratégia: já que Furet havia brilhantemente anexado o domínio das interpretações do acontecimento, propondo, graças a *Penser la Révolution* e depois ao *Dictionnaire critique de la Révolution* [Dicionário crítico da Revolução], uma espécie de “caixinha de pensamentos” na qual cada um colhe com gratidão, Vovelle preferiu responder num outro terreno, no “terreno”, precisamente, isto é, a exploração de novas fontes de arquivos (a imagem, particularmente), o interesse pelas novas abordagens do acontecimento (as mentalidades, as práticas culturais, a lexicologia, a análise de conteúdo, a cartografia geopolítica). O primeiro *interpreta* o acontecimento, investigando sem cessar a Revolução como um

meio de conhecimento do pensamento político moderno; o segundo o *esclarece*, considerando a narrativa da Revolução (sob todas as suas formas: impressa, figurada, discursiva) como o mais exemplar *meio de representação* da história, atendendo à necessidade que os homens experimentam de “figurar” a política, de “fazer imagem” a partir de sua história. Com isso, o poder de persuasão de um e de outro historiador é categoricamente oposto, pois a imaginação nascida de uma idéia e aquela nascida de uma representação são profundamente diferentes. Assim, é evidente que as idéias de Furet circulam sozinhas, passando de um livro para outro, retransmitidas de um historiador para outro, enquanto as representações precisam sempre ser mostradas, comentadas, guiadas. Vovelle *se sentia obrigado* a viajar, fazendo circular o conjunto de imagens revolucionárias que ele estuda, assim como seu comentário, de uma cidade francesa para outra, de um país para outro. Seu poder de persuasão está ligado a essa mediação.

A essa estratégia de comunicação direta se acrescenta um dever missionário, uma obrigação sentida como cívica: visitar os múltiplos lugares do Bicentenário (em matéria de historiografia, estes, como mostrei, são muitas vezes internacionais) como um general-de-exército tem o dever absoluto de fazer o que se chama a “ronda dos ranchos”. O projeto dessa missão², estabelecido entre julho e setembro de 1983, esclarece que ela deve se concentrar num papel *incitativo*: o encorajamento para “a organização de comitês regionais e nacionais, a fim de dar à atividade de pesquisa sobre a Revolução Francesa a amplitude internacional que deve ter”, e num papel *informativo*: “Num empreendimento tão complexo por sua amplitude internacional e sua articulação ao longo de cinco anos, de 1984 a 1989, convém manter os diferentes parceiros em dia com as iniciativas em curso e os projetos elaborados.” As viagens de Michel Vovelle desempenharam este papel: garantir uma *presença simbólica* (abrir um colóquio, apresentar uma conferência, encerrar um simpósio), que funcionou como um reconhecimento intelectual (cada manifestação visitada é integrada na longa corrente das pesquisas ligadas ao Bicentenário), um reconforto acadêmico (nem todos os esforços consagrados à elaboração de um colóquio permanecem vãos, já que o presidente da Comissão o confortou com sua presença), e um proselitismo cívico (fazer passar uma mensagem: “Para compreender a Revolução, é preciso amá-la”³).

Essa tarefa era, sem dúvida, convencional, por vezes gratificante, e no entanto árdua. Pois, as divisões não faltam no seio da internacional dos

historiadores, ligadas às vezes às lutas ideológicas, mas ainda mais freqüentemente aos diferentes contextos nacionais. Por exemplo, os interlocutores de Michel Vovelle podiam ser muito diferentes de um simples ponto de vista institucional (*cf. quadro 1 p. ...*): comitês nacionais agrupando o corpo dos historiadores (como na França, nos Estados Unidos e, em geral, nos países do Leste), associações locais ou cívicas reunindo eruditos e historiadores militantes (na Itália e na França particularmente), organismos universitários mais clássicos (como na Itália, na França, na Alemanha ou nos Estados Unidos), e mesmo academias ou institutos culturais franceses no exterior. Do mesmo modo, muitas vezes, as especialidades de pesquisa (*cf. quadro 2 p. 313*) divergem totalmente de acordo com os diferentes lugares de recepção. Os historiadores de certos países (essencialmente Estados Unidos, Itália, Alemanha) se têm orientado há muito tempo para assuntos propriamente ligados ao acontecimento revolucionário, trabalhando, do mesmo modo que os professores universitários franceses, sobre a política ou a cultura nascidas em 1789; outros, para dizer a verdade, na maioria dos países, só se orientam para as “repercussões” da Revolução em sua própria área geográfica. É evidente que existe uma hierarquia dos interesses respectivos desses trabalhos, mas cabe ao presidente de uma comissão internacional de historiadores defini-la, com o risco de privilegiar apenas os pesquisadores da Europa ocidental, desprezando os trabalhos da “outra Europa” ou, mais ainda, dos países em desenvolvimento?

Enfim, as gerações coexistentes podem se opor com virulência em alguns dos países visitados. Certas escolas, muito hierarquizadas, como na Europa central ou na Ásia, guardaram durante muito tempo o poder acadêmico nas mãos de alguns “dinossauros” extremamente marcados pelas antigas disputas dos anos 50 e 60, ao passo que os historiadores mais jovens procuram de preferência sair dessa rivalidade um pouco arcaica, estrutura universitária ainda mais ultrapassada porque o Bicentenário se realizou numa conjuntura particularmente perturbada. A verdadeira comemoração de 1789, foram as “des-revoluções” dos países ex-socialistas que a ofereceram. Neste sentido, a tarefa do presidente da Comissão de Pesquisa do Bicentenário se complicou singularmente, embora se tornando mais interessante: em certos países – na maioria, tal foi a repercussão dos acontecimentos do Leste europeu ou da China numa comunidade de historiadores que trabalhavam, entre outras coisas, sobre a Declaração dos Direitos do Homem –, tratava-se de falar para pesquisadores repartidos não somente dos dois lados de uma ruptura de geração, mas também de uma

fratura política. Ainda mais porque os primeiros contatos, feitos a partir de 1984, em período pré-perestroika, haviam proposto como interlocutores os representantes mais conservadores das diferentes academias socialistas. Michel Vovelle evoca, assim, com certo júbilo, suas desavenças histórico-diplomáticas com os diferentes comitês de historiadores russos, tchecos, poloneses ou romenos: como poupar os antigos representantes oficiais (às vezes ainda em seu posto em 1989), quando se sabe que são os jovens, ou os que estão regressando de um mais ou menos longo purgatório, que carregam o futuro da pesquisa internacional? Outro caso de contraste, bastante próximo, afinal de contas: os vetustos professores chineses ou coreanos que cercavam a tribuna de honra, onde oficiava o presidente da Comissão de Pesquisa do Bicentenário, enquanto seus estudantes desfiliavam lá fora, na rua, chocando-se violentamente com a polícia, ou percorriam a praça Tien An Men carregando uma faixa que proclamava: "O 1789 da China"... Assim, rapidamente, o papel de Michel Vovelle, mola mestra de uma comunidade de historiadores sonhada como a mais ampla possível, foi gerir da melhor maneira possível essas oposições internas, essas rivalidades de igreja, essas disputas de escolas e esses acidentes que ocorriam num terreno conjunturalmente instável. Como, de fato, falar aos historiadores, respeitando cada uma de suas sensibilidades nacionais e promovendo, ao mesmo tempo, um evento de alcance universal?

Em direção a uma República universal das Letras?

Para responder a essa questão da fragmentação interna da internacional dos historiadores da Revolução, Michel Vovelle não tentou colar os pedaços pela concentração dos saberes, mas escolheu seguir a dispersão das abordagens e fomentar a confrontação das experiências. Neste sentido, o presidente da Comissão de Pesquisa do Bicentenário estimulou incessantemente a supermultiplicação dos colóquios: não mais apenas as sessenta grandes manifestações universitárias reunindo o mundo dos pesquisadores em torno de um núcleo central ultra-especializado, mas uma "nebulosa extragaláctica" que, como esclarece o dicionário, figura essa "enorme acumulação de estrelas e de matéria interestelar de dimensão comparável à da Via Láctea". No total, na França e no universo: mais de 600 encontros universitários⁴ – colóquios, mesas-redondas, ciclos de conferências – que Vovelle percorreu pessoalmente por cerca da metade, não mais viajante aguerrido, mas verdadeiro cosmonauta intergaláctico, podendo passar de um dia para outro do imenso simpósio californiano

Tabela 1
Organizadores de colóquios no mundo

	Universidades	Academias	Associações	Comitês do Bicentenário	Administrações		Iniciativas Particulares
					Arquivos Bibliotecas Museus	Prefeituras Regiões	
Itália	32 (40%)		36 (45%)		10 (12%)	3 (12%)	1 (1%)
Espanha e Portugal	13 (86%)		2 (13%)				
Alemanha Ocidental	11 (57%)		6 (31%)				2 (10%)
Países Socialistas	17 (37%)	17 (37%)	8 (17%)		3 (7%)		
Estados Unidos	42 (87%)	3 (7%)			3 (7%)		
América Latina	16 (66%)		4 (16%)	3 (12%)			1 (4%)

Tabela 2
Temas dominantes (%)

	Paris	Província	França	Europa	América do Norte	América do Sul	Ásia Oceania	África	Total
História política	14,5	12,1	12,7	14,6	30,7	4	43	0	15,4
Direito	10,9	3,4	5,2	5,5	5,7	8	6	0	5,4
História econômica	9,1	8,6	8,8	3,2	3,8	0	0	0	5,2
História cultural	21,8	17,9	18,8	13,7	28,8	4	0	0	16,2
História das mentalidades	7,2	4,6	5,2	4,1	5,7	0	6	11	4,7
História militar	7,2	1,7	1,7	0,9	0	0	0	11	1,2
A Revolução e o mundo	20	9,8	12,2	36,6	13,4	76	37	66	26
Heranças da Revolução	9,1	5,7	6,1	20,1	11,5	8	6	11	12,3
Monografias	1,8	28,3	21,9	0	0	0	0	0	9,1
Biografias	1,8	8,1	6,5	0,9	0	0	0	0	3,2
Interpretações e debates	1,8	0	0,4	0	0	0	0	0	0,2

agrupando todos os professores universitários americanos, a um pequeno colóquio organizado pelo Comitê das Ciências Sociais da República Socialista do Vietnã em Hanói, do encontro oxfordiano dos trinta melhores especialistas internacionais, à mesa-redonda que introduz o estudo da Revolução em Kampala, no Uganda.

Às vezes, muitas vezes, surge a pergunta: qual é a eficácia desses gestos? O presidente da Comissão não corre o risco, com essa atividade, não somente de perder a saúde e grande parte de suas forças, mas também de ver sua ação se diluir num excesso de encontros muito diversos? O próprio Vovelle tinha consciência da armadilha: "Em verdade, poderão nos objetar que era uma missão impossível confrontar realidades tão diferentes como o colóquio realizado numa prefeitura francesa, numa universidade turca ou chilena, o grande encontro multiforme de um campus americano, a mesa redonda de uma universidade alemã ou de uma cidade italiana", mas tenta evitá-la numa resposta muito pessoal: "Nada, nem mesmo a mais estimulante das discussões de especialistas, substituirá para mim essa profusão multiforme e multicultural, da qual eu tive a alegria e o privilégio de poder participar como emissário do Bicentenário, nos limites da força física de um só homem"⁵. Vovelle fez a opção de querer falar para todos, para o especialista como para o estudante, para o historiador como para o simples cidadão-ouvinte, conseguindo estabelecer a passagem entre níveis de discurso muito diferentes, manter unidas geografias e sensibilidades por vezes totalmente opostas, explorar mais a fundo a "paisagem-de-alma coletiva da corporação de todos os historiadores diante do encontro histórico"⁶. Esse "todos" os historiadores é importante: é aí que se decide o sucesso ou o fracasso da missão de Vovelle, nessa espécie de ambição desmedida de encontros feita de uma grande humildade diante da comunidade internacional. A única maneira de enriquecê-la, de integrar experiências insuspeitadas nas universidades ocidentais, consiste em falar de igual para igual, por cima (ou por baixo) das hierarquias acadêmicas, apesar de todos os desníveis imagináveis dos saberes, com todos os historiadores.

O encontro geral, fruto dessas viagens, dessa profusão e dessa humildade diante do outro, foi realizado de 6 a 12 de julho de 1989 na Sorbonne: o Congresso Mundial do Bicentenário⁷. Foram 265 comunicações, mais de 700 ouvintes inscritos, mais da metade dos quais provenientes dessa nebulosa internacional de contornos às vezes bastante incertos. O funcionamento geral do congresso, bem-entendido, se ressumiu disso:

numerosos pesquisadores, e entre os melhores, assustaram-se diante de semelhante monstro de heterogeneidade, irritaram-se diante dessas comunicações excessivamente afastadas de suas preocupações, esqueceram, com certo desprezo, de ir a certas sessões "em que não se aprende nada, com exceção do bizarro e do supérfluo"⁸, lembrando abertamente com saudades as discussões mais pertinentes e mais especializadas da série dos três colóquios de Chicago, Oxford e Paris sobre *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture* [A Revolução Francesa e a criação da cultura política moderna], organizada por Keith Baker, Colin Lucas e François Furet. Entretanto, nada substituirá a "mistura" criada então na Sorbonne, esses clarões "bizarros e supérfluos", que nasciam justamente da discordância dos pontos de vista e das culturas, como se cada pesquisador tivesse sido colocado diante de sua própria capacidade de operar uma montagem analógica entre fragmentos heterogêneos ilustrando percepções múltiplas da Revolução. A homogeneidade do pensamento fabrica brilhantes especialistas; o heterogêneo faz curiosos historiadores. Em que fonte deve abeberar-se uma comunidade de pesquisa?

Assim, graças a essas duas maneiras de praticar a discussão histórica – o colóquio dos melhores especialistas ou o encontro de experiências muito diversas e por vezes muito incertas –, é possível distinguir duas concepções do que pode ser uma comunidade de historiadores, dois modos de enfrentar a concorrência mundial das idéias e das representações. De um lado, uma "comunidade de pensamentos", reunida em torno de um sistema de valores compartilhados, ainda que o debate tenda a ser vivo e enriquecedor, agrupamento que só confia no iniciado, e tem como objetivo aprofundar uma questão precisa. Do outro lado, uma "nebulosa de experiências", tentativa de harmonizar as figuras muito diversas nascidas de um mesmo acontecimento histórico em culturas e sensibilidades heterogêneas, agrupamento que pede a mistura dos gêneros, das formas, dos métodos, e toma como objetivo investigar amplamente, a partir de um tema estimulante. A primeira dessas comunidades é um *círculo toquevilliano*, "espécie de pensamento abstrato difundido nas sociedades dos literatos"⁹; ela pensa a história da Revolução; a segunda é uma *galáxia hugoana*, "um ideal de fraternidade universal e literária manifestando uma visão do mundo"¹⁰; ela visualiza a Revolução graças a imagens múltiplas. É verdade que a fórmula ideal da comunidade internacional dos historiadores deveria reunir essas duas maneiras, o "clube de pensamentos" de François Furet e a "internacional estilhada"

de Michel Vovelle: especialistas que se alimentariam da mistura das abordagens da história, uma espécie de República das Letras que aspiraria à igualdade universal de todos os seus republicanos.

Notas

¹ S. Kaplan, *Adieu 89*, Paris, Fayard, 1993.

² *Bulletin de la Commission nationale de recherche historique pour le Bicentenaire de la Révolution Française*, n. 2, junho de 1985, Ed. do CNRS, pp. I-VIII.

³ *Le Monde de la Révolution Française*, n. 1, janeiro de 1989, p. 29.

⁴ *Les Colloques du Bicentenaire. Répertoire des rencontres scientifiques nationales et internationales*, apresentado por M. Vovelle com a colaboração de D. Le Monnier, Paris, La Découverte/IRHF, 1991 (esta obra comporta, pp. III-XLI, um estudo muito preciso de Michel Vovelle sobre a "sociabilidade coloquial").

⁵ *Les Colloques du Bicentenaire*, *op. cit.*, p. XI.

⁶ *Les Colloques du Bicentenaire*, *op. cit.*, p. IV.

⁷ *L'Image de la Révolution Française*, atas do Congresso Mundial do Bicentário da Revolução Francesa, julho de 1989, M. Vovelle (ed.), Oxford, Pergamon Press, 1989, 4 vol., 2709 pp.

⁸ Relato aqui fielmente uma reflexão ouvida em julho de 1989.

⁹ A. de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*, Paris, Gallimard, 1967, p. 230.

¹⁰ G. Rosa, "La République universelle. Paroles et actes de Victor Hugo", in M. Vovelle (dir.), *Révolution et République: l'exception française*, Atas do colóquio de Paris I, 21-26 de setembro de 1992, Paris, Éd. Kimé, 1994, pp. 649-663.

Os "clássicos" da história no século XX

Não é o caso, aqui, de pôr no Panteão historiadores mas de conservar na memória obras que, em escala internacional, marcaram durável e profundamente o trabalho de historiadores. Essa escolha não almeja, portanto, nem uma utópica exaustão, nem uma impossível imparcialidade. Não foram escolhidas, por exemplo, diversas obras de grande importância, cujo impacto permanece, no entanto, limitado a um domínio circunscrito ou a um país. Não se deve esquecer, em suma, que, na pesquisa histórica é muitas vezes por intermédio de simples artigos que importantes inovações são introduzidas. Tal qual, essa breve bibliografia visa somente evocar um percurso historiográfico que ultrapassa amplamente as fronteiras do hexágono francês. Em sua concisão, as escolhas poderão parecer arbitrárias: em razão dos limites desse volume, elas implicavam necessariamente inúmeras exclusões. Esses "clássicos" que resistiram ao tempo foram, todos eles, publicados antes do início dos anos 1980.

Wilhelm Abel, *Crises agraires en Europe* (séculos XIII a XX), Paris, Flammarion, 1973 (ed. original, Hamburgo-Berlim, 1935, revista em 1966).

Maurice Agulhon, *La République au village. Les populations du Var de la Révolution à la II^e République*, Paris, Plon, 1970; reed., Le Seuil, 1979.

Philippe Ariès, *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Plon, 1960; reed., Le Seuil, col. Points Histoire, 1975.

Mikhaïl Bakhtine, *L'Œuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, Paris, Gallimard, 1970 (edição russa, Moscou, 1965).

Paul Bénichou, *Le Temps des prophètes. Doctrines de l'âge romantique*, Paris, Gallimard, 1977.

Lewis Bernstein Namier, *Structure of Politics at the Accession of George III*, Londres, Macmillan, 1957.

Marc Bloch, *Les Rois thaumaturges. Études sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre*, Estrasburgo, Istra, 1924; reed., Paris, Gallimard, 1983; *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris-Oslo, Les Belles Lettres - H. Aschehoug, 1931; reed., Paris, A. Colin, 1988; *La Société féodale*, Paris, Albin Michel, 1939, 2 volumes; reed., Albin Michel, 1994.

Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen au temps de Philippe II*, Paris, A. Colin, 1949; 2^e ed., 1966; ed. Livre de Poche Biblio, 1993; *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV - XVIII siècles*, Paris, A. Colin, 1979, 3 vol.

Delio Cantimori, *Eretici italiani nel Cinquecento, Ricerche storiche*, Florença, Sansoni, 1939; reed., Turim, Einaudi, 1992.

Michel de Certeau, *L'Écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.

Alfred Cobban, *Le Sens de la Révolution française*, Paris, Julliard, 1984 (ed. inglesa, Londres, 1964, com o título *The Social Interpretation of the French Revolution*).

- Alain Corbin, *Les Filles de nocé. Misère sexuelle et prostitution, séculos XIX - XX*, Paris, Aubier-Montaigne, 1978; reed., Flammarion, col. Champs, 1982.
- Natalie Z. Davis, *Les Cultures du peuple. Rituels, savoirs et résistances au XVI siècle*, Paris, Aubier, 1979 (ed. americana, Stanford, 1975).
- Renzo de Felice, *Mussolini*, Turim, Einaudi, 4 volumes a partir de 1965.
- Jean Delumeau, *Le Catholicisme, entre Luther et Voltaire*, Paris, PUF, 1971.
- Georges Duby, *Les Trois Ordres ou l'imaginaire du féodalisme*, Paris, Gallimard, 1978.
- Lucien Febvre, *Au cœur religieux du XVI siècle*, Paris, SEVPEN, 1957; reed., Livre de Poche Biblio, 1984.
- Moses I. Finley, *L'Économie antique*, Paris, Ed. de Minuit, 1975 (ed. inglesa, Londres, 1973).
- Robert W. Fogel et Stanley L. Engerman, *Time on the Cross: the Economics of American Negro Slavery*, New York, 1974.
- Michel Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, Plon, 1961; 2^e ed., Paris, Gallimard, 1972; *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975.
- François Furet, *Penser la Révolution Française*, Paris, Gallimard, 1978.
- Alexander Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Cambridge (Mass.), 1962.
- Carlo Ginzburg, *Le Fromage et les vers*, Paris, Flammarion, 1980 (ed. italiana, Turim, 1976).
- Pierre Goubert, Daniel Roche, *Les Français et l'Ancien Régime*, Paris, A. Colin, 1984, 2 vol. (1^{re} ed., 1969-1973).
- Earl J. Hamilton, *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*, Cambridge (Mass.), 1934.
- Paul Hazard, *La Crise de la conscience européenne 1680-1715*, Paris, Boivin, 1935; reed., Paris, Fayard, 1978.
- Louis Henry et Étienne Gautier, *La Population de Crulai, paroisse normande. Étude historique*, Paris, PUF, 1958.
- Eric J. Hobsbawm, *Les Primitifs de la révolte dans l'Europe moderne*, Paris, Fayard, 1966 (ed. inglesa, Manchester University Press, 1959).
- Johan Huizinga, *L'Automne du Moyen Âge*, Paris, Payot, nova edição, 1975 (ed. holandesa, Amsterdã, 1919; trad. francesa, 1932).
- Ernst Kantorowicz, *Les Deux Corps du roi. Essai sur la théologie politique du Moyen Âge*, Paris, Gallimard, 1989 (ed. americana, Princeton, 1957).
- Reinhart Koselleck, *Le Règne de la critique*, Paris, Ed. de Minuit, 1979 (ed. alemã, 1959).
- Alexandre Koyré, *La Révolution astronomique. Copernic, Kepler, Borelli*, Paris, Hermann, 1961.
- Peter Kriedte, Hans Medick, Jürgen Schlumbohm, *Industrialisierung vor der Industrialisierung*, Göttingen, 1977 (trad. inglesa, Cambridge-Paris, 1981).
- Thomas Kuhn, *La Structure des révolutions scientifiques*, Paris, Flammarion, 1983 (ed. americana, Chicago, 1962).
- Witold Kula, *Théorie économique du système féodal. Pour un modèle de l'économie polonaise, XVI - XVIII siècles*, Paris-La Haye, Mouton, 1970 (ed. polonaise, Varsovia, 1963).
- Camille-Ernest Labrousse, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle*, Paris, Dalloz, 1933, 2 vol.; reed., Paris, Éditions des Archives contemporaines, 1984; *La Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*, Paris, Presses Universitaires de France, 1944; reed., Paris, PUF, 1990.
- David Landes, *L'Europe technicienne. Révolution technique et libre essor industriel en Europe occidentale de 1750 à nos jours*, Paris, Gallimard, 1975 (ed. inglesa, Londres, 1969).
- Peter Laslett, *Un monde que nous avons perdu. Les structures sociales préindustrielles*, Paris, Flammarion, 1969 (ed. inglesa, Londres, 1965).
- Jacques Le Goff, *La Civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, Arthaud, 1963.
- Georges Lefebvre, *La Grande Peur de 1789*, Paris, Armand Colin, 1932; reed., Paris, A. Colin, 1988.
- Emmanuel le Roy Ladurie, *Les Paysans de Languedoc*, Paris, SEVPEN, 1966, 2 vol.
- Santo Mazzarino, *La Fin du monde antique. Avatars d'un thème historiographique*, Paris, Gallimard, 1973 (ed. italiana, 1954).
- Arnaldo Momigliano, *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, Paris, Gallimard, 1983 (seleção de alguns artigos dos 10 volumes de *Contributi*, publicados por Momigliano de 1930 até a sua morte).
- Daniel Mornet, *Les Origines intellectuelles de la Révolution française 1715-1787*, Paris, Armand Colin, 1933; reedição, Lyon, La Manufacture, 1989.
- Joseph Needham, *Science and civilisation in China*, Cambridge University Press, vol. 1-3, 1956-1959.
- Erwin Panofsky, *Essais d'iconologie. Thèmes humanistes dans l'art de la Renaissance*, Paris, Gallimard, 1967 (ed. inglesa, Oxford, 1939).
- Jean-Claude Perrot, *Genèse d'une ville moderne: Caen au XVIII siècle*, Paris-La Haye, Mouton, 1975, 2 vol.
- Henri Pirenne, *Mahomet et Charlemagne*, Paris-Bruxelas, 1937.
- Daniel Roche, *Le Peuple de Paris. Essai sur la culture populaire au XVIII siècle*, Paris, Aubier-Montaigne, 1981.

Mikhail Ivanovitch Rostovtzeff, *Histoire économique et sociale du monde romain*, Paris, Laffont, col. Bouquins, 1988 (ed. inglesa, Oxford 1926).

Albert Soboul, *Les Sans-Culottes parisiens en l'an II. Histoire politique et sociale des sections de Paris, 2 juin 1793-9 Thermidor an II*, Paris, Clavreuil, 1958.

Lawrence Stone, *The Crisis of the Aristocracy (1558-1641)*, Oxford, Clarendon Press, 1965.

Ronald Syme, *La Révolution romaine*, Paris, Gallimard, 1967 (1ª ed. inglesa, Londres, 1939; 2ª edição revista, 1952).

Keith Thomas, *Religion and the Decline of Magic. Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth-Century England*, Londres; Weidenfeld and Nicholson, 1971; reed. Penguin Books, 1991.

Edward P. Thompson, *La Formation de la classe ouvrière anglaise*, Paris, Le Seuil-Gallimard, 1988 (ed. inglesa, Londres, 1963).

Pierre Toubert, *Les Structures du Latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IX à la fin du XII siècle*, Paris-Roma, De Boccard, 1973, 2 vol.

Franco Venturi, *Settecento Riformatore. Da Muratori a Beccaria*, Turim, Einaudi, 1969.

Jean-Pierre Vernant, *Mythe et pensée chez les Grecs*, Paris, F. Maspero, 1965, 2 vol.

Pierre Vilar, *La Catalogne dans l'Espagne moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*, Paris, SEVPEN, 1962, 3 tomos; reed., Ed. de L'EHESS-Le Sycomore, 1982.

Michel Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII siècle. Les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments*, Paris, Plon, 1973; reed., Le Seuil, col. Points Histoire, 1978.

Frances Yates, *L'Art de la mémoire*, Paris, Gallimard, 1975 (ed. inglesa, Londres, 1966).

Ao lado das obras de historiadores, um certo número de livros influenciou consideravelmente o modo de pensar e de praticar simultaneamente a história e sua escrita: a obra de Karl Marx, mesmo se a referência pode daqui pra frente parecer ultrapassada, foi decisiva na evolução da pesquisa histórica durante nosso século. A fraca influência do sociólogo alemão Max Weber na França é sem dúvida uma exceção no panorama internacional. Ao lado da obra de Michel Foucault e das discussões que ela suscitou, é preciso também assinalar os trabalhos de mitologia comparada de Georges Dumézil e os de sociologia de Pierre Bourdieu, os do antropólogo italiano Ernesto De Martino, os da politóloga americana Hannah Arendt, e estes, traduzidos tardiamente na França, do sociólogo alemão Norbert Elias.

Bibliografia por artigo

Complementando o artigo: "No começo era o Direito..."

Para uma visão geral da renovação recente do diálogo entre direito e história, dois dossiês: *Storia sociale e dimensione giuridica. Strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro*, Paolo Grossi (ed.), Milão, Giuffrè, 1986, 468 p.; "Le droit et l'histoire", *Le Débat*, n. 74, 1993.

Complementando o artigo: "Os 'tesouros' da Stasi ou a miragem dos arquivos"
Bernd Zielinski et Arne Radtke, "La mémoire unifiée? L'héritage équivoque des archives de la RDA", *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 34, 1992, p. 53-68.

Cyril Buffet (ed.), *Guide des archives d'Allemagne*, Berlim, Centre franco-allemand de recherches en sciences sociales, 1993, 46 p. (pode ser encomendado junto ao Centro).

Para comparar os arquivos russos, cf. N. Werth, "De la soviétologie en général et des archives russes en particulier", *Le Débat*, n. 77, nov-dez. 1993, p. 127-144.

Complementando o artigo: "A erudição transfigurada"

Sobre as raízes do divórcio entre "história" e "erudição" no fim do século XVII e no século XVIII, B. Barret-Kriegel, *Les Historiens et la Monarchie*, 4 vol., Paris, PUF, 1988 (especialmente t. II, *La Défaite de l'érudition*).

Sobre a evolução das concepções nos séculos XIX e XX, C.-V. Langlois et C. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, 1898 (reed. com um prefácio de M. Rébértoux, Paris, Ed. Kimé, 1992); F. Furet, *L'Atelier de l'histoire*, Paris, 1982.

Sobre a "revolução documental", a reflexão fundamental encontra-se no artigo de J. Le Goff, "Documento/Monumento", in *Enciclopedia Einaudi*, t. v, Turim, 1978, p. 38-48.

Sobre a abertura do campo das ciências "auxiliares", um ponto de partida cómodo é dado em M. Balard (ed.), *L'Histoire médiévale en France. Bilan et perspectives*, Paris, Le Seuil, 1991 (especialmente p. 471-499), cuja bibliografia de orientação é complementada em *Bibliographie de l'histoire médiévale en France* (1965-1990), Paris, Publicações da Sorbonne, 1992 (especialmente p. 405-435). Pode-se acrescentar, no que concerne às disciplinas particulares, a nova edição, ampliada do *Traité d'héraldique* de M. Pastoureau, Paris, Picard, 1993 e os volumes, em vias de publicação, da coleção "L'atelier du médiéviste", Turnhout, Brepols; publicados em 1993-1994: J. Berlioz (dir.), *Identifier sources et citations*; O. Guyotjeannin, J. Pycke e B. M. Tock, *Diplomatique médiévale*.

Complementando o artigo: "A ascese do texto ou o retorno às fontes"

Primeira abordagem:

M. Balard (ed.), *L'Histoire médiévale en France. Bilan et perspectives*, Paris, Le Seuil, 1991 (passim).

B. Cerquiglini, *Éloge de la variante. Histoire critique de la philologie*, Paris, Le Seuil, 1989.
Dictionnaire des lettres françaises. Le Moyen Âge, Paris, nova ed., 1992.

Coletâneas de fontes traduzidas:

J. Favier (dir.), *Archives de l'Occident*, t. 1 por O. Guyotjeannin, *Le Moyen Âge, V - XV siècles*, Paris, 1992.

Les Sociétés méridionales autour de l'an mil. Répertoire des sources et documents commentés, coordenada por M. Zimmermann, Paris, 1992.

G. Brunel et E. Lalou (dir.), *Sources d'histoire médiévale IX - milieu du XIV siècle*, Paris, 1992.

Leituras complementares:

Le Médiéviste et l'Ordinateur (publication de l'IRHT), principalement n. 28, 1993), Os CD-ROM.

Le Médiéviste et l'Ordinateur, atas da mesa-redonda, Paris, CNRS, 17 novembro 1989, Paris, 1990.

Complementando o artigo: "A história quantitativa ainda é necessária?"

C.E. Labrousse, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle*, Paris, 1933; reed., Paris, EAC, 1984.

C.E. Labrousse, *La Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*, Paris, 1944; reed., Paris, PUF, 1990.
 (As duas obras pioneiras do fundador da tradição quantitativa francesa; C.E. Labrousse definiu as regras metodológicas para o uso do número que continuam sendo válidas para muitas delas hoje.)

P. Chaunu, *Histoire quantitative, histoire sérielle*, Paris, SEDES, 1978.
 (Essa obra, escrita por um dos historiadores que aparelharam os setores mais diversos da disciplina, dá uma boa visão da história quantitativa na França depois de C.E. Labrousse.)

R. Fogel (ed.), *The Dimensions of Quantitative Research in History*, Princeton University Press, 1972.

Toda a obra de R. Fogel, prêmio Nobel de Economia, 1993, poderia ser citada tanto ela se identifica à New Economic History, a seus sucessos assim como a seus fracassos; essa obra que ele dirigiu dá uma visão da variedade dos trabalhos realizados nesse domínio.

P. D. McClelland, *Causal Explanation and Model Building in History Economics and the New Economic History*, Cornell University Press, 1975.
 (Um dos melhores livros de reflexão sobre a modelização em história e as questões epistemológicas que ela formula.)

Histoire et Mesure, número especial "Séries temporelles", 1991, 1/2.

Um panorama variado sobre o uso, em história, das técnicas de análise das séries temporais.

Complementando o artigo: "A arte da narrativa histórica"

M. de Certeau, *L'Écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.

P. Ricoeur, *Temps et récit*, t. I, Paris, Le Seuil, 1983. *Temps et récit*, t. II, *La Configuration du temps dans le récit de fiction*, Paris, Le Seuil, 1984. *Temps et récit*, t. III, *Le Temps raconté*, Paris, Le Seuil, 1985.

H. White, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*, Baltimore-Londres, 1973. *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*, Baltimore-Londres, 1978. *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore-Londres, 1987.

Para acompanhar o debate acerca das posições de Hayden White, remeteríamos aos números 24 (1993) e 25 (1994) da revista *Storia della Storiografia* que são dedicados a um dossiê "Hayden's White Metahistory twenty years later".

Complementando o artigo: "A violência das multidões: pode-se elucidar o inumano?"

G. Lefebvre, *La Grande Peur de 1789*, Paris, 1932; reedição seguida do artigo "Les fables révolutionnaires", A. Colin, 1989, com uma apresentação de J. Revel.

Rudé, *The Crowd in History (1730-1848)*, Londres, 1964.

Farge, *La Vie fragile. Violence, pouvoirs et solidarités à Paris au XVIII siècle*, Paris, Hachette, 1986; com J. Revel, *Logiques de la foule. L'affaire des enlèvements d'enfants*, Paris, 1750, Paris, Hachette, 1988.

Barrows, *Miroirs déformants. Réflexions sur la foule en France à la fin du XIX siècle*, Paris, Aubier, 1990.

D. Crouzet, *Les Guerriers de Dieu, La violence au temps des troubles de religion. Vers 1525-vers 1610*, Seyssel, Champvallon, 1990, 2 volumes.

A. Corbin, *Le Village des cannibales*, Paris, Aubier, 1990.

S. Moscovici, *L'Âge des foules. Un traité historique de psychologie des masses*, nova ed., Bruxelas, Ed. Complexe, 1991.

Complementando o artigo: "Mulheres/homens: uma questão subversiva"

Bridenthall et C. Koonz (ed.), *Becoming Visible. Women in European Society*, Boston: Houghton Mifflin, 2ª ed., 1987. (Contribuiu para criar o campo da história das mulheres na Europa e serviu de obra de base nas universidades americanas.)

G. Calvi (ed.), *Barocco al Femminile*, Bari, Laterza, 1992. (Belo exemplo de micro-história feminista.)

P. de Boekhorst, P. Burke, W. Frijhoff, *Cultuur en Maatschappij in Nederland, 1500-1800*, Amsterdã, Boom, 1992. (Obra coletiva publicada pela l'Open University da Holanda que constituiu uma história social nova.)

- L. Davidoff, C. Hall, *Family Fortunes: Men and Women of the English Middle Class, 1780-1850*, Londres, Hutchinson, 1987. (Uma nova abordagem da história da burguesia.)
- Laqueur, *Making Sex, Body and Gender from the Greeks to Freud*, Cambridge, Harvard University Press, 1990. Trad. Fr., *La Fabrique du sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident*, Paris, Gallimard, 1992. (Obra bem argumentada sobre o gênero e a sexualidade.)
- Ruggiero, *The Boundaries of Eros: Sex, Crime and Sexuality in Renaissance Venice*, Oxford and New York, Oxford University Press, 1985. (Explora os registros da criminalidade para expor o "duplo standard".)
- B. Taylor, *Eve and the New Jerusalem. Socialism and Feminism in the Nineteenth Century*, Londres, Virago, 1983. (Considerada na Inglaterra como um clássico que relaciona a história de classes e a história das mulheres.)
- W. Scott, *Gender and the Politics of History*, Columbia, New York, 1988. (Elabora uma teoria do gênero que influenciou muito o desenvolvimento da historiografia americana.)
- H. Wunder, "Er ist die Sonn, Sie ist der Mond". *Frauen in der Frühen Neuzeit*, Beck, Munique, 1992. (História de mulheres alemãs durante a época moderna, cuja tradução é esperada em todas as línguas europeias.)
- Complementando o artigo "A arqueologia na conquista da cidade"
- Para uma orientação geral:
- Helgway, *The Erosion of History, Archaeology and Planning in Towns. A Study of Historic Towns Affected by Modern Development in: England, Wales and Scotland*, Londres, 1972.
- H. Galinié (dir.), dossiê "L'archéologie urbaine", *Les Nouvelles de l'archéologie*, 1979.
- M. O. H. Carver, *Underneath English Towns, Interpreting Urban Archaeology*, Londres, 1987.
- Para exemplos precisos, remetemos à série dos *Documents d'évaluation du patrimoine archéologique urbain*, Centre national archéologie urbaine, Tours. Dentre as últimas publicações:
- Comte, J. Siraudeau, *Angers*, 1990.
- P. Demolon, *Douai*, 1990.
- O. Guilhot, C. Goy, *Besançon*, 1990.
- A. de Montjoye, *Grenoble*, 1990.
- C. Sintes, *Arles*, 1990.
- P. Pouille, *Saint-Amand-Montrond*, 1991.
- P. Brunella, *Metz*, 1992.
- F. Delacampagne, *Bayeux*, 1992.
- J.-I. Schwien, *Estrasburgo*, 1992.
- C. Cambon, *Castres*, 1993.
- Para uma comparação com uma cidade da Inglaterra:
- M. O. H. Carver, *York Development and Archaeology Study*, English Heritage and York City Council, 1992.
- Complementando o artigo: "A memória viva dos historiadores"
- As obras de Pierre Vilar:
- Histoire de l'Espagne*, col. "Que sais-je ?", Paris, PUF, 1947, 125 p. (traduções em alemão, inglês, catalão, coreano, grego, espanhol, húngaro, italiano, japonês, holandês, polonês, português.)
- La Catalogne dans l'Europe moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*, Paris. SEVPEN, 1962, 3 vol., reed., Le Sycomore-Éd. de l'EHESS, 1982 (traduções em catalão e em espanhol).
- Or et monnaie dans l'histoire, 1450-1920*, col. "Science", Paris, Flammarion, 1974, 440 p. (traduções em alemão, inglês, espanhol e português).
- Une histoire en construction. Approche marxiste et problématiques conjoncturelles*, col. "Hautes Études", Paris, Gallimard-Le Seuil, 1982, 428 p. (Coleção de artigos que retoma, entre outros, as grandes discussões e os debates maiores.)
- La Guerre d'Espagne (1936-1939)*, col. "Que sais-je ?", Paris, PUF, 1986, 125 p. (traduções em catalão, espanhol, português, alemão, italiano.)
- Os numerosos trabalhos de Pierre Vilar foram reunidos em diversos livros, publicados em espanhol ou catalão:
- Crecimiento y desarrollo. Economía e Historia. Reflexiones sobre el caso español*, Barcelona, Ariel, 1964, 542 p.
- Assaigs sobre la Catalunya del segle XVIII*, Barcelona, Curial, 1973.
- Iniciación al vocabulario del análisis histórico*, Barcelona, Crítica, 1980, 311 p.
- Hidalgos, anotados y guerrilleros. Pueblo y poderes en la historia de España*, Barcelona, Crítica, 1982, 315 p.
- Estat, nació, socialisme. Estudis sobre el caso espanyol*, Barcelona, Curial, 1982.
- Economía, Derecho, Historia*, Barcelona, Ariel, 1983.
- Sobre 1936 y otros escritos*. Madri, Ediciones VOSA, 1987.
- Uma bibliografia completa de seus trabalhos consta no final da coletânea:
- Homenatge a Pierre Vilar*, Barcelona, Curial Edicions Catalanes, 1990, III, p. 203-219.

Biografia dos autores

Antoine de Baccque

Mestre de conferências na Universidade de Saint-Quentin-en Yvelines, contribuiu para a renovação das questões relativas à Revolução Francesa, especialmente no domínio cultural. Publicou, entre outros, *La Caricature révolutionnaire* (Presses du CNRS, 1988) e *Le Corps de l'histoire. Métaphores et politique, 1770-1800* (Calmann-Lévy, 1993). Membro da redação dos *Cahiers du Cinéma*, é também autor de uma importante *Histoire d'une revue: les Cahiers du Cinéma, 1951-1981* (Les Cahiers du Cinéma, 2 vol., 1991).

François Bédarida

Diretor de pesquisa no CNRS, foi o primeiro diretor do Institut d'histoire du temps présent do CNRS de 1978 a 1990, e contribuiu amplamente, por seu impulso e seus escritos, a dar uma legitimidade científica a esse campo de pesquisas. Especialista em história contemporânea da França e da Inglaterra (*La Société anglaise du XIX siècle à nos jours*, Paris, Arthaud, 1976, reed., Le Seuil, 1990, *Syndicats et patrons en Grande-Bretagne*, Éditions ouvrières, 1980), dirigiu numerosas obras coletivas sobre a França contemporânea (em colaboração com Jean-Pierre Azéma, *La France des années noires*, Le Seuil, 1993; *Le Régime de Vichy et les Français*, Fayard, 1992). Fez parte da comissão de historiadores que, sob a direção de René Rémond, analisou o caso de Paul Touvier: *Paul Touvier et l'Église* (Fayard, 1992), belo exemplo de investigação de história do tempo presente.

Dominique Borne

Renomado professor de Première superior (penúltima série do 2º grau) no liceu Henri IV, inspetor geral da Educação nacional, decano do grupo história e geografia, especialista em história da França contemporânea. Publicou *Petits Bourgeois en révolte ? Le mouvement Poujade* (Flammarion, 1977), *Histoire de la société française depuis 1945* (Armand Colin, 1992) e, em colaboração com Henri Dubief, *La Crise des années trente: 1929-1938* (Le Seuil, 1989).

Jean Boutier

Mestre de conferências na École des hautes études en sciences sociales (Centre de la Vieille Charité, Marselha). Membro da École française de Roma, é especialista em história da Itália moderna. Seus trabalhos dizem respeito também à França revolucionária: publicou *Campagnes en émois* (Treignac, Les Monédières, 2ª ed., 1989) e, em colaboração com Philippe Boutry, o volume *Sociétés politiques* do *Atlas de la Révolution française* (Edições do EHESS, 1992).

Philippe Boutry

Professor de história contemporânea na Universidade Paris XII, co-diretor do Centro de antropologia religiosa européia (EHESS). Especialista em história religiosa e cultural da

época contemporânea, publicou *Prêtres et paroisses au pays du Curé d'Ars* (Edições do Cerf, 1987) e, em colaboração com Jacques Nassif, *Martin l'archange* (Gallimard, 1985); com Jean Boutier, dirigiu o volume sobre *Les Sociétés politiques* do *Atlas de la Révolution française* (Edições do EHESS, 1992).

Simona Cerutti

Mestre de conferências na École des hautes études en sciences sociales, publicou *La Ville et les Métiers. Naissance d'un langage corporatif*, Turim, séculos XVII-XVIII (Edições do EHESS, 1990) que renova a análise dos grupos sociais no espaço urbano.

Pascal Engel

Professor de filosofia na universidade de Caen e membro do Institut universitaire de France. Especialista em filosofia da linguagem, da lógica, do espírito e de filosofia analítica, traduziu diversas obras de filósofos americanos e publicou especialmente *La Norme du vrai* (Gallimard, 1989), *États d'esprit* (Alinea, 1992; 2ª ed., La Découverte, 1994) e *Davidson et la Philosophie du langage* (PUF, 1994).

Étienne François

Professor da Universidade de Paris I e atualmente diretor do Centro Marc Bloch (Centro franco-alemão de pesquisas de ciências sociais) de Berlim, depois de ter sido responsável pela Missão histórica francesa do Göttingen. Especialista em história dos países germânicos na época moderna, acaba de publicar *Protestants et catholiques en Allemagne. Identités et pluralisme à Augsbourg, 1648-1806* (Albin-Michel, 1993).

Henri Galinié

Diretor de pesquisa no CNRS, fundou e dirigiu o Centre national d'archéologie urbaine do ministério da Cultura (1984-1992). Está preparando com Manuel Royo um *Atlas de la France des villes*.

Jean-Louis Gaulin

Antigo membro da Ecole Française de Roma, depois leitor na Universidade de Bolonha. Mestre de conferências de história da Idade Média na Universidade Lumière-Lyon. Suas pesquisas o põem em contato com manuscritos e documentos de arquivos. Autor de tese sobre *Pietro de Crescenzi e o Nascimento da agronomia na Itália* (sécs. XII e XIV), assim como artigos sobre a história da cultura agrônoma no Ocidente medieval. Publicou, em colaboração, *Dalla vite al vino. Fonti e problemi della vitivinicultura italiana medievale* (Bolonha, Clueb, 1994).

Jean-Yves Grenier

Encarregado de pesquisa no CNRS, é diretor de redação da revista *Annales, histoire, sciences sociales*. Especialista em história econômica do período pré-industrial e de história do pensamento econômico, publicou *Séries économiques françaises, XVI-XVIII siècles* (Edições do EHESS, 1985) e está preparando uma obra sobre *L'Économie d'Ancien Régime*.

Olivier Guyotjeannin

Antigo membro da Ecole française de Roma, é professor de diplomática e de arquivística medievais na Ecole des Chartres. Publicou *Episcopus et comes: affirmation et déclin de la seigneurie épiscopale au nord du royaume de France, Beauvais-Noyon, X-XIII siècles* (Genebra: Droz, 1987), *Saint Pierre et Miquelon* (L'Harmattan, 1986, 2ª edição em andamento), um volume dos *Archives de l'Occident médiéval, V-XV siècles* (Fayard, 1992) e, em colaboração com Jacques Pycke e Benoît-Michel Tock, uma *Diplomatique médiévale* (Turnhout, Brépols, 1993).

François Hartog

Diretor de estudos na École des hautes études en sciences sociales, trabalha com historiografia antiga e moderna; publicou *Le Miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre* (Gallimard, 1980) e *Le XIX siècle et l'Histoire. Le cas Fustel de Coulanges* (PUF, 1988).

Heinz-Gerhard Haupt

Diretor do Institut d'Histoire da Universidade de Halle-Wittenberg (Alemanha): antigo professor da Universidade de Lyon II e do Instituto universitário europeu (Florença), é um especialista em história social da França e da Alemanha contemporâneas. Sua *Histoire sociale de la France depuis 1789* foi traduzida pelas Edições de la Maison des Sciences de l'Homme (1993).

Olwen Hufton

Professor do Instituto universitário europeu (Florença), ex-professora da Universidade de Harvard onde dirigiu o Women's Studies Program. Especialista em história da França na época moderna, a que consagrou diversas obras e artigos, principalmente *The Poor of Eighteenth Century France* (Oxford, 1974), interessa-se a partir daí mais pela história social da diferenciação dos papéis sexuais, especialmente em seu último livro: *Women and the Limits of Citizenship in the French Revolution* (Toronto, 1991).

Dominique Julia

Diretor de pesquisas no CNRS (Centro de pesquisas históricas), antigo professor do Instituto universitário europeu (Florença), especialista em história religiosa e história da educação na época moderna. Publicou especialmente *Les Trois Couleurs du tableau noir. La Révolution* (Paris, Berlim, 1981) e, em colaboração com Marie-Madeleine Compère, *Les Collèges français (XVI-XVIII siècles)* 2 volumes (Paris, Editions du CNRS - INRP, 1984 e 1988). Dirigiu o volume *Enseignement de l'Atlas de la Révolution française* (Paris, Edições do EHESS, 1988).

Claude Langlois

Diretor de estudos na École pratique des hautes études (Seção das ciências religiosas, cadeira de história e sociologia do catolicismo contemporâneo) e diretor, no CNRS, do GDR1095 História do cristianismo (XVI-XX séculos), co-dirige, com Serge Bonin, a

obra do *Atlas de la Révolution française* (Paris, Edições do EHESS); publicou *Le Catholicisme au féminin. Les congrégations françaises à supérieure générale au XIX siècle* (Edições do CERF, 1984), *La Caricature contre-révolutionnaire* (Preses du CNRS, 1988) e com François Laplanche, *La Science catholique* (Cerf, 1992).

Marc Lazar

Professor da Universidade Paris X - Nanterre e do Institut d'études politiques de Paris. Membro do Comitê de redação da revista *Communisme*, publicou recentemente, em colaboração com Stéphane Courtois, *Cinquante ans d'une passion française, De Gaulle et les communistes* (Balland, 1991) e *Maisons rouges. Les partis communistes français et italiens de la libération à nos jours* (Aubier, 1992).

Patrick Nerhot

Professor de filosofia do direito da Universidade de Ferrara (Itália), antigo professor do Instituto universitário europeu (Florença), ele concentra suas pesquisas na epistemologia do direito. Dirigiu duas obras coletivas *Law, Interpretation and Reality. Essays in Epistemology. Hermeneutics and Jurisprudence* (Kluwer Academic Publishers, 1990) e *Legal Knowledge and Analogy. Fragments of Epistemology, Hermeneutics and Linguistic* (Kluwer Academic Publishers, 1991). Publicou recentemente *Law, Writing, Meaning, An Essay in Legal Hermeneutics* (Edinburgh University Press, 1992); *Diritto, Storia. Saggio di filosofia del diritto* (Pádua, Cedam, 1994); *L'Ipotesi perduta della legge* (Pádua, Cedam, 1994) e "La vérité en histoire et le métier d'historien", em *Quaderni fiorentini* (número especial março-abril 1995).

Jacques Revel

Diretor de estudos na École des hautes études en sciences sociales, e membro do comitê de direção da revista *Annales, histoire, sciences sociales*. Publicou, em colaboração com Arlette Farge, *Logiques de la foule. L'affaire des enlèvements d'enfants, Paris, 1750* (Hachette, 1988) e co-dirigiu, com André Burguière, *l'Histoire de la France* (Le Seuil, 4 vol., 1989-1993).

Manuel Royo

Antigo membro da École française de Rome, mestre de conferências em arqueologia-história da arte na Universidade François-Rabelais de Tours. Arqueólogo, participa da escavação do Palatino em Roma. Editou, com F. Hinard, *Rome, l'espace urbain et ses représentations*, Presses de la Sorbonne-Maison des Sciences de la Ville (Tours, 1991). Prepara com Henri Galinié um *Atlas de la France des villes*.

Timothy Tackett

Professor da Universidade da Califórnia (Irvine, USA), é especialista em história da França na época moderna. Seus trabalhos sobre o clero, no final do Antigo Regime, *Priest and Parish in Eighteenth-Century France* (Princeton University Press, 1977) e nos primórdios da Revolução, *La Révolution, l'Église, la France* (Paris, Edições do Cerf, 1986), contribuíram amplamente para renovar as abordagens clássicas. Está preparando uma obra sobre os primórdios da Assembléia constituinte.

Pierre Vilar

Antigo professor da Sorbonne e ex-diretor de estudos na École des hautes études en sciences sociales, publicou em 1962 seu livro-mestre, *La Catalogne dans l'Espagne moderne* (3 volumes, Paris, SEVPEN; reed., O Sycamore-EHESS, 1982). Especialista em história econômica, Pierre Vilar é um estudioso dos instrumentos conceituais do ofício de historiador a partir de uma leitura a fundo da obra de Marx, o que o levou a questionar tanto as elaborações de Louis Althusser como as de Michel Foucault. A coletânea de seus artigos metodológicos foi publicada com o título *Histoire marxiste, Histoire en construction. Approche marxiste et problématiques conjoncturelles* (Paris, Gallimard-Le Seuil, 1982).

Arundhati Virmani

Mestre de conferências da Universidade de Délhi, especialista em história da França e da Índia contemporâneas. Colaborou para uma *Histoire de l'Europe* (Délhi, 1985, em hindu) e prepara uma obra sobre *Le Drapeau de l'Union, Symboles politiques et identités nationales dans l'Inde contemporaine*.